



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

TÁSSIA DE CASTRO MUQUEM

**A SAÚDE DO TRABALHADOR NO ÂMBITO RURAL DE
LAVRAS/MG E REGIÃO: considerações a partir da Economia Política
do capitalismo dependente**

**UFJF
JUIZ DE FORA
2018**

TÁSSIA DE CASTRO MUQUEM

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Ana Livia de Souza Coimbra.

**UFJF
JUIZ DE FORA
2018**

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Muquem, Tássia de Castro.

A Saúde do Trabalhador no âmbito rural de Lavras/MG e região: : considerações a partir da Economia Política do capitalismo dependente / Tássia de Castro Muquem. -- 2018.

262 f. : il.

Orientadora: Ana Livia de Souza Coimbra
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós Graduação em Serviço Social, 2018.

1. Saúde do trabalhador. 2. Superexploração da força de trabalho. 3. Teoria Marxista da Dependência. 4. Previdência Social. I. Coimbra, Ana Livia de Souza, orient. II. Título.

TÁSSIA DE CASTRO MUQUEM

**A SAÚDE DO TRABALHADOR NO ÂMBITO RURAL DE LAVRAS/MG E
REGIÃO:** considerações a partir da Economia Política do capitalismo dependente

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Concentração Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Lúvia de Souza Coimbra (Orientadora)
Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa. Dra. Edvânia Ângela de Souza Lourenço
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Prof^a. Dr^a. Cristina Simões Bezerra
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dedico esta dissertação aos trabalhadores e trabalhadoras que, no cotidiano de suas lutas, vivenciam toda sorte de agruras, na esperança de um novo mundo e uma nova sociabilidade.

AGRADECIMENTOS

Todas as vezes em que eu tinha que fazer leituras de monografias, dissertações e teses para aprender a respeito dos estudos realizados, bem como quando iniciei os estudos do Mestrado e pegava esses trabalhos para leitura, a primeira coisa que sempre fazia era me reportar à leitura dos agradecimentos constantes naqueles trabalhos. Durante as leituras, percebia o quão coletivo eram as pesquisas, teses, dissertações... Embora eu tenha me sentindo, por vezes, solitária nesse processo, a realidade é que nunca foi um trabalho só, mas um trabalho coletivo e que teve a contribuição, no meu caso, de algumas dezenas de pessoas. Então, o que apresento, não é um trabalho de dissertação solitário, é uma construção coletiva, em que participaram direta e indiretamente pessoas queridas e às quais só tenho a agradecer sempre. Agradecer pelo incentivo, força, carinho, compreensão nos momentos de ausência de reuniões sociais e familiares.

Sendo assim, não posso deixar de iniciar pelo meu querido filho, Antônio, ou “Antônio Castro”, como gosta de se apresentar. Antônio tinha um ano e meio quando passou a sentir minha ausência semanal; quando toda quarta-feira eu tinha que pegar a estrada, em longo caminho de ônibus no trajeto Lavras x Juiz de Fora. Algumas vezes resignado, outras chorando, se despedia de mim... Nunca vou esquecer o depoimento do meu marido, que após todo esse processo de separação semanal do meu filho, me contou que, certo dia, ao me levar à rodoviária, Antônio ficou quietinho, inerte, na cadeirinha do carro, olhando para o infinito e com lágrimas escorrendo no rosto; sem birras e sem dizer nada, eram lágrimas de tristeza por me ver novamente indo embora para estudar. Ele sofreu minhas ausências, mas quero registrar aqui, para que ele tenha ciência no futuro, que esse momento foi importante para o crescimento pessoal e profissional da mamãe, e que ele foi o ator principal do processo todo. Foi difícil para todos nós, mas agora o processo já está no fim, tudo se passou. Agradeço muito ao Antônio Castro, meu lindo, pela coragem em se separar da mamãe toda semana, desde tão pequenininho... Meu Amor infinito!

Agradeço ainda ao meu companheiro Thiago, que supriu o papel de pai e de mãe do Antônio na minha ausência; agradeço pela força incondicional, por ter aguentado a jornada dupla sozinho, sem divisão de tarefas por um longo período. Agradeço mais ainda pela força, amor e incentivo infinitos para que eu conseguisse concluir essa etapa tão importante para a minha vida pessoal e profissional. Esse nosso convívio revela todas as contradições de um relacionamento familiar, regado de muito carinho, discussões, amor,

conflitos, prazeres, estresse, alegrias, tristezas, enfim, todos os sentimentos humanos e contraditórios. Assim escolhemos enfrentar a vida juntos. Te amo!

À minha mãe, agradeço pelas vezes em que nos socorreu com nosso filho, pelo amor e incentivo para a conclusão do Mestrado. Do mesmo modo agradeço às minhas irmãs Thaís e Tallise, pela força, e aos meus lindos sobrinhos Maria Luisa e Lucas, pelo incentivo e amor que também me fortaleceram nessa etapa da minha vida.

Aos meus sogro e sogra, Jurinha e Nádia, que por vezes se deslocaram do interior de São Paulo para Minas Gerais, para ficar com meu filho para que eu pudesse finalizar pendências do meu estudo, agradeço pela disponibilidade e carinho.

Agradeço aos amigos e amigas do Mestrado, todos eles e elas da Turma 2016, que de alguma forma fizeram-me refletir sobre o mundo, a vida e as relações... vocês são pessoas lindas que ficarão sempre na minha memória...

À Eloísa (Helô) e seus pais, que me acolheram em Juiz de Fora no início da minha “semi-mudança” para a cidade, me recebendo em sua casa, emprestando cama, ensinando sobre os lugares, e até me acompanhando na rodoviária! Acolhida inesquecível, grata sempre por vocês terem me auxiliado no início da minha jornada em JF.

Às lindezas Júlia e Dani, com quem compartilhei apartamento, brigadeiros, doces e muita prosa! Até babá por um dia elas foram do Antônio! Vocês são pessoas lindas; por vocês, tenho o maior carinho e consideração. Dividir o apartamento com vocês, ainda que por pouco tempo, foi uma experiência linda de vida. Saudades imensas!

Agradeço também, infinitamente, o apoio e solidariedade da Adriana, que nos últimos momentos do Mestrado, me ajudou com toda a papelada e trâmites finais da defesa, me auxiliando, haja vista minha dificuldade quanto à distância entre meu local de moradia e a UFJF. Só tenho razões para acreditar que a humanidade não é desumana e que o mundo ainda pode ser um lugar bom.

Às minhas amigas, irmandade da época da faculdade, Aurinha, Nandu e Isabela, sempre presentes mesmo à distância; embora cada uma leve sua vida adiante e tenham muitos afazeres, nosso contato sempre é permanente e o fio que nos liga nunca se rompe. Agradeço especialmente à Aurinha, trabalhadora admirável e incansável, que gentilmente cedeu sua linda e crítica poesia para este trabalho.

À comunidade Airumã, sonho coletivo tão bonito, com pessoas especiais com quem sonho conviver em comunidade um dia! Nossas reuniões sempre fizeram-me sentir mais leve e feliz, atenuando a tensão e nervosismo com as etapas do Mestrado. Na certeza

de que nosso sonho coletivo se realizará, agradeço-os pelo convívio e lindas reuniões proporcionadas.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFJF, eu só tenho a agradecer imensamente... o quanto aprendi, o quanto refleti, o quanto admirei seus conhecimentos e trajetórias profissionais, serviram de referência e exemplo para que eu tente me tornar uma profissional mais dedicada e melhor no meu trabalho.

Agradecimento especial à Prof^a. Ana Lúvia, minha orientadora, pela dedicação, paciência e conhecimentos repassados durante o processo de construção da dissertação.

Ao Prof. Rodrigo de Souza Filho (UFJF), que cedeu seu tempo e disposição para enfrentar conosco os estudos individuais (que na realidade foram coletivos) e que através do seu conhecimento adquirido em Pós-Doutorado no México, nos apresentou a TMD, ampliando o nosso horizonte teórico e prático. Foi pela novidade trazida por ele que este trabalho foi possível, haja vista que foi a primeira vez que tive contato com a TMD no meio acadêmico, vislumbrando suas contribuições para o entendimento do capitalismo *sui generis* brasileiro e latino-americano.

Também agradeço ao Prof. Dr. Júlio Silvío de Sousa Bueno Filho, do Departamento de Estatística da UFLA, que me auxiliou e orientou a respeito dos dados estatísticos deste trabalho, sugerindo gráficos e orientando a questão da quantidade de entrevistas necessárias para esta pesquisa.

Agradeço ainda aos professores que fizeram parte da minha banca de qualificação, Prof. Ronaldo Vielmi (UFJF) e Prof^a Edvânia Lourenço (UNESP), pelas contribuições inestimáveis durante e pós-banca, que com certeza engrandeceram meus estudos e contribuíram para a construção de um trabalho melhor delineado.

Agradeço também ao INSS, nas pessoas da ex- chefe Maria Heloísa Alvarenga, chefe atual Francisco de Jesus Silva Santos e Assessora Técnica do Serviço Social da Gerência Executiva de Varginha/MG, Maria Alice da Silva, que foram favoráveis ao meu afastamento para iniciar o Mestrado. Agradeço aos colegas do INSS, sobretudo à colega de profissão e amiga Paula Wenceslau, que segurou toda a demanda de trabalho sozinha para que eu pudesse me licenciar para o Mestrado. Agradeço também aos colegas de trabalho e amigos Guilherme Mourão e Kleiton Ferreira, sempre prontos a ajudar e a opinar sobre os processos da dissertação, incentivando-me sempre em todos os momentos.

Agradeço aos profissionais assistentes sociais e gestores/as dos municípios de Lavras e região, que foram articuladores e mediadores para que eu pudesse chegar até à comunidade, visando realizar a pesquisa com os trabalhadores rurais. Sem vocês, as entrevistas não teriam sido possíveis, a mediação foi de extrema importância para que os trabalhadores e trabalhadoras rurais participassem desta pesquisa.

E, por fim, agradeço àqueles e àquelas, razão de ser dessa pesquisa, os trabalhadores e trabalhadoras rurais, que se voluntariaram para a participação deste trabalho, gentilmente cedendo seu tempo e compartilhando histórias de vida e trabalho, insumos para que esta pesquisa pudesse se realizar. Com certeza suas histórias e vivências foram essenciais para a análise do adoecimento na área rural de Lavras e região. Gratidão!

Na certeza de que, dentro das possibilidades postas e tempo concedido, este trabalho trará contribuições para o entendimento do adoecimento rural, agradeço pela construção coletiva que culminou no trabalho que segue.

A MARGEM

MARGEM, IMAGEM QUE NÃO ESTÁ NO IMAGINÁRIO DO MEU PATRÃO.

ELE, O PATRÃO SE LOCALIZA NO CENTRO, MAS MARCA NA MARGEM DO SEU CADERNO O ATRASO QUE MARCA MEU CARTÃO DE PONTO DESCONSIDERANDO MINHA LOCALIZAÇÃO.

ENQUANTO MANIPULO UMA MÁQUINA, IMAGINO A BELEZA DE ESTAR À MARGEM DE UM RIO CAUDALOSO, LIMPO, CALMO, VIVO E BRANDO, MAS SÓ RECONHEÇO O CÓRREGO SUJO E RALO QUE CORTA O MEU QUINTAL.

À MARGEM DO QUE SE CHAMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE, DEIXO MEU FILHO ATRÁS DAS GRADES, DENTRO DO QUE CHAMAMOS ESCOLA, MAS ESSE NOME JÁ NÃO COLA, POIS DESCOLA DO MODELO EDUCACIONAL DE VERDADE. DAQUELE QUE PAULO FREIRE CHAMOU DE PEDAGOGIA DA LIBERTAÇÃO.

SIRVO ÀS MARGENS DA PISCINA, DRINKS E COMIDINHAS QUE PREPARO COM MINHAS LIMPAS MÃOS, MAS QUE NÃO POSSO USUFRUIR, POIS MEU LUGAR É NA COZINHA, LÁ NOS FUNDOS LONGE DAS VISTAS DA VISITA, ÀS MARGENS OU À BEIRA DO FOGÃO.

MARGEM, MARGINAL LOTADA, TRÂNSITO CAÓTICO, MOTORISTA NEURÓTICO, CARROS FRENÉTICOS. EU NO ÔNIBUS ATRAVESSO MUDO HORAS A FIO ATÉ CHEGAR NA PERIFERIA, QUE FICA ÀS MARGENS DA CIDADE FRIA E QUE ME IMPEDE DE CONSTRUIR MINHA HUMILDE MORADIA.

A MARGEM DO CARTÃO DE PONTO, TEMPO.

NÃO TEM MARGEM MEU CADERNO, VELHO.

SEM MARGEM O MEU RIO, CÓRREGO.

NÃO TEM EIRA MEU BARRACO, CACOS.

MINHA VIDA À MARGEM, DA MARGEM DA MARGEM, TALVÉZ POR ISSO ME CHAMAM DE MARGINAL.

AURINHA

RESUMO

A pesquisa em questão tem como objeto a Saúde do Trabalhador em Lavras/MG e região. O estudo sobre essa área foi realizado a partir da análise dos determinantes que engendraram o afastamento laborativo dos trabalhadores rurais (empregados) que receberam benefícios por incapacidade no período de 2012 a 2015 pela Agência de Previdência Social de Lavras/MG. Tal avaliação partiu da perspectiva da Economia Política do capitalismo dependente, sendo que a pesquisa do adoecimento laborativo se caracteriza, neste trabalho, para além das condições e organização do trabalho em si, para ser avaliada a partir da configuração específica que as relações de trabalho possuem no capitalismo brasileiro, no contexto da análise do capitalismo latino americano *sui generis*, identificado por Ruy Mauro Marini. A categoria da superexploração da força de trabalho norteou as análises em Saúde do Trabalhador na área rural, momento importante para a identificação da pertinência em ainda se falar em superexploração da força de trabalho na região analisada. O estudo da dinâmica econômica na qual os trabalhadores rurais estão inseridos - a agropecuária - também foi um ponto importante de análise, ao se detectar sua importância para a economia brasileira e para a principal pauta de exportações de Minas Gerais, buscando compreender qual a relevância da região na contribuição da economia agropecuária do estado e a relação com a força de trabalho utilizada na produção do setor. Para a realização de todo esse percurso, foi necessário aprofundar o conhecimento a respeito da área Saúde do Trabalhador, sua conceituação e diferenças teórico-práticas em relação às demais conceituações que pretendem abarcar a relação trabalho x adoecimento no âmbito das organizações e empresas em geral. Além disso, buscou-se abordar a relação intersetorial necessária à Saúde do Trabalhador, que é composta por algumas políticas sociais, sobretudo a Previdência Social. As recentes contrarreformas do momento na cena brasileira, também foram brevemente abordadas para demonstrar como tais contrarreformas afetaram, afetam e afetarão a Saúde do Trabalhador no Brasil, uma política ainda em vias de efetivação no escopo das políticas sociais brasileiras. Assim, a análise da Saúde do Trabalhador no âmbito rural apresentou importantes dados que levaram a identificar a limitação dessa área enquanto política pública, sobretudo no âmbito rural, local em que o trabalho informal é a regra e as relações de trabalho ainda se encontram, na realidade concreta, fora dos parâmetros mínimos de regulamentação do trabalho, situação que leva a levantar a hipótese de que a informalidade do trabalho rural, na região, é funcional à acumulação de capital. Por fim, também foram pontuadas as questões sobre a Modernização da Agricultura e relações de trabalho no campo, momento em que mais se caracterizou a existência efetiva da superexploração da força de trabalho como elemento estruturante das relações de trabalho na região, identificadas nas condições de vida e trabalho, informalidade, desemprego estrutural, adoecimento e acidentes de trabalho.

Palavras-chave: Saúde do trabalhador; superexploração da força de trabalho; capitalismo dependente; Previdência Social.

RESUMEN

La presente investigación tiene como objeto la Salud del Trabajador en Lavras / MG y región. El estudio de este área se basó en el análisis de los determinantes que engendraron el alejamiento de sus trabajos de los trabajadores rurales (empleados) quienes recibieron beneficios por incapacidad en el período de 2012 a 2015 por la Agencia de Seguro Social de Lavras / MG. Esta evaluación partió de la perspectiva de la Economía Política del capitalismo dependiente, puesto que la investigación sobre la enfermedad laboral se caracteriza, en este trabajo, más allá de las condiciones y organización del trabajo en sí, para ser evaluada a partir de la configuración específica que las relaciones de trabajo poseen en el capitalismo brasileño, en el contexto del análisis del capitalismo latinoamericano *sui generis*, identificado por Ruy Mauro Marini. La categoría de la superexplotación de la fuerza de trabajo condujo los análisis sobre Salud del Trabajador en el área rural, momento importante para la identificación de la pertinencia del hecho de que aún se habla de superexplotación de la fuerza de trabajo en la región estudiada. El estudio de la dinámica económica en la que se insertan los trabajadores rurales, - la agropecuaria - también fue un punto importante de análisis, al detectarse su importancia para la economía brasileña y para la principal pauta de exportación de Minas Gerais, buscando comprender cuál es la relevancia de la región en la contribución de la economía agropecuaria del estado y la relación con la fuerza de trabajo utilizada en la producción del sector. Para la realización de todo este estudio, fue necesario profundizar el conocimiento acerca del área Salud del Trabajador, su conceptualización y diferencias teórico-prácticas en relación a las demás concepciones que pretenden abarcar la relación trabajo x enfermedad en el ámbito de las organizaciones y empresas en general. Además, se buscó abordar la relación intersectorial necesaria para la Salud del Trabajador, que está compuesta por algunas políticas sociales, sobre todo la Seguridad Social. Las recientes contrarreformas del momento en el escenario brasileño, también fueron brevemente abordadas para demostrar cómo tales contrarreformas afectaron, afectan y afectarán la Salud del Trabajador en Brasil, una política aún en vías de efectivización en el ámbito de las políticas sociales brasileñas. Así, el análisis de la Salud del Trabajador en el ámbito rural presentó importantes datos que llevaron a identificar la limitación de esa área como política pública, sobre todo en el ámbito rural, donde el trabajo informal es la norma y las relaciones laborales todavía se encuentran, en la realidad concreta, fuera de los parámetros mínimos de regulación del trabajo, situación que lleva a plantear la hipótesis de que la informalidad del trabajo rural, en la región, es funcional al acúmulo de capital. Por último, también se han planteado las cuestiones sobre la modernización de la agricultura y relaciones de trabajo en el campo, momento en que más se caracterizó la existencia efectiva de la superexplotación de la fuerza de trabajo como elemento estructurante de las relaciones de trabajo en la región, identificadas en las condiciones de vida y trabajo, informalidad, desempleo estructural, enfermedad y accidentes de trabajo.

Palabras clave: Salud del trabajador; superexplotación de la fuerza de trabajo; capitalismo dependiente; Seguridad Social.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1: Seção e descrição CNAE	27
Tabela 2: Número de entrevistas total da pesquisa	36
Figura 1: Mapa de Lavras/MG e região	38
Tabela 3: Dados sobre acidentes de trabalho no Brasil	70
Tabela 4: Quantidade de acidentes de trabalho no Brasil	71
Tabela 5: Estrutura e funcionalidade do SINPAS	88
Tabela 6: Novas regras no contexto da contrarreforma da Previdência Social	99
Tabela 7: O Serviço Social na Previdência Social	112
Tabela 8: Área e número dos estabelecimentos agropecuários conforme CENSO Agropecuário 2006	184
Gráfico 1: Evolução da ocupação em estabelecimentos agropecuários no Brasil	192
Gráfico 2: Afastamento por incapacidade laborativa de trabalhadores e trabalhadoras em comparação com CNAE, por ramo da atividade econômica, no período de 2012 a 2015 – dados com base no CNPJ/IBGE e CNPJ-CEI/INSS (%)	198
Gráfico 3: Afastamento por incapacidade laborativa de trabalhadores e trabalhadoras em comparação com CNAE, por ramo da atividade econômica, no período de 2012 a 2015 – dados com base no CNPJ entre INSS e IBGE (%)	199
Gráfico 4: Número de trabalhadores ocupados no ramo A	200
Gráfico 5: Afastamento por incapacidade laborativa de trabalhadores e trabalhadoras em comparação com a POT, por ramo da atividade econômica, no período de 2012 a 2015 – dados com base no CNPJ/IBGE e CNPJ-CEI/INSS (%)	201
Tabela 9: PEA e pessoas ocupadas em Lavras/MG e região	202
Tabela 10: PIB por setor de atividade em Lavras/MG e região	204

LISTA DE SIGLAS

AEAT - Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho

AEPS - Anuário Estatístico da Previdência Social

APS - Agência de Previdência Social

B31 – Benefício por incapacidade previdenciário

B91 – Benefício por incapacidade acidentário

BCB – Banco Central do Brasil

BM – Banco Mundial

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CAP - Caixa de Aposentadorias e Pensões

CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho

CAT - Comunicação do Acidente de Trabalho

CEI - Cadastro Específico do INSS

CEME - Central de Medicamentos

CEMPRE – Cadastro Central de Empresas.

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CEREST - Centro de Referência em Saúde do Trabalhador

CF - Constituição Federal

CID-10 - Código Internacional de Doenças

CIF - Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde

CLPS - Consolidação das Leis da Previdência Social

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

CNAE - Classificação Nacional de Atividade Econômica

CNI - Conselho Nacional da Indústria

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CNS – Conselho Nacional de Saúde

CNT - Conselho Nacional do Trabalho

CONASP - Conselho Consultivo de Administração de Saúde Previdenciária

CONFE - Conselho Federal de Estatística

CPF – Cadastro de Pessoa Física

CPS - Conselho de Previdência Social
CRAS - Centro de Referência da Assistência Social
CRF - Comprometimento de Renda das Famílias
CRTC - Comprometimento de Renda dos Tomadores de Crédito
CSA - Comunidade que Sustenta a Agricultura
CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público
DATAPREV - Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DNPS - Departamento Nacional de Previdência Social
DRU - Desvinculação das Receitas da União
EC – Emenda Constitucional
EIR - Exército Industrial de Reserva
E-SIC – Sistema Eletrônico de Informações ao Cidadão
ETR - Estatuto do Trabalhador Rural
FAP - Fator Acidentário de Prevenção
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz
FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
FUNDACENTRO - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho
FUNRURAL - Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
GBENIN - Gerenciamento de Benefícios por Incapacidade
IAP - Instituto de Aposentadorias e Pensões
IAPAS - Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social
IAPC – Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INPS – Instituto Nacional da Previdência Social
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LAI - Lei de Acesso à Informação

LBA - Fundação Legião Brasileira de Assistência
LC – Lei Complementar
LER - Lesão por Esforço Repetitivo
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
LOPS- Lei Orgânica da Previdência Social
LOS - Lei Orgânica da Saúde
MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário
MF - Ministério da Fazenda
MP – Medida Provisória
MPAS - Ministério de Previdência e Assistência Social
MPS - Ministério da Previdência Social
MPT - Ministério Público do Trabalho
MT - Medicina do Trabalho
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
MTSS – Manual Técnico do Serviço Social
NR - Norma Regulamentadora
NTEP - Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário
NTP – Nexo Técnico Previdenciário
OAB - Organização de Advogados do Brasil
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMS - Organização Mundial de Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
PAM – Produção Agrícola Municipal
PBA - Plano Básico de Ação
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PEA – População Economicamente Ativa
PIB - Produto Interno Bruto
PM - Perícia Médica
PNS - Pesquisa Nacional de Saúde
PNSST - Política Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho
PNSTT - Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do SUS
POT - Pessoal Ocupado Total
PP – Pedido de prorrogação

PPM – Produção da pecuária municipal
PRÓ-RURAL - Programa de Assistência ao Trabalhador Rural
PS - Previdência Social
RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais
RAT - Riscos Ambientais do Trabalho
RENAST - Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador
RFB - Receita Federal do Brasil
RGPS - Regime Geral de Previdência Social
RP - Reabilitação Profissional
RPPS - Regime Próprio de Previdência Social
SAT – Seguro de Acidente do Trabalho
SFN - Sistema Financeiro Nacional
SIC- Sistema de Informações ao Cidadão
SINAN - Sistema Nacional de Agravos de Notificação
Sind-Clube – Clube dos Servidores ligados ao SINDUFLA
SINDUFLA – Sindicato dos Servidores Técnicos Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino de Lavras
SINITOX – Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas
SINPAS - Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social
SMARTLAB - Laboratório Digital do Trabalho Decente/Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho
SO - Saúde Ocupacional
SS - Serviço Social
ST - Saúde do Trabalhador
SUIBE - Sistema Único de Benefícios
SUS – Sistema Único de Saúde
TMD – Teoria Marxista da Dependência
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
UFLA – Universidade Federal de Lavras

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
NOTAS METODOLÓGICAS E PESQUISA DE CAMPO	24
CAPÍTULO 1. A SAÚDE DO TRABALHADOR NO BRASIL.....	41
1.1. A MEDICINA DO TRABALHO E A SAÚDE OCUPACIONAL: MODELOS DE INTERVENÇÃO INSUFICIENTES?	45
1.2. A SAÚDE DO TRABALHADOR COMO CAMPO CONCEITUAL-TEÓRICO E DE INTERVENÇÃO.....	51
1.3. SAÚDE DO TRABALHADOR NO BRASIL: AS CONSEQUÊNCIAS NEGATIVAS DA SUBSUNÇÃO DO TRABALHO AO CAPITAL.	56
CAPÍTULO 2: A PREVIDÊNCIA SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM O CAMPO SAÚDE DO TRABALHADOR	77
2.1. A PREVIDÊNCIA SOCIAL NA PERSPECTIVA HISTÓRICO-ESTRUTURAL	77
<i>2.1.1. A Previdência à beira da contrarreforma: alguns elementos e pontos críticos</i>	<i>92</i>
<i>2.1.2. Uma breve incursão sobre a situação do campo Saúde do Trabalhador no contexto da “Modernização” trabalhista.</i>	<i>101</i>
<i>2.1.3. Os serviços constitutivos da Saúde do Trabalhador na Previdência Social: reflexões sobre a suposta mudança de paradigmas</i>	<i>104</i>
2.1.3.1. Perícia Médica	107
2.1.3.2. O Serviço Social	110
2.1.3.3. A Reabilitação Profissional.....	118
2.2. A SAÚDE DO TRABALHADOR PARA ALÉM DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: INCURSÕES SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO (PNSST).120	
CAPÍTULO 3. O ESTUDO DA SAÚDE DO TRABALHADOR A PARTIR DA ECONOMIA POLÍTICA: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA.....	126
3.1. O RESGATE DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA PARA O ESTUDO DA SAÚDE DO TRABALHADOR: A IMPORTÂNCIA DAS CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO	129

3.2. A CATEGORIA DA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO COMO NORTEADORA DAS ANÁLISES DA SAÚDE DO TRABALHADOR NO BRASIL.....	165
3.3. A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO RURAL: DA TARDIA REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO À CONTRIBUIÇÃO NO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO NA ECONOMIA DEPENDENTE BRASILEIRA.	183
CAPÍTULO 4. ANÁLISE DOS DADOS: A SAÚDE DO TRABALHADOR RURAL E SUA ANÁLISE PELA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	197
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	237
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	241
ANEXOS	254

INTRODUÇÃO

Havia, até o momento desta escrita, a intenção em apresentar manchetes e notícias de jornais de Lavras/MG e região, a respeito dos trabalhadores rurais, notícias que pudessem revelar a realidade de seus cotidianos de vida e trabalho. Contudo, a invisibilidade de suas vidas e lutas cotidianas são uma realidade, impossibilitando que os leitores futuros deste trabalho pudessem obter um pouco de seus históricos de vida e sobretudo, de trabalho, através do noticiário local. Trabalhadores e trabalhadoras rurais, que exercem cotidianamente o trabalho em condições difíceis, em uma realidade que, no passado e no presente, revela pouca simpatia por eles e por seu mundo de imensas dificuldades e disparidades em relação aos trabalhadores urbanos. Na falta de noticiários e informações sobre esse público, espera-se que este trabalho possa, minimamente, dar visibilidade ao cotidiano sacrificante do trabalhador rural.

Assim, a pesquisa que se apresenta, tem como proposta a investigação da Saúde do Trabalhador, sob o viés da Economia Política. Pretende-se neste trabalho, tecer considerações a respeito do objeto de modo a vinculá-lo aos estudos marxistas, e com isso obter uma leitura mais aprofundada da questão do adoecimento no trabalho, haja vista que a saúde do trabalhador é um campo de interesse da classe trabalhadora, porém debatido aquém do necessário no ambiente acadêmico e sobretudo no Serviço Social.

Para tanto, buscou-se atender aos objetivos propostos que seriam, como objetivo geral: investigar os determinantes que engendram o afastamento dos trabalhadores de suas atividades laborais no âmbito da APS Lavras, tendo como referencial a categoria da superexploração da força de trabalho. E como objetivos específicos: analisar qual ramo da atividade econômica produz mais afastamentos, relacionando-os com as condições de trabalho exercidas; e compreender como os ramos da atividade econômica que mais geram afastamentos se portam na dinâmica econômica brasileira.

Como a pesquisa é um processo complexo e dialético, algumas mudanças foram necessárias ao longo do processo de investigação, sendo que, devido a impossibilidade atual em realizar uma análise aprofundada sobre o ramo da atividade econômica que mais gera afastamento laboral em Lavras/MG e região, tangenciou-se a pesquisa para o ramo da atividade econômica A, correspondente, conforme CNAE, à agricultura, pecuária, produção florestal e aquicultura. Essa mudança possibilitou explorar o âmbito rural de forma dinâmica e precisa, buscando caracterizar os determinantes que provocam o

afastamento laborativo, tendo como norte a categoria da superexploração da força de trabalho, presente na TMD de Ruy Mauro Marini.

Este estudo buscou analisar os trabalhadores rurais (empregados) que tiveram afastamento laborativo pelo INSS, o instituto que operacionaliza a política previdenciária no país e está presente em diversos municípios brasileiros através das APS's. Hoje, existem 1.654¹ APS em todo o país, sendo 191 no estado de Minas Gerais. Cada APS atende uma região específica e no caso da APS Lavras, as cidades atendidas somam 12 municípios jurisdicionados, sendo eles: Lavras, Ribeirão Vermelho, Itutinga, Itumirim, Ijací, Cana Verde, Luminárias, Carrancas, Perdões, Ingaí, Bom Sucesso e Nepomuceno².

Assim, além de analisar os determinantes gerais do processo de adoecimento, foram analisadas as relações de trabalho no campo, bem como as peculiaridades do trabalho no âmbito rural, sendo a informalidade e a contradição da Modernização da Agricultura, fatores importantes na análise do processo de adoecimento laboral.

Esta dissertação foi dividida em quatro capítulos, que buscou relacionar a área Saúde do Trabalhador com uma das políticas que a compõe, a Previdência Social, bem como encaminhou a análise dessa área para a perspectiva da Economia Política. Além disso, debates necessários sobre as contrarreformas trabalhista e previdenciária, que terão incidências negativas para a Saúde do Trabalhador enquanto política, também foram abordadas. Todos os assuntos colocados serviram de base e referencial para a análise da Saúde do Trabalhador no âmbito rural na região de Lavras.

Assim, o capítulo 1 apresenta as discussões inerentes ao campo Saúde do Trabalhador, os modelos de intervenção que surgiram antes da conceituação teórico-prática, política e de saúde pública trazida pela Saúde do Trabalhador, apontando seus avanços e limites, bem como ressaltando a importância de um novo olhar sobre os trabalhadores nas análises do processo de adoecimento laborativo, e nas ações preventivas, com foco no protagonismo do trabalhador. Além disso, as consequências negativas advindas do trabalho também foram abordadas, procurando demonstrar na realidade concreta, as consequências da relação capital x trabalho para a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras.

¹ Desse total, 86 são APS's de atendimento a demandas judiciais, 5 são móveis flutuantes, 3 são de teleatendimento e 7 são de acordos internacionais.

² Apesar deste município contar com uma APS, inaugurada em 2012, as ações em saúde do trabalhador são realizadas na APS Lavras, haja vista não contar com a estrutura em saúde do trabalhador naquela APS.

No capítulo 2, a Saúde do Trabalhador foi estudada e analisada no campo da Previdência Social, buscando demonstrar qual o papel dessa política pública no que tange à saúde dos trabalhadores e trabalhadoras por ela atendidos. Para tanto, foi importante fazer o levantamento do histórico estrutural de surgimento da Previdência Social, para a compreensão do seu real papel e contribuições que oferece e que poderia ofertar ao campo Saúde do Trabalhador no país. Elementos importantes como a contrarreforma trabalhista e da previdência Social também não poderiam ficar de fora, haja vista que tais mudanças irão atingir em cheio a Saúde do Trabalhador, que ainda engrena a passos lentos na cena brasileira.

Assim, caminha-se ao capítulo 3, momento mais denso de todo o estudo que se segue, capítulo no qual buscou-se relacionar a Saúde do Trabalhador a partir da Economia Política do capitalismo dependente, tendo como referencial contribuições da Teoria Marxista da Dependência, que defende que o capitalismo brasileiro (e latino-americano) é um capitalismo *sui generis*, e que a superexploração da força de trabalho segue como seu fundamento estrutural. Importante frisar ainda, que é neste capítulo que a especificidade do trabalho rural será estudada, buscando apresentar alguns possíveis elementos que relacionam a tardia regulamentação da força de trabalho no campo e a funcionalidade desta para a acumulação capitalista, uma hipótese levantada que necessitaria de mais alguns anos de pesquisa para ser efetivamente confirmada. Também, é um capítulo onde se busca afirmar a pertinência em se falar de superexploração da força de trabalho nos dias atuais no âmbito rural.

Importante ressaltar, neste momento, que a discussão da pesquisa sob à luz das categorias da TMD só foi possível por meio de Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFJF, que apresentou, com ineditismo no programa, as discussões a respeito da Teoria da Dependência, que são discussões que vem sendo retomadas no âmbito acadêmico em diversas partes do país, revelando a importância da TMD e o desafio em se analisar sua pertinência para o aporte dos estudos da realidade brasileira na atualidade. O contato com essa teoria revelou um olhar particular sobre uma realidade particular como a brasileira, e foi interessante do ponto de vista do conhecimento e reconhecimento de pensadores brasileiros que contribuíram para o entendimento e compreensão da sua própria realidade, da realidade brasileira.

Em seguida, no capítulo 4 são apresentadas as análises de dados da pesquisa de campo e da pesquisa estatística realizada anteriormente à pesquisa de campo. Nesse

capítulo, foram projetados grupos de análise para identificar e analisar a Saúde do Trabalhador no campo, com base na identificação da superexploração da força de trabalho, que culmina na apropriação do fundo de consumo do trabalhador e consumo de vida útil do trabalhador pelo capital, que se expressa pelo adoecimento precoce por conta de esforços advindos do trabalho, bem como no envelhecimento precário e nas limitadas condições de vida e existência dos trabalhadores rurais.

E, por fim, tece-se as considerações finais, que estão longe de serem definitivas e fechadas, apesar do nome significar um ponto final na discussão; ao contrário, é a partir dessas considerações que esta pesquisa abrirá novos campos de investigação, haja vista a impossibilidade real de esgotamento do assunto em pauta, sobretudo porque se trata de uma realidade advinda de um sistema cuja conjuntura muda a cada momento histórico e conforme interesses em cena.

NOTAS METODOLÓGICAS E PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo deste trabalho foi realizada no município de Lavras/MG e região, ou seja, Lavras e mais onze cidades cujo atendimento previdenciário é referenciado na APS Lavras. São elas: Ribeirão Vermelho, Cana Verde, Nepomuceno, Luminárias, Carrancas, Perdões, Ingáí, Ijací, Itumirim, Itutinga e Bom Sucesso.

Antes de abordar o procedimento metodológico desta pesquisa, se faz interessante ressaltar que esta, desde o início, pretendeu-se marxista, isto é, tentou-se buscar na própria realidade e no próprio campo de investigação, as respostas para o problema apresentado neste trabalho, que seria compreender os motivos que levam o trabalhador ao adoecimento e aos acidentes de trabalho. Ou seja, buscou-se aproximar da essência dos fenômenos do adoecimento do trabalho em Lavras e região, sempre respeitando o princípio básico de não enquadrar a realidade em teorias ou descobertas previamente concebidas, mas buscar no chão da realidade, na concreticidade dessa realidade, as explicações para o que se propôs conhecer. A tarefa não foi fácil, mas espera-se que o objetivo tenha sido alcançado, embora esse processo de investigação tenha sido um exercício de aproximação, haja vista a complexidade da realidade e dos processos sociais. Netto, ao recordar de que ponto Marx partia nos estudos da sociedade, refere que:

[...] o método [em Marx] não é um conjunto de regras formais que se “aplicam” a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade, para “enquadrar” o seu objeto de investigação. [...] Marx não nos apresentou o que “pensava” sobre o capital, a partir de um sistema de categorias previamente elaboradas e ordenadas conforme operações intelectivas: ele (nos) descobriu a estrutura e dinâmica *reais* do capital; não lhe “atribuiu” ou “imputou” uma lógica: extraiu da efetividade do movimento do capital a *sua* (própria, imanente) *lógica* – numa palavra, deu-nos a teoria do capital: *a reprodução ideal do seu movimento real* (NETTO, 2001, pág. 52).

Assim, compreende-se que em Marx não existem regras formalizadas e/ou esquemas-modelo de interpretação da realidade a ser estudada, pois é em contato com o objeto que se apreende e compreende a realidade, é o desnudar da aparência para o encontro com a essência dos fenômenos. Ou seja: é o estudo do objeto e seu entendimento que será transposto para a consciência. Não é uma elaboração teórica a ser aplicada para o enquadramento da realidade, mas o contrário: primeiro se apreende as categorias no

estudo do objeto, na realidade, e depois esse movimento vem a ser transposto ao pensamento, conformando a teoria.

Em outras palavras, método e teoria são inerentes um ao outro, pois o conhecimento como aproximação da verdade, a passagem da aparência à essência, pressupõe um método para o alcance dessa verdade, para o desvendar da essência dos fenômenos. Tanto é essencial quanto primordial para a produção do conhecimento e para a revelação de uma teoria.

Obviamente, não é um exercício tão fácil quanto se parece. Contudo, buscou-se nessa pesquisa, compreender a Saúde do Trabalhador através do que o campo de pesquisa apresentou como insumo para a investigação. Houve um grande esforço para trazer da própria realidade do trabalhador a verdadeira história dos processos de adoecimento laborativo e acidentes de trabalho vivenciados.

Nessa linha, com base no conhecimento de que o método em Marx considera em seu procedimento investigativo: a diferença específica (sem a qual há o risco de se eternizar e harmonizar as relações existentes), a totalidade (composta de esferas específicas - economia, política, direito, etc. que se movem e só existem no mundo de forma articulada), a gênese das categorias e processos sociais (origem das categorias - enquanto formas de modos de ser, determinações da existência - e dos processos sociais) e o momento preponderante (a economia), pilares que devem ser considerados para que se possibilite o desvendamento da realidade concreta enquanto síntese de muitas determinações, a intenção dessa pesquisa foi compreender as dinâmicas do processo de trabalho dos trabalhadores, bem como sua relação com o patronato, as políticas sociais locais e as diferenças entre as cidades pesquisadas, que mesclam cidades de pequeno porte com cidades de médio porte, com estruturas econômicas diferenciadas.

Para o cumprimento dos objetivos deste trabalho, primeiro procedeu-se a um estudo estatístico para caracterização do ramo da atividade econômica que mais gerou afastamentos em Lavras e região, no período de 2012 a 2015³, esclarecendo que para se chegar a tal conclusão, comparou-se todos os ramos da atividade econômica e sua incidência percentual de afastamento; após, foi selecionado o ramo que mais afastou em termos percentuais, comparando-o aos demais setores. Todo esse procedimento só foi

³ O projeto de pesquisa apresentado tinha, inicialmente, a intenção de investigar os afastamentos do trabalho no período de 2012 a 2016. Contudo, por falta de dados do ano de 2016 por parte do IBGE, o período da pesquisa foi adequado. Mais adiante, serão encontradas maiores informações a respeito.

possível, porque foram solicitados dados estatísticos do IBGE, da RFB e do INSS, que foram conseguidos através da LAI, por meio da plataforma digital do Sistema de Informações ao Cidadão (e-sic: www.esic.gov.br).

Relevante ressaltar que, inicialmente, a obtenção dos dados necessários para a pesquisa seria retirada do SUIBE do INSS. Como esta pesquisadora é servidora pública da instituição, foi solicitado o acesso ao sistema, acesso esse que foi fornecido, porém, não foi permitido que as consultas realizadas fossem divulgadas ou utilizadas na pesquisa. Para tal, esta pesquisadora assinou um termo de compromisso, comprometendo-se a não divulgar os dados acessados. Como saída a esse problema, a orientação dada pelos superiores foi de procurar o acesso aos dados necessários por meio do E-sic, com escopo na LAI.

Assim, inúmeras informações foram solicitadas, inclusive também aos órgãos ligados ao MTE, sendo que várias informações foram aproveitadas nessa pesquisa, outras nem tanto, por serem incompletas ou por não apresentarem os filtros com informações funcionais à essa pesquisa. Totalizando, foram realizadas 15 solicitações no E-sic, sendo 06 solicitações para o MPS/INSS entre 08/08/2007 e 29/01/2018, seguida de 01 recurso em 1ª instância; 03 solicitações para o MTE entre 17/10/2017 e 19/01/2018; 03 solicitações para o Ministério da Fazenda (MF)/RFB de 22/08/2017 a 31/10/2017; e 03 solicitações para o IBGE entre 23/08/2017 e 04/10/2017.

No que tange ao IBGE, os dados disponibilizados estavam desidentificados⁴, por questões de sigilo. Foi realizado então novo pedido ao E-sic, para liberação de tais dados, o que foi negado. Para a resolução do problema, foi sugerido pelo IBGE o uso da sala de dados do instituto, na cidade de Niterói/RJ, sendo que o uso da sala geraria custos variáveis, a depender do tipo de pesquisa almejada. Diante da dificuldade pessoal, profissional e até financeira desta pesquisadora em se deslocar até tal município, haja vista que reside longe do local, este processo foi inviabilizado. Assim, foram solicitados

⁴ Conforme consta nos dados estatísticos solicitados ao IBGE via E-sic, “considera-se que há risco de identificação do informante quando o número de unidades, para o nível de agregação tabulado, for igual ou inferior a dois. Neste caso, os dados não podem ser divulgados. Devido à legislação que assegura o sigilo das informações estatísticas, foram adotadas regras de desidentificação para evitar a identificação dos informantes a partir dos dados divulgados. A regra básica consiste em desidentificar, no mesmo nível de subtotalização ou totalização, as colunas para as quais se tenham informações relativas a apenas uma ou duas unidades econômicas. Tal procedimento consistiu em aplicar um (x) na célula correspondente ao valor a ser omitido, nas variáveis Pessoal Ocupado Total, Pessoal Ocupado Assalariado e Salários e Outras Remunerações, preservando-se os valores referentes ao número de unidades (empresas ou unidades locais), que não sofreram desidentificação.”

ao IBGE os mesmos dados, porém, sem separação por municípios, o que seria possível fazer sem a desidentificação. E assim foi feito. Os dados fornecidos pelo IBGE, conforme será mais detalhado posteriormente, se referiam ao número de trabalhadores por ramo da atividade econômica na região de Lavras, e o número de unidades de referência (empresas consolidadas na região).

Pois bem, as informações solicitadas ao IBGE se referiram ao número de trabalhadores empregados nos ramos da atividade econômica da cidade de Lavras e região, considerando-se as seções da CNAE, de A a U. O CNAE se compõe hierarquicamente em: seções, divisões, grupos, classes e subclasses. Para a pesquisa, foram utilizadas as seções CNAE, que vão de A a U. Cada seção se refere a um ramo geral da atividade econômica, e podem ser identificados da forma abaixo.

Tabela 1: Seção e descrição CNAE

Seção	Descrição CNAE
<u>A</u>	AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA
<u>B</u>	INDÚSTRIAS EXTRATIVAS
<u>C</u>	INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO
<u>D</u>	ELETRICIDADE E GÁS
<u>E</u>	ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO
<u>F</u>	CONSTRUÇÃO
<u>G</u>	COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS
<u>H</u>	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO
<u>I</u>	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO
<u>J</u>	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
<u>K</u>	ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS
<u>L</u>	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS
<u>M</u>	ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS
<u>N</u>	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES

Seção	Descrição CNAE
<u>Q</u>	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL
<u>P</u>	EDUCAÇÃO
<u>Q</u>	SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS
<u>R</u>	ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO
<u>S</u>	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS
<u>I</u>	SERVIÇOS DOMÉSTICOS
<u>U</u>	ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS

Fonte: <https://cnae.ibge.gov.br/?view=estrutura>

Então, o IBGE repassou informações sobre a quantidade de trabalhadores em cada ramo da atividade econômica (por seção), no município de Lavras e região, no período de 2012 a 2015⁵. Informações sobre o ano de 2016 também foram solicitadas, contudo, o Instituto ainda não havia consolidado os dados daquele ano. Por serem dados essenciais à pesquisa estatística, não tivemos como abordar a pesquisa no período de 2012 a 2016, conforme proposta inicial. Assim, readequou-se o período, excluindo o ano de 2016.

A justificativa apresentada para o estudo do período de 2012 a 2016 – agora modificado para o período 2012-2015, se refere ao fato de que em 2011/2012, foi promulgada uma lei específica para a área de Saúde do Trabalhador, sendo também um período onde se iniciou o declínio dos direitos sociais devido a conjuntura política e socioeconômica vivenciada no país. Esse período possibilitará a percepção sobre a Saúde do Trabalhador em contextos diferentes da “crise” do capital: um momento de mais avanços quanto aos direitos sociais pela via progressista na realidade brasileira, seguida de retrocessos e propostas de desmonte dos direitos previdenciários e trabalhistas, que tem incidência direta nas condições (já precarizadas) de trabalho e na saúde do trabalhador.

Uma questão importante que não obteve solução foi o ramo da atividade econômica O, corresponde à Administração Pública. O IBGE não forneceu dados sobre quais os estabelecimentos foram contabilizados naquele ramo da atividade econômica e

⁵ Considerando como referência a data de 31/12 de cada ano. Isto é, o número de pessoas empregadas na data de 31/12 de cada ano.

não foram citados se os números de POT eram de funcionários efetivos, contratados ou mesmo celetistas. A falta de informações mais precisas desse ramo da atividade econômica prejudicou os dados da pesquisa, pois, na Administração Pública existe o RPPS e o RGPS/INSS. Se os funcionários estão em uma Prefeitura com RPPS, mas são contratados, o afastamento do trabalho se dá por meio de análise do RGPS, ou seja, do INSS. Se há RPPS e o funcionário a ser afastado é efetivo, a análise de afastamento será feita pelo serviço médico do RPPS da prefeitura correspondente. Outra situação: muitas prefeituras não possuem o RPPS; então, todos os funcionários (celetistas ou não) serão atendidos pelo INSS. Essas peculiaridades prejudicaram a análise do setor O, cuja solução encontrada foi sua exclusão da pesquisa realizada. Além disso, não foram divulgados se os órgãos federais, estaduais e municipais existentes nos municípios entraram nas estatísticas apresentadas pelo IBGE, sendo que, mediante tal dúvida, optou-se por excluir a seção O da CNAE das análises.

Assim como não foi possível conseguir dados suficientes para a análise da seção O, a seção T, referente a Serviços Domésticos, também não foi analisada por falta de dados fornecidos pelo IBGE, haja vista que muitos serviços domésticos são ainda informalizados, dentre outras possíveis dificuldades do IBGE em quantificar exatamente a quantidade de pessoas nesse setor, por serem empregadas de unidades familiares⁶, e não de unidades empresariais, de onde o IBGE consegue extrair os dados de diversas fontes governamentais. Todavia, a seção T da CNAE também foi excluída da pesquisa.

Ainda que pareça que tal processo foi simples e rápido, o processo foi, ao contrário, bastante moroso, pois, ao solicitar as informações via E-sic, foi necessário aguardar no mínimo 20 dias para obter uma resposta. Nos casos em que as respostas não contemplavam o pedido inicial, havia o prazo de 7 dias para recurso e eles, um prazo de 10 dias para a resposta do recurso. Embora algumas respostas tenham vindo antes dos 20 dias iniciais, ainda sim foi um processo longo.

De posse dessas informações, comparou-se o número de trabalhadores empregados em cada setor da atividade econômica com o número de trabalhadores afastados do trabalho pelo INSS (devido a incapacidade laborativa) no mesmo período e por atividade econômica. Para que isso fosse possível, foi necessário solicitar ao INSS a

⁶ Os registros dos empregados domésticos são realizados, majoritariamente, pelo CPF (pessoa física) de seus empregadores, não constando na base de dados do IBGE, que retirou os dados informados nessa pesquisa da plataforma CEMPRE.

quantidade de benefícios por CNPJ, no período de 2012 a 2015. E, para descobrir qual seção CNAE cada CNPJ pertencia, solicitou-se da RFB uma lista com todos os CNPJs de Lavras e região, com suas respectivas seções CNAE. De posse dessa lista, procedeu-se ao programa Excel com a elaboração de uma fórmula para buscar na listagem de CNPJ fornecida pela RFB, a seção CNAE correspondente ao CNPJ fornecido pelo INSS (que continha a quantidade de benefícios em cada CNPJ). Então, através da fórmula $=PROCV(\$J3;\$A\$2:\$E\$40850;3;0)$, foram identificados quais as seções CNAE dos CNPJs, bem como estratificar a quantidade de pessoas afastadas por seção CNAE, para compará-las com o número de pessoas empregadas em cada seção CNAE.

Isso deu início aos cálculos percentuais para saber quantas pessoas foram afastadas em cada seção da CNAE, que corresponde ao ramo da atividade econômica. Assim, comparando-se o número de trabalhadores em cada seção CNAE, bem como o número de afastamentos em cada seção CNAE, chegou-se à conclusão de que seria possível dois cenários comparativos: comparar o ramo da atividade econômica que mais afasta em relação ao número de POT, e comparar o ramo que mais afasta em relação aos demais ramos (comparar o ramo A com o ramo B, com o ramo C e assim por diante). Como um dos objetivos específicos da pesquisa seria comparar o ramo da atividade econômica que mais afasta, seria mais condizente com a pesquisa focar no segundo cenário, comparando afastamentos entre os próprios ramos e não em comparação ao número total de trabalhadores.

Após todos esses cálculos e meses de análise de todos esses dados, a conclusão a que se chegou foi a de que o ramo da atividade econômica que mais gera afastamentos em Lavras e região (excluídos os ramos O e T, por questões já explicitadas), seria o ramo A, referente a agricultura, pecuária, produção floresta, pesca e aquicultura.

Contudo, após todos esses procedimentos, foi constatada uma questão séria, que colocou em risco as análises estatísticas com base nos dados do IBGE, comparando-os com os dados do INSS: nesse processo de análise, verificou-se que a base de dados fornecida pelo IBGE (com base no CNPJ) estava diferente da base de dados oferecida pelo INSS (que tem base tanto no CNPJ quanto no CEI). Essa constatação comprometeu a análise dos dados, no sentido de analisar o setor da atividade econômica que mais gera afastamentos do trabalho. Isso porque, ao comparar o número de trabalhadores vinculados em cada ramo (dados do IBGE) com o número de trabalhadores afastados do trabalho (dados do INSS), tinha em mãos uma base de dados diferente; isto é, o IBGE não

informou sobre empregadores equiparados (aqueles que são pessoa física mas que são equiparados à empresa e não necessitam se cadastrar no CNPJ). Assim, não foi possível realizar, de forma fidedigna à realidade, as estatísticas do ramo da atividade econômica que mais afasta por conta do adoecimento do trabalho.

Em outras palavras, se fosse utilizado o número de afastados do trabalho no ramo A, por exemplo, e comparado com o número de POT do ramo A informado pelo IBGE, a realidade dos trabalhadores do ramo A seria omitida, haja vista que a POT informada pelo IBGE contém somente unidades locais (estabelecimentos), cujas informações foram retiradas do CEMPRE/IBGE, que cobre o universo das organizações inscritas no CNPJ e não das pessoas físicas equiparadas às empresas, isentas de CNPJ e com cadastro CEI. Essa realidade comprometeu parte da pesquisa⁷.

Todavia, ainda haviam muitas possibilidades de trabalho com as informações obtidas. Não há como deixar para trás meses de trabalho em busca de dados empíricos que fariam parte da primeira parte dessa pesquisa. Ainda que a fonte de dados tenha limitado o conhecimento do ramo que mais afasta o trabalhador por conta do adoecimento, considerou-se que as informações já coletadas poderiam apontar alguns panoramas interessantes a respeito da Saúde do Trabalhador. Sendo assim, os dados foram utilizados de outro modo, comparando cenários da realidade atual do trabalhador na região de Lavras, ainda que diante da impossibilidade dada no momento, de comparar o ramo da atividade econômica que mais gera afastamento.

Mediante as limitações encontradas, foram realizadas análises estatísticas com alguns cenários de comparação, inclusive com base nas economias de cada cidade da região de Lavras, informações sobre o trabalho e o adoecimento, dentro das possibilidades dadas pela coleta de dados realizadas via E-sic. Para as análises estatísticas, obteve-se assessoria do Departamento de Estatística da Universidade Federal de Lavras (UFLA), através do Prof. Dr. Júlio Sílvio de Sousa Bueno Filho, que explicitou os possíveis cenários e se disponibilizou para ajudar na formulação estatística de novas análises com os dados trabalhados.

⁷ Houve ainda a tentativa em obter os dados a respeito do ramo de atividade econômica que mais gera afastamentos por doenças ou acidentes do trabalho com a Vigilância em Saúde do Trabalhador do município de Lavras. Contudo, eles não obtinham dados gerais de afastamento, somente daqueles casos de acidentes de trabalho que eram notificados pelo SUS, não permitindo uma análise exata do ramo que mais afasta, já que não obtinham uma base de dados comparativas entre número de trabalhadores existentes em cada ramo e o número de afastamentos do trabalho em cada ramo, conforme a necessidade de análise da pesquisa.

Assim, toda essa situação exigiu um posicionamento sobre a condução da pesquisa, a partir do problema constatado. Sendo assim, a pesquisa de campo, que seria realizada com o ramo da atividade econômica que mais gera afastamentos por adoecimento, foi realizada com o ramo da atividade econômica A. Foi uma escolha, com base no pouco estudo que há a respeito da saúde do trabalhador no campo, ou seja, no âmbito previdenciário, existem poucos estudos a respeito da saúde do trabalhador na área rural, e por isso, a pesquisa de campo tomou esse rumo.

Com isso, formatou-se a pesquisa que foi quanti-qualitativa, haja vista que essa se dividiu em dois momentos: um de análise estatística em geral, para conhecimento da realidade da saúde do trabalhador na região e conforme o ramo da atividade econômica ao qual está atrelado, e outro momento de pesquisa qualitativa, que foi realizada com os trabalhadores do ramo A, cuja natureza da atividade é rural. Isso possibilitou algumas comparações interessantes da realidade da saúde do trabalhador da área urbana e da área rural.

Quanto à questão da imparcialidade na pesquisa, compreende-se que a objetividade, negada às pesquisas qualitativas, são reconhecidas não sem observações e inúmeras restrições devido ao que chamam de “subjetivismo”. Minayo (2008, p. 39-40) traz reflexões sobre essa polêmica em relação à cientificidade na pesquisa social:

A cientificidade não pode ser reduzida a só uma forma de conhecer: ela pré-contém, por assim dizer, diversas maneiras concretas e potenciais de realização. A diferenciação entre métodos específicos das ciências sociais e das ciências físico-naturais e biológicas refere-se à natureza de cada uma das áreas.

As ciências sociais são peculiares, devem considerar essas peculiaridades que são: o fato do objeto destas ser histórico (ou seja: a sociedade e indivíduos tem consciência histórica) e também pelo fato das ciências sociais ser intrínseca e extrinsecamente ideológica: o que se tem é uma aproximação do real, bem como os instrumentos teóricos e metodológicos a serem utilizados para tal demanda de escolhas do pesquisador – que são sempre baseadas em um método para o conhecimento da realidade. Esse método se apresenta, ao pesquisador, como um método coerente para a apreensão do real; tudo isso sempre mantendo a criticidade ante a compreensão do objeto (MINAYO, 2008).

E, já que se adentrou nessa seara, outro ponto de discussão quando se trata de pesquisa social, sobretudo na abordagem qualitativa, é a questão da neutralidade, que de

fato não existe, apesar de alguns autores assim tentarem forjá-la. E mais, a dificuldade de aceitação do qualitativo existe, por vezes, na definição da amostra.

A investigação positivista fez da amostra um processo que serve para validar as conclusões de modo amplo, generalizado, potencializando o uso da estatística para tais fins, sendo essa o meio principal de se chegar à verdade por meio dos números: a maioria, a quantidade e não a profundidade de determinado conhecimento da realidade é que vale (TRIVIÑOS, 1987).

O diferencial da pesquisa qualitativa é que ela possibilita ao pesquisador o aprofundamento da análise da realidade do objeto que se quer estudar. Diferencia-se da pesquisa quantitativa por explicar a realidade a partir de uma amostra – ainda que pequena – mas plena de significado e explicações do movimento do real, o que também não significa que não possa ser complementada por dados estatísticos e outras fontes de pesquisa.

Com base nisso, justifica-se a quantidade de pessoas que foram selecionadas para a participação da pesquisa: inicialmente 45 pessoas, trabalhadores e trabalhadoras rurais que, independente de residirem na cidade ou no campo, exerceram no período de 2012 a 2015 atividades de natureza rural e se afastaram delas devido a algum tipo de doença ou acidente. Vale ressaltar que os trabalhadores rurais estudados se referem àqueles que possuem vínculo empregatício, excluindo-se das análises os segurados especiais, parceiros, meeiros, dentre outros, pois são categorias de trabalhadores rurais que devem ter uma análise específica por conta da particularidade do seu trabalho na dinâmica rural, e também, por trabalharem por conta própria, alguns até em regime de economia familiar, o que foge ao foco dessa investigação. Chegou-se a esse número de entrevistas por indicações estatísticas do Prof. Júlio Bueno, que considerou que, para uma margem de erro de até 15%, poderiam ser realizadas até 45 entrevistas. Contudo, não é o objetivo aqui contradizer o que acaba de afirmar Triviños sobre a quantidade de entrevistas para a validação do estudo. Ou seja, realizar 45 entrevistas foi uma sugestão inicial com base no número de trabalhadores afastados do trabalho no período já citado. Esse número poderá ser reduzido, haja vista que não é a intenção impor um número grande de pessoas para se comprovar as causas da existência do fenômeno a ser estudado.

Nessa linha, ainda cabe observar que foi utilizada a amostragem por saturação, sempre com os devidos cuidados para não perder o rigor científico e a transparência da pesquisa a ser realizada, ressaltando que:

O ponto de saturação da amostra depende indiretamente do referencial teórico usado pelo pesquisador e do recorte do objeto e diretamente dos objetivos definidos para a pesquisa, do nível de profundidade a ser explorado (dependente do referencial teórico) e da homogeneidade da população estudada (FONTANELLA et al, 2008, p. 25-26).

Assim, observou-se uma certa homogeneidade da população estudada no que tange aos seus históricos de vida e acesso aos serviços e políticas sociais, sendo estes fatores que chamaram a atenção, inclusive nas respostas e históricos de vida semelhantes, embora haja, obviamente, particularidades. Nos diversos territórios de moradia e trabalho percorridos, contraditoriamente apresentou-se a heterogeneidade das relações de trabalho, condições de trabalho e características da mecanização do meio rural, dentre outros elementos melhor analisados no capítulo 4. Posto isso, e com base no fato de que o recrutamento não atingiu os 45 entrevistados, por negativa de participação na pesquisa, mas, principalmente, pela saturação das entrevistas, estas foram reduzidas para o número de 20 voluntários pesquisados.

Contudo, todo o cuidado em tentar demonstrar os fatores identificados que ensejaram a interrupção da pesquisa pela saturação constatada foi tomado, o que levou em consideração, procurando dar coerência e cientificidade à amostra planejada, as seguintes questões: realidade de vida desde a infância, com histórico semelhante; a permanência desses trabalhadores na mesma realidade até os dias atuais, com poucas modificações de vida em cada história apresentada; a não participação em sindicatos, escolaridade e inserção laboral seguindo um mesmo rumo na realidade dada, condições de vida precárias por conta do assalariamento mínimo dos trabalhadores e adoecimento importante após anos de vida no trabalho. Diante de tais questões, foi observada a saturação da pesquisa realizada, encerrando as investigações de campo, pela saturação em geral, tanto em Lavras como nas demais cidades que pertencem à região.

Para a coleta dos dados, foi utilizada como técnica de pesquisa a entrevista, que segundo Minayo (2008), é uma técnica privilegiada de comunicação e tem quatro classificações: sondagem de opinião, entrevista semiestruturada, entrevista aberta ou em profundidade e entrevista focalizada, sendo que a entrevista utilizada para esta pesquisa foi a entrevista semiestruturada, que consistiu em uma estrutura mínima ancorada em um roteiro físico utilizado pela pesquisadora. Nesse tipo de entrevista teve-se o cuidado de não deixar escapar as falas dos entrevistados que “fugiram” ao script, sob o risco de perdas valiosas de informações. Também, foi necessário o cuidado de não influenciar ou

tornar tendenciosas as respostas dadas pelos entrevistados durante o direcionamento da entrevista. Ainda a respeito, Triviños (1987, p. 146) coloca que:

o processo da entrevista semi-estruturada dá melhores resultados se se trabalha com diferentes grupos de pessoas [por exemplo] (professores, alunos, orientadores educacionais, diretores, sobre as perspectivas da Orientação educacional nas escolas), quando se realizam, primeiro, entrevistas individuais com pessoas dos diferentes setores envolvidos; logo se avança com grupos representativos de sujeitos de cada setor e, finalmente, numa entrevista semi-estruturada coletiva, formada por sujeitos dos diferentes grupos (professores, alunos, orientadores educacionais e diretores). Todas estas etapas da entrevista se desenvolvem em processos de retroalimentação. Isto quer dizer, por exemplo, que aqueles pontos escuros, que não têm sido possíveis completar, ou que aparecem como conflitivos ou divergentes, nas entrevistas individuais e dos grupos, podem constituir-se em bases para elaborar, as questões.

Infelizmente, por questões de prazo e dinâmica dos trabalhadores rurais que se disponibilizaram a participar como voluntários da pesquisa, não foi possível seguir as recomendações do autor acima, no que tange à realização de entrevistas estratificadas conforme grupos de pessoas e depois, a realização de uma entrevista coletiva. Além disso, também não foi possível entrevistar os diretores de sindicatos rurais, conforme proposto inicialmente, pois, não existe sindicato de trabalhadores (empregados) rurais na região⁸, somente sindicatos patronais ou de produtores rurais, e não de empregados rurais, sendo que estes seguem na vida laboral sem representatividade coletiva.

As entrevistas foram realizadas com os trabalhadores e trabalhadoras rurais (empregados) que acessaram a política previdenciária através da Agência de Previdência Social de Lavras/MG, gerida pelo INSS, para fins de benefício por incapacidade laborativa. A mediação dos possíveis participantes da pesquisa foi realizada por intermediação de profissionais dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) dos municípios de Lavras e região. Estes, voluntariamente explicaram aos trabalhadores sobre a pesquisa e fizeram a intermediação para as entrevistas, que foram realizadas nas

⁸ Exceto na cidade de Nepomuceno, onde existe um Sindicato dos Trabalhadores Rurais, onde o “dono” é uma pessoa “conhecida” da cidade, dono de postos de gasolina (inclusive tal sindicato se localiza em um cômodo anexo a um dos postos de gasolina citados). Durante a pesquisa, não foram encontrados trabalhadores filiados a tal sindicato. Esta pesquisadora, foi até o sindicato para buscar maiores informações sobre os sindicalizados e sobre o funcionamento daquele, mas as informações obtidas foram somente a de que o “responsável” pelo sindicato emite carteiras de trabalho e documentos rurais para a aposentadoria dos trabalhadores rurais, ainda que estes não sejam sindicalizados (obviamente, mediante o pagamento de certo valor financeiro não divulgado). Assim, por não ser um sindicato articulado e construído pela classe trabalhadora rural da cidade, não foi considerado relevante realizar a entrevista com o diretor do sindicato, por considerar que há algo ilegítimo naquela organização.

respectivas cidades, nas residências dos trabalhadores. Anteriormente, havia a possibilidade de as entrevistas serem realizadas no SINDClube/SINDUFLA, possibilidade rejeitada pela maioria dos voluntários devido a distância e dificuldade de acesso (ainda que lhes fossem fornecidas as passagens para o deslocamento).

As entrevistas foram divididas por cidade, proporcionalmente⁹ ao número de trabalhadores afastados em cada município, da forma que segue abaixo.

Tabela 2: Número de entrevistas total da pesquisa

Número de entrevistas total: 45 (inicial)				
Município	Nº de trabalhadores afastados (absoluto)	% de trabalhadores afastados ramo A/município	% de entrevistas/município	Nº de entrevistas/município
Lavras	133	25,43021	11,44	11
Ribeirão Vermelho	2	0,382409178	0,17	1
Nepomuceno	153	29,2543021	13,16	13
Perdões	40	7,6481836	3,44	3
Ijací	19	3,6328872	1,63	1
Ingai	25	4,780115	2,15	2
Itumirim	16	3,0592734	1,38	1
Carrancas	24	4,5889101	2,07	2
Itutinga	6	1,1472275	0,52	1
Cana Verde	2	0,382409178	0,17	1
Luminárias	46	8,79541109	3,96	4
Bom Sucesso	57	10,89866157	4,90	5
TOTAL	523	100%	-	45

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora, com base nos dados fornecidos pelo E-sic e trabalhadores durante a análise estatística da pesquisa.

⁹ Nos municípios em que, proporcionalmente, não seria necessário realizar as entrevistas, incluímos pelo menos uma entrevista, para ter uma visão mais ampla do que ocorre na região.

Contudo, além da diminuição do número de entrevistados por conta da saturação constatada na amostragem, algumas dificuldades foram encontradas em alguns municípios: os trabalhadores que exerceram atividades laborais rurais de 2012 a 2015 em Ribeirão Vermelho, Cana Verde, Ijací e Itumirim, não quiseram participar da pesquisa como voluntários. Trabalhadores selecionados de Luminárias e alguns de Perdões inicialmente aceitaram, mas se negaram no dia da entrevista. Alegaram diversos motivos e, mesmo explicando sobre a pesquisa e sua finalidade, não se interessaram em participar. Foi observada certa resistência também ao descobrirem que esta pesquisadora possui vínculo empregatício com o INSS, ficando desconfiados da intenção da pesquisa, refutando a participação, mesmo explicando-lhes sobre a pesquisa, suas regras, a filiação desta ao CEP da UFJF. Para não contaminar o processo investigativo, não houve insistência para a participação, sob o risco de vícios na pesquisa.

No trabalho de campo, foi utilizado um diário de campo para registros importantes do processo da pesquisa. Assim, cumpre aclarar que as visitas para as entrevistas foram realizadas nas casas dos voluntários, sendo que esta pesquisadora se deslocou até os municípios para a realização das mesmas. No município de Itutinga, foi interessante notar que o trabalhador não estava no local combinado para a entrevista, sendo que, ao contatar sua esposa, a mesma declarou que o patrão de seu marido não havia deixado ele sair para a entrevista. Com a autorização da esposa – que acompanhou a entrevista – e do trabalhador, houve o deslocamento até o local de trabalho deste, onde a pesquisa foi realizada sem maiores problemas. O entrevistado relatou que, como estava trabalhando informalmente naquele momento, o patrão não queria liberá-lo para realizar a entrevista com medo de represálias, pois achava que a pesquisa era algum tipo de fiscalização. Assim, foi explanado ao entrevistado e sua esposa que não se tratava disso e, novamente reafirmado o propósito da pesquisa. Esse acontecimento também foi interessante para registrar o receio do patronato mediante órgãos de fiscalização do trabalho, haja vista que mantém o trabalhador (entrevistado) como empregado informal, em trabalho precarizado e sem descanso semanal, com remuneração abaixo de um salário mínimo e carga horária acima da normatizada. Esta situação será melhor descrita posteriormente, nas análises dos dados.

No município de Bom Sucesso, as entrevistas foram realizadas nas casas dos voluntários, selecionados com a intermediação da assistente social do CRAS da cidade. Também foi realizada uma entrevista na área rural, local de trabalho de um dos

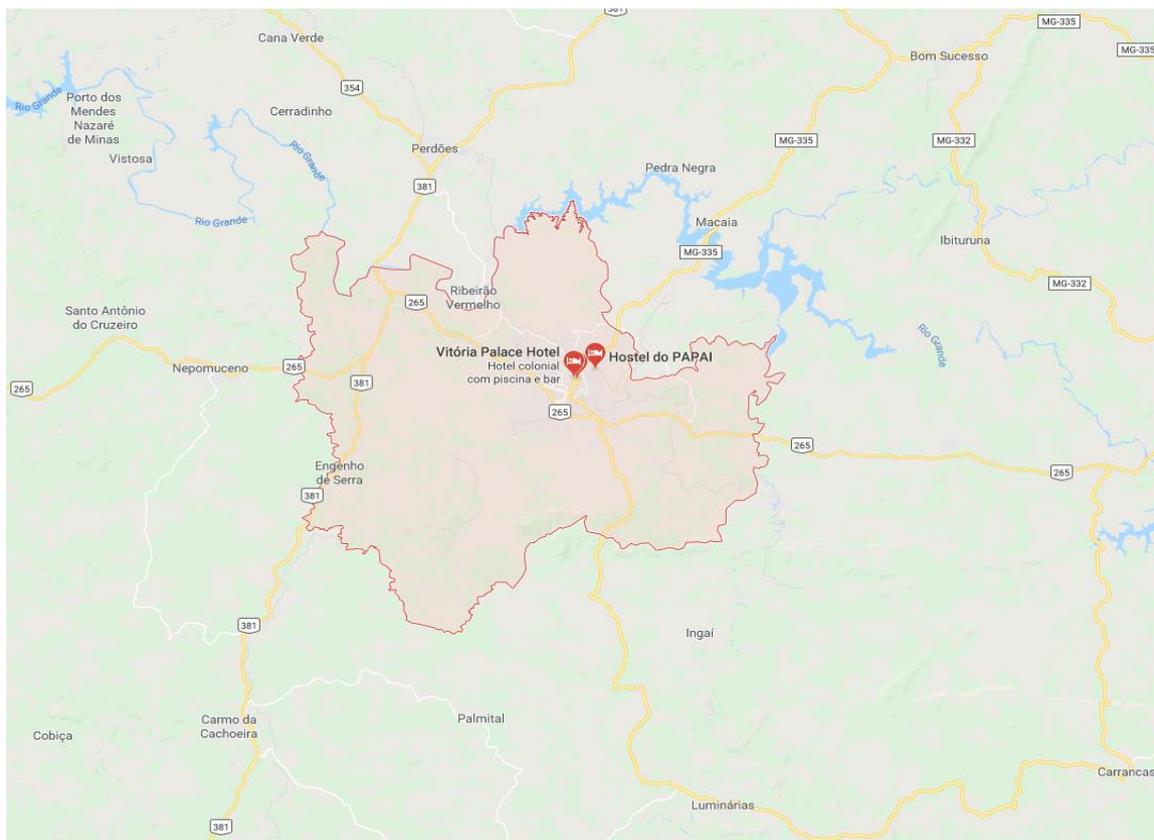
entrevistados, que se prontificou a conceder a entrevista no momento do trabalho, sem intercorrências negativas para o mesmo.

Em Nepomuceno, o recrutamento dos voluntários da pesquisa foi o mesmo, sendo essas realizadas nas casas dos voluntários (cidade e vilarejos rurais). Da mesma forma foi em Lavras e Perdões.

Da caracterização do universo da pesquisa

A pesquisa foi realizada no município de Lavras/MG e região, local de atendimento da APS/Lavras, que está localizada na mesorregião Campo das Vertentes e fica a 237,4 km da capital de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Figura 1: Mapa de Lavras/MG e região



Fonte: site www.google.com.br/maps

Lavras é considerada uma cidade de médio porte, por contar com uma população estimada, em 2016, de 101.208 habitantes (segundo dados do IBGE) e abriga a UFLA,

que elevou a cidade a condição de “cidade universitária”, onde recebe estudantes de diversos estados do país e do mundo. A economia da cidade mescla atividades de agricultura, pecuária, serviços e indústria, sendo que, em pontos percentuais, a riqueza gerada caracterizada no PIB municipal se refere majoritariamente ao setor de serviços, compondo 50,47% da riqueza gerada no município, seguido do setor industrial que compõe 20,4% do PIB, ainda conforme dados do IBGE. Lavras também é uma cidade referência dos municípios vizinhos, não somente em relação à política previdenciária, mas também em relação à saúde, educação, comércio e emprego.

Exceto a cidade de Lavras que pode ser considerada como uma cidade de grande porte (100.001 a 900.000 habitantes), os demais municípios possuem características similares, pois nove são considerados como cidades de pequeno porte I (até 20.000 habitantes) e dois considerados como cidades de pequeno porte II (de 20.001 até 50.000 habitantes). O PIB de duas das doze cidades citadas (Ijací e Itutinga) é composto majoritariamente por riquezas geradas na indústria, sendo que a riqueza gerada nas demais cidades mesclam majoritariamente atividades agropecuárias e de serviços (excluída administração e serviços públicos).

O maior detalhamento dos dados sobre as cidades será colocado no capítulo 4, sobre a análise dos dados, haja vista que a situação econômica de cada cidade será essencial para o estudo da relação da superexploração da força de trabalho na área rural, onde se buscará a compreensão da dinâmica econômica de cada cidade e sua relação com o trabalhador do campo.

A percepção a respeito de como o ramo da atividade econômica se porta na dinâmica econômica capitalista local e sua relação com a economia do Estado, será analisada juntamente com os dados estatísticos e a pesquisa de campo. Para tal, foram utilizadas referências bibliográficas da área, bem como de dados estatísticos governamentais e observatórios do agronegócio de universidades estaduais e federais, bem como de informações do censo agropecuário do IBGE (2006, haja vista que o Censo Agropecuário 2017 não será concluído a tempo para utilização nessa pesquisa).

Procuramos abordar nos capítulos deste trabalho, as discussões e teorias que pudessem servir como base e referencial de análise para os dados obtidos durante a pesquisa de campo e dados estatísticos. Toda essa dinâmica de análise cumpriu o papel de fornecer um primeiro entendimento à pertinência de se falar em superexploração da força de trabalho na dinâmica do real do trabalho rural.

Por fim, é necessário ressaltar que esse trabalho possui dois momentos, sendo o primeiro toda a saga para a descoberta do ramo da atividade econômica que mais gera afastamentos do trabalho (objetivo readequado pelas questões já mencionadas). Contudo, toda essa saga apresentou inúmeras informações interessantes que, apesar de não serem o objeto principal deste trabalho, serão colocadas como insumo de informações a respeito da Saúde do Trabalhador em Lavras e região. O outro momento se refere à pesquisa de campo realizada com os trabalhadores empregados rurais, bem como se refere à análise do setor rural nas cidades onde trabalharam/trabalham os pesquisados, e como esse ramo se porta na economia local e sua relação com a economia em geral. Ainda que brevemente, isso se faz necessário para se identificar a pertinência, ou não, da dinâmica da superexploração da força de trabalho nesse setor, sobretudo em um país onde a atenção voltada aos trabalhadores se torna a cada dia mais escassa.

CAPÍTULO 1. A SAÚDE DO TRABALHADOR NO BRASIL

Visando dar início à abordagem da Saúde do Trabalhador e o campo da Previdência Social, entende-se como relevante a compreensão do que se trata, no âmbito das políticas públicas em geral e no campo teórico, a definição de ST e como esta vem sendo abordada na PS, local privilegiado de atendimento de trabalhadores formalizados que necessitam de benefícios substitutivos da renda do trabalho em momentos de incapacidade laborativa, seja por adoecimento “natural” ou do trabalho, seja por acidente de trabalho ou acidentes de qualquer natureza.

Tratando-se de PS, é impossível não apresentar alguns aspectos da atualidade vivenciada no contexto político e socioeconômico brasileiro, momento este de retrocesso das garantias protetivas condensadas no mais importante documento elaborado coletivamente em 1988, a Constituição Federal, sendo esta composta por um conjunto de políticas sociais estruturantes, pautadas em princípios universais e de equidade, que garantem à toda a população brasileira, patamares de sociabilidade ainda não vistos e nem vivenciados no país até então. Embora tais avanços não tenham balançado as estruturas sociais e econômicas do país, foi e é, até então, o documento mais abrangente em relação aos direitos sociais já vivenciados no Brasil. Silva (2010) aborda ainda que:

[...] a política social é concebida como uma arena de confronto de interesses contraditórios em torno do acesso à riqueza social, na forma da parcela do excedente econômico apropriada pelo Estado. A política social está em permanente contradição com a política econômica, uma vez que aquela confere primazia às necessidades sociais, enquanto esta tem como objeto fomentar a acumulação e a rentabilidade dos negócios na esfera do mercado. Combinam-se, então, as duas funções básicas do Estado capitalista: criar condições que favoreçam o processo de acumulação e articular mecanismos de legitimação da ordem social e econômica (SILVA, 2010, pp. 32-33).

Assim, contraditoriamente, a CF/88 é um arcabouço muito rico de direitos da ordem social nunca antes visto no país, extremamente importante para a classe trabalhadora cujos direitos sociais eram correlacionados à inserção formal no mundo do trabalho, embora limitada por não ter concretizado mudanças na estrutura econômica brasileira, tampouco ter estruturado mecanismos eficientes de socialização do poder, que ainda permanece nas mãos dos “grandes” capitalistas da burguesia brasileira. Mas, as reiteradas investidas neoliberais e contrarreformas realizadas, anos após a promulgação

da CF/88, vem fazendo o país retroceder e minimizar os direitos sociais conquistados após anos e anos de infortúnios no país.

A ST ainda em construção, em movimento e iniciando um debate mais profícuo a partir da PNSST, de 2011, se vê sendo destituída junto às demais políticas sociais, sobretudo a trabalhista e a previdenciária. Além disso, junto à crise do movimento sindical, bem debatida por Antunes (2011), Lara (2010), o conceito teórico-analítico de ST se desestrutura, ou melhor, paralisa sua construção e a inviabiliza. Assim, se eleva e fortalece a necessidade ímpar, no seio do movimento sindical, de preservação e avanço da construção da ST. Outra política que veio somar junto à PNSST e que em 2012 foi editada e passou a compor outras estratégias em ST, foi a PNSTT, que define os papéis dos serviços de saúde e prima por observar os atendimentos e as formas como o adoecimento do trabalho atinge, de formas diferenciadas, o homem trabalhador e a mulher trabalhadora, que inclusive enfrenta jornadas duplas, triplas de trabalho; a PNSTT observa também o território e os riscos iminentes da atividade econômica à qual o trabalhador ou trabalhadora estão vinculados, além de observar a questão de gênero que permeia o trabalho no sistema de sociedade vigente:

A saúde do trabalhador é condicionada pelo modelo de desenvolvimento e, de uma forma geral, relacionada à configuração dos componentes sócio ambientais dos territórios, onde há a configuração das formas de produção e reprodução da sociedade, em que o trabalho desempenha uma função estruturante. A repercussão na saúde depende assim das formas de organização geral das condições de vida na região e das trajetórias de reprodução e inserção social de cada indivíduo e dos estratos sociais (BRASIL/CNS, 2012, p. 7).

Importante expor que o trabalho em pauta pretende trazer reflexões acerca da ST a partir da Economia Política, buscando a compreensão do adoecimento do trabalhador e acidentes de trabalho calcados na análise da realidade econômica, política, social e cultural brasileira. Não esquecendo que a ST também se refere ao processo de industrialização e à forma particular desse processo assumido na América Latina, sendo um conceito teórico que abarca a realidade desta história (LACAZ, 2013).

Essa consideração se faz necessária, pois, busca-se demonstrar que o adoecimento da classe trabalhadora está diretamente relacionado ao modo de produção desta sociedade:

Adoecer e acidentar no trabalho são fatores presentes na vida do trabalhador, pois o mote da acumulação capitalista é o uso da força de trabalho pela

máquina. Distante está o alívio do trabalhador das atividades árduas. O tempo livre que o desenvolvimento da maquinaria e a aplicação da ciência na produção poderia e pode oferecer ao trabalhador está longe dos objetivos da acumulação capitalista, pelo menos até quando pairar os domínios da burguesia sobre as forças produtivas (LARA, 2016, p. 345).

Portanto, sendo a ST um movimento ainda em construção, assim como sua defesa e o reconhecimento de suas demandas pela sociedade e, sobretudo, pelo movimento sindical, mais à frente será possível conhecer um pouco das determinações atuais que trazem à cena as ações voltadas aos trabalhadores, que muitas vezes vem travestida de ST mas que aplicam ainda processos relativos às ações do âmbito da Medicina do Trabalho e da Saúde Ocupacional.

A ST é um conceito teórico-prático e analítico que se origina desses modelos anteriores de atenção à saúde do trabalhador, sendo que tais conceitos dialeticamente evoluem, melhoram e avançam seu escopo de análise e atuação, conforme as demandas dos trabalhadores e a realidade do trabalho vivenciada em determinadas épocas. Contudo, fundamental compreender que a ST se origina no campo da Saúde Coletiva e se torna diferente da MT e da SO por ser uma política de Saúde Pública, com ações que vão para muito além das limitadas ações em MT e SO que ocorrem no âmbito das fábricas e empresas, especializadas em periciar os trabalhadores ou ajustá-los no condão da produção. Tais ações primam pela vigilância, assistência, controle, prevenção de acidentes e participação dos trabalhadores em suas ações e decisões. Entender as diferenças entre as abordagens relacionadas à ST é condição *sine qua non* para avaliar as práticas atuais em ST, sobretudo no âmbito da PS, interesse desse estudo.

Sem maiores aprofundamentos, o que será feito posteriormente, a ST na PS compreende os seguintes setores: Serviço Social, Perícia Médica e Reabilitação Profissional, que na concreticidade do cotidiano de trabalho e práticas profissionais, não se entrosam e disputam espaços internamente, além da prática relacionada ao trabalhador ter forte enfoque médico-patológico, ignorando os avanços conquistados pelo movimento sindical no que tange à uma análise ampliada do processo saúde-trabalho-doença. A questão dos limites de tolerância para o reconhecimento de tempo de trabalho em funções que degradam a saúde, bem como a comprovação de exposição permanente e não intermitente aos agentes químicos, físicos e biológicos no trato da análise da aposentadoria especial¹⁰ ou na análise de doença ocupacional, por meio do NTEP,

¹⁰ A aposentadoria especial é um benefício previdenciário que, conforme o art. 57 da Lei 8.213/91, é devida ao trabalhador que esteja sujeito, durante o trabalho, a condições que prejudiquem sua saúde ou integridade

enfrentam várias críticas tanto no âmbito interno como no âmbito externo. Soma-se a isso o fato da dificuldade real da materialidade comprobatória do adoecimento mental e outros adoecimentos físicos – não comprovados por exames – que geram dúvidas e especulações sobre a veracidade dos fatos, recaindo no trabalhador a culpa por não conseguir comprovar a debilidade e fragilidade de seu estado de saúde.

A prioridade dada à análise médica em todas as situações também é um entrave, não tornando efetivo o entendimento de que no âmbito da ST o conhecimento unilateral não é suficiente para explicar a realidade e para avançar um pouco além da aparência fenomênica do adoecimento e acidentes de trabalho.

Para além, existe a dificuldade histórica do reconhecimento do adoecimento no e pelo trabalho, situação muito vivenciada pelos trabalhadores e trabalhadoras que procuram a PS em momentos de incapacidade laborativa, obstaculizados pela complexa máquina formulada com intensas e numerosas instruções normativas e orientações internas para “padronizar” os procedimentos, dificultando o reconhecimento do adoecimento laboral.

As mudanças no mundo do trabalho, necessárias à valorização do valor em detrimento da valorização do ser humano e da vida, torna o trabalho degradante e a cada dia mais precarizado, dando a nítida sensação de volta ao passado, em épocas de trabalho desregulamentado, atrelado à intensidade e ampliação da jornada de trabalho sem a correspondente remuneração para a subsistência dos trabalhadores e sua família e, que no caso brasileiro, trata-se de uma história bem recente. Em que pese as concessões do capital no que tange ao trabalho (claro que também com muita luta da classe trabalhadora), a volta ao passado também se propõe a demonstrar que a classe trabalhadora brasileira pouco teve momentos de glória em sua longa história de exploração, espoliação, subordinação e dependência. O pouco conquistado foi e vem sendo solapado, uma verdadeira violência contra a classe trabalhadora.

Contudo, a resistência da classe trabalhadora é imprescindível para barrar esse processo; em que pese as sérias dificuldades do movimento dos trabalhadores, estes necessitam se rearticular e iniciar sua ofensiva. A luta pela ST deve ser uma dessas bandeiras, pois a superexploração do trabalho incide, sob qualquer forma, sobre as condições de vida e saúde dos trabalhadores de forma negativa, tornando sua existência

física, dando a esse trabalhador o direito que se aposentar antes do período exigido aos demais trabalhadores, a depender do grau de risco, com 15, 20 ou 25 anos de contribuição.

sem sentido. É necessário resistir e avançar, para que a ST não corra o risco de soçobrar antes de realmente se efetivar. Nessa perspectiva, reflexões sobre a ST e sobre a ST inserida no âmbito previdenciário serão abordadas nos subtópicos e capítulos que seguem.

1.1. A Medicina do Trabalho e a Saúde Ocupacional: modelos de intervenção insuficientes?

Em termos de políticas sociais voltadas aos trabalhadores, se faz comum a utilização dos termos Medicina do Trabalho, Saúde Ocupacional e Saúde do Trabalhador, geralmente se referindo à mesma questão, isto é, às práticas e ações voltadas aos trabalhadores em seus ambientes laborais. Para alguns, trata-se somente de mera diferença de nomenclatura, porém não é disso que se trata: na realidade, esses são conceitos teórico-práticos que podem modificar por completo as ações voltadas aos trabalhadores em seus ambientes de trabalho.

Essa diferenciação significativa e importante entre a MT, SO e ST (esta última a ser analisada posteriormente) são essenciais para o entendimento de como o Estado lida com as questões voltadas aos trabalhadores em seus ambientes de trabalho, sendo que, a depender do modelo de intervenção predominante, as ações podem se dar na trilha dos trabalhadores, inclusive com sua participação efetiva nesse processo de intervenção e construção das ações voltadas à saúde dos trabalhadores, ou ainda podem ser na trilha da preservação e dedicação da produção, garantindo sempre o aumento dos lucros capitais.

Segundo Lourenço; Bertani (2007), os estudos sobre as condições de trabalho, ambiente e as consequências deste para a saúde do trabalhador antecedem a era industrial. Há registros das primeiras formulações¹¹ sobre o tema descritas pelo médico italiano Bernardino Ramazzini em 1700 - que sistematizou estudos desde a Antiguidade a respeito das ocupações e das doenças relacionadas ao trabalho - inclusive seus estudos

¹¹ Ramazzini ganha notoriedade a respeito dos primeiros estudos sobre condições de trabalho porque foi o primeiro a sistematizar as informações e fazer tais registros. Entretanto, antes de Ramazzini, a história da saúde do trabalhador se inicia paralela à Medicina Ocidental, com Hipócrates, na Grécia, a.C. Em seus escritos há uma alusão a um problema de saúde relacionado ao trabalho (referente a uma doença sofrida por um mineiro). Em Roma também há indícios de registros sobre o tema, sendo que Galeno de Pérgamo (129-199 d.C.) também descreveu, na Roma, as duras condições de trabalho nas minas de cobre da ilha de Chipre. (www.fetecpr.org.br/historia-e-saude-do-trabalhador). Obviamente não era o sistema capitalista o vigente naquela época, mas tais dados também servem como referência para entender as mutações sofridas pelo trabalho, sendo que este, no contexto capitalista, não conseguiu se tornar um pouco mais “humanizado” em relação às épocas pretéritas. As carências da época eram divergentes das do capitalismo, e guardadas as diferenças históricas e estruturais, interessante notar que o trabalho também foi sinônimo de sofrimento em outras realidades e em outras épocas.

influenciaram e serviram de base para o desenvolvimento da MT.

Com a Revolução Industrial e o desenvolvimento do capitalismo, houve certa urgência em dar alguma atenção às iniquidades ocorridas com a classe trabalhadora, advinda de situações de acidentes, doenças, ambiente de trabalho inadequado; a luta da classe trabalhadora também foi essencial para que se dessem visibilidade às péssimas condições de trabalho, sobretudo na era industrial.

O clássico conceito de mais-valia, em Marx, que tem na força de trabalho a capacidade de gerar os excedentes necessários para a acumulação capitalista, implica a utilização ostensiva do “fator saúde” dos trabalhadores como componente imprescindível para conferir essa força de trabalhar (mais intensamente ou por tempo mais prolongado) e possibilitar a geração desses excedentes. A Revolução Industrial cria e expõe essa questão, naquele momento, dando-lhe visibilidade social, *não muito pelo seu significado econômico*, mas pelas conseqüências desastrosas sobre a saúde e a vida dos trabalhadores. Daí o surgimento de regras controladoras sobre a produção, por um lado, e sobre o corpo e a saúde, por outro, de modo a estabelecer limites para a expropriação da força de trabalho – aqui compreendida como expropriação da sua fração saúde – para, com isso, não pôr em risco a vida das pessoas produtivas e, por conseguinte, não pôr em risco o objetivo das novas relações sociais de produção (VASCONCELLOS; OLIVEIRA, 2007, p. 117, grifos nossos).

Sendo na Revolução Industrial que se insiste na preocupação em se tratar as iniquidades em saúde causadas pelo trabalho, os autores acima referenciados colocam que a visibilidade social dada ao “fator saúde” dos trabalhadores não se dá muito pelo seu significado econômico, menção à qual não se tem concordância neste trabalho, haja vista que na própria citação diz que o objetivo de se estabelecer limites para a expropriação do trabalho é a preocupação em não expropriar a força de trabalho para além do seu limite pois isso poderia prejudicar, “pôr em risco” o objetivo das novas relações de produção.

Obviamente, a preocupação com o trabalhador no que tange ao seu ambiente de trabalho, à sua salubridade, se refere apenas à questão econômica: o interesse é dar ao trabalhador a condição mínima para manutenção de sua força a ser explorada durante a jornada de trabalho, visando o interesse dos capitalistas, nada além. E pela grande degradação das condições de vida, era necessário se fazer algo sob o risco das taxas de morbimortalidade se elevarem a níveis sem controle:

Na primeira fase da industrialização, a morbidade e mortalidade dos países

européus aumentaram, impulsionadas pelas péssimas condições de trabalho, sanitárias, de moradia e de vida das cidades fabris, co-responsáveis por altas incidências de tuberculose, lepra, peste e outras doenças infecto-contagiosas. Vieram a cair no final do século XIX com a melhoria daquelas condições. Essa foi uma época marcada pela expansão da grande indústria, quando a morbidade e mortalidade prevalentes passaram a ser por doenças e acidentes do trabalho típicos; industrialização tardia, como o Brasil, se prolongou até o final da década de 1980 (RIBEIRO, 2007, p. 148).

Foi nesse contexto da Revolução Industrial na Inglaterra, que a MT foi desenvolvida a partir da primeira metade do século XIX, como forma de atendimento à classe trabalhadora no que tange à sua saúde, visando a diminuição dos acidentes e doenças do trabalho. A MT emerge como especialidade médica, surgindo em 1830, o primeiro serviço de MT.

Naquele momento, o consumo da força de trabalho, resultante da submissão dos trabalhadores a um processo acelerado e desumano de produção, exigiu uma intervenção, sob pena de tornar inviável a sobrevivência e reprodução do próprio processo (MENDES; DIAS, 1991, p. 341).

Entretanto, a atuação da MT era bastante limitada e contraditória, pois o intuito era a manipulação da saúde do trabalhador para o atendimento dos anseios da produção crescente. Em outras palavras, o foco de atuação era o trabalhador, utilizava-se a figura do médico no interior da fábrica para consultar o trabalhador quando necessário, em um enfoque biologista, individual e unicausal para a explicação dos acidentes e doenças advindas do trabalho. O enfoque da MT era limitado a, em poucas palavras, tornar o trabalhador mais produtivo, diminuindo o absenteísmo, procurando tratá-lo com o intuito de garantir a produção (MENDES; DIAS, 1991).

A MT teve/tem como foco o indivíduo e seu corpo, com ações na clínica individual, controle sobre o corpo do trabalhador, bem como

[...] a análise das causas e danos referentes aos acidentes de trabalho, a investigação de agentes etiológicos de patologias laborais e a implementação de medidas de proteção ao trabalhador (SILVA, 2011, p. 110).

Todas essas ações realizadas no âmbito da MT, eram sempre limitadas ao interesse de produção. As atividades médicas voltadas ao trabalhador sempre tinham como lócus de atuação a fábrica, disseminando ações educativas para a adaptação do trabalhador às condições de trabalho. Sendo uma prática médica de concepção positivista, influenciada pelo pensamento mecanicista no contexto da Administração Científica do Trabalho, por

Ford e Taylor, tenta contribuir com o nível de bem-estar físico e mental dos trabalhadores (MENDES; DIAS, 1991), como se as ações educativas por si só pudessem fazer acontecer essa intenção.

Ainda hoje, apesar da MT ser um conceito/prática que não responde adequadamente as questões referentes ao trabalhador devido às transformações societárias vigentes, faz parte do processo de formação de muitos profissionais da saúde, bem como está circunscrita nos modos de atuação dos setores de saúde de diversas empresas, fábricas e indústrias, inclusive em setores dos serviços públicos e especialmente, na maioria das escolas de Medicina.

No Brasil, a MT foi adotada como modelo de atenção ao trabalhador, sobretudo, no Estado Novo¹², período de conformação de um conjunto de ações e políticas para a criação de um mínimo de proteção social aos trabalhadores. Esse período de industrialização do país trouxe inúmeras mudanças para o mundo do trabalho motivadas, de um lado, pela grande insatisfação da classe trabalhadora e, de outro, pela postura do Estado em atender aos anseios da classe trabalhadora, como forma estratégica de manter os trabalhadores sob controle. Esse sistema de “proteção” ao trabalhador¹³, limitou o acesso de muitos trabalhadores¹⁴ que não eram formalizados, ficando estes ao critério da caridade da igreja e da sociedade burguesa.

Com o passar do tempo, os trabalhadores começaram a perceber que o atendimento em saúde no trabalho pautado pelo viés limitado da MT não contemplava suas demandas, haja vista que a abrangência desta era originariamente restrita, e como as demandas dos trabalhadores foram se modificando à medida em que as transformações societárias, políticas e econômicas foram ocorrendo, levando processos exploratórios a

¹² Chamada também de “Revolução de 30” por alguns autores, o Movimento de 30, instituidor do Estado Novo, “[...] não foi a revolução burguesa no Brasil [...], mas foi sem dúvida um momento de inflexão no longo processo de constituição de relações sociais tipicamente capitalistas no Brasil” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 105). Movimento que impulsionou o setor industrialista como resposta ao período da crise internacional de 1929-1932, com a chegada do setor industrialista e outras oligarquias agrárias ao poder, quebrando a hegemonia da monocultura cafeeira.

¹³ Houve também, nesse período, uma convenção fundamental da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Convenção nº 42 intitulada: Indenização por Enfermidade Profissional, ratificada pelo Brasil em 1936, que trata da indenização e atendimento aos trabalhadores expostos a substâncias tóxicas em seu trabalho, o que foi também um avanço em termos de políticas sociais, haja vista a obrigatoriedade de cumprimento por parte do Brasil.

¹⁴ Tal qual ocorre ainda nos dias atuais, sobretudo em relação aos direitos previdenciários e trabalhistas: o trabalhador informal é excluído do limitado sistema de proteção social, sem falar ainda da seletividade das políticas que conformam a proteção à sociedade brasileira.

graus cada vez mais elevados, com efeitos diretos nas condições de saúde e vida dos trabalhadores, o atendimento pautado na MT já não era tangível.

Todavia, em resposta à impotência da MT mediante a crescente complexidade da demanda apresentada pelos trabalhadores (devido às configurações capitalistas de cada momento), desenvolveu-se posteriormente a Saúde Ocupacional na II Guerra Mundial e no período pós-guerra:

[...] a Saúde Ocupacional, começa a se delinear, a partir do contexto econômico e político da II Guerra e do Pós-Guerra, onde o custo provocado pela perda de vidas abruptamente por acidentes de trabalho ou por doenças do trabalho, começou a ser sentido tanto por empregadores, como pelas companhias de seguro, devido as pesadas indenizações. Nesta abordagem, desloca-se a intervenção que antes era centrada no indivíduo, para a questão dos riscos existentes no ambiente de trabalho (OLIVEIRA, 2001, p. 21).

A retomada da produção no Pós-Guerra exigiu muito dos trabalhadores, elevou a produção a níveis altíssimos e as consequências foram inúmeras doenças e acidentes de trabalho. Faltava mão-de-obra produtiva num contexto de nova divisão internacional do trabalho, com tecnologias industriais em desenvolvimento.

Todo o contexto revelou a impotência da MT em lidar adequadamente com as novas questões colocadas pela nova onda capitalista, de retomada abrupta e intensa da produção. Então, a resposta racional e científica para os problemas apresentados foi a ampliação da atuação médica, que transferiu a atenção do indivíduo para o ambiente, com equipes multiprofissionais visando a controlar os riscos inerentes ao ambiente de trabalho. Não sendo um despropósito a célebre frase de Henry Ford, em que dizia: “O corpo médico é a seção da minha fábrica que me dá mais lucro” (RAMMINGER, 2005, p. 54), pois a vigilância médica constante nos ambientes da fábrica controlando os riscos ambientais no trabalho propiciavam o controle indireto do trabalhador, uma vez que se os riscos ambientais estavam controlados, não haveria “motivos” que ensejassem o afastamento do trabalhador por doença ou acidentes.

Como já relatado, a SO tira o enfoque do indivíduo e passa ao ambiente, mas em nenhum momento questiona o modelo utilizado para a produção e como este produz a mercadoria e a doença concomitantemente.

Esse modelo de atenção ao trabalhador foi desenvolvido tardiamente no Brasil, reproduzindo inclusive o processo ocorrido em países desenvolvidos, ou seja, modelo

centrado na higiene ocupacional, com enfoque médico/biológico (apesar do apelo pela equipe multiprofissional) e epidemiológico da relação trabalho-saúde, de maneira desqualificada (MENDES; DIAS, 1991), sendo que não apresentou avanços significativos no que tange aos procedimentos relacionados ao trabalhador: o foco da assistência da SO se dá no ambiente de trabalho, pautado na clínica coletiva e adequação do indivíduo ao ambiente. Silva (2011); Lacaz (2013) tem concordância quando relatam que o conceito de SO também é dotado de uma lógica positivista e empirista, incorporado pelas empresas predominantemente, desconsiderando quaisquer referência às análises contextuais da saúde, desconsiderando também as demandas diretas dos trabalhadores, além de privilegiar o diagnóstico e tratamento de patologias, com um mínimo espaço para a escuta do trabalhador; menos espaço ainda para tentar compreender a dimensão do trabalho na cena capitalista contemporânea, ou ainda, para atentar para as causas que levam ao adoecimento um coletivo de trabalhadores. Talvez, se possa dizer que houve a incorporação do conceito de SO preservando predominantemente elementos da MT.

Assim, nem a MT, a SO ou a miscelânea desses modelos de atenção à saúde do trabalhador atendem às demandas dos trabalhadores, inseridos em processos intensos de exploração do trabalho, sobretudo no processo de reestruturação produtiva no contexto da acumulação flexível. As mudanças no mundo do trabalho apresentam à classe trabalhadora o aprofundamento do trabalho subjugado ao capital, trabalho que expressa a urgência em se tentar conter a crise do capital (ou se trata de ofensiva do capital ao trabalho?). Ressalta-se que todas as mudanças no mundo do trabalho, seja nas formas aviltantes de trabalho, precarização ou terceirização, seja nas formas de atendimento à saúde do trabalhador, tudo é formulado com o intuito de conter a crise do sistema e alavancar as taxas de juros visando a “normalização” dos períodos de crescimento e expansão.

Todavia, a insuficiência de tais “conceituações” para abarcar a complexidade do processo de trabalho¹⁵, as mudanças ocorridas no cenário político, social e econômico do país ao longo dos anos – que inclusive irá apresentar, no Brasil, a partir da década de 80, novas formas de organização do trabalho e novos modelos de acumulação - afetando a saúde, vida, sociabilidade e subjetividade do trabalhador, contribuiu para que os trabalhadores pensassem sobre um novo modo de lidar com as consequências do trabalho,

¹⁵ O processo de trabalho aqui citado abrange: as condições de trabalho; organização do trabalho; estranhamento/alienação; desgaste da saúde; segurança e saúde no trabalho.

que debatessem a respeito de outro modo de abordar e intervir nas consequências do trabalho degradante para o trabalhador. Desse longo processo surge a Saúde do Trabalhador. Ela está intrinsecamente ligada àqueles que defendem um posicionamento político e ético em defesa da classe trabalhadora, buscando discutir as incidências da precarização do mundo do trabalho na vida e subjetividade do trabalhador. Ou seja, pode ainda ser caracterizado como um movimento ideológico e político (LACAZ, 1996).

Posto isso, é a partir da década de 1970¹⁶ que se inicia no Brasil, por meio do movimento sindical, um processo que reúne lutas sociais e que começa a dar visibilidade à relação trabalho x saúde. Isso somente foi possível por meio de alianças criadas no meio sindical, seja internamente (através de alianças entre os diversos sindicatos, uma aliança independente de qualquer filiação partidária) e uma aliança externa com setores intelectuais, buscando pensar e debater a respeito da saúde do trabalhador e até mesmo traçar estratégias de ação mediante a situação do trabalhador brasileiro (LACAZ, 1994).

Esse movimento aconteceu juntamente com a Reforma Sanitária no contexto da ditadura militar, culminando nas propostas e diretrizes de conformação do Sistema Único de Saúde (SUS), com ações específicas voltadas à ST. O resultado desse movimento, no que tange à sua institucionalização, está concretamente colocado na CF/88, mas até a atualidade ainda não se efetivou, haja vista ter se instaurado exatamente no movimento da introdução do neoliberalismo no Brasil, que resultou em um enxugamento do Estado – Estado mínimo – para os trabalhadores (mas não para o capital).

Enfim, a pressão dos trabalhadores pela efetivação de um modelo de atenção à saúde que tenha sido construído e discutido pela classe trabalhadora, se fez fundamental na luta capital x trabalho; propiciar meios para que o direito à vida e ao trabalho digno ganhe corpo, ainda que no contexto do capital, será um ganho para a classe trabalhadora, que poderá concentrar suas lutas em outras frentes, rumo a uma nova ordem social.

1.2. A Saúde do Trabalhador como campo conceitual-teórico e de intervenção.

¹⁶ É notável que no Brasil, quando se começa a pensar sobre as consequências do trabalho subjugado ao capital, ainda não se refere à época da reestruturação produtiva no contexto da acumulação flexível, processo que seu deu em países desenvolvidos, mas que no Brasil terá seu início somente no final da década de 80 e início da década de 90.

A ST é um campo de estudo, de análise teórico-conceitual e de intervenção que surge dentro do movimento sindical no contexto da Reforma Sanitária e que pretende abranger a questão do trabalho, no contexto do sistema capitalista de produção, entendendo-o inserido no conflito existente e concreto entre capital x trabalho, procurando perceber como o trabalho subjugado ao capital pode ter consequências bastante negativas para o trabalhador, se tornando uma atividade inumana, estranhada.

Na trilha de alguns autores a respeito da temática em ST, Lacaz (1996) por exemplo, entende que é necessário pautar a ST como um direito, utilizando a abordagem biopsicossocial e os determinantes sociais da saúde para a análise da saúde dos trabalhadores, com efetivo atendimento de equipe interdisciplinar e, sobretudo, com a participação do trabalhador em todas as ações e estratégias, aprofundando-se nos estudos das consequências das transformações no mundo do trabalho para a vida do trabalhador e sua sociabilidade.

A fragmentação desse atendimento tem influência a partir das ideias implementadas no esteio da decadência ideológica da burguesia: fragmentar para conhecer, mas muitas vezes, intencionalmente para levar a desconhecer. O ser humano é integral, tudo se relaciona e tem influência sobre o Homem, tantos fatores internos, biológicos, mentais quanto fatores externos, sociedade, trabalho, vínculos relacionais, dentre outros. Então, o Homem deve ser analisado enquanto um ser que vivencia as determinações específicas de sua época, no caso, um trabalhador, com diversos papéis sociais, inserido no modo de produção capitalista, sistema em que o trabalho é subjugado ao capital e que ao explorar a força de trabalho do trabalhador registra nele marcas que vão degradar sua vida em vários aspectos. Por óbvio, o núcleo central será a análise do problema de saúde a partir do trabalho exercido e de como este é exercido, se existem ações que visam minimizar os riscos do trabalho, melhorar a organização do mesmo, dentre outros. Porém, é importante não fragmentar a análise da relação saúde-doença-trabalho com o Homem trabalhador.

E ainda que Lacaz (1996) defenda o trabalho como um direito, isto é relativo em uma sociedade onde o direito também está subjugado ao capital. Quer dizer que, não interessa ao capital se o trabalho é um direito, pois nessa configuração de sociedade o trabalho é quase um privilégio; ter a “sorte” de participar do sistema de circulação de mercadorias, vendendo a sua força de trabalho (ainda que em condições inumanas), é algo bem peculiar a esse sistema, pois nem todos têm a oportunidade de poder vender sua força

de trabalho, sobretudo em períodos de recessão do capital.

A ST – como campo de análise teórico-conceitual - está diretamente vinculada à configuração do trabalho na sociedade capitalista, bem como se refere às peculiaridades do trabalho no Brasil, um país de capitalismo dependente e hipertardio. Discutida a partir da década de 1970, somente com a CF/88 foi oficializada, sendo o SUS o responsável pela articulação da ST com os setores de Previdência Social e Trabalho. A partir de então, através das leis formuladas com base na CF/88, o SUS pode ser considerado o precursor da ST. A legislação previdenciária aborda ações voltadas à ST, mas de forma fragmentada, assim como a própria Saúde. A CLT também aborda tal questão, mas como se trata de lei promulgada antes da CF/88, todas as especificações referentes ao trabalhador são utilizadas nas conceituações de MT.

A perspectiva adotada pelas políticas sociais, a partir de então, foram delineadas tendo como arcabouço teórico-conceitual e político, as propostas mais recentes da discussão sobre a ST no âmbito do movimento dos trabalhadores. Contudo, a ST ainda caminha a passos muito lentos. Nas fábricas e empresas, já se conhece o modelo adotado em atendimento ao trabalhador. Mas no âmbito público de atendimento aos trabalhadores, isso também ocorre: uma confusão entre modelos de atenção, com nomenclaturas modernas, mas práticas antigas e obsoletas, que beneficiam o patronato.

No que tange à política social, o fato da ST estar na CF/88 e na LOS, não lhe dá a primazia de uma política nacional tão cedo. A PNSST, promulgada somente em 2011, não impediu que algumas ações a respeito fossem praticadas. Em termos interventivos, o Brasil possui ações de atendimento e assistência em saúde ao trabalhador anteriores à PNSST e que vem se renovando. Essas ações são concretizadas no âmbito das políticas de Previdência Social, Saúde e Trabalho, como por exemplo, os benefícios por incapacidade ofertados pelo INSS e anteriormente pelo INAMPS, INPS; a obrigatoriedade da CAT - com incidência negativa para a empresa, em termos financeiros através do pagamento maior de impostos por meio do FAP -; as NR's que são relativas à segurança e saúde no trabalho; dentre outros.

Além dessas ações, e com o intuito de institucionalizar a ST no país, em 2004 foi colocada sob consulta pública a Minuta de PNSST elaborada por um grupo de trabalho interministerial. Foi preciso um lapso temporal de 7 anos para que essa proposta de política fosse finalizada e consolidada, o que ocorreu em finais de 2011, com a promulgação da PNSST por meio do Decreto nº 7.602, de 07/11/ 2011 (BRASIL, 2011)

e em 23/08/2012 a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora por meio da Portaria nº 1.823/2012 (BRASIL, 2012).

Em que pese sua importância, por si só, ainda é essencial a luta para que essas e outras políticas possuam efetividade, sobretudo devido ao fato de que todas as políticas sociais encontram-se em franco processo de desmonte e restrição do escopo de atuação, devido ao acirramento do neoliberalismo e ajuste fiscal, limitações concretas de corte dos gastos sociais devido à “crise do Brasil”¹⁷. Portanto, devido a essa conjuntura, se torna necessário a visibilidade da ST, sendo que esse movimento pode ser realizado por meio das lutas sindicais, aliadas às demais lutas sociais.

Outro fator importante nas discussões a respeito da ST, é a invisibilidade das condições de trabalho em profissões em que a precarização do trabalho não está explícita; quer dizer: muitas vezes, a questão da organização do trabalho – ao nível das relações sociais no trabalho, com enfoque social e técnico, organização dos processos, funções, ritmos de trabalho, tempo, conteúdo das tarefas, entre outros – não apresentam elementos visíveis em relação às condições inadequadas de trabalho, o que se constata somente em casos coletivos de doença profissional¹⁸, na medida em que em grande parte dos casos, há uma culpabilização do próprio trabalhador, desconsiderando que o processo saúde-doença no trabalho (e acidentes) são decorrentes da negligência e exploração do trabalho:

[...] Primeiro, oculta-se a dimensão social da miséria humana que o adoecimento e as doenças do trabalho explicitam. Oculta-se o nexos causal efetivo entre o trabalho da doença e a doença do trabalho. Depois, culpabiliza-se a vítima pela desgraça humana. Eis a dupla perversidade da ordem burguesa:

¹⁷ Como se a crise do capital fosse exclusividade de uma Nação. A crise vivenciada na cena brasileira, advém da crise internacional do sistema capitalista que, a partir da globalização e da internacionalização do capital, possui um ou mais pontos de origem, mas se espalham pela economia mundial como um todo, com proporções maiores ou menores, a depender de como cada país reage à crise. Brenner (2003) possui uma abordagem interessante sobre o assunto, ao analisar os Estados Unidos na economia mundial e os revezes da economia mundial marcados pela crise do capital desde 1970. O Brasil possui particularidades nessa história, sobretudo pelo seu “lugar” no sistema capitalista mundial e pelas formas de lidar com a crise e de tentar revertê-la, formas estas que passam por ações políticas e governamentais subordinadas ao capital internacional em detrimento da classe trabalhadora brasileira. Também, a forma como os trabalhadores brasileiros buscam enfrentar a crise, ou melhor, buscam enfrentar a ofensiva do capital contra a sua classe, delinea o processo de enfrentamento dessa crise (com momentos de resistência e momentos de retração por parte dos trabalhadores). Hoje, a forma encontrada pelo governo atual é de criar uma instabilidade política, econômica e social para justificar a “entrega” do país ao capital internacional.

¹⁸ Um exemplo é a luta dos trabalhadores do Banespa, que juntamente com outros trabalhadores bancários, lutaram para o reconhecimento da LER como doença profissional – um problema de saúde pública. Para mais detalhes, vide Ribeiro (1999).

ocultar e imputar culpa às vítimas. A ideologia da doença do trabalho é enquadrada como caso clínico e não como produto social do mundo dessocializado do capital (ALVES, 2007, p. 27).

Lourenço (2016) ressalta a importância da organização do trabalho no processo de adoecimento do trabalhador. Pouco abordada, a organização do trabalho certamente pode ser fonte de desgaste físico, sobretudo mental, do trabalhador; o trabalho sob pressão, remuneração atrelada ao cumprimento de metas inatingíveis, tempo cronometrado para a execução das tarefas complexas, assédio moral, além da contraditória relação que coloca um trabalhador em posto de vigilância sobre outro trabalhador, todos esses e mais outros fatores podem gerar níveis de adoecimento evitáveis com uma organização que contemple a ST, obviamente, difícil na sociedade competitiva do capital:

A nova gestão do trabalho estabelece metas somente alcançáveis abaixo de muita pressão e violência para com os trabalhadores e trabalhadoras. A ilegalidade da lei do mais forte é amparada no Estado, que em nome da competitividade e da internacionalização da economia, e chega, por fim, à imposição das regras do mercado como absolutas, ainda que sejam violentas e catastróficamente destrutivas de qualquer possibilidade de desenvolvimento humano e social (LOURENÇO, 2016, p. 35).

Além disso, a dificuldade de caracterização e comprovação do adoecimento laboral, também se apresenta como mais uma problemática. Ribeiro (1999) aborda sobre a violência explícita e oculta do trabalho quando desenvolve um estudo pioneiro no Brasil, acerca das LER, junto à categoria de bancários. O autor apresenta as diversas situações de invisibilidade do adoecimento, e passa a relacionar as doenças ocupacionais sob duas dimensões: o primeiro grupo trata daquelas doenças passíveis de fácil caracterização, pois é visível, constatado em exames, anamneses e outras diversas formas de comprovação da doença; o segundo grupo, leva o trabalhador ao sofrimento mental, além do sofrimento físico pré-existente, por não conseguir comprovar o adoecimento e nem comprovar que as condições de saúde são decorrentes do modo como o trabalho está organizado. Ou seja, a violência do trabalho é oculta, invisível, desacreditada, supostamente teatralizada. É real a dificuldade de conseguir com que os profissionais da saúde e o patronato acreditem em doenças que são “ocultas”, inclusive difíceis de serem

captadas em exames realizados em aparelhagem de última geração.

Não há como negar que essa realidade incide sobre o modo de viver, pensar, divertir, cuidar, adoecer e morrer da classe trabalhadora, adentrando todo o seu tempo dentro e fora do trabalho. Ou seja, o modo de ser e estar no trabalho é perpassado e condicionado por uma condição de classe, na medida em que para a classe trabalhadora muito pouco resta, a não ser se submeter a qualquer condição de trabalho, enfim, de vida (ABRAHÃO; MUQUÉM, 2015).

Portanto, entende-se que o estudo da ST e o debate a respeito devem se pautar na análise do sistema de produção atual e sua particularidade na realidade brasileira, devido ao fato de que o trabalho nesta configuração de sociedade ganha contornos específicos e somente se poderá compreender o debate sobre o campo ST, os que conseguem imbuir-se de uma leitura bastante ampliada da realidade brasileira que está posta. Quer dizer, estudar a ST no viés da Economia Política justifica-se por entender que a questão do trabalho e da ST só podem ser reveladas em sua essência se existir a compreensão da dinâmica de sociedade na qual se insere o trabalho. Além disso, os trabalhadores, por meio da ST, só podem apresentar caminhos alternativos, se buscarem com radicalidade as respostas que se encontram para além da aparência dos fenômenos visíveis, desconstruindo, inclusive, a cultura do progresso, que por vezes se submete a justificar os motivos necessários do aumento dos riscos, adoecimento e acidentes no trabalho.

Contudo, as consequências negativas do trabalho subsumido ao capital, no cotidiano exaustivo e explorado dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros são incontáveis. Registra-se nas próximas páginas, um panorama das condições de trabalho em vários ramos da atividade econômica e como isso vem afetando a classe trabalhadora como um todo, buscando demonstrar também a importância da ST no contexto superexplorado dos trabalhadores brasileiros.

1.3. Saúde do Trabalhador no Brasil: as consequências negativas da subsumção do trabalho ao capital.

Um metalúrgico de 30 anos morreu em um acidente durante a realização de testes na ponte rolante em uma fábrica de laminados em Pindamonhangaba (SP). [...] De acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos de Pindamonhangaba, o mecânico [...] estava fazendo testes na ponte rolante, quando um cabo de aço que fica na base da ponte teria enroscado no seu cinto de segurança e provocado o acidente (Revista Proteção, 2016).

Suicido-me devido ao meu trabalho na France Télécom. É a única causa. (PRESSE - AFP, 2009).

Trabalho mata mais do que epidemia no Brasil (Jornal Gazeta do Povo, 2015).

Essas citações ilustram, de modos diferenciados, o que vem ocorrendo com “*a classe que vive do trabalho*”¹⁹ na contemporaneidade em tempos de capital fetiche, citando Iamamoto (2012)²⁰, tanto no contexto brasileiro quanto em países desenvolvidos. As citações retratam a realidade do Brasil e França²¹, quanto às situações de acidentes e mortes, e as que levaram os trabalhadores ao suicídio no trabalho e por causa do trabalho, devido ao elevado grau de sofrimento vivenciado, atingindo suas vidas e sociabilidade.

Os tempos de capital fetiche, nos dizeres de Iamamoto (2012), demonstram a tendência à sua prevalência na atual conjuntura; ou na concorrência acirrada entre os demais capitais, tem o seu destaque nessa disputa. Lembrando que o capital financeiro se caracteriza por se valorizar a partir da mais-valia gerada no âmbito da produção:

Suponhamos que a taxa média anual de lucro seja de 20%. Nesse caso, uma máquina no valor de £100 que fosse empregada como capital sob as condições médias e com uma quantidade média de inteligência e adequação aos fins geraria um lucro de £20. Digamos que um homem disponha de £100 e tenha nas mãos o poder de converter essas £100 em £120, produzir um lucro de £20. Ele tem em mãos um capital possível de £100. Se esse homem cede as £100 por um ano a outro, que as emprega realmente como capital, ele entrega a esse outro o poder de produzir um lucro de £20, isto é, um mais-valor que não lhe custa nada e pelo qual ele não paga equivalente nenhum. Se no final do ano esse homem paga, digamos, £5 ao proprietário das £100, ou seja, uma parte do lucro produzido, ele paga, com isso, o valor de uso das £100, o valor de uso de sua função de capital, da função de produzir £20 de lucro. A parte do lucro que ele lhe paga chama-se juros, que não é mais do que um nome especial, uma rubrica para designar uma parte do lucro que o capital ativo, em vez de colocar

¹⁹ Utilizada aqui a concepção ampliada de classe trabalhadora, de Ricardo Antunes, a classe-que-vive-do-trabalho, que inclui todas e todos que vendem sua força de trabalho em troca de salário (assalariados do setor de serviços, proletariado industrial e rural), além dos desempregados que engrossam as filas do exército industrial de reserva, bem como aqueles que trabalham na informalidade. Essa noção de classe trabalhadora exclui os pequenos e médios empresários, bem como a pequena e média burguesia urbana e rural proprietária, além de excluir os altos funcionários e gestores do capital, que participam e detêm controle do processo de trabalho e valorização do capital (ANTUNES, 2009).

²⁰ Citando Marx, Iamamoto (2012, p. 93) coloca que o capital fetiche (ou capital financeiro) apresenta-se como o ápice do “caráter alienado da relação do capital [...] na forma de juros, que representa a mera propriedade do capital como meio de apropriar-se do trabalho alheio presente e futuro”.

²¹ O exemplo acima também cita França para ter-se a noção de que a realidade da classe trabalhadora no Brasil é também vivenciada em países desenvolvidos (respeitando-se as diferenças de formação dos países, regiões, bem como diferenças históricas, sociais, políticas, econômicas, etc. da França). Contudo, abordar-se-á sobre a Saúde do Trabalhador somente no Brasil.

em seu próprio bolso, precisa pagar ao proprietário do capital (MARX, 2017, p. 386).

Obviamente, no desenvolvimento maduro do capitalismo, o processo acima se torna cada vez mais complexo. Contudo, o que cabe aqui é demonstrar de modo mais fugaz, que o juro é obtido de parte da mais-valia, do lucro, gerado na produção.

Assim, na contemporaneidade, o capital financeiro e especulativo, alastrado e mundializado, vem forjando suas formas de sustentação e concorrência entre os capitais, por vezes gerando bolhas capazes de desestruturar a economia de um país e resvalar em vários outros, não importando as consequências desse processo, cristalizados na destruição do meio ambiente e da vida humana, pois é necessário o capital se manter e expandir, é necessário articular formas de renovação, formas de reestruturação mediante crises cíclicas, que para alguns, tornou-se permanente:

A novidade *histórica* da crise de hoje torna-se manifesta em quatro aspectos principais: (1) seu *caráter é universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.); (2) seu *alcance é verdadeiramente global* (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado); (3) sua *escala de tempo é extensa*, contínua, se preferir, *permanente*, em lugar de limitada e cíclica, como foram as crises anteriores do capital; (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu *modo de se desdobrar* poderia ser chamado de *rastejante*, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia (MÉSZÁROS, 2011, p. 795, *grifos do autor*).

Assim, o capital não poupa ninguém. Toda a articulação e toda a concorrência entre capitais visando a manutenção do *status quo* e/ou a expansão do capital a toda extensão territorial possível, resvala naqueles que produzem o mais-valor. O trabalhador não é resguardado em nenhum desses processos, que torna seu trabalho desumanizante, superexplorado, transformado e adaptado para atender aos interesses gerais do capital, para aumentar as taxas de lucro, não importando, para tal, o aumento do Exército Industrial de Reserva, a desregulamentação do trabalho, as mudanças na produção, o maquinário, a polivalência, a extensão da jornada de trabalho, a periculosidade das atividades produtivas, a insalubridade ou o risco à saúde dos trabalhadores. Afinal, a força

de trabalho é uma mercadoria como qualquer outra, a ser usada até o seu esgotamento.

Uma manifestação da realidade do capital financeiro pode ser avaliada mediante a prática usual do capitalismo “estadunidense”: na década de 1990, houve uma tendência a instigação, pelo mercado de ações, a investimentos em ramos produtivos que não geravam a mais-valia necessária para a valorização do valor, especulando ações e incentivando investimentos em ramos que não tinham correspondência de produção com os lucros necessários, o que gerou uma expansão em determinados ramos da economia e uma bolha financeira, que quando estoura, afeta a economia a extensões mundiais, haja vista se tratem de investimentos especulativos e fictícios (BRENNER, 2003).

Todo esse processo, segundo Marx (2017), é um modo de se apropriar da vida presente e futura do trabalhador, pois o capital financeiro requer os juros mais altos do mercado; considerando que os juros têm correspondência com a produção, se faz necessário gerar muito mais mais-valor para que o lucro seja suficiente para retornar ao capital industriário e financeiro. Para que isso ocorra, muitas “inovações” acontecem no mundo do trabalho para garantir o aumento da taxa de lucros e, obviamente, isso incide sobre o trabalhador, com influência negativa direta em sua saúde, haja vista que essas mudanças no mundo do trabalho, advém das mudanças necessárias ao mundo do capital, para a manutenção e elevação de suas taxas de lucro. Ou seja, essas transformações atendem exclusivamente ao capital, sendo as mudanças ao trabalhador mera consequência necessária desse processo, realizado a qualquer custo e em detrimento da saúde e vida desses trabalhadores.

Sendo o “desenvolvimento” e o “progresso” as tônicas deste sistema, logo é preciso expandir para progredir e para tal é irrelevante dizer que os trabalhadores são obrigados a dar sua contribuição. Porém essa contribuição é exigida para além dos limites físicos do trabalhador: o que se pode constatar em notícias diárias veiculadas pela mídia é que tal contribuição muitas vezes se refere à própria vida dos trabalhadores.

A tônica do progresso e do desenvolvimento chega, inclusive, ao meio rural, sendo que a produção agrícola passa por um processo de estruturação da produção na lógica do capital, transformando formas de produção tradicionais, agroecológicas desenvolvidas pelo campesinato, em formas arcaicas e subprodutivas, vindo o capital a impor sua modernidade, modificando inclusive a sociabilidade solidária e cooperativa dos trabalhadores rurais, invertendo a lógica e colocando-os no ciclo da lógica mercantil e concorrencial capitalista (SANT’ANA; CARMO, 2010).

A agroecologia vem sendo solapada, mas resiste, pois, a mercantilização capitalista da produção rural é prejudicial para os trabalhadores, mas também para a população como um todo, que se vê refém de alimentos repletos de agrotóxicos (agro defensivos, na linguagem do mundo “pop” do agronegócio) que acarretam a degradação da saúde dos trabalhadores rurais, bem como um enorme problema de saúde pública, em decorrência da alimentação condenada distribuída à população brasileira pelo *agrobusiness*.

Ou seja, ao mesmo tempo em que a ofensiva do capital se lança sobre a classe trabalhadora, também é necessário pensar sobre a degradação da natureza em geral e sobre a agricultura:

O sistema produtor de commodities agrícolas, no qual os alimentos são transformados em mercadorias, referenciadas à especulação financeira, nas bolsas e mercados especulativos, tem como finalidade o lucro, a reprodução ampliada de capitais investidos, em detrimento da segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação saudável (PIGNATI, 2017, p. 396).

No campo, o uso de agrotóxicos contamina o ambiente e o trabalhador, sendo este afetado duplamente, pois além da proteção ao trabalho ser ínfima no campo, o consumo alimentar da classe trabalhadora vem de alimentos barateados devido ao *agrobusiness*, destruindo os pequenos agricultores na ofensiva concorrência capitalista. Além disso, os alimentos hoje ditos orgânicos ainda são um nicho de mercado que a classe trabalhadora dificilmente acessa, pois, seu preço não encontra consumidor nas classes mais baixas da população²².

Em todos os ramos da atividade econômica, a lógica capitalista atesta sua negatividade enquanto modo de produção que rege a sociedade e as inter-relações que partem dela. Nas indústrias de transformação, Assunção (2006) revela como o problema invisível do trabalho repetitivo gera alterações musculoesqueléticas e evidenciam efeitos psíquicos derivados dos gestos sem sentido durante o processo de produção:

²² Isso ocorre porque os pequenos produtores que produzem alimentos orgânicos não recebem subsídios estatais como recebem os grandes produtores do agronegócio, levando a pequena produção a ser comercializada em valor superior ao dos alimentos cheios de agrotóxicos do *agrobusiness*. A resistência vem tentando mudar essa realidade. Um exemplo que pode ser citado na cidade onde se faz a pesquisa, é a CSA, uma associação cujos membros financiam mensalmente os pequenos produtores para que os mesmos possam produzir alimentos orgânicos. Em contrapartida, os membros recebem semanalmente uma cesta de alimentos orgânicos. Tal financiamento é mantido independente de recebimento das cestas. Além disso, periodicamente são realizados mutirões com a participação dos produtores e dos associados, para cuidados gerais com a horta e plantação de novos alimentos, sempre no viés da agroecologia.

Na linha de montagem, a intensidade do ritmo de trabalho e a simplicidade de operações não permitem a expressão da imaginação, gerando um conflito. De um lado, o pequeno leque de possibilidades de criação; e outro, a intensidade da atividade motora requerida. Sob esse ritmo, o trabalhador fica exposto, ao mesmo tempo, à insuficiência de estimulação e à hipersolicitação de movimentos (ASSUNÇÃO, 2006, p. 180).

E mais adiante, uma conclusão de análise abrangente e pertinente ao analisar questões sobre o risco do adoecimento laboral:

Elaborou-se a hipótese da existência de fatores de risco de adoecimento originados na teia das relações entre mercado internacional, política empresarial e estrutura organizacional. Não seria possível estabelecer uma relação imediata entre o valor do metal no mercado internacional e os sintomas musculoesqueléticos, mas as evidências de mudanças organizacionais nos últimos anos, provocadas pelos determinantes econômicos, anularam o principal argumento utilizado pela empresa para explicar o aumento da prevalência de diagnósticos em um curto período de tempo. Adquiriu força na investigação a seguinte verbalização de um dos interlocutores da empresa: “Está se buscando escala para baixar o custo por tonelada produzida”. O preço do metal produzido é regulado pela bolsa de valores e é inconstante. Segundo a gerência, os custos tornaram-se progressivamente incompatíveis com o preço do mercado e a saída encontrada pelos gestores foi minimizar o valor homens/horas trabalhadas por tonelada, implicando uma política que visava a reduzir o efetivo e incrementar a produção via incorporação tecnológica. Ouve um investimento em energia e automação (ASSUNÇÃO, 2006, p. 183)

Na indústria de metal analisada por Assunção (2006), o trabalho repetitivo é uma constante prejudicial à saúde dos trabalhadores. Além disso, as oscilações do mercado, da economia, das transações econômicas, da bolsa de valores, têm incidência direta no processo produtivo, e isso quer dizer que a planta produtiva será adaptada conforme as necessidades do aumento do lucro e, sendo o trabalhador uma parte dessa planta produtiva, a mercadoria força de trabalho também sofrerá alterações. Observe que aqui trata-se de uma mercadoria, não importando quem a porta, o trabalhador. Ou melhor, importa até um limite, quando sua corporeidade física ainda suporta os limites do trabalho imposto sem se manifestar negativamente. A partir disso, sua importância fica cada vez menos significativa, sendo as ações em ST, naquele contexto, voltadas somente para a manutenção de sua capacidade produtiva, sendo descartado caso se torne incapaz de produzir o mais-valor de modo satisfatório e compensatório ao capital.

Na lógica do sistema capitalista de produção, ao inverter-se, através do trabalho estranhado, a relação onde a essência da atividade vital se torna apenas um meio para sua existência (MARX, 2010), o trabalho estranhado também faz dessa atividade vital do

homem uma mera mercadoria lançada ao ciclo de circulação do capital, mas uma mercadoria valiosa e que pode ser sugada até o seu esgotamento. Portanto, a exploração da força de trabalho não encontra mais limites, não respeita os parcos avanços em termos de legislações que regulamentam o grau de exploração dessa força de trabalho, tampouco as diretrizes de proteção ao trabalhador, que no caso brasileiro, já é insipiente e limitada: ainda mal desenvolvida, vem sendo solapada.

Alguns podem questionar que a situação a respeito da saúde do trabalhador sempre foi motivo de preocupação ao longo da história do capitalismo, haja vista que sempre ocorreram mortes, acidentes e doenças do trabalho; no entanto, é inadmissível que com o desenvolvimento das forças produtivas, da ciência, do direito, enfim, da sociedade em geral, não se permita um mínimo de proteção ao trabalhador.

As transformações no mundo do trabalho, processo macroestrutural, que se manifestou por meio da reestruturação produtiva sob o viés da acumulação flexível, foram processos pensados articuladamente para a contenção da crise do capital, visando frear a queda da taxa de lucros para a recuperação do processo de acumulação. Para além, cabe recordar que o Brasil possui suas particularidades nesse processo de expansão e acumulação capitalista, sendo uma dessas particularidades a superexploração da força de trabalho, categoria que descreve como o trabalho ganha conotações específicas e o quão padece a classe trabalhadora em países de capitalismo dependente. A precarização do trabalho também se encontra nesse bojo do trabalho na “era do flexível”, caracterizando as formas mais ainda desumanizadas do trabalho na contemporaneidade do capital.

E os resultados de todo esse processo, na realidade concreta, se evidencia por meio do patológico. As condições, a gestão, os processos e as relações de trabalho são configurados para se obter o mais valor até o limite do insuportável. Assim,

[...] o processo de trabalho, industrialmente e tecnologicamente revolucionado (sobretudo nos dias atuais com os novos aportes gerenciais) para aumentar a produtividade, atua fortemente na reversão radical da potencialidade do trabalho no processo de desenvolvimento do ser, afetando-o negativamente. [...] Dessa forma, o processo de trabalho e o modo como o trabalho estão organizados têm um peso fundamental para o desgaste da saúde, para o envelhecimento e morte precoces e para as incapacidades temporárias e permanentes que afetam a classe trabalhadora (LOURENÇO, 2016, p. 29).

Diversas pesquisas podem comprovar como a força de trabalho pode ser consumida, por vezes, até o limite da vida, quando esta se perde durante atividade laborativa devido a situações de exaustão (como já ocorrido com trabalhadores do corte

de cana em Ribeirão Preto), ou quando o trabalhador faz uso de produtos tóxicos para conseguir manter o ritmo de trabalho²³. A respeito do trabalho no setor sucroalcooleiro, Sant'ana; Carmo (2010, p. 351) se manifestam:

Se for considerado que atualmente a meta de produtividade para a manutenção do emprego é de 12 toneladas, é possível dimensionar o quanto um trabalhador golpeia, caminha, contorce-se, movimenta-se sob sol escaldante e fuligem e, agora, atuando com muito mais frequência onde a colheita não foi mecanizada, os seja, em lugares onde a cana está deitada, torcida e/ou com declividade. E a maior evidência desse esforço desmedido são as mortes de mais de 20 trabalhadores por exaustão nesse ramo de atividade.

Embora tal situação seja uma particularidade da região do interior de São Paulo, as péssimas condições de trabalho, os baixíssimos salários e a plena condição de precarização vivenciada pela classe trabalhadora não são casos isolados, tampouco se resumem à região mais rica do país. Verçoza (2016) aborda, em pesquisa realizada na cidade de Teotônio Vilela, estado de Alagoas, as condições precárias, insalubres e de periculosidade vivenciadas pelos trabalhadores e trabalhadoras do corte de cana; considerando que Alagoas é o sexto maior produtor nacional e primeiro produtor do Nordeste, tal produção elevada não revela as condições de trabalho que levam os trabalhadores e trabalhadoras do corte de cana a estar em primeiro lugar nas estatísticas de acidentes de trabalho e adoecimento naquela região. Quer dizer, o ritmo intenso, os movimentos corporais de agachamento completo e extensão do corpo nos movimentos de golpe de facção na cana, além da carga, desencadeiam condições de saúde degradantes (VERÇOZA, 2016).

A depender do ramo da atividade econômica, o trabalho se faz ainda mais superexplorado. Guanais (2016) em sua tese de doutoramento coloca a realidade dos trabalhadores da indústria canavieira brasileira, onde a forma predominante é o trabalho por produção. A indústria canavieira atrai migrantes do Nordeste e norte de Minas Gerais²⁴, são trabalhadores e trabalhadoras sem escolha, que se veem obrigados a vender a força de trabalho abaixo de seu valor, além, abaixo do seu valor de mercado. A autora defende que o trabalho migrante é a estratégia do capital:

[...] a despeito de todos os argumentos utilizados pelos representantes do setor

²³ Estudo interessante que trata do assunto em Lourenço (2009).

²⁴ Até início da década de 1990, a predominância era de trabalhadores de Minas Gerais e Bahia. Com o decorrer dos anos, mais trabalhadores nordestinos começaram a ocupar estes postos (GUANAIS, 2016).

sucroalcooleiro que justificam a preferência pelos migrantes pelo fato de os mesmos serem mais “disciplinados”, “produtivos”, “dóceis” e “eficientes” que os não-migrantes; na realidade, o que está em jogo de fato, são os benefícios econômicos que a utilização desta força de trabalho específica traz para os usineiros (GUANAIS, 2016, p. 26).

Alves (2007) acredita que a migração é um processo de expulsão, ensejada pela impossibilidade de reprodução da vida social pelos trabalhadores, sendo que estes se veem obrigados a sair em busca de algum trabalho para obter seus meios de vida e de seus familiares e, geralmente, no sistema capitalista, este lugar é onde o capital está concentrado e onde há trabalho livre.

A convivência e vínculos familiares e comunitários se rompem nesse processo, sendo que a distância e o tempo geram situações inesperadas e experiências solitárias, dedicando-se, o trabalhador, integralmente ao seu trabalho, sem tempo para interrupções ou atendimentos a intercorrências possíveis, tais como: dar suporte aos filhos e/ou demais membros familiares (em momentos de adoecimento de entes queridos, ausências do trabalho por conta de problemas familiares, dentre outros).

A precarização do trabalho não escapa a nenhum ramo da atividade econômica; como foi constatado por Pereira (2016), o magistério público paulista também apresenta alguns dados a respeito do sofrimento mental decorrente do trabalho. O trabalho no ensino público estadual paulista não possibilita condições adequadas para o desenvolvimento da atividade profissional dos professores; além disso, a falta de apoio para o desempenho do trabalho e o desafio em lidar com uma sala de aula repleta de alunos com todas as adversidades e problemas sociais, sem a presença de uma equipe multiprofissional que dê conta dessa demanda, a carga fica grande demais para os trabalhadores do ramo, sendo que o adoecimento mental dos trabalhadores expressam-se como: “[...] 1) desgaste: cansaço, estresse, esgotamento; 2) sensações de frustração, solidão, irresponsabilidade, falta de honestidade, culpa e impotência” (PEREIRA, 2016, p. 148), sendo estas as expressões iniciais do sofrimento psíquico desses profissionais.

Com pesquisa no mesmo estado e com profissionais da mesma área, Souza (2013) também relata tal realidade, cujo adoecimento vem atrelado às formas como as políticas educacionais no Brasil vem se caracterizando, exigindo dos professores um grau de comprometimento inalcançável pelo número de atividades a eles colocadas. Faz a crítica às medidas reformistas na Educação brasileira, “[...] compreendidas como necessárias ao crescimento econômico e indispensáveis ao projeto de modernização do país, isto é, à

inclusão do país no rol das economias capitalistas mais avançadas” (SOUZA, 2013, p. 226). Essas medidas reformistas têm clara incidência na organização do trabalho do magistério, adoecendo a classe trabalhadora e alijando a população de uma educação na perspectiva crítica e libertária.

Já o ramo da indústria petrolífera, analisada por Romão (2013), apresenta em sua estrutura as formas de reestruturação produtiva, além de inovações tecnológicas que culminaram em redução dos postos de trabalho, e um aumento significativo da terceirização, sendo que estes são trabalhadores ainda mais vulneráveis à lógica trabalhista brasileira; por não terem estabilidade, acabam aceitando a realização de qualquer tipo de trabalho, ainda que o mesmo profissional efetivo se recuse a realizar:

A instabilidade no emprego e a ausência de organização sindical obrigam muitas vezes os terceirizados a executar serviços em condições de completa insegurança, o que agrava ainda mais suas condições e trabalho. Os operários da Petrobrás, ao contrário, têm mais condições de exigir segurança no trabalho (ROMÃO, 2013, p. 135).

Assim, não é de se estranhar que o número de acidentes de trabalho (típicos ou de trajeto) seja alto entre os terceirizados, conforme consta em Nota Técnica nº 172, de 03/2017, emitida pelo DIEESE:

Os dados obtidos a partir de recortes específicos na Rais revelam, de um modo geral, que, nas atividades tipicamente terceirizadas, as condições de trabalho e a remuneração são inferiores às verificadas nas atividades tipicamente contratantes. Em síntese e considerando somente o ano de 2014, os dados obtidos revelam que: • A taxa de rotatividade descontada é duas vezes maior nas atividades tipicamente terceirizadas (57,7%, contra 28,8% nas atividades tipicamente contratantes) • Nas atividades tipicamente terceirizadas, 44,1% dos vínculos de trabalho foram contratados no mesmo ano, enquanto nas tipicamente contratantes, o percentual foi de 29,3% • 85,9% dos vínculos nas atividades tipicamente terceirizadas tinham jornada contratada entre 41 e 44 horas semanais. Já nos setores tipicamente contratantes, a proporção era de 61,6% • Os salários pagos nas atividades tipicamente terceirizadas fora da região Sudeste eram menores, o que reforça as desigualdades regionais • *O percentual de afastamentos por acidentes de trabalho típicos nas atividades tipicamente terceirizadas é maior do que nas atividades tipicamente contratantes -9,6% contra 6,1%.* • Os salários nas atividades tipicamente terceirizadas eram, em média, 23,4% menor do que nas atividades tipicamente contratantes (R\$ 2.011 contra R\$ 2.639) (DIEESE, 2017, p. 23, *grifos nossos*).

Como já previsto por diversos autores, a terceirização não garante medidas protetivas ao trabalhador como em relação aos trabalhadores contratados ou efetivos. A incidência de acidentes é maior, conformando um duplo golpe aos parques direitos

trabalhistas dessa parte da classe trabalhadora.

No ramo da hotelaria, Rocha (2013) torna visível a questão das camareiras; interessante notar que se trata de um trabalho com recorte de gênero (haja vista que a maioria dessas profissionais são mulheres, sendo este gênero que possui mais incidência no âmbito do trabalho precário. A intensidade do trabalho se atrela à rapidez exigida para o desenvolvimento das inúmeras atividades, resultam em risco ergonômico e que, por sua vez, interferem na saúde psicológica e física das trabalhadoras. Por serem mulheres, muitas cumprem ainda a jornada dupla de trabalho, já esgotadas pela violência oculta do trabalho (RIBEIRO, 1990). Além disso, os riscos biológicos a que são expostas (riscos esses encontrados nos banheiros e nos leitos), são ignorados pelos órgãos normativos do setor Trabalho (ROCHA, 2013).

Para além de toda a situação apresentada em relação aos trabalhadores brasileiros em vários ramos da atividade, Oliveira Silva (2013), apresenta um debate importantíssimo que perpassa o trabalho em todos os ramos, que é a questão da jornada de trabalho. Marx (2013) em seu capítulo sobre a Jornada de Trabalho, diz:

[...] a jornada de trabalho possui um limite máximo, não podendo ser prolongada para além de certo limite. Esse limite máximo é duplamente determinado. Em primeiro lugar, pela limitação física da força de trabalho. Durante um dia natural de 24 horas, uma pessoa despense apenas uma determinada quantidade de força vital. Do mesmo modo, um cavalo pode trabalhar apenas 8 horas diárias. Durante uma parte do dia, essa força tem de descansar, dormir; durante outra parte do dia, a pessoa tem de satisfazer outras necessidades físicas, como alimentar-se, limpar-se, vestir-se, etc. Além desses limites puramente físicos, há também limites morais que impedem o prolongamento da jornada de trabalho. O trabalhador precisa de tempo para satisfazer as necessidades intelectuais e sociais, cuja extensão e número são determinados pelo nível geral de cultura de uma dada época. A variação da jornada de trabalho se move, assim, no interior de limites físicos e sociais, porém ambas as formas de limites são de natureza muito elástica e permitem as mais amplas variações. Desse modo, encontramos jornadas de trabalho de 8, 10, 12, 14, 16, 18 horas, ou seja, das mais distintas durações (MARX, 2017, p. 306).

O respeito à jornada de trabalho é necessário no sistema capitalista, posto que o trabalhador necessita de descanso para repor energia em sua corporeidade física, além de ser essencial que tenha tempo de convivência com a família e sociedade. Oliveira Silva (2013), ainda acrescenta a isso a questão econômica, relativa ao combate ao desemprego e à revitalização do trabalho, para que o trabalhador possa render mais quando da execução de suas atividades laborais.

A discussão da jornada de trabalho é fundamental, inclusive para que o trabalhador

possa ter tempo para as atividades intelectuais e sociais, conforme colocadas por Marx. É interessante a discussão sobre essa questão, haja vista que uma carga horária de 44 horas semanais, como a regulamentada no país, prevê um tempo livre pequeno, impossibilitando ao trabalhador que tenha tempo suficiente para todas as atividades extra-trabalho colocadas. No Brasil, em alguns órgãos do funcionalismo público e órgãos não-governamentais, a carga horária semanal de 30 horas se coloca como uma promissora realidade. Algumas profissões também possuem regulamentação, em sua lei profissional, de carga horária restrita a 30 horas semanais, como é o caso dos assistentes sociais. Contudo, a duras penas, é necessário a luta diária para que a lei seja aplicada em todos os locais que empregam esses profissionais.

A jornada de trabalho de 30 horas, possibilita um rendimento maior do trabalho, sem grandes interrupções de intervalo, além de tempo livre para atividades extra-trabalho; possibilita a participação na educação dos filhos, possibilita tempo para militância e estudos. É um verdadeiro avanço que, na sociedade brasileira, encontra entraves, óbvio, dos empregadores e, incrivelmente, entre os próprios trabalhadores.

Assim, as questões relacionadas à jornada de trabalho são de extrema importância também para se avaliar a incidência de afastamentos do trabalho na cena brasileira, sobretudo em regiões onde o trabalho leva o trabalhador à morte por exaustão, após horas ininterruptas de trabalho pesado, horas estas que vão além da normatizada na legislação brasileira. A análise dos afastamentos do trabalho em atividades ocupacionais que não conseguem comprovar o nexo entre a doença e a atividade profissional deve ser avaliada, pois, a causa do afastamento pode se dar no processo extenuante de jornadas de trabalho para além da regulamentada, ou seja, as horas extras e sistemas de revezamento. Isto é, o nexo entre doença e trabalho pode não se dar diretamente, mas mediada pela extensão da jornada de trabalho, causando problemas de ordem física e inclusive mental.

O que se pode verificar de toda a situação colocada, é que a classe-que-vive-do-trabalho está dentro de um contexto de vulnerabilização²⁵ do trabalho mediante a ofensiva do capital, donde se utiliza de estratégias inumanas para a contenção da crise, e os efeitos desse processo estão circunscritos, cravados na vida do trabalhador em forma de

²⁵ No atual contexto vivenciado de ofensiva neoliberal, desmonte do Estado e das políticas sociais e públicas, da desregulamentação do trabalho, da retração do movimento sindical, do ultraconservadorismo da sociedade brasileira, achou-se esse termo apropriado para representação do trabalho nessa luta contra o capital, embora esta palavra ainda inexista oficialmente na língua portuguesa, sendo afins as palavras de cunho semelhante.

adoecimento, que por sua vez, limitam as chances do trabalhador de ter a “sorte” de estar inserido no processo de circulação do capital vendendo sua força de trabalho.

Os últimos dados do IBGE em relação ao terceiro trimestre de 2017 apontam que 12,4% das pessoas que compõe o contingente da força de trabalho no país estão desocupadas, ou seja, estão sem trabalho, à procura de um emprego nos últimos 30 dias. A taxa de pessoas ocupadas é de 87,6%. Contudo, o IBGE considera como “pessoas ocupadas” aquelas que, na semana de referência da pesquisa, trabalhou por uma hora completa em trabalho remunerado ou em trabalho sem remuneração direta, em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio. Ou seja, o número de pessoas desempregadas, de fato, pode vir a ser muito mais elevado considerando que uma hora de trabalho por semana não garante a subsistência de um trabalhador, ainda que este seja o trabalhador do mais alto escalão de uma empresa, situação não muito comum na realidade brasileira.

Assim, entende-se que o desemprego também é um fator que o campo ST deve abordar, haja vista ser fonte de sofrimento mental e emocional, gerando transtornos no nível psíquico que podem levar ao adoecimento do trabalhador. No período de 1981 a 1983, Seligmann-Silva (2001) realizou uma pesquisa em duas cidades do estado de São Paulo, onde entrevistou e analisou os depoimentos de trabalhadores que estavam desempregados. O resultado da pesquisa deu visibilidade a uma realidade angustiante vivenciada por trabalhadores que, além de apresentarem um processo de adoecimento mental por conta da situação, passaram a enfrentar a rejeição social pelo status de desempregado, como se essa situação fosse voluntária:

[...] A angústia do operário desempregado era maior quando seus dependentes apresentavam problemas de saúde, a que ele não tinha mais condições de atender – seja por falta de dinheiro para comprar medicamentos, seja por já ter perdido direito ao atendimento de convênio ou da Previdência Social. Em vários casos, o problema era outro: a saúde do próprio trabalhador havia sido especialmente prejudicada pelo excesso de trabalho e/ou por acidentes laborais, tendo sido acarretado faltas ao serviço ou diminuição de produtividade que redundaram em dispensa do emprego [...] (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 449).

O desemprego, problema inerente ao capitalismo, atinge níveis preocupantes no Brasil. A angústia de não ter acesso à renda do trabalho para a sobrevivência e subsistência da família, gera adoecimento e implica em conflitos intrafamiliares e sociais. Pouco discutido no âmbito da ST, o desemprego também deve ser considerado como uma

violência do trabalho configurado na sociedade capitalista, pois a ausência total de renda para acesso aos produtos necessários à manutenção da vida, pode levar o trabalhador a cometer atos lesivos a si em momentos de desespero. Isto é, a situação econômica vivenciada no país, reflete-se diretamente na classe trabalhadora, sendo que as respostas a essa turbulência social, podem culminar em suicídios e outros atos prejudiciais ao próprio trabalhador, aos seus familiares e a terceiros (obviamente, que o componente individual, nesses processos, também deve ser considerado).

Em Nota Técnica sobre crise econômica, austeridade fiscal e saúde, do IPEA, Vieira (2016) apresenta várias evidências científicas, atrelando a crise e austeridade fiscal com o aumento nos índices de saúde devido ao grande impacto negativo dessas situações sobre a população, sobre a classe trabalhadora:

Entre as consequências sociais mais amplas, verifica-se que a perda do emprego e o aumento do desemprego provocam perdas financeiras e o endividamento das famílias, levando ao empobrecimento, ao aumento dos divórcios e da violência. Essas condições, associadas à insegurança quanto à manutenção do emprego, ocasionam piora da saúde mental, com elevação da incidência e prevalência de ansiedade, depressão, estresse e abuso de álcool e outras drogas. Ainda como consequências para a situação de saúde, identificaram-se o aumento dos casos de suicídio e de doenças crônicas e infecciosas (VIEIRA, 2016, p. 4).

Por vezes, os trabalhadores e trabalhadoras encontram estratégias para a mínima transformação desse quadro por meio da luta sindical²⁶ ou inserção em outros movimentos sociais que lutem por melhores condições de trabalho, ou até mesmo uma luta para além desta. Entretanto, uma análise a respeito do movimento sindical hoje pode sinalizar mais uma derrota à frente para a classe trabalhadora, devido à sua retração e posicionamentos que tendenciam acordo com o patronato, vínculos com fundos de pensão e outras manifestações conservadoras ou restritivas, sintonizando-se com o mercado de capitais, dentre outros, que poderá ser avaliado e refletido com o apoio de LARA; RIBEIRO (2013), SÓRIA (2014), MATTOS (2014), ABRAMIDES (2017). Contudo, ainda há esperanças:

[...] Por um lado, os instrumentos da classe trabalhadora burocratizam-se, de maneira que ainda há espaço para uma integração mais eficiente com o Estado e a ofensiva do capital. A legalização das centrais sindicais aqui indicadas [CUT e CTB, por exemplo] e os seus vínculos com os fundos de pensão e

²⁶ Para uma leitura a respeito da luta sindical em tempos de crise (e de intensificação da exploração do trabalho), ver tese de Coimbra (2006).

clubes de investimento das empresas estatais privatizadas demonstram essa afirmação. Por outro lado, e apesar do apelo e consenso ativo com as diretrizes do novo desenvolvimentismo do governo pelas centrais, há um crescimento constante das greves nos últimos anos (LARA; RIBEIRO, 2013, p. 451).

Diante dessa realidade, a preocupação com a saúde dos trabalhadores, sobretudo a respeito das condições de trabalho e as formas de adoecimento no trabalho, vem amadurecendo ao longo dos anos. É ainda um debate muito recente que não possui urgência ou prioridade de discussão na política brasileira, inclusive é pauta de debate nos movimentos sindicais, porém não ganham a visibilidade necessária.

Dados de órgãos oficiais como a FUNDACENTRO, INSS, SINAN e PNS/IBGE demonstram como é importante se falar em ST em um país onde acontecem mais de 578.000²⁷ acidentes de trabalho por ano (ressalta-se que são dados **subnotificados**; há ainda diferentes estatísticas se comparados dados entre órgãos federais). Além disso, há aqueles acidentes de trabalho em postos de trabalhos informalizados ou acidentes sofridos pelos ditos trabalhadores “autônomos” – os contribuintes individuais da Previdência Social, que não são computados, resultando em mortes, suicídios e deficiências física, mental, múltipla, sem contar como esses eventos deixam um rastro devastador na subjetividade dos trabalhadores. A questão da subnotificação é bastante séria no país e pode gerar discrepâncias no trato da ST:

Tabela 3: Dados sobre acidentes de trabalho no Brasil

DADOS PARCIAIS DOS ACIDENTES DE TRABALHO NO BRASIL (2014)	INCAPACIDADE PERMANENTE	ÓBITOS	TOTAL
PREVIDÊNCIA SOCIAL (AEAT - Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho)	13.833	2.783	16.616
SAÚDE (SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação)	3.598	2.156	5.754
TRABALHO (RAIS – Relação Anual de Informações Sociais)	4.673	1.886	6.559

Fonte: Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda - Indicadores da Saúde do Trabalhador

²⁷ Informações retiradas do Anuário Estatístico da Previdência Social, sobre acidentes de trabalho ocorridos em 2016, dados totalizados mais recentes.

A comparação entre as três fontes de informação de órgãos públicos federais, no que tange à incapacidade permanente e óbitos ocorridos, provenientes da acidentalidade do trabalho, demonstra que a subnotificação dos trabalhadores formais, acidentados do trabalho, é maior no SINAN (Saúde) em relação às demais fontes de informação. Se as estatísticas demonstradas servem para fomentar políticas em ST, o SINAN poderia ser uma base de dados pouco confiável, haja vista o número pequeno de notificações se comparado aos dados da Previdência Social. Isso sem contar os trabalhadores informais.

Assim, considerado o mais confiável para o estudo em pauta, serão utilizados os dados do AEPS/2016 e AEAT/2014²⁸.

Tabela 4: Quantidade de acidentes de trabalho no Brasil

Anos	Quantidade de acidentes de trabalho no Brasil					
	Total de acidentes	Com CAT* registrada				Sem CAT registrada
		Total	Motivos			
			Típico	Trajeto	Doença do Trabalho	
2012	713.984	546.222	426.284	103.040	16.898	167.762
2013	725.664	563.704	434.339	112.183	17.182	161.960
2014	712.302	564.283	430.454	116.230	17.599	148.019
2015	612.632	502.942	383.663	106.039	13.240	109.690
2016	578.935	474.736	354.084	108.150	12.502	104.199

* Comunicação de Acidente de Trabalho.

Fonte: AEAT 2014; AEPS 2016.

Os números de acidentes do trabalho dos trabalhadores formais são preocupantes, embora apresente queda a partir de 2014. Mas, para descobrir os fatores que elevam ou fazem cair esses números, necessita-se de uma ampla pesquisa, pois os fatores podem ser inúmeros e terem relação entre si. O fato da PNSST ter entrado em vigor em 2011 influencia algo? A fiscalização está maior para cobrar das empresas ações efetivas em

²⁸ O último Anuário Estatístico divulgado (2016), atualiza os valores estatísticos constantes em anos anteriores (haja vista que demonstra o número atualizado de benefícios liquidados). Assim, haverá diferença de números de acidentes de trabalho entre o AEPS 2012 e AEPS 2016; AEAT 2014. Os dados utilizados no texto foram os mais atualizados.

ST? As notificações estão sendo visibilizadas de fato, ou escamoteadas para que a empresa não perca o benefício proveniente do FAP? O alto índice de desemprego, que leva a força de trabalho à inserção em trabalhos informais e precários, pode explicar essa queda? São, enfim, muitos fatores que podem explicar essa tendência de queda nos números relativos aos acidentes de trabalho; contudo, a realidade aponta para uma direção muito concreta: não há redução no número de acidentes de trabalho no Brasil, embora os órgãos oficiais do governo queiram demonstrar o contrário. Outras fontes de pesquisas e estudos, como será demonstrado linhas abaixo, comprovam a realidade dos acidentes de trabalho no país.

Ou seja, importante constar que os números apresentados tratam-se de relativa verdade, pois aqueles não abrangem os trabalhadores informais e nem todas as categorias de trabalhadores estão presentes nessas estatísticas, a exemplo do contribuinte individual (autônomo e segurado especial, por exemplo). Assim, a subnotificação dos acidentes e doenças do trabalho ilude a realidade social, que segundo a PNS/IBGE, pode ser outra completamente diferente:

[...] em parceria com o Ministério da Saúde, pode-se verificar uma discrepância entre os dados relacionados a acidentes de trabalho desta pesquisa e aqueles registrados na base de dados do Ministério da Previdência Social. [...]. A comparação mostrou que a PNS aponta números de quase 7 vezes os da Previdência, sendo que há maior variação entre as Unidades da Federação da região Norte e Nordeste. Sugere-se que essa diferença se deve à já conhecida subnotificação do registro de acidentes, ao tipo de dado resultante de cada pesquisa, e à baixa taxa de formalização do emprego, sendo este último fator o responsável pelas maiores razões entre as Unidades de Federação da região Norte e Nordeste (MAIA et al, 2016, p. 1).

Os números são alarmantes: se os números apresentados pela PNS constatarem 7 vezes mais acidentes de trabalho do que os divulgados pela Previdência Social, isso aponta que, em números absolutos, os acidentes de trabalho podem chegar a mais de 4 milhões no ano de 2015 por exemplo. Então, qual a efetividade da ST no Brasil, mediante uma estatística catastrófica dessas? Os gastos sociais em saúde, reabilitação física e profissional, assistência social e previdência social se elevam sobremaneira e isso deve ser considerado no escopo das políticas sociais e, principalmente na ST. Mas, não só os gastos do poder público devem ser problematizados nessa situação, como também os danos sociais e familiares, o desgaste interpessoal e relacional em situações de incapacidade laborativa permanente e mortes, considerando que muitos trabalhadores são o estio da família, são aportes do vínculo afetivo, sendo a interrupção prévia da vida uma

violência inclusive aos familiares que tem que vivenciar perdas tão abruptas e possivelmente evitáveis.

Em relação aos dados da Previdência Social, há registros de 2.819 mortes no trabalho em 2014, e 2.502 mortes no trabalho em 2015. Se estes números forem, proporcionalmente, calculados mediante a proporção de dados da PNS, ou seja, 7 vezes mais, a proporção de mortes no trabalho registradas seria muito superior. São dados alarmantes, que necessitam da atenção do Estado, visando sua diminuição com urgência. Esses dados mostram a letalidade do trabalho; a queda no número de acidentes e mortes do trabalho – informações obtidas por meio de fontes oficiais - não significa necessariamente a melhoria das condições de trabalho; podem significar o contrário, podem significar trabalho precário e informal, que não entram nas estatísticas oficiais.

E embora o número de acidentes de trabalho tenha diminuindo nas estatísticas de 2016, se comparado aos dados dos anos anteriores, o elevado número de acidentes típicos gera incômodo aos que atuam no ramo da segurança e saúde do trabalhador, haja vista se tratar de acidentes evitáveis e previsíveis, haja vista que ocorrem no local de trabalho, isto é, existem mecanismos de prevenção de acidentes no âmbito laboral que podem ser ampliados e modernizados. Cumpre constar, além disso, que o setor da atividade econômica que mais gerou afastamentos no ano de 2015 no Brasil, por exemplo, foi o setor de serviços, com 149.822 afastamentos, seguido do setor de indústrias de transformação, cujo total de afastamentos foi de 121.057, conforme dados da RAIS contidos no Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda - Indicadores da Saúde do Trabalhador. Se classificados tais números, conforme atividades econômicas que mais afastaram (utilizando-se o CNAE), esse número se modifica, passando a ser a Administração pública em geral a classificação econômica que mais afasta (44.097), em números absolutos.

Outro fator que chama a atenção é o número de doenças do trabalho, que a partir do NTEP²⁹, passou a ser caracterizada de forma mais coerente com a realidade vivenciada

²⁹ Trata-se de metodologia da Previdência Social, com base em tese de doutoramento do técnico do Ministério da Previdência Social, Dr. Paulo Rogério Albuquerque de Oliveira, pela Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília. A metodologia criada torna possível que a perícia médica do INSS constate a natureza acidentária da incapacidade, mesmo que o empregador não emita a CAT. O NTEP pode ser obtido a partir do cruzamento de dados do CID-10 e a CNAE das empresas. Trata-se de base epidemiológica e estatística para a constatação do nexa entre doença/incapacidade e atividade profissional. Importante frisar que o NTEP compõe o NTP, juntamente com Nexa Técnico Profissional e o Nexa Técnico Individual.

pelos trabalhadores. Entretanto, o NTEP sofre toda sorte de críticas em sua metodologia, a começar pelo CONFE, que discorda da metodologia estatística na aplicação do NTEP:

[...] o NTEP não é um indicador apropriado para identificar nexos causais em tabelas miscigenadas do INSS. A Razão de Chance superestima o nexo causal gerando resultados não confiáveis, e em alguns casos os nexos são tão inconsistentes que são designados por “nexos espúrios”. O NTEP contribuiu para aumento do índice de acidentalidades das empresas, porém essa variação, como se afirmou, não exerce acréscimo na receita do SAT. Do ponto de vista estritamente contábil o NTEP contribuiu para crescer as despesas das Empresas e do INSS (ROCHA, 2017, p. 7).

A questão apresentada entra em argumentos técnicos no âmbito da Estatística, que segundo o autor, não foram ouvidos pelo Ministério da Previdência Social e, esclarece, não tem motivação política, social ou econômica, conforme declarado.

Entretanto, a crítica por parte de peritos, ainda que dissessem o contrário, vai na defesa da “vida empresarial e trabalhadora” do país. Pode-se utilizar como exemplo (ficando claro aqui que não se trata de generalizações, sendo relevante ressaltar que se refere aos representantes da categoria em questão), as diversas declarações escritas onde os representantes da categoria revelam verdadeira oposição aos trabalhadores e trabalhadoras, inclusive já registrado e declarado em blogs e sites onde escracham a população atendida pela PS, bem como escracham profissionais do próprio INSS (somente aqueles que não pertencem à classe médica). Leia-se, a favor da burguesia industrial e em defesa da soberania do saber médico, haja vista sentirem-se coagidos ao verem a decisão soberana do perito ter que seguir protocolos criados em prol do trabalhador:

De certa maneira, o uso de ferramentas como o NTEP é uma tentativa da instituição se impor à autonomia do ato médico pericial utilizando-se de ferramentas estatísticas consagradas nos últimos anos pelo fenômeno da Medicina Baseada em Evidências para suprimir a decisão soberana do perito. Isso é visto também na área da assistência médica com o uso cada vez maior de "protocolos" por parte de hospitais e operadoras de saúde, num claro caso de seqüestro da MBE para domínio do ato médico e, obviamente, obtenção de mais-valia (on-line, site: <http://www.perito.med.br/2013/01/o-escandalo-da-fraude-do-ntep-como-o.html>)

O fato é, se realmente há inconsistências na metodologia, cabe a redefinição das mesmas, mas com a participação plena dos trabalhadores nesse processo, além de profissionais de diversas áreas, para contribuir na construção deste instrumento. Não cabe somente ao médico decidir metodologias que vão trazer melhorias em ST: a

transdisciplinaridade é necessária nesse processo.

Silva-Junior et all (2012), apresentam discussões coerentes quanto aos impactos do NTEP em uma Agência de Previdência Social em São Paulo. Antes de apresentar sua argumentação, se faz importante aclarar que instituir uma metodologia de atendimento aos segurados do INSS, perpassa por possibilidades reais de trabalho no cotidiano dos atendimentos. Assim, ouvir os profissionais críticos que desejam, de fato, implementar ações efetivas em ST, se torna imprescindível para tornar o processo mais confiável e benéfico à classe trabalhadora. Portanto, os argumentos abaixo são pertinentes, longe de uma defesa cega do NTEP, mas também longe da destruição moral e ética do instrumento colocado em prol das ações em ST:

A aplicação do NTEP, aparentemente, causou uma mudança importante na epidemiologia na direção do aumento da diversificação dos agravos à saúde considerados ocupacionais. Impactos na rotina dos Médicos do Trabalho, dos Peritos Médicos Previdenciários, além dos trabalhadores, são evidenciados. Recomenda-se revisão da base estatística do NTEP; investimento do INSS em capacitação para seu quadro de Peritos Médicos; uso da Classificação Brasileira de Ocupações como variável nas avaliações periciais; e a sistematização das vistorias dos ambientes de trabalho pelos Peritos Médicos Previdenciários para análise da consistência de etiologia causal sugeridas pelo NTEP (SILVA-JUNIOR et all, 2012, p. 1).

Outras questões a serem problematizadas e discutidas no que tange ao NTEP seriam, ainda segundo o autor, o aumento de restrições impostas nos exames admissionais, com contratação de trabalhadores considerados fora de risco para doenças prevalentes naquele setor e profissão. São questões a serem pensadas, visando impedir uma cultura segregacionista com base em nexos técnicos epidemiológicos sem consistência.

Sendo assim, essas discussões só levam a considerar e ratificar a importância do NTEP para a classe trabalhadora, mas reconhecendo pontos críticos e falhas, sempre na defesa do aperfeiçoamento do instrumental para que possa atender, de forma justa e benéfica, os segurados assistidos pela política previdenciária.

O que se pode constatar nesse processo todo é que, comum sempre é a crítica a instrumentos que possam, apesar de suas inúmeras insuficiências, colaborar para que ações a favor dos trabalhadores se efetivem. O que ocorre com o FAP e NTEP são questões a serem debatidas com o movimento dos trabalhadores, buscando a sua afinação com as ações em ST.

Há também, outro instrumento legalizado, visando fomentar ações em ST no

âmbito das empresas e indústrias. Mediante um sistema que necessita poupar toda sorte de gastos na produção, visando uma sobra maior da taxa de mais-valor produzida pelos trabalhadores, a questão de segurança dos trabalhadores torna-se secundária. Visando mudar essa situação, o INSS lança mão do FAP³⁰ para tentar incentivar as empresas, por meio de isenções fiscais, a investir em saúde e segurança no trabalho. Assim, as empresas que possuem menos registros de acidentalidade, ganham bônus do imposto do SAT (também conhecido como RAT). Em que pese as duras críticas advindas do empresariado em relação à metodologia, o FAP, de fato, tem boa intenção. Porém, na prática, algumas empresas preferem os custos da acidentalidade do que o investimento em segurança no trabalho; além disso, o fato da acidentalidade zero não provocar isenção dos impostos, mas uma diminuição pela metade da tarifa do RAT (que pode variar com o grau de risco ambiental do trabalho), desagrada ao patronato industrial.

Portanto, estudos e pesquisas necessitam ser realizadas para verificar se a redução nos impostos, de fato, tem gerado melhorias em saúde e segurança do trabalhador, ou se servem somente para escamotear os dados da acidentalidade (não notificação dos acidentes para não incidir sobre o aumento dos impostos). Além disso, a fiscalização por parte do MTE deveria ser mais incisiva e permanente, realidade inalcançável no país da recente “reforma” trabalhista.

Enfim, utilizando-se a própria lógica do lucro e da compensação, se faz possível a tentativa para que ações visando a segurança da força de trabalho brasileira sejam minimamente cumpridas. E ainda sim, isso não seria o suficiente, sendo necessário que a luta do movimento dos trabalhadores possa colocar em funcionamento, por pressão popular, a efetividade da ST.

³⁰ O FAP “é um multiplicador, atualmente calculado por estabelecimento, que varia de 0,5000 a 2,0000, a ser aplicado sobre as alíquotas de 1%, 2% ou 3% da tarifação coletiva por subclasse econômica, incidentes sobre a folha de salários das empresas para custear aposentadorias especiais e benefícios decorrentes de acidentes de trabalho. O FAP varia anualmente. É calculado sempre sobre os dois últimos anos de todo o histórico de acidentalidade e de registros acidentários da Previdência Social. Pela metodologia do FAP, as empresas que registrarem maior número de acidentes ou doenças ocupacionais, pagam mais. Por outro lado, o Fator Acidentário de Prevenção aumenta a bonificação das empresas que registram acidentalidade menor. No caso de nenhum evento de acidente de trabalho, a empresa é bonificada com a redução de 50% da alíquota” (Dados retirados do site da Previdência Social <http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/saude-e-seguranca-do-trabalhador/politicas-de-prevencao/fator-acidentario-de-prevencao-fap/>)

CAPÍTULO 2: A PREVIDÊNCIA SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM O CAMPO SAÚDE DO TRABALHADOR

2.1. A Previdência Social na perspectiva histórico-estrutural

Para abordar a política previdenciária brasileira, consta ser de extrema importância o entendimento dos processos de formação da sociedade brasileira, para se compreender a configuração do Estado e das políticas sociais no país, que possui contornos particulares em relação à conformação das políticas sociais nos países de capitalismo desenvolvido.

A história brasileira se inicia com demasiada violência através das invasões territoriais pelos europeus, no contexto da expansão mercantilista. Há concordância com Quijano (2005) quando diz que a colonização do mundo pelos europeus já apresentava traços capitalistas e que foi possível, a partir da “dominação” do mundo, a conformação do capitalismo mundial, uma vez que os europeus passaram a dominar a estrutura de controle do trabalho, de recursos e de produtos, articulando todas as formas historicamente conhecidas de trabalho, estabelecendo um padrão global de controle do trabalho constituído em função do capital. Ou seja, a história do Brasil já carrega em seu início uma violenta “colonização capitalista”:

É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão de obra de que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. Esse início, cujo caráter se manterá dominante através dos três séculos que vão até o momento em que ora abordamos a história brasileira, se gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país. Haverá resultantes secundárias que tendem para algo de mais elevado; mas elas ainda mal se fazem notar. O sentido da evolução brasileira, que é o que estamos aqui indagando, ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização (PRADO Jr., 2011, p. 29).

A sociedade brasileira foi formada à sombra de um objetivo exterior: esta não era uma Nação, muito longe disso. Desde o início a sociedade brasileira foi subjugada e dependente: essa foi a herança deixada pelos colonizadores. Trata-se de um povo em busca de uma identidade, haja vista que esta lhe foi inicialmente negada. A formação da sociedade brasileira carrega em si toda a herança do período colonial e imperial, o que

influencia demasiadamente a formação do seu povo, da sua economia, da sua história e da sua sociabilidade. Sucintamente, pode-se dizer que a formação do povo brasileiro é uma mistura de muitas etnias: miscigenados, nessa sociedade habita o índio, o negro, o europeu. E tal sociedade foi-se conformando a partir dessa mistura de raças, sendo a burguesia nacional, claro, formada pelos filhos da sociedade portuguesa. Observe que a vinda dos europeus para gerir o processo de colonização, atrelada à vinda da Coroa Portuguesa e seu séquito em 1808, possibilitou um processo de adaptação e reprodução de seu povo no Brasil, reproduzindo concomitantemente suas crenças, sua sociabilidade, sua política, sua economia, sua cultura. Esse povo, os “aristocratas coloniais”, nos dizeres de Mazzeo (2015) eram conservadores e donos do poder econômico e político vigente e no processo de desenvolvimento do Brasil-Colônia fomentou-se o surgimento, posteriormente, da burguesia [portuguesa] nacional. Essa burguesia nacional se conformou como dependente, conservadora, raivosa. Uma classe que, inconformada de presenciarem suas riquezas aqui produzidas serem escoadas para a metrópole, não eram capazes de reagir à altura de tamanho desafio, tanto que:

[...] A condução política do “Partido Brasileiro”, capitaneado pelos donos de terras e escravos, não terá assim, em seu conteúdo, nenhuma perspectiva de ruptura real com a estrutura colonial da economia brasileira (MAZZEO, 2015, p. 82).

Sendo assim, o rompimento do Brasil-Colônia e sua transformação em Império, se deu mais pela crise do sistema colonial mundial do que pelos “frutos” de uma proposta de desenvolvimento econômico-social genuína (MAZZEO, 2015). Todavia, o não-rompimento definitivo e real com a Colônia, possibilitou que a burguesia latifundiária assumisse a Independência com a criação de um aparelho de Estado que buscasse atender aos seus interesses e excluir de todo o processo qualquer iniciativa contrária à ideologia dominante. Ou seja, a Independência foi quase um consenso, haja vista que a história revela que não houve o completo rompimento com as formas coloniais na estrutura produtiva, relações de produção e classe. De base produtiva escravista, as relações de trabalho eram extremamente violentas. As ideias liberais não conseguiam espaço em terras (outrora) tupiniquins. A libertação dos escravos, ocorrida tardiamente no Brasil, ratifica isso. A Lei Áurea, que somente foi promulgada no país em 1888, realizou-se somente porque o sistema escravagista já não era mais funcional naquele período, devido a influência das ideias e valores burgueses, desde a Revolução Francesa, que

revolucionou o modo de produção vigente nos países centrais, tendo uma influência tardia no Brasil. Ou seja, a derrota da escravidão foi somente por conta de todo esse processo ocorrido em países centrais e não por uma revolução ou mudança genuína imposta e requerida pela própria sociedade brasileira. Isso porque as ideias liberais não eram bem aceitas em um país calcado na dependência e no servilismo que se arraigavam na sociedade brasileira em diversos âmbitos. Foi absorvido desse processo revolucionário dos países centrais, somente o necessário para não emperrar a estrutura econômica brasileira, isto é, os ideais liberais daquele processo foram aproveitados no Brasil somente no que tange ao âmbito econômico.

Assim, pode-se inferir que um histórico bárbaro de colonização não apresenta muitas saídas para aqueles que desde o início foram obrigados ao trabalho servil e escravizado. Da Colônia ao Império, nada mudou estruturalmente, pois os brasileiros são um povo a trabalhar para o benefício das classes dominantes, “sem cultura”³¹, sem Nação genuína:

Fica demonstrado, ao se observarem esses elementos componentes da ação político ideológica da burguesia brasileira, como a ideologia dominante engendra-se numa formação social capitalista de extração colonial. [...] (MAZZEO, 2015, p. 83).

Com a proclamação da República em 1889, o Brasil ainda era uma nação conservadora e que concentrava sua economia em matérias-primas e gêneros tropicais destinados à exportação, um país que naquele momento era politicamente tomado pela oligarquia agrária (não é à toa que foi um período conhecido como República das Oligarquias). Ianni (2002) coloca que o Estado brasileiro é o demiurgo da nação. Ou seja, o Estado brasileiro foi inventado e colocado ao seu povo, não foi construído pelos brasileiros; é um Estado que sofreu um processo denominado por Gramsci de revolução passiva³², com vários desdobramentos para nossa nação e nosso povo.

³¹ Os produtos intelectuais de cada nação tornam-se bens comuns. Cada vez mais impossível se faz a unilateralidade, a estreiteza nacional, e a partir das muitas literaturas locais, nacionais, formam-se uma literatura universal (MARX; ENGELS, 2012 p. 48). Pela particularidade da formação sócio histórica e cultural brasileira, indaga-se se existe uma cultura brasileira. Mas uma cultura genuína, sem a influência europeia ou ainda, uma cultura mais genuinamente brasileira, sem tantos estrangeirismos em sua estrutura.

³² [...] Deve-se sublinhar, antes de mais nada, que um processo de revolução passiva, ao contrário de uma revolução popular, realizada a partir “de baixo”, jacobina, implica sempre a presença de dois momentos: o da “restauração” (na medida em que é uma reação à possibilidade de uma transformação efetiva e radical “de baixo para cima”) e o da “renovação” (na medida em que muitas demandas populares são assimiladas e postas em prática pelas velhas camadas dominantes). É assim que Gramsci afirma que a revolução passiva manifesta “o fato histórico da ausência de uma iniciativa popular unitária no desenvolvimento da história

Aliado a isso, podemos dizer que a população brasileira, forjada na estrutura colonial, formou três classes de população, onde uma delas necessariamente vai sobrevivendo em terras brasileiras de maneira bastante peculiar: por meio do favor, criando assim a cultura do favor que permanece nas estruturas sociais até os dias atuais, situações que podem ser verificadas inclusive nas práticas políticas e na vida social como um todo:

[...] Sendo embora a relação produtiva fundamental, a escravidão não era o nexos efetivo da vida ideológica. A chave desta era diversa. Para descrevê-la é preciso retomar o país como todo. Esquematizando, pode-se dizer que a colonização produziu, com base no monopólio da terra, três classes de população: o latifundiário, o escravo e o homem livre, na verdade dependente. Entre os primeiros dois a relação é clara, é a multidão dos terceiros que nos interessa. Nem proprietários nem proletários seu acesso à vida e a seus bens depende materialmente do favor, indireto ou direto, de um grande. O agregado é a sua caricatura. O favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que têm. Note-se ainda que entre estas duas classes é que irá acontecer a vida ideológica, regida, em conseqüência, por este mesmo mecanismo. Assim, com mil formas e nomes, o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional, ressalvada sempre a relação produtiva de base, esta assegurada pela força. Esteve presente por toda parte, combinando-se às mais variadas atividades, mais e menos afins dele, como administração, política, indústria, comércio, vida urbana, Corte etc. Mesmo profissões liberais, como a medicina, ou qualificações operárias, como a tipografia, que, na acepção européia, não deviam nada a ninguém, entre nós eram governadas por ele. E assim como o profissional dependia do favor para o exercício de sua profissão, o pequeno proprietário depende dele para a segurança de sua propriedade, e o funcionário para o seu posto. O favor é a nossa mediação quase universal e sendo mais simpático do que o nexos escravista, a outra relação que a colônia nos legara, é compreensível que os escritores tenham baseado nele a sua interpretação do Brasil, involuntariamente disfarçando a violência, que sempre reinou na esfera da produção (SCHWARZ, 1992, p. 4).

O Brasil tornou-se uma República que foi constituída sempre por meio de conciliações (e favores), que tardiamente culminou em conciliação das elites brasileiras com o capital internacional em detrimento da população. São pactos recorrentes na história do Brasil, onde a classe trabalhadora³³ sempre esteve de fora. A modernização do Estado brasileiro sempre foi conservadora, restrita apenas a melhorias que pudessem se

italiana, bem como o outro fato de que o desenvolvimento se verificou como reação das classes dominantes ao subversivismo esporádico, elementar, desorganizado, das massas populares, mediante ‘restaurações’ que acolheram uma certa parcela das exigências provenientes de baixo: trata-se, portanto, de ‘restaurações progressistas’, ou ‘revoluções-restaurações’, ou ainda ‘revoluções passivas’”. [...] (COUTINHO, 2003, p. 198).

³³ Tal situação não passava despercebida à classe trabalhadora, tanto é que houve um período onde as revoltas populares “regionalizadas” também se manifestavam e eram (de novo) mais violentamente controlados. A exemplo da Cabanagem, Cabanada, Guerra das Mulheres, Revolta do Vintém, Guerra de Canudos, entre outros

concretizar em benefício da burguesia. O Estado brasileiro foi pensado pela oligarquia e imposto ao povo e as políticas sociais eram até aqui inexistentes, sendo a assistência à população dada através da caridade e filantropia. O trabalho era uma categoria desvalorizada e com o passar do tempo conviviam-se com diferentes regimes de trabalho ao mesmo tempo: trabalho regulamentado, trabalho sem regulamentação alguma, situações de escravidão³⁴, uma miscelânea proposital e funcional à conformação do capitalismo “à brasileira”.

Interessante notar que, em relação ao processo escravagista brasileiro, uma vez libertos os escravos, estes não encontravam lugar no Brasil republicano, que preferiu contratar trabalhadores imigrantes que supostamente tinham “melhor qualificação” para o trabalho e que vieram para o Brasil porque foram despojados e excluídos do processo de acumulação do capital: não havia lugar para eles na Europa. E no Brasil, não havia lugar para os negros na esfera do trabalho.

A vinda dos imigrantes europeus, que tinham histórico de luta e reivindicação devido ao processo de formação de seu país, influenciou o movimento dos trabalhadores que passaram a exigir melhores condições de vida, salário e redução da jornada de trabalho. O contexto desses acontecimentos é comum ao contexto da Revolução Russa, que se tornou uma “ameaça” política, ideológica e econômica aos países capitalistas.

A transição para a Nova República foi de uma suposta revolução, momento denominado Revolução de 1930. Tal nomenclatura designada ao movimento foi negada pelo historiador brasileiro Boris Fausto (1997), que refuta a ideia de ruptura revolucionária em 1930, pois não havia contradição necessária entre os setores agrário-exportadores e o desenvolvimento industrial. O que houve foi uma substituição de setores de uma mesma classe no poder, e NÃO substituição de uma classe por outra, conformando uma situação próxima ao que Gramsci chamou de revolução passiva – conforme já dito - evitando-se a participação popular e ao mesmo tempo, atendendo algumas demandas dos trabalhadores, situação comprovada no governo Vargas.

No que tange a esse processo de transição ao capitalismo brasileiro, Chasin (1985) defende ainda que essa transição se deu pela via colonial, uma tese que coloca que o capitalismo brasileiro não é soberano, tampouco independente:

³⁴ Até os dias atuais, há situações flagrantes onde o Ministério do Trabalho intervém para libertação de trabalhadores que estavam vivendo em condições análogas à escravidão. Ou seja, funcional ainda, de alguma forma, nesta sociedade capitalista brasileira.

Como poderiam coabitar com a soberania do povo, na inintegralidade de sua soberania enquanto classe do capital? Ou seja, como dominariam materialmente, sob a soberania política do povo, se a sua própria dominação é vassala de sua própria estreiteza orgânica e de um outro capital soberano? Portanto, se o limite de sua soberania é seu capital limitado, o segredo de seu monopólio do poder é a atrofia de sua potência política. Isto é, a verdade do deslimite de seu mando autárquico é a limitação de sua soberania atrofica (Chasin, 1985, p. 7).

E em outra oportunidade, completa:

[...] pelo estatuto de seu arcabouço e pelos imperativos imanentes de sua subordinação, tais formações do capital nunca integralizam a figura própria do capital, isto é, são capitais estruturalmente incompletos e incompletáveis. Pelo que são e vão sendo, em todo fluxo de sua ascensão, ponto a ponto, reiteram a condição de subalternidade do “arcaico”, para a qual todo estágio de “modernização” alcançada é imediatamente reafirmação de sua incontemporaneidade. O receptor é assim a desatualidade permanente, o “arcaico” irremissível, por si e pela relação com o outro; dito ao inverso, o “arcaico” é a condição de existência do receptor (Chasin, 1989, p. 41).

Assim, registra-se o arcaico, o incontemporâneo, a dependência, como marcas imanentes à sociedade brasileira, que não é soberana e isso marca a transição para o capitalismo, com ares particulares e peculiares de um país de soberania atrofica e de capitalismo incompleto ou capitalismo *sui generis*, conforme será visto adiante; e isso pode perfeitamente ser encontrado na história brasileira desde o colonialismo até o surgimento da República.

A respeito das políticas sociais, até o Estado Novo, a partir de 1930, a assistência à população era dada em viés caritativo e filantrópico, com organizações sociais e de auxílio mútuo oferecendo à população uma espécie de ajuda, bem como as Santas Casas atendendo no que tange à saúde. Não é necessário dizer que eram ações pontuais e focalizadas, restritivas e na ótica do favor, situação que inicia suas mudanças a partir do Estado Novo, onde a iminente ameaça da classe trabalhadora fez “brotar” e acelerar processos de mudanças sociais, visando a proteção social à classe trabalhadora. O Estado Novo, então, pode ser considerado como o marco da formação das políticas sociais no Brasil.

Um olhar, ainda que breve, sobre a formação socioeconômica da sociedade brasileira é importante para que se possa compreender a formação do Estado e das políticas sociais, no caso em tela, a política previdenciária.

Em se tratando de políticas sociais, inclusive a política de Previdência Social, torna-se primordial à discussão da questão social. Reconhecida enquanto expressões

sociais advindas do conflito capital x trabalho, a questão social é o substrato do sistema capitalista de produção. Segundo Yamamoto (2001), a expressão questão social, embora não tenha sido encontrada dessa forma no universo marxiano, traduz os processos sociais que se encontram no centro da análise de Marx, donde se constata que na dinâmica do regime capitalista se produz e reproduz as condições materiais de existência, as relações sociais contraditórias e formas sociais através das quais se expressam.

A autora coloca ainda que a questão social advém do conflito capital *versus* trabalho nessa sociedade madura, expressando-se por meio da pobreza e desigualdade social, através das disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais. Complementando, Behring; Santos (2009, p. 5) apontam, a respeito da questão social, que

[...] está subjacente às suas manifestações concretas o processo de acumulação do capital, produzido e reproduzido com a operação da lei do valor, cuja contraface é a subsunção do trabalho pelo capital, a desigualdade social, o crescimento da pauperização absoluta e relativa e a luta de classes.

Posto isso, as autoras juntamente com Netto (1996), Ianni (2004) apontam os abusos ao consideram que na atualidade, se faz presente uma nova questão social, cuja gênese não advém do conflito capital *versus* trabalho, mas de outros conflitos diversos do capitalismo contemporâneo.

A defesa teórica a respeito da “nova questão social” pode se dar, por vezes, visando justificar uma posição ideopolítica de defesa do sistema vigente nesta sociedade. Para Rosanvallon (1998) a nova questão social se traduz em: inadaptação aos antigos métodos de gestão do social; Estado Providência modificado em sua natureza; problemas de financiamento; oneração dos aparelhos estatais e rediscussão dos princípios dos direitos sociais. Ou seja, para o autor, a questão social é nova justamente porque todos os seus engodos estão contidos no problema da gestão do social e administrativa do Estado. É uma visão que descaracteriza totalmente, ou melhor, nem faz referência ao conflito capital *versus* trabalho, tampouco se aproxima da essência do fenômeno, ao contrário.

Já para Castel (2010, p. 518) entende-se aqui que o mesmo não defende uma nova questão social, mas a coloca como uma aporia, um “[...] desafio que questiona a capacidade de uma sociedade de existir como um todo, como um conjunto ligado por relações de interdependência”. É ainda o questionamento da função integradora do trabalho na sociedade. Entretanto, ao colocar tais questionamentos, foca sua análise na

sociedade salarial (uma das transformações características da questão social), deslocando todo o movimento das transformações da questão social e sua gênese, que o autor não considera ser advinda do conflito capital *versus* trabalho. Para ele, o nó da questão social pode ser interpretado como um enfraquecimento do suporte salarial.

Entretanto, a noção de questão social em que há concordância neste estudo, é a de que inexiste uma nova questão social. O que ocorre é um longo e denso processo de transformações que atingem a questão social, modificando-a em sua forma e manifestações, mas não em sua essência. As desigualdades sociais e a pobreza como refrações da questão social são cada vez mais acirradas e inumanas, o que não significa que a questão social seja outra; ao contrário, trata-se da mesma questão social travejada da contemporaneidade destruidora do capital.

Compreendido isso, é necessário evidenciar que as refrações da questão social inundam o mundo com suas perversidades em prol da acumulação. Como exemplos desse processo, Ianni (2004); Netto (1996) descrevem a influência negativa da globalização (tal como está posta) para a sociedade, haja vista a globalização ter permitido a mundialização do capital, que vai modificar as relações econômicas e políticas entre países, com forte rebatimento para a classe trabalhadora, que se verá atingida por todo esse processo através da reorganização do capital, da nova divisão internacional do trabalho, culminando em mais dependência de países capitalistas menos desenvolvidos em relação aos desenvolvidos.

Torna-se importante aclarar o debate, pois se se negam as transformações da questão social fazendo-se acreditar que o que existe hoje é uma nova questão social, nega-se o conflito capital *versus* trabalho. Conforme coloca Iamamoto (2001), faz-se necessário apreender as novas mediações existentes na contemporaneidade para conseguir compreender que não existe uma “nova questão social”, mas sim a mesma e “velha” questão social metamorfoseada devido às intensas transformações societárias vigentes no sistema capitalista atual.

Portanto, são inúmeras as condições negativas advindas do conflito capital *versus* trabalho. E a resposta dada, pelo Estado, seriam as políticas sociais. Ou seja, estas surgem como uma resposta dada pelo Estado para a contenção da pobreza e desigualdade social, que mesmo sendo gerados pelo próprio sistema capitalista, não podem deixar de ter uma resposta sob o risco de afetar o processo de acumulação de alguma forma. Marx (2013), quando aborda no *Capital* o capítulo da Jornada de Trabalho, expõe as condições de

trabalho e as jornadas extenuantes dos trabalhadores da Inglaterra, em uma rica discussão e crítica à legislação trabalhista (fabril) naquele e outros países, defendendo os direitos quanto à regulamentação da jornada – a ser forjada pela luta dos trabalhadores – bem como a defesa de políticas sociais que respondessem às demandas da classe trabalhadora, políticas que vão para além das *workhouses*³⁵ destinadas aos trabalhadores como formas de assistência, propõe de modo implícito em suas análises, políticas universais que atendam a classe trabalhadora em suas diversas demandas sociais.

O histórico das políticas sociais perpassa por diversas lutas da classe trabalhadora e o surgimento de políticas sociais em países de capitalismo central foram bem diversos do surgimento das políticas sociais brasileiras. Estas, que foram forjadas somente a partir do que foi chamado Estado Novo, na Era Vargas, foi consequência da luta dos trabalhadores (naquele momento influenciados pelos imigrantes que tinham ideias liberais e uma “cultura” de luta por direitos devido ao contexto de onde vieram) e ao mesmo tempo, foi uma política necessária do governo Vargas para conter a disseminação da ideia comunista no país, bem como para conter os níveis de pobreza e miséria produzidos até então.

A respeito da política previdenciária brasileira, a primeira referência colocada como oficial para o surgimento da Previdência Social foi a Lei Elói Chaves³⁶, que foi redigida pelo Deputado Federal Eloy Marcondes de Miranda Chaves. A lei estabelecia

³⁵ De acordo com a Nova Lei dos Pobres, de 1834, as *workhouses* (casas de trabalho) funcionavam como albergues e somente receberiam auxílio que entrasse nessas casas de trabalho. Havia uma separação moral entre pobres mercedores e não-mercedores (aqueles que “não queriam trabalhar”, que eram “vagabundos e indolentes”). Crianças acima de três anos eram separadas das mães e haviam trabalhos extenuantes em troca de assistência e uma culpabilização grande dos pobres pela sua condição.

³⁶ Há registros de programas de cunho social voltado aos trabalhadores desde 1795. Essas poucas ações voltadas à proteção do trabalho foram timidamente postas para algumas categorias profissionais. Em 1850, por exemplo, o Código Comercial (existente até os dias atuais, embora em parte revogado pela lei 10.406/2002) foi a primeira a lei a trazer orientações acerca do acidente do trabalho no Brasil e previa a manutenção dos salários por três meses contínuos por ocorrência de acidentes imprevistos e inculpadados (art.78). Outro exemplo seria a lei 3.724/1919, que tratava do acidente de trabalho e, para tanto, adotou a teoria do risco profissional. Na literatura sobre o Brasil, há autores que consideram que no Império já existiam ações na linha da política previdenciária e que estas já eram em si, deficitárias. Há total discordância com esses autores, haja vista que tais ações não eram propriamente uma política estabelecida com diretrizes e ações específicas, mas ações pontuais e generalistas. Essa defesa de que a Previdência é deficitária desde o Império, serve apenas para, mais uma vez, justificar uma contrarreforma e impor ideologicamente que não é possível sustentar um sistema previdenciário no Brasil. Ao contrário, há concordância com autores como Oliveira e Teixeira (1985) e Boschetti (2006), que apontam a existência de ações e programas sociais públicos voltados a determinados profissionais e anteriores à Lei Eloy Chaves, que não podem ser considerados, de fato, ações efetivas de proteção social. Por isso, a Lei Eloy Chaves é considerada como marco efetivo do surgimento da Previdência Social brasileira, pois apesar de inicialmente ter sido limitada a certos profissionais, foi oficializada pelo Estado e gradativamente ampliada para outras categorias profissionais.

que as empresas de estradas de ferro criassem sua própria CAP, visando dar proteção social aos trabalhadores em decorrência de acidentes ou morte.

Com a entrada de Vargas no poder, no contexto de 1930, inicia-se a estruturação da Previdência Social a partir dos IAP's, que foram instituídos por categoria profissional, em 1933, sendo sua receita formada por contribuições dos segurados, das empresas e do Estado. Ao contrário das CAPs - que eram organizadas pelas empresas e empregados, sem a participação do Estado e somente tinha a CAP as empresas mais estruturadas e maiores - os IAPs não estavam vinculados a empresas, mas sim a trabalhadores de determinadas categorias profissionais, como os marítimos, comerciários e os bancários, por exemplo. Essas categorias, por sua vez, dispunham necessariamente de representação sindical. O presidente do IAP era designado e nomeado diretamente pelo presidente da República, sistema que recebeu muitas críticas pois, a disputa pela presidência do IAP dividia os trabalhadores e cooptava as lideranças sindicais.

Os IAPs se tornaram grandes institutos controlados pelo Estado, mas ainda contavam com a participação dos trabalhadores em sua gestão, não tanto quanto era nos modelos das CAP's. Por um lado, foi uma boa estratégia pois diminuiu-se a fragmentação do sistema e as diferenças³⁷ dentro da própria classe trabalhadora. Por outro, serviu para condensar e diminuir o espectro de assistência aos trabalhadores.

É interessante ressaltar que, nesse período, a Constituição de 1937 criou o DASP, considerado como a primeira tentativa na República de se fazer a reforma administrativa do Estado, o que vai incidir sobre o processo de unificação dos IAPs, mais adiante.

A despeito do propósito do DASP, Nogueira coloca que o mesmo não foi eficaz, pois

O impulso reformador do DAPS, [...] não chegou a se completar: dele não nasceu a administração pública moderna, ágil, eficiente e eficaz que se imaginava indispensável para o País. Apesar de ter ativado uma experiência que produziu avanços expressivos, o reformismo daspiano não sanou as contradições básicas [...] (NOGUEIRA, 1998, p. 95).

³⁷ Este argumento da época, utilizado para unificar as caixas de aposentadorias e pensões, foi repaginado e reutilizado para justificar a contrarreforma da Previdência Social no governo Lula. Ricardo Berzoini discursa ser necessário acabar com as desigualdades no sistema previdenciário no âmbito da classe trabalhadora. O que ocorre, é que ao tentar equalizar os sistemas previdenciários diferenciados existentes em 2005, nivelam por baixo e acabam prejudicando tanto servidores do RPPS quanto os funcionários do RGPS, pois rebaixam o valor das aposentadorias e demais benefícios previdenciários e colocam regras de acesso muito rígidas para ambos regimes, numa perspectiva de limitação de acesso e não de ampliação/universalização. Ou seja, uma antecipada desconstrução de um direito ainda em construção, tal qual ocorreu no contexto dos IAPs.

Souza Filho (2013) discorda, apresentando o argumento de que o DASP foi eficaz e fez o que era para ser feito naquele período: regulação da administração e formalização do trabalho urbano, pois o rural (que era a maioria) tinha que estar de fora dessa regulação para o funcionamento e avanço do capitalismo brasileiro (ex.: o campo, que produz bens de consumo, não foi regulamentado àquela época, pois era necessário baratear o valor da força de trabalho no campo para se obter a mais-valia extraordinária e movimentar o processo de circulação do capital. Por isso foi funcional - àquela época - a regulação somente do trabalho urbano). Sobre a exclusão do setor rural no âmbito da regulamentação do trabalho no Brasil, Silva (2012, p. 254) acrescenta que:

A categoria dos trabalhadores rurais possuía elevado nível de organização (apesar de alguns sindicatos atrelados ao governo) e relativo peso no capital produtivo, porém enfrentavam enorme resistência dos latifundiários e grande informalidade nas relações de trabalho.

Esse alto grau de informalidade e resistência em formalizar o trabalho rural, é usual em fazendas da região de Lavras (local onde a pesquisa foi realizada), apesar das legislações atuais terem, há tempos, regularizado o trabalho rural.

Iamamoto e Carvalho (2005, p. 154) justificam os motivos desse processo:

[...] quanto à legislação social, é notável que sua implantação se dê de forma ampla. Se, por um lado, a fase de transição (1930-1937) é presidida por um Estado fortemente ligado às oligarquias de base agrária, o que garantirá a intocabilidade da estrutura fundiária - das relações sociais de produção vigentes, que só serão alteradas pela capitalização progressiva da grande lavoura - por outro, a intervenção estatal na regulamentação do mercado de trabalho urbano terá caráter generalizante.

A regulamentação do trabalho, desde o início, foi ampla no setor urbano, relegando os trabalhadores rurais a estruturas de trabalho arcaicas, à base do mando ou coerção. Logicamente, isto tem refrações até a atualidade.

Tudo isso, para a Previdência Social, tem um peso muito importante, pois os trabalhadores rurais sempre foram os mais prejudicados no processo de regulamentação do trabalho no Brasil, pelos motivos já expostos, com refração nos direitos previdenciários. Com uma legislação que hoje os atende (num processo crescente de dificuldade no processo previdenciário rural), essa categoria vem sendo ameaçada com a possível contrarreforma previdenciária a ser votada em 2018.

Voltando aos IAPs, a lógica da fragmentação destes institutos só foi fortemente alterada em 1966³⁸, já durante a ditadura civil-militar, com a unificação dos IAPs no INPS. Então, unificando os IAPs, igualaram-se as formas de assistência, ou seja, colocaram os benefícios em patamares iguais, porém mais baixos, em um desmonte claro de direitos conquistados. Neste ponto, permite-se uma analogia: essa situação remete ao posicionamento do staff do governo Lula no contexto da contrarreforma da Previdência, alegando que era necessário corrigir uma injustiça social, onde alguns trabalhadores tinham mais privilégios do que outros. A universalidade e a igualdade, de fato, vem sendo a retórica dos governos para o nivelamento da política previdenciária, entre o regime geral e os regimes próprios. Entretanto, o resultado desse processo sempre foi a minimização dos direitos previdenciários, utilizando o princípio da igualdade para justificar a queda no valor da aposentadoria e as restrições de acesso ao sistema previdenciário.

Alguns anos depois, em 1977, foi criado o SINPAS, subordinado ao Ministério de Previdência e Assistência Social, através da Lei 6.439 de 01/09/1977:

Art 4º - Integram o SINPAS as seguintes entidades: I - Instituto Nacional de Previdência Social - INPS; II - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS; III - Fundação Legião Brasileira de Assistência - LBA; IV - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor FUNABEM; V - Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social - DATAPREV; 10 VI - Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social - IAPAS. § 1º - Integra, também, o SINPAS, na condição de órgão autônomo da estrutura do MPAS, a Central de Medicamentos - CEME.

Tabela 5: Estrutura e funcionalidade do SINPAS

Empresa	Funcionalidade
DATAPREV	Processamento de dados

³⁸ Em 1960, antes da unificação dos institutos, foi promulgada a LOPS, que continha em seu bojo uma ampla assistência: “Em sua versão original, a Lops, além da assistência à saúde e alguns benefícios já conquistados, incorporou reivindicações dos trabalhadores, como: direito à aposentadoria por tempo de serviço a todas as categorias cobertas pelo sistema; aposentadoria especial, por atividades insalubres, penosas e perigosas; e o cálculo dos benefícios considerando os valores das dozes últimas contribuições. Todavia, continuava de fora da cobertura diversas categorias, como os empregados domésticos, os trabalhadores rurais e autônomos (SILVA, 2012, p. 254). A mudança da LOPS se deu com a instituição do SINPAS, sendo que alteraram regras dos benefícios já consolidados.

INPS	Concessão e manutenção de benefícios
FUNABEM	Política de bem-estar no menor
IAPAS	Arrecadação, fiscalização e cobrança de contribuições previdenciárias e sociais
CEME	Fabricação e distribuição de fármacos
INAMPS	Prestação de assistência médica
LBA	Assistência social (porém no viés caritativo e filantrópico)

Fonte: elaboração própria com dados obtidos no site da Previdência Social.

Com a CF/88, o SINPAS vai mostrando sinais de esgotamento e em 1990, o IAPAS funde-se com o INPS, formando então o INSS – Instituto Nacional do Seguro Social. Uma sigla que aponta seu significado. Sendo a previdência social uma política pública de orientação bismarkiana³⁹, pautada na lógica do seguro social, passou a ser mais ferrenhamente inculcada e administrada como um seguro, com regras rígidas de acesso a ser paulatinamente levadas ao engessamento do acesso ao direito previdenciário, situação agravada pelas contrarreformas por vir anos depois.

A CF/88 apresentou ainda um conceito de Seguridade Social em que atrelou a Saúde, Assistência Social e a Previdência Social ao tripé de políticas garantidoras de proteção social, específicas para cada situação apresentada pela população brasileira. Aos trabalhadores formalizados, a Previdência Social se apresenta; a Assistência Social é colocada aos cidadãos em situação de necessidade social; e à Saúde cabe o papel de atendimento universal a toda a população brasileira, independente de carteirinha do INAMPS, pré-requisito utilizado anteriormente para se ter acesso à saúde.

Com o INSS, em 1990, vieram mudanças significadas na lei previdenciária: LOPS foi revogada definitivamente e surge então a Lei 8.213/91 e 8.213/91, bem com o Decreto

³⁹ A previdência social foi formulada na lógica bismarkiana, e a saúde e assistência social na lógica beveridgiana, sendo que esta possui caráter universal e é destinada a todos os cidadãos que necessitam, e a outra pautada na lógica do seguro. Pode-se inferir então, que no Brasil não existe um modelo puro de políticas sociais, mas sim um modelo misto onde a Seguridade Social oferta políticas tanto na lógica do seguro (no caso, a previdência social) quanto na da assistência (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

nº 3.048/99 para regulamentar o acesso à Previdência Social. Entre uma mudança e outra, a Previdência Social vem perdendo, desde então, terreno na sua função primordial de proteção social aos trabalhadores; é a cada dia maior a desconstrução dos direitos previdenciários, aliado a uma máquina burocrática que possui como função essencial o seu engessamento e a restrição de direitos à luz da legislação⁴⁰.

A Previdência Social, enquanto política funcional à lógica do Estado, outrora instituída por reivindicação dos trabalhadores, mas também por necessidade do Estado em conter possíveis insurreições da classe trabalhadora, agora vem se conformando enquanto funcional à lógica de mercado de capitais. A usurpação do fundo público se tornou o centro da dinâmica capitalista para conter sua crise imanente, e por isso o ataque a uma política essencial para a concretização das ações propostas de proteção social, asseguradas pela instituição da Seguridade Social. A respeito, Granemann (2013, p. 253) acrescenta:

Ainda que a utilização do uso do fundo público pela burguesia garanta-lhe uma quase exclusividade de acesso aos monumentais recursos estatais, não lhe é o bastante. As políticas sociais comparadas com as transferências exclusivas realizadas pelo Estado para a burguesia faz parecer esquelético o montante destinado ao trabalho. E, logicamente, o é. No entanto, não basta mais à burguesia que os recursos das políticas sociais também lhes sejam destinados; é preciso ir além e transformar os serviços, os direitos e as políticas sociais em mercadorias que deverão ser consumidas por aquelas frações mais bem alocadas na divisão técnica do trabalho.

No estágio atual de acumulação, o fundo público entrou no grande esquema, com bastante generosidade inclusive. E do pouco que restou à classe trabalhadora, na forma de salário indireto (isto é, prestação de serviços sociais e políticas sociais pelo Estado), também vem sendo escoado para que o capital mantenha seu processo acumulador destrutivo. Granemann (2013) continua sua exposição a respeito:

Os compradores dos títulos públicos são os grandes capitais financeiros, investidores individuais e também os fundos de pensão. Se, no caso anterior, o dinheiro do trabalhador torna-se capital diretamente investido em capital produtivo que tem por vocação inalterável extrair mais-valia, no caso de comprar títulos públicos o que se está a potencializar é a transferência de recursos coletivos para a acumulação capitalista. A espiral consiste em o Estado sugar os recursos das políticas sociais – de que são exemplos a eterna necessidade de formação de superávit e a existência do mecanismo de

⁴⁰ A ironia aqui é verdadeira: as normativas do INSS vão ao encontro do interesse institucional, e nunca à favor do segurado/trabalhador, impondo interpretações à luz da legislação que visam restringir o acesso dos trabalhadores à proteção social dispensada pela Previdência Social.

Desvinculação das Receitas da União/DRU – para remunerar com juros os portadores dos títulos públicos. Na exata medida em que tais engrenagens são priorizadas, tem-se menor disponibilidade de recursos para a elaboração de políticas sociais universais e realizadas por equipamentos de responsabilidade do Estado. [...] (GRANEMANN, 2013, p. 256).

Os investidores individuais citados por Granemann, podem ser inclusive, um trabalhador comum, haja vista que o valor mínimo de compra de títulos públicos é, no momento, R\$ 30,00 (trinta reais) no mínimo. Ou seja, um valor bastante acessível a muitos cidadãos. A alienação presta aqui seus serviços, incentivando o trabalhador a colaborar com a própria exploração!

No mais, trata-se de um país subordinado e dependente, que foi forjado na violência colonizadora e “republicado” no conservadorismo da burguesia [portuguesa] brasileira. As políticas sociais aqui são paliativas de um desastre maior, sendo que em momento de crise aguda do capital, as primeiras ações são de desmantelamento de uma estrutura político-social ainda inacabada e conquistada com extrema dificuldade, concedida em momentos necessários para o desenvolvimento do país.

Conforme Souza Filho (2016) explicita de forma clara e conforme já visto no capítulo anterior, o resultado da dinâmica da superexploração da força de trabalho para as políticas sociais tem caráter duplamente perverso, sendo que a possibilidade de alocação de recursos para as políticas sociais em países dependentes, no caso do Brasil por exemplo, é bastante reduzida. Com a transferência de valor aos países centrais, o fundo público liberado para as políticas sociais se efetiva como restrito. Do que resta, as incisivas retiradas para o investimento no capital especulativo e financeiro, fere de morte as conquistas cristalizadas na Constituição Federal.

Como tripé de políticas protetivas, a Seguridade Social é o alvo mais incisivamente atacado, além das políticas de educação, trabalho, etc.. O título destinado à Ordem Social na CF/88, que tem como base “o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça social” vem se desmantelando por completo, passo-a-passo, sendo que a estratégia atual utilizada pelo Estado (“comitê executivo da burguesia”, segundo Marx) é a captação do fundo público, especificamente da renda do trabalho, o que “agrada” aos investidores internos e externos e ainda possibilita o crescimento do mercado de capitais, tendo um de seus ramos transmutado em previdência privada, doce ilusão da classe média, que enxerga nesse mercado de capitais a saída para a substituição

da “restrita” previdência pública. A Ordem Social que se rearranje com as migalhas que sobram destes negócios de “compadrio”.

A “Agenda para sair da crise 2016-2018”, lançada pelo CNI aponta, entre diversas receitas econômicas para o crescimento do país e para a saída da crise, as seguintes ações no que tange ao Estado: reforma da Previdência Social, controle do gasto público, terceirização, negociações coletivas, alteração ou suspensão do texto da NR nº12⁴¹ do Ministério do Trabalho e a exclusão dos acidentes de trajeto do FAP. O Estado está claramente afinado com a burguesia, ou melhor, está claramente disposto a executar as sugestões fornecidas pelo empresariado industrial brasileiro para fazer o país “sair da crise”. Lembrando que a economia brasileira de país dependente atende aos ditames do capital internacional e segue uma tendência de forte restrição aos direitos sociais e uma proliferação exacerbada do conservadorismo desumanizado.

Enfim, a Previdência Social está sucumbindo aos ditames desse estágio atual do capitalismo, que necessita do fundo público para seu mercado de capitais e também necessita de uma maior exploração do trabalho para alcançar suas metas de desenvolvimento econômico. Assim, aliar-se-á desemprego e trabalho precarizado com falta de políticas sociais e uma quase ausência do Estado (para a população), pois, sendo onipotente, o Estado o é somente para o capital.

2.1.1. A Previdência à beira da contrarreforma: alguns elementos e pontos críticos

Em tempos de barbárie social e restrição de direitos sociais, falar a respeito da contrarreforma⁴² da Previdência Social é resistência quando se trata de política previdenciária.

Sendo assim, será abordado nas linhas seguintes, o caminho inicial da contrarreforma previdenciária pós-CF/88, em contexto de neoliberalismo e políticas severas de ajuste fiscal, um processo insidioso com refração negativa sobre a classe trabalhadora brasileira.

⁴¹ A NR 12 objetiva traçar referências técnicas, princípios e medidas de proteção para garantir a saúde e segurança dos trabalhadores, estabelecendo requisitos mínimos para prevenção de acidentes e doenças do trabalho. A NR 12 consta na portaria nº 3.214 de 08/06/1978.

⁴² Ao invés de reforma, foi escolhida a palavra contrarreforma, com base na justificativa dada por Behring; Boschetti (2011), pois admitem ser necessário que se faça uma separação para identificação dos processos brasileiros a respeito das políticas sociais. A palavra contrarreforma é utilizada quando se quer esclarecer que uma “reforma”, proposta pelo governo, tem a intenção de ir contra os anseios e necessidades da classe trabalhadora, sendo, portanto, uma contrarreforma (na intenção de derruir, desmontar, minimizar direitos).

Em 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso, foi elaborado um plano para a reforma do Estado denominado Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, conduzido pelo então Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira. Nesse plano, estavam previstas diversas diretrizes para a condução da reforma do Estado e dentre elas, a reforma da Previdência Social. No viés do desenvolvimentismo, o Plano diretor citado demonstrava a preocupação do governo com “a crise fiscal e o esgotamento da estratégia de substituição de importações, que se inserem num contexto mais amplo de superação das formas de intervenção econômica e social do Estado” (BRASÍLIA, 1995, p. 11).

Assim, a apresentação para resolução dos problemas advindos da crise do Estado, se conformou em cinco ações inadiáveis, a seguir:

(1) o ajustamento fiscal duradouro; (2) reformas econômicas orientadas para o mercado, que, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica, garantam a concorrência interna e criem as condições para o enfrentamento da competição internacional; (3) a reforma da previdência social; (4) a inovação dos instrumentos de política social, proporcionando maior abrangência e promovendo melhor qualidade para os serviços sociais; e (5) a reforma do aparelho do Estado, com vistas a aumentar sua “governança”, ou seja, sua capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas (BRASÍLIA, 1995, p. 11).

Como parte de um projeto de Reforma do Estado, em 1998, foi realizada a primeira contrarreforma da Previdência Social, no governo FHC: atrelado aos ditames neoliberais, as reformas atingem a classe trabalhadora que vinha sofrendo ataques diretos quanto aos direitos consolidados na esteira do trabalho.

A primeira contrarreforma da Previdência Social brasileira, consolidada na Emenda Constitucional nº 20 de 04/06/1998, sob a justificativa de conter o “rombo” na Previdência Social, atingiu em cheio a classe trabalhadora e as mudanças consolidaram-se nas seguintes ações: aposentadoria por tempo de serviço passou a ser por tempo de contribuição, onde o trabalhador passa a ter que comprovar para o INSS o tempo trabalhado e as contribuições realizadas; a extinção da aposentadoria por tempo de contribuição proporcional (salvo direito adquirido e processo de transição para os filiados ao RGPS antes da reforma), a instituição do fator previdenciário e extinção, no texto Constitucional, da regra de cálculo do valor do benefício, o que resultará em cálculo de aposentadoria pela média dos últimos salários de contribuição, e não na aposentadoria de valor igual ao da ativa. As implicações foram muitas para a classe trabalhadora, pois

muitas pessoas não conseguiram aposentar-se, devido ao alto grau de exigência documental para comprovação de tempo de contribuição por exemplo, e sabendo que se trata de uma classe trabalhadora superexplorada que há muito pouco tempo não conseguia sequer o direito de ter um emprego formalizado, comprovar tempo de trabalho formal (sendo que parte considerável da população somente obtinha trabalhos informais) é algo quase impossível para grande parte da população brasileira.

Os formuladores da contrarreforma ignoraram propositadamente o fato de que, na década de 90, com a onda neoliberal, o trabalhador mal conseguia inserção no mercado de trabalho e quando conseguia era na informalidade. Ou seja, os mais prejudicados com esse processo foram os trabalhadores que dificilmente encontraram uma vaga para vender sua força de trabalho; aliás, cabe ressaltar que alguns nem serviram/servem para ser explorados pelo capital, impossibilitando assim a efetivação de seus direitos trabalhistas e previdenciários, caindo na malha da política de Assistência Social, bastante limitada na década de 90 – apesar da promulgação da LOAS em 1993.

A extinção da aposentadoria por tempo de contribuição proporcional forçou os trabalhadores a se manterem por mais tempo no mercado de trabalho e se aposentarem tardiamente, até mesmo devido ao baixo valor da renda mensal da aposentadoria proporcional. A extinção da aposentadoria especial dos professores universitários também fez parte do pacote, comprovando que a contrarreforma atingiu tanto os trabalhadores do regime geral quanto os do regime próprio – servidores públicos.

Considerando o governo FHC, que em contexto político e econômico necessitou – para atender aos ditames neoliberais e para recuperação da economia – reestruturar as políticas sociais diminuindo seu raio de atuação na contramão do aumento da necessidade da população em obter do Estado políticas que dessem conta do alto nível de desemprego e desigualdade social do país, essa contrarreforma veio de fato para atender aos desígnios da acumulação capitalista visando a recuperação de sua crise, mas não foi satisfatória do ponto de vista econômico, sendo a Previdência Social considerada ainda deficitária e um peso para o Estado brasileiro.

Haviam muitas propostas de contrarreforma ainda mais deletérias para a classe trabalhadora, mas que se aprovadas naquele momento, gerariam uma instabilidade social muito grande no país, o que fez com que a contrarreforma fosse aprovada com revogação de algumas propostas de mudança, especialmente a questão da idade mínima para a aposentadoria, a mudança mais desejada e que naquele momento não foi concretizada.

Alguns anos mais tarde, no governo Lula, Armando Neto (ex-deputado, ex-presidente da Confederação Nacional das Indústria – período 2002-2006 e hoje Senador eleito por Pernambuco), em artigo escrito meses antes da nova contrarreforma da Previdência, coloca que espera que a nova reforma atenda ao necessário que não foi implementado na época da primeira reforma e defende nova mudança na Previdência Social em nome da “justiça social”, mesmo discurso que se verá adiante com Dirceu e Berzoini.

A mudança do atual sistema de Previdência Social no Brasil é uma condição necessária, embora não suficiente, para que o país supere os obstáculos que vêm condenando-o a taxas de crescimento econômico medíocres, insuficientes para o atendimento de nossas graves demandas sociais. A reforma ideal deveria unificar os sistemas hoje existentes, diminuir as despesas de responsabilidade do poder público, assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial em bases permanentes e estimular o desenvolvimento da previdência complementar (NETO, 2003, p. 233).

Esse trecho deixa bastante claro o posicionamento da burguesia industrial a respeito da crise. O estímulo à previdência complementar é o estímulo ao mercado de capitais, que não são garantidores de aposentadoria segura, aliás, nada há de proteção ou seguro social inerentes a ela, sendo simplesmente um mercado de capitais que necessita de investimento para movimentar a economia e o público-alvo desse investimento são os trabalhadores. A cooptação do fundo público para fazer girar o mercado financeiro também faz parte das perspectivas com a contrarreforma.

Adentrando um pouco sobre a contrarreforma no governo Lula, Berzoini (2003), então Ministro da Previdência Social no primeiro governo de Lula, defende a reforma previdenciária para se corrigir uma injustiça social: o então ministro, na esteira do presidente do CNI, acusa o funcionalismo público de ser o responsável pela maior parte das despesas previdenciárias em detrimento dos trabalhadores da iniciativa privada. Para corrigir tal situação, ao invés de elevar o patamar das aposentadorias dos trabalhadores da iniciativa privada, os coloca contra os trabalhadores públicos, sob a desculpa de que, se houver reforma, sobrarão mais dinheiro para as áreas sociais tais como: habitação, saneamento, educação, saúde e segurança:

Os objetivos e a lógica da reforma da Previdência no Governo Lula são rigorosamente diferentes dos que pautaram as tentativas anteriores. A dimensão social de nossa proposta está presente no objetivo de propiciar maior justiça ao uso dos recursos orçamentários. Hoje, o Governo Federal gasta R\$ 23 bilhões por ano para subsidiar o sistema de previdência dos servidores públicos civis e militares (considerando contribuição aproximada de R\$ 4

bilhões dos servidores e de R\$ 8 bilhões da União). Os Estados e DF gastam R\$ 14 bilhões, pelo mesmo critério, e os Municípios, cerca de R\$ 2,5 bilhões. São recursos públicos arrecadados de todos, mas que são concentrados em subsídios a programas previdenciários que atingem pouco mais de seis milhões de pessoas, entre ativos, aposentados e pensionistas, que merecem todo o nosso respeito, assim como merecem ser respeitados os cidadãos que precisam de políticas públicas na área de moradia, saneamento, saúde, educação, segurança e infra-estrutura (BERZOINI, 2003, p. 25).

Uma retórica que ganhou aprovações significativas da população; contudo, se sabe que a desculpa do déficit nada tem a ver com “correção de injustiça social”, mas sim com compromisso com os investidores que exigem um superávit primário para suas próprias garantias, e para que o Brasil consiga cumprir tal exigência, deixa de atender as demandas sociais da população. O superávit da Seguridade Social (sim, o orçamento da Seguridade Social é superavitário!) é desvinculado e escoado para garantir o pagamento da dívida pública, que consome grande parte do orçamento brasileiro e nunca foi auditada, como manda a CF/88 e como fizeram outros países da América Latina (FATTORELLI, 2017). Tal fato só comprova que existe um interesse muito grande no orçamento da Seguridade Social, interesse pelo fundo público que agora passa a ter importância suprema no processo de acumulação de capital, por meio da movimentação do mercado de capitais, reitera-se.

A contrarreforma no governo Lula também atingiu de forma negativa a classe trabalhadora, dessa vez, prejudicando mais diretamente o funcionalismo público, mas também os trabalhadores da iniciativa privada. Os principais pontos desta contrarreforma se referem a: ampliação de dez para vinte anos do tempo de permanência no serviço público para aposentadoria integral do servidor que ingressou no serviço público até 31/12/2003; fim das regras de transição da Emenda Constitucional nº 20; instituição do redutor de pensão; fim da paridade para novos servidores; fim da integralidade para novos servidores, com cálculo pela média; instituição da cobrança de contribuição de aposentados e pensionistas, incidente sobre a parcela acima do teto do RGPS; adoção de tetos e subtetos na administração pública; previsão de adoção da previdência complementar do servidor, dentre outras medidas.

O governo Lula ignorou, à época, as greves e movimentos de contestação contra essas medidas arbitrárias, os sindicatos foram duramente reprimidos e o funcionalismo público se viu prejudicado por um governo que, até então, se assumia na defesa dos trabalhadores. Naquele momento, um artigo escrito por José Dirceu (então Ministro-Chefe da Casa Civil no período de 2003 a 2005), possui o mesmo argumento de Berzoini

e de Armando Neto quanto à reforma previdenciária. Relata que a reforma deve ser feita, não por uma questão de déficit ou de superávit⁴³ (posto que reconheceu que não há déficit previdenciário), mas de justiça social:

[...] A reforma está sendo feita porque é uma necessidade de justiça social. E eu digo e assumo isso. Porque a questão que o país tem de discutir é – no nosso nível de desenvolvimento, de riqueza, de excedente que fica na mão do Estado – o que podemos ter como despesa na Previdência pública, do servidor público, para a parcela da população que os servidores públicos representam, comparada com os 40 milhões de brasileiros que não têm Previdência nenhuma, com os 21 milhões que estão no Regime Geral da Previdência. Essa é a discussão de fundo: se o Brasil pode dar aposentadoria integral, aposentadoria aos 48 anos e aos 53 anos aos servidores públicos, se pode fazer com que o aposentado deixe de pagar 11% ao se retirar do serviço público e, portanto, tenha o aumento de 11% no seu rendimento. Ou seja, a questão é se o país tem condições para fazer isso nesse momento (DIRCEU, 2003, p. 124).

Esse discurso promove a fragmentação da classe trabalhadora entre funcionalismo público e trabalhadores da iniciativa privada, o que influenciará também nas formas de luta e coesão da classe trabalhadora. Vendem o discurso de que o funcionalismo recebe mais e que isso está prejudicando os trabalhadores da iniciativa privada que não possuem os mesmos proventos. A luta também foi ideológica e estrategista quando o Partido dos Trabalhadores colocou trabalhador contra trabalhador. Lamentável esse posicionamento que contribui somente para fragmentar as lutas sociais.

Para combater essa estratégia de convencimento, na qual foi urdida uma verdadeira frente de guerra para impedir qualquer discussão e para promover sua aprovação em tempo recorde, mostrou-se insuficiente a resistência dos servidores, da intelectualidade, de militantes e de representantes do Partido dos Trabalhadores no Congresso Nacional. O chamado governo "democrático e popular" completou, em apenas um ano, a agenda do Banco Mundial e do FMI quanto à reforma previdenciária (MARQUES; MENDES, 2004, p. 3).

Naquele contexto, à mídia cumpria o papel de disseminadora da inverdade sobre o déficit da previdência. Por outro lado, o discurso da justiça social. E assim se aprovou outra contrarreforma da previdência, a toque de caixa, rapidamente e estrategicamente

⁴³ Dirceu, em um seminário sobre a Reforma da Previdência, realizado pela Fundação Perdeu Abramo e pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores nos dias 23 e 24 de maio, em São Paulo, coloca que a tese da inexistência de déficit já foi apresentada a elas pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal, e que a questão não era sobre o déficit ou superávit, mas uma questão de, novamente, justiça social. Deixa implícito que não discorda dos estudos apresentadas sobre a inexistência de déficit previdenciário.

articulado com o Congresso. Foi mais uma contrarreforma que ainda não atendeu aos interesses do capital financeiro e industrial. Ainda precisariam de mais!

No governo Dilma, algumas mudanças pontuais em relação a benefícios previdenciários foram realizadas. Restrições no acesso à pensão por morte⁴⁴ prejudicaram muitas mulheres, caracterizando, infelizmente, uma ação muito comum na sociedade patriarcal brasileira, o machismo no trato das mulheres no âmbito da política previdenciária. Em um país tão machista quanto o Brasil, onde a muitas mulheres cabe somente o papel de procriar, criar filhos, cuidar da casa (e do marido), a pensão seria o único amparo para as mulheres que nunca tiveram a oportunidade de se inserir no mundo do trabalho. Desconsiderando toda a realidade social brasileira, a pensão foi imposta para deixar de ser vitalícia, com exigências de acesso maiores do que antes. Em uma analogia entre a Comuna de Paris e os direitos sociais conquistados no Brasil, interessante a passagem onde Granemann relata que:

Pode-se imediatamente observar: as relações de responsabilidade entre pais e filhos, homens e mulheres, irmãos e irmãs não necessitava, para aqueles lutadores, do reconhecimento estatal para serem respeitadas. Mesmo em tempos de enorme escassez de pão como o foram aqueles meses, a solidariedade inclusive com as viúvas, mulheres e filhos dos soldados que combatiam a Comuna nunca deixou de existir. Muita diferença encontramos nas leis e nos projetos de lei dos governantes de nosso país, quando, por exemplo, sugerem que em uma das regiões do Brasil – a Nordeste – as jovens mulheres se casam com homens mais velhos para, após a sua morte, herdarem as aposentadorias. A solução para evitar tal “desperdício” do fundo público com as mal-afamadas mulheres consistiria em limitar o recebimento da pensão se o casamento tivesse sido celebrado entre pessoas com uma dada diferença de anos. As mulheres receberiam as pensões até atingirem uma idade estabelecida na lei, quando voltariam a vender sua força de trabalho e assim prover seu sustento sem a pensão pública (GRANEMANN, p. 245).

Longe da perspectiva e posicionamento da Comuna de Paris, por aqui pensaram e quase concretizaram a diminuição do valor da pensão pela metade, o que não foi

⁴⁴ Medida Provisória 664, que foi transformada na Lei nº 13.135, era ainda mais temerária para as mulheres, mas alguns de seus artigos não foram aprovados. A lei prevê que os cônjuges só poderão requerer pensão por morte do companheiro se o tempo de união estável ou casamento for de mais de dois anos e o segurado tiver contribuído para o INSS por, no mínimo, um ano e meio. E também, existe uma tabela de duração das pensões aos cônjuges, fixando como base a idade, e não a expectativa de vida dos pensionistas, ficando da seguinte forma: 3 anos de pensão para cônjuges com menos de 21 anos de idade; 6 anos de pensão para cônjuge com idade entre 21 e 26 anos; 10 anos de pensão para cônjuge com idade entre 27 e 29 anos; 15 anos de pensão para cônjuge com idade entre 30 e 40 anos; 20 anos de pensão para cônjuge entre 41 e 43 anos; pensão vitalícia para cônjuge com mais de 44 anos. Além disso tudo, a MP previa ainda a diminuição do valor da pensão para 50% do salário do segurado na época do falecimento, mais 10% por cada filho menor de 21 anos ou maior inválido, até que se completasse o limite de 100%. Inclusive esta proposta não que não foi aprovada retorna na proposta de contrarreforma do governo Temer.

sancionado. Outra medida foi o fator 85/95 que busca atender a requisitos de idade e tempo de contribuição para dar ao segurado a “opção” de incidência do fator previdenciário em sua aposentadoria, podendo escolher entre ter ou não ter a incidência desse fator. À primeira vista pode ter sido uma boa estratégia, mas pouquíssimas pessoas serão beneficiadas com este fator 85/95, permanecendo a regra do fator previdenciário para a maioria da população brasileira.

Em relação ao funcionalismo público, no governo Dilma também se passaram muitas mudanças: integralidade para a aposentadoria por invalidez somente para aqueles servidores que ingressaram no serviço público até 31/12/2003 e a ampliação de 70 para 75 anos a idade para efeito de aposentadoria compulsória.

Assim, entrando na nova proposta de contrarreforma, dessa vez pelo governo Temer, as mudanças promovem uma sangria na renda do trabalhador aposentado, incidindo principalmente sobre as mulheres que, novamente, serão as mais prejudicadas com esse processo. As mudanças revelam uma trágica saída para a “crise do capital”, pois solapa os direitos dos trabalhadores em todos os âmbitos (exceto Judiciário e Forças Armadas). Seguem as principais mudanças.

Tabela 6: Novas regras no contexto da contrarreforma da Previdência Social

Regras atuais	Regras com a contrarreforma
Aposentadoria por idade: 15 anos de contribuição e 60 anos de idade (mulher), 65 anos (homem)	Idade mínima: 65 anos homem e mulher, além de 25 anos de contribuição
Aposentadoria integral conforme o valor médio das últimas contribuições	Para aposentadoria integral, no mínimo 49 anos de contribuição
RPPS – Regime Próprio de Previdência Social destinado aos trabalhadores do funcionalismo público. RGPS – Regime Geral de Previdência Social destinada aos trabalhadores da iniciativa privada	Unificação de todos os regimes, com mesmas regras.

Pensão por morte integral, desde que o casamento tenha no mínimo 2 anos e o segurado um ano e meio de contribuição. Pensão não vitalícia, obedecendo a uma tabela de duração do tempo de recebimento conforme a idade do/a viúvo/a.	Mesmas regras exceto no que tange ao valor da pensão, que seria de 50% acrescido de 10% por cada filho menor de 21 anos ou maior inválido, no limite de 100%.
Aposentadoria rural: homem aposenta com 60 anos de idade e mulher com 55 anos. Ambos devem ter 15 anos de contribuição	Mesma regra da aposentadoria urbana, sem diferenciações.
Aposentadoria rural para o segurado especial: sem contribuição direta, somente comprovação de regime de economia familiar e venda do excedente	Mesma regra da aposentadoria urbana, sem diferenciações.
Aposentadoria de professores: homens, 30 anos de contribuição e mulheres 25 anos de contribuição exercidos exclusivamente na função do magistério.	Mesma regra da aposentadoria urbana, sem diferenciações.

Fonte: tabela elaborada pela autora com base em documentos oficiais sobre a Reforma da Previdência Social

Mais uma importante mudança que interessa a este trabalho colocar: a extinção da aposentadoria especial para os trabalhadores cuja natureza do trabalho tenha risco à sua saúde física. Uma tragédia na sociedade do capital mundializado e do trabalho precarizado. As ações em ST ainda estão caminhando a passos lentos, sendo esta extinção uma perda enorme no restrito escopo de ações voltadas à saúde do trabalhador, antecipando o consumo da vida útil dos trabalhadores.

Ressalta-se, mais uma vez, que a justificativa para tamanha barbárie é o divulgadíssimo déficit da previdência e o não tão divulgado problema de envelhecimento populacional. Dados do IBGE desmontam este argumento da reforma devido a questão demográfica. Justamente pelo país estar envelhecendo é que não se pode permitir que a proteção social seja relegada em nome de um ajuste fiscal. A previdência social não pode se pautar somente pela questão fiscal, pois trata-se de uma política de proteção social!

Somente a questão fiscal não pode ser o mote dessa discussão. Além disso, quando abordam a questão fiscal, ignoram por completo os bilhões que deixam de ser arrecadados devido a sonegação de grandes empresas. Segundo notícia datada de 14/07/2016, do site “rede Brasil atual”, o professor de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Eduardo Fagnani, coloca que o total acumulado da dívida por parte das empresas chega a R\$ 1,5 trilhão, sendo que 40% é devida por cerca de 400 empresas, sendo a principal dívida com o INSS.

E ainda, o discurso do envelhecimento populacional também proporciona apologia à reforma. O Brasil passará, de fato, por um processo de envelhecimento populacional nunca antes visto, graças ao aumento da expectativa de vida e de algum modo, melhoria das condições de vida. Assim, será necessária uma integralidade do atendimento à população na esfera da proteção social, pois para além da Previdência Social, as políticas sociais em geral sofrerão esse impacto. Contudo, uma contrarreforma não pode ser a solução. Existem caminhos que os apologetas da contrarreforma se furtam a discutir. Afinal, a questão demográfica é só mais uma desculpa para se colocar de forma efetiva e incontestável a contrarreforma da Previdência Social.

Ademais, o aumento da expectativa de vida, ao invés de receber do poder público iniciativas, ações e políticas públicas para o atendimento à população, vai em direção contrária, restringindo direitos. Quer dizer, quanto mais se vive, mais destituição de direitos por parte do Estado; isso deve ser contestado pela sociedade brasileira.

Enfim, na iminência de aprovação de outra contrarreforma, resta aos trabalhadores unidade na luta; que os trabalhadores se unam para não ver, diante de seus olhos, mais uma conquista sofrida passar às mãos do grande capital.

2.1.2. Uma breve incursão sobre a situação do campo Saúde do Trabalhador no contexto da “Modernização” trabalhista.

Parte da efetivação do ajuste fiscal e restrição de direitos sociais, em uma clara orquestração contra a classe trabalhadora brasileira, a contrarreforma trabalhista foi aprovada em julho de 2017, entrando em vigor a partir de 11 de novembro do mesmo ano. Disseminada como “Modernização” trabalhista, com a torpe justificativa de que era necessário modernizar, haja vista que desde sua instituição, em 1943, a CLT não havia sido modificada e necessitava acompanhar as mudanças ocorridas no país desde então.

Em tempos de conservadorismo intenso, a nova lei trabalhista fere direitos fundamentais dos trabalhadores e, assim como a contrarreforma previdenciária, apresenta-se ainda mais deletéria para as mulheres trabalhadoras, registrando o machismo presente na sociedade da “modernização” do trabalho.

Para fins de ST, interesse deste trabalho, a nova lei afetará direta e indiretamente os trabalhadores no que tange à sua segurança e saúde, como será visto a seguir. E além, a Previdência Social, que ainda resiste, já será duramente atingida com a contrarreforma trabalhista recém aprovada.

O rol de mudanças modificam estruturalmente o Direito do Trabalho no Brasil. Entre as medidas, estão as que facilitam a demissão, dissuadindo o trabalhador a reclamar na Justiça do Trabalho (pois a facilidade em demitir diminui as possibilidades do trabalhador em buscar seus direitos), o teletrabalho (regulamentado totalmente em prol do empregador), a proibição de afastamento das gestantes de atividades insalubres de grau médio e mínimo (com autorização médica), ampla terceirização, negociado sobre o legislado (com listas específicas do que pode ou não ser negociado), contrato de trabalho autônomo, ampliação da jornada de trabalho parcial, ampliação da jornada de trabalho para 10 horas (8 + 2 horas extras), facilitando o processo das horas extras, trabalho intermitente (ou jornada zero), retirada de restrição dos turnos de 12x36, parcelamento das férias em três vezes, sem restrição de idade, não obrigatoriedade do imposto sindical, dentre outros (DIEESE, 2017).

A classe trabalhadora perdeu essa luta, ou ainda não se deu conta da gravidade da situação: era necessária uma verdadeira reforma trabalhista, visando a ampliação de direitos e normatizações que atendessem à classe trabalhadora; a “modernização” trabalhista trouxe o contrário, nada menos que uma carta repleta de melhorias no âmbito patronal, modificando as relações de trabalho em prol dos empregadores e sob a chancela do Estado.

No âmbito da ST, as perdas são imensas, a começar pelo trabalho feminino em atividades insalubres durante a gestação: atitude nada menos machista na sociedade do patriarcado. O tempo de amamentação – dois descansos de 30 minutos ao longo da jornada- ainda está previsto em lei, mas a partir de agora, poderá ser negociado entre patrão e empregada. A amamentação é defendida veementemente e recomendada pela OMS, sendo um dos alimentos mais nutritivos a serem fornecidos a uma criança, para além do pleno contato e vínculo necessários ao desenvolvimento do bebê. Com as novas

regras, a saúde dos bebês está em risco, pois este processo de amamentação durante o período laborativo pode ficar ainda mais restrito. Além disso, a questão da insalubridade coloca em risco mãe e filho, um inacreditável retrocesso no cenário brasileiro.

O teletrabalho também será desastroso aos trabalhadores, ao prever que as atividades de segurança e saúde serão por conta do trabalhador e não do empregador; além disso, o trabalhador contratado deverá se responsabilizar por todo o processo de trabalho, por todos os gastos com o trabalho num contexto de jornada sem limites e sem compensação.

O trabalho 12x36, antes restrito a algumas atividades, alastrou-se. O efeito desse tipo de trabalho para o trabalhador, que mediante salários pequenos, poderá inserir-se em outro tipo de trabalho, poderá trazer um desgaste físico e mental sem precedentes, elevando-se o número da acidentalidade por conta da organização do trabalho e necessidade de jornada dupla. No caso de trabalho insalubre, será eliminada a necessidade de autorização para prorrogação do horário de trabalho, isto é, o trabalhador que trabalha 12x36 em atividades insalubres, terá sua exposição ao fator de risco aumentada, consequência da prorrogação do horário de trabalho, sem a anuência de profissional ou autoridade que indique se aquilo poderá ou não ser prejudicial à sua saúde.

Lidar com a jornada de trabalho foi o grande mote da contrarreforma trabalhista, mas, com certeza, incidirá sobre o número de acidentes e adoecimento do trabalho. Ou seja, todas as mudanças relatadas surtirão efeitos negativos sobre as condições de saúde e vida dos trabalhadores, que terão a sua vida útil sugada antecipadamente pelo capital. Já foi visto a relação que a duração da jornada de trabalho possui na acidentalidade no país, então, o aumento da jornada regulamentado ou o trabalho intermitente gerará uma sobrecarga de trabalho a ponto de causar adoecimento psicofísico, além de atingir em cheio o tempo livre e a convivência familiar e comunitária do trabalhador.

Tal reforma sustentará trabalhos precários travestidos de trabalhos formais e decentes, maquiando a realidade brasileira a respeito do trabalho e da empregabilidade no país. Os números de acidente de trabalho certamente serão mais subnotificados, a exemplo do trabalhador inserido na lógica do teletrabalho, que se sofrer algum acidente, não será considerado como tal pela Previdência Social, isto é, ainda que receba benefícios previdenciários, não somará à estatística da acidentalidade do trabalho no país.

No que tange ao movimento sindical, a não obrigatoriedade do imposto é uma discussão polêmica; pode vir a ser um ponto negativo de sustentação dos sindicatos, ao

mesmo tempo que pode servir para que o movimento se reorganize internamente e passe a fazer trabalho de base para maior adesão dos trabalhadores. Uma coisa é certa, a ST depende totalmente de um movimento sindical ativo e militante para se manter viva nesse contexto sombrio da contrarreforma trabalhista.

Embora seja cedo para comprovar a negatividade da contrarreforma no que tange ao campo ST, abdica-se aqui de números a respeito, pois a própria determinação do trabalho precário, institucionalizado na nova lei trabalhista, por si só gerará impactos na saúde dos trabalhadores, que serão sentidos posteriormente em várias políticas sociais, dentre elas a própria Previdência Social, Assistência Social e Saúde.

2.1.3. Os serviços constitutivos da Saúde do Trabalhador na Previdência Social: reflexões sobre a suposta mudança de paradigmas

A Saúde do Trabalhador é efetivamente colocada ao plano social no Brasil a partir da CF/88, embora já estivesse, desde o Movimento da Reforma Sanitária⁴⁵ (e/ou década de 70), sendo debatida.

Falar em ST na estrutura previdenciária deve levar em conta as mudanças constantes em Regimento Interno da instituição. Cabe ressaltar que a estrutura de atendimento previdenciário mudou muito ao longo dos anos, sendo que o setor de ST, com esta nomenclatura e intenção de efetivação desse conceito teórico-prático, passou a fazer parte do universo previdenciário somente a partir de 2009.

No âmbito previdenciário, a ST consta na legislação de forma genérica, sem especificação clara da área e dos setores que a compõe; já nos Regimentos Internos, a ST está inscrita desde 1990 (conforme pode ser verificado no Decreto nº 99.350 de 28/06/1990, revogado atualmente). Contudo, a estrutura da ST não era formalizada em Diretoria, conforme vem sendo desde finais de 2009. Os setores que hoje pertencem à ST no âmbito do INSS existiam dentro da estrutura da Diretoria do Seguro Social. Claro está que, o entendimento a respeito da ST estava em construção, sendo que a ST era considerada uma ação a cargo do setor de Perícia Médica, mas supervisionada pela

⁴⁵ Movimento que surge no contexto da ditadura, com posições críticas a respeito de mudanças necessárias no âmbito da Saúde. Mais informações, vide: MOTA, A. E. et al (orgs.) Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. 1ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

Diretoria de Relações do Trabalho, conforme consta no Regimento Interno estabelecido pelo Decreto nº 34 de 08/02/1991.

Ao longo dos anos e das mudanças no Regimento Interno, a estrutura modificada levou a ST para outras Diretorias, até que em 2009, foi criada a Diretoria de ST⁴⁶, hoje composta pelo Serviço Social, Reabilitação Profissional e Perícia Médica. Cabe ressaltar que, em diversos momentos, o SS sai da estrutura do INSS, e quando retorna, está junto com os serviços de RP e PM. Sempre juntos, inclusive quando estes migram para a Diretoria de ST.

As ações desenvolvidas em ST, pelo INSS, abarcam várias frentes, sendo elas: a CAT, NTEP, FAP⁴⁷, benefícios por incapacidade, aposentadoria especial, auxílio acidente, auxílio-doença previdenciário e auxílio-doença acidentário, avaliação de incapacidades e da deficiência, socialização de informações previdenciárias, assessoria e consultoria em matéria de Previdência Social, palestras, oficinas, dentre outras. Tais ações são parte relevante da engrenagem previdenciária, sendo necessárias para se concretizar a política previdenciária na realidade social.

De todas as atividades citadas, algumas são realizadas por mais de um profissional, sendo estes de áreas diferentes, e há serviços necessariamente realizados pelos profissionais assistente social e médico perito, a exemplo da avaliação da pessoa com deficiência, para fins de BPC/LOAS. Contudo, a grande maioria das ações em ST são desenvolvidas nos setores separadamente, sem interrelação entre si, embora haja essa necessidade para a real efetivação da ST no âmbito previdenciário.

Sendo assim, a vertente ST, que desde 2009 vem tentando enveredar pelo caminho dessa conceituação em construção, cotidianamente se revela como uma luta incessante e necessária dentro da Previdência Social. Os esforços são árduos no embate profissional travado internamente, quando a perspectiva intersetorial e transdisciplinar necessárias à ST são sufocadas pelo corporativismo e imposição do saber profissional de uns em detrimento de outros, sendo que, quem sempre perde nesse contexto são os trabalhadores, que recebem um serviço limitado por uma análise em saúde quase que completamente

⁴⁶ Anterior à Diretoria de Saúde do Trabalhador e Seção de Saúde do Trabalhador (esta regionalizada e subordinada à Diretoria), o setor responsável pelas ações em ST era o setor de Gerenciamento de Benefícios por Incapacidade (GBENIN), que tratava de assuntos referentes ao SS, PM e RP.

⁴⁷ A implantação da ST no âmbito previdenciário não se deu de forma linear. Os serviços mais específicos voltados à ST, no que tange à questão da acidentalidade, foram implementados anteriormente à configuração do setor de Saúde do Trabalhador no INSS, sendo que a CAT data de 1991, o NTEP de 2006 e o FAP de 2007.

biológica, desconsiderando a integralidade e complexidade do ser humano e dos processos sociais em que estão envolvidos.

Em outras palavras, pode-se constatar que a política previdenciária não realiza suas atividades na trilha da ST que vem sendo debatida e construída ao longo dos anos. É notável a presença forte dos pilares da Medicina do Trabalho e da Saúde Ocupacional. Os trabalhadores não são ouvidos e não participam dos processos de decisão internos; a saúde é vista como um fenômeno puramente biológico, desconsiderando por vezes, a dimensão estruturante do ser humano inserido na sociedade capitalista, bem como ignorando suas condições reais de trabalho e adoecimento. O CPS, por exemplo, locus privilegiado de participação do trabalhador em conselho tripartite, não é efetivo e há vícios de execução, servindo de espaço para palestras previdenciárias no lugar de cumprimento efetivo de conselho de direitos.

Assim, de todos os aspectos constatados em relação à ST, a ausência de participação dos trabalhadores no âmbito previdenciário é o pilar que mais descaracteriza a ST na Previdência Social, pois, a aplicação de um conceito teórico-prático questionador e originado no seio do movimento dos trabalhadores exige a participação e permanência destes nas ações executadas e debates de procedimentos realizados, o que não ocorre no cotidiano das ações e serviços previdenciários.

Além disso, as atividades profissionais que descontextualizam a origem do adoecimento e dos acidentes de trabalho são nocivas, e não permitem alguma ação que vislumbre um modelo de atenção minimamente emancipador e coerente com a realidade social, no que tange à saúde e vida dos trabalhadores.

Lacaz (2013) ao analisar a III Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, constata que muitas propostas cristalizadas para o setor, apontam um recuo à efetivação da ST, rechaçando inclusive o papel do SUS nesse processo. Se, no âmbito da saúde há essa dificuldade, apesar das intensas discussões em torno do tema, junto ao movimento sindical inclusive, no âmbito da Previdência Social a ST ainda é mal interpretada e incompreendida, imprimindo na prática e normativas internas, ações de alcance da SO e MT, embora a nomenclatura seja a de ST. A exclusão dos trabalhadores de qualquer processo voltado à ST, já expõe a fragilidade da prática nesse campo. Assim há uma nova roupagem do modelo de atenção ao trabalhador no INSS (ST), com as velhas práticas de controle do risco ambiental e dos fatores de risco, determinantes e condicionantes do trabalho.

Contudo, é necessário a demonstração das afirmações realizadas. Com base nestas, logo mais será realizada uma incursão sobre os setores envolvidos na ST no âmbito do INSS, para conhecimento do histórico e funcionamento de cada um, bem como para conhecimento das dificuldades encontradas para a realização de um trabalho intersetorial, tão fundamental ao desenvolvimento das atividades em ST. O histórico e funcionalidade dos setores envolvidos na ST no INSS, demonstrarão que a efetividade deste campo ainda necessita de longa caminhada, e mais, necessita manter-se resistente em tempos de ofensiva neoliberal contra a classe trabalhadora, que logicamente atingirá o campo ST.

2.1.3.1. Perícia Médica

Um dos setores mais conhecidos, e talvez mais polêmico, do âmbito previdenciário, a perícia médica do INSS tem a função de realizar a análise da incapacidade laborativa, por meio de perícias realizadas no âmbito do INSS. Além disso, o setor é responsável pela análise de tempo especial, NTEP e todos os processos que envolvam análise de incapacidade laborativa e/ou de trabalho insalubre. Anteriormente, esse serviço era denominado serviço médico previdenciário, e era voltado para o atendimento em saúde da população que tinha emprego formal e a conhecida “carteirinha marrom” (assim nomeada popularmente) do INAMPS (nessa época ainda não havia SUS, embora houvesse o Sistema Nacional de Saúde, instituído pela lei 6.229 de 17/07/1975, sendo a responsabilidade do atendimento médico assistencial individualizado a cargo do MPAS).

As ações em medicina previdenciária eram, conforme consta na lei 6.439/01/09/1977:

Art 6º - Ao INANPS compete prestar assistência médica, de acordo com os seguintes programas:

I - programas de assistência médica aos trabalhadores urbanos, abrangendo os serviços de natureza clínica, cirúrgica, farmacêutica e odontológica, e assistência complementar, devidos os segurados do atual INPS e respectivos dependentes, na forma do disposto nos itens I e IV do artigo anterior;

II - programas de assistência médica aos servidores do Estado, abrangendo os serviços de natureza clínica, cirúrgica, farmacêutica e odontológica, devidos aos funcionários públicos civis da União e de suas autarquias e do Distrito Federal, e respectivos dependentes, na forma do disposto no item II do artigo anterior;

III - programas de assistência médica aos rurais, abrangendo os serviços de saúde e a assistência médica devidos, respectivamente, aos trabalhadores e aos empregadores rurais, na forma do disposto no item III do artigo anterior;

IV - programas especiais de assistência médica, abrangendo os serviços médicos atualmente mantidos pela Fundação Legião Brasileira de Assistência - LBA e os que forem prestados em determinadas regiões à população carente, seja ou não beneficiária da previdência social, mediante convênios com instituições públicas que assegurem ao INAMPS os necessários recursos.

§ 1º - A assistência médica de que trata este artigo será prestada a cada categoria de beneficiários na forma das respectivas legislações e com a amplitude que as condições locais e os recursos próprios permitirem.

§ 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir um esquema de participação direta dos beneficiários, em função do seu nível de renda, no custeio dos serviços médicos de que se utilizarem e dos medicamentos que lhes forem fornecidos em ambulatórios.

§ 3º - No esquema de participação, de que trata o parágrafo anterior, o Poder Executivo poderá considerar outros fatores, além do nível de renda, tais como a natureza da doença, o vulto das despesas gerais e o porte do custeio.

§ 4º - A assistência médica e farmacêutica aos acidentados do trabalho não está sujeita às limitações nem ao esquema de participação dos parágrafos anteriores.

§ 5º - A participação a que se referem os §§ 2º e 3º não será exigida dos beneficiários que perceberem remuneração ou benefícios até 5 (cinco) valores de referência.

Art 7º - Os programas de assistência médica a cargo do INAMPS serão organizados de forma a manter inteira compatibilidade com o Sistema Nacional de Saúde, nos termos da Lei nº 6.229 de 17 de julho de 1975 e com normas de saúde pública constantes da legislação própria.

Segundo Fleury e Carvalho (2017), foi o INAMPS – enquanto autarquia federal - que instituiu o SINPAS, redefinindo o sistema previdenciário, passando a assistência médica aos trabalhadores segurados a ser realizada pelo INAMPS, ficando o INPS somente com a parte concessória de benefícios. Não haviam ações específicas no âmbito previdenciário nos moldes da ST, longe disso; as ações voltadas ao trabalhador no âmbito do trabalho se realizavam nos próprios locais de trabalho, ficando à cargo do INAMPS o atendimento individualizado aos trabalhadores que necessitavam de assistência médica devido a acidentes do trabalho ou adoecimento. O modelo de atendimento aos trabalhadores era uma mescla dos modelos de MT e SO.

A partir de 1990, com a extinção do SINPAS, a Previdência Social passa a ser gerida pelo INSS, sendo a perícia médica voltada agora somente para a caracterização da incapacidade laboral, não fornecendo assistência médica ou tratamento conforme realizado no extinto INAMPS. Os serviços de saúde no Brasil eram, portanto, realizados através do INAMPS e somente para os empregados formais⁴⁸. Quando do surgimento do SUS, a mudança da assistência à saúde foi significativa, ampliando inclusive o acesso de toda a população ao tratamento de saúde, antes concedido somente aos trabalhadores

⁴⁸ Com exceção das ações coletivas, por exemplo, campanhas de vacinação.

formalizados:

Seus 16 anos de existência [INAMPS] correspondem ao período em que o país transitou de um sistema de saúde segmentado, onde se disputou e decidiu a agenda de reformas que mobilizou o país ao longo da década de 1980, dando-lhe uma nova configuração institucional e novo padrão de políticas sociais, especialmente na área da saúde (FLEURY; CARVALHO, s/p., 2017).

Além da transformação política pela qual o país vinha passando da década de 1980 para 1990, sendo a CF/88 o marco das mudanças em termos de políticas públicas, a autora coloca que os problemas financeiros e organizacionais, isto é, a gestão da burocracia naquele período encontrava dificuldades para a efetivação da assistência médica previdenciária, sendo, inclusive, criado em 1981 o Conasp; bem intencionados, tinham a intenção de: “reorganizar a assistência médica, sugerir critérios de alocação de recursos no sistema de saúde, estabelecer mecanismos de controle de custos e reavaliar o financiamento da assistência médico-hospitalar. [...] (FLEURY; CARVALHO, s/p., 2017).

A mudança na política previdenciária de saúde a partir de 1988, possibilitou que o INAMPS passasse por um processo de integração global do atendimento, sem diferenciar trabalhadores segurados e não-segurados. Com a nova estrutura dada pelo INSS, a Perícia Médica passa a ter um papel restrito ao âmbito previdenciário.

Setor essencial à nova estrutura, o setor médico previdenciário continua sendo o gargalo por onde se filtra os trabalhadores incapacitados para o trabalho. Por meio da perícia médica previdenciária, a análise unidimensional da incapacidade para o trabalho permanece em relação aos antigos modelos de atendimento no âmbito previdenciário; voltada exclusivamente ao saber médico, sendo as demais áreas da saúde descartadas do processo de análise do adoecimento da população atendida. A saúde enquanto meramente patológica está arraigada nas análises relacionadas ao trabalho e ao trabalhador, apesar de pequenas aberturas para opinião de outros profissionais, que não tem “competência técnica” para opinar sobre outras formas de se trabalhar o adoecimento laboral.

Sem dúvida alguma, a perícia médica é atribuição privativa do profissional da Medicina. A questão levantada é, a análise de incapacidade para o trabalho deve ser restrita à área médica? O saber médico detém todos os saberes e contribuições que diversas profissões presentes na sociedade, inclusive aquelas que se dedicam ao estudo do trabalho, possuem? A interdisciplinaridade cabe nessa discussão, mas ainda há

dificuldades para ser alcançado este patamar. No caso, ainda que a burocracia crie procedimentos para tal, como seria ideal no caso da intersectorialidade, a formação profissional fragmentada e distanciada dos demais saberes, contribuiu negativamente para esse processo. Basta lembrar que no seio da decadência ideológica da burguesia, conforme coloca Lukács, o desmembramento do conhecimento em diversas áreas das ciências, culminando na fragmentação do saber e na proliferação de “várias ciências” está arraigado na sociedade brasileira, cravada nos currículos de diversos cursos de graduação.

Avanço significativo em relação a uma análise multidimensional da saúde se refere à análise da deficiência para fins de BPC/LOAS e para fins de aposentadoria da pessoa com deficiência (conforme Lei Complementar nº 142/2013), que deve ser multiprofissional, sendo delegada ao assistente social e ao médico perito. Mas, a forma de avaliação ainda não permite um verdadeiro imbricamento entre as áreas do conhecimento, na busca de uma análise mais integral e mais próxima à realidade do trabalhador/segurado.

Portanto, o trabalho e a luta por uma análise multidimensional da saúde iriam modificar por completo a forma de atendimento aos trabalhadores, que contribuem mensalmente com o sistema público previdenciário, a fim de ter seus direitos resguardados, ainda que no escopo restrito da legislação.

2.1.3.2. O Serviço Social

Parte da estrutura da Previdência Social há mais de 70 anos, o Serviço Social possui uma história profissional atrelada à política previdenciária, sendo esta política um dos primeiros empregadores dos profissionais do Serviço Social⁴⁹. Em 1944, através da portaria nº 52 de 06/09/1944, o Serviço Social passa a ser parte dos IAP's que, uma vez unificados posteriormente pelo INPS em 1966 (embora ainda até 1967 permanecessem como CAP's e IAP's, segundo Silva (2012)), passaram a contar com Centros de Serviço Social para atendimento à população. As ações profissionais, claro, se confundiam com assistencialismo e caridade, benemerência, sempre à serviço do capital, tentando moldar mentes e corações para a obtenção de um trabalhador obediente às demandas patronais.

Ao Serviço Social na Previdência Social, podem ser relacionados dois momentos: 1942, sendo a primeira experiência oficial do Serviço Social na estrutura do Seguro

⁴⁹ Veja-se quadro II in Iamamoto e Carvalho, 2005, p. 197.

Social, mais especificamente na Seção de Estudos e Assistência Social dos Institutos de Aposentadorias e Pensões Comerciarío, e em 1945 com sua institucionalização através a Portaria nº 25 de 1943 do Conselho Nacional do Trabalho (SILVA, 2008).

Na década da efervescência do Movimento de Reconceituação⁵⁰ na América Latina, o Serviço Social da Previdência foi autor de dois planos que marcaram a atuação do Serviço Social naquele campo: o PBA de 1972 e o PBA de 1978. As releituras sobre esses planos, especificamente do PBA 78, são importantes para esclarecer que este foi criado em um contexto de mudanças internas na Previdência Social que, logicamente, acompanhavam as mudanças advindas da sociedade capitalista vigente. Tais mudanças internas culminaram no surgimento do SINPAS (1977), e na extinção dos Centros de Serviço Social, passando o Serviço Social previdenciário a ser uma mera assistência complementar. Assim, o PBA 1978 veio a responder as demandas do momento, sendo o Serviço Social readaptado para o atendimento à população, porém, com prática profissional subserviente à ótica da instituição, funcionalmente articulada para contribuir com a integração satisfatória do trabalhador à PS (FALEIROS, 2008).

Importante mostrar que, durante esse processo do SS previdenciário, concomitantemente o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina se expandia, mas não alcançou a profissão inserida no âmbito previdenciário, que ficou à margem desse processo, alheia ao debate crítico que vinha acontecendo no meio profissional.

Ressalta-se que, obviamente, essas transformações não se deram de modo linear e afastadas da conjuntura social, política e econômica do Brasil naquele período; ao contrário, seguiram o fluxo do desenvolvimento e interesses político-econômicos vigentes, adequando a proteção social via política previdenciária aos interesses da governabilidade do país.

Conforme se pode observar no quadro abaixo, a cronologia do Serviço Social na Previdência Social foi permeada por ampliação e perdas de espaço profissional, compondo um histórico de avanços e retrocessos vivenciados inclusive até os dias atuais:

⁵⁰ Movimento de Reconceituação do Serviço Social, iniciou-se em meados da década de 1960 e prolongou-se por 10 anos. Ocorrido por toda a América Latina, o movimento de reconceituação “representou um marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão crítica do Serviço Social no continente. O exame da primeira aproximação do Serviço Social latino-americano à tradição marxista se impõe como um contraponto necessário à análise do debate brasileiro contemporâneo” (IAMAMOTO, 2005, p. 205). Tal movimento veio a influenciar a produção brasileira a partir da década de 1980.

Tabela 7: O Serviço Social na Previdência Social

O Serviço Social na Previdência Social	
1942	Primeira experiência oficial de implantação do Serviço Social: Seção de Estudos e Assistência Social no IAPC.
1944	Instituição do Serviço Social na Previdência Pública – Portaria nº 25 do CNT – Conselho Nacional do Trabalho.
1944	Autorização para a implantação de Serviço Social nos IAPs e CAPs – portaria nº 25 do CNT.
1945	Organização de cursos intensivos de Serviço Social para os funcionários dos IAPs e CAPs – portaria do Departamento Nacional de Previdência Social/ Ministério do Trabalho (DNPS/MT).
1948	Adoção do Serviço Social nas instituições de previdência: <i>assistência complementar</i> – ofício circular nº 250/DNPS.
1948	Oficialização do Serviço Social no IAPC em São Paulo.
1950	Seções ou turmas de Serviço Social nas Delegacias Regionais dos IAPs.
1960	Definição da <i>assistência complementar</i> – Lei Orgânica de Previdência Social
1965	Concepção de Serviço Social como <i>assistência complementar</i>
1972	Plano básico de ação do serviço social – resolução INPS nº 401.4.
1976	<i>Assistência complementar</i> por meio do serviço social – art. 71 da <i>Consolidação das Leis da Previdência Social</i> (CLPS).
1978	Plano básico de ação do serviço social – resolução INPS nº 064.2.
1991	Competência do serviço social conforme art. 88 da lei 8.213/1991
1994	Matriz teórico-metodológica do Serviço Social na Previdência Social

Fonte: SILVA (2008).

Com desmonte do SINPAS para uma nova estrutura específica de cada área da política social composta na Seguridade Social, a Previdência Social, gerida pelo INSS, adotou como missão: “Garantir proteção ao trabalhador e sua família, por meio de sistema público de política previdenciária solidária, inclusiva e sustentável, com o objetivo de promover o bem-estar social”, passando a ser competência do SS:

[...] esclarecer junto aos beneficiários seus direitos sociais e os meios de exercê-los e estabelecer conjuntamente com eles o processo de solução dos problemas que emergirem da sua relação com a Previdência Social, tanto no âmbito interno da instituição como na dinâmica da sociedade.

§ 1º Será dada prioridade aos segurados em benefício por incapacidade temporária e atenção especial aos aposentados e pensionistas.

§ 2º Para assegurar o efetivo atendimento dos usuários serão utilizadas intervenção técnica, assistência de natureza jurídica, ajuda material, recursos sociais, intercâmbio com empresas e pesquisa social, inclusive mediante celebração de convênios, acordos ou contratos.

§ 3º O Serviço Social terá como diretriz a participação do beneficiário na implementação e no fortalecimento da política previdenciária, em articulação com as associações e entidades de classe.

§ 4º O Serviço Social, considerando a universalização da Previdência Social, prestará assessoramento técnico aos Estados e Municípios na elaboração e implantação de suas propostas de trabalho (BRASIL, 1991).

A partir disso, o Serviço Social refaz o percurso, agora acompanhando os debates profissionais e com claro posicionamento a favor da classe trabalhadora. Esse processo foi condensado em um outro projeto institucional de grande significado, considerado o divisor de águas do Serviço Social na Previdência Social; trata-se da Matriz Teórico Metodológica (BRASIL, 1995, p. 5):

Após 15 (quinze) anos de exercício de um modelo com matriz teórico-metodológica funcionalista -Plano Básico de Ação-PBA-1978, sem nenhuma alteração ao longo destes anos, o presente paradigma reflete a vontade política de reversão pela reconstrução do fazer profissional do Serviço Social de forma que não seja mero interlocutor em si mesmo mas que se posicione no interior da Instituição. Isto levou a construção de uma proposta que remete ao embate das relações concretas constitutivas da própria Previdência Social. Uma posição que emerge da prática, realimenta-se na teoria para estar caminhando na direção de uma nova prática, e que, portanto, contém um poder dialético.

Essa diretriz é a que vigora até o presente momento e que embasa os diversos documentos e manuais referentes ao trabalho do assistente social inserido na Previdência Social. Apesar das tentativas de desmonte do Serviço Social na Previdência em diversos decursos históricos, inclusive no contexto da Reforma da Previdência em 1998 no governo FHC⁵¹ e sua continuidade em 2003 no governo Lula, os profissionais forjaram a luta e conseguiram manter o serviço (ainda que precariamente). A luta dos profissionais que acreditam no projeto ético-político, numa nova ordem social e na defesa da Previdência Social como política pública, desbordou na resistência e culminou no retorno, anos depois, do Serviço Social na estrutura no INSS, sendo os assistentes sociais reinseridos na área de ST dentro da Previdência Social.

O Serviço Social dentro da Previdência Social teve muito momentos marcados por auges e desmontes, necessidade e desnecessidade, resistência e extinção. O momento atual vivenciado, inclusive, apresenta ares de desmonte novamente, devido às inovações

⁵¹ Em maio de 1999, a Divisão de Serviço Social foi extinta do quadro do INSS. Com a luta e resistência da categoria, tal divisão foi reestruturada em maio de 2003.

internas e a situação política, econômica e social do país, com a clara ofensiva neoliberal e o desmonte dos direitos e políticas sociais.

Ao longo dos anos, a estrutura administrativa-burocrática interna do INSS sofreu mutações diversas. O Serviço Social foi retirado e realocado na estrutura interna e regimento interno por vezes. Na década dos anos 2000, após anos fora da estrutura, o Serviço Social retorna em 2006. Em 2009, com novas mudanças, o setor de Saúde do Trabalhador é estabelecido com essa nomenclatura e algumas mudanças de paradigma. A Diretoria de Saúde do Trabalhador – outrora denominada GBENIN – está hierarquicamente acima do setor de ST e passa a ser um órgão específico singular juntamente com as Diretorias de Atendimento e de Benefícios.

Previsto no decreto nº 6.934 de 11/08/2009, a Diretoria de Saúde do Trabalhador no âmbito da Previdência Social é composta pelos serviços de: PM, RP e SS. Embora tal decreto tenha sido posteriormente revogado pelo decreto nº 7.556 de 24/08/2011, as atribuições da diretoria de saúde do trabalhador se mantiveram, sendo que compete a esta diretoria:

- I - gerenciar e normatizar as atividades de perícia médica de benefícios previdenciários, assistenciais e os relativos aos servidores públicos federais, nos termos do que dispõe o [§ 4º do art. 30 da Lei no 11.907, de 2 de fevereiro de 2009](#), de reabilitação profissional e de serviço social, inclusive quando efetuadas por executores indiretos;
- II - desenvolver estudos voltados para o aperfeiçoamento das atividades médico-periciais de benefícios previdenciários, assistenciais e os relativos aos servidores públicos federais, de reabilitação profissional e de serviço social, e promover a orientação à sociedade objetivando o reconhecimento do direito à saúde do trabalhador;

Nesse contexto, o Serviço Social passou a ter oportunidade de voltar à cena previdenciária como um setor componente da área de ST, uma vez que foi quase extinto por completo nas contrarreformas previdenciárias realizadas.

Portanto, sendo a saúde do trabalhador “tema crucial que expõe [...] a miséria humana sob as condições da exploração do capital em sua etapa de crise estrutural”, conforme cita Alves (2013, p. 125), o trabalho do assistente social inserido naquela área pode vislumbrar alternativas de intervenção social que incidirá diretamente na melhoria dos processos e organização do trabalho e, sobretudo, forjar espaços de reflexão, organização e luta aliado ao movimento dos trabalhadores em geral. Conforme bem explicita Netto (2011, p. 69):

É somente na intercorrência do conjunto de processos econômicos, sócio-políticos e teórico-culturais que tangenciamos nas seções precedentes que se instaura o espaço histórico-social que possibilita a emergência do Serviço Social como profissão. Sem a consideração deste marco específico, a análise da história do Serviço Social perde concreção e acaba por transformar-se numa crônica essencialmente historiográfica e linear.

É com base nos processos econômicos e sócio-políticos que se pode compreender como a ST se tornou um campo tão necessitado de atuação do Serviço Social. Assim, conforme consta no Manual Técnico do Serviço Social do INSS⁵², o atendimento em Saúde do Trabalhador é essencial devido a característica de atendimento do INSS, cujo público se conforma por trabalhadores em situações de doença, acidentes de trabalho, entre outros.

Assim, o Serviço Social na área da Saúde do Trabalhador do INSS prevê ações tais como: socialização de informações previdenciárias referentes aos benefícios por incapacidade por meio de atendimento individual ou em grupo; emissão de parecer social nas situações de intercorrência social que interfiram na evolução e agravamento da doença e incapacidade; realização de reuniões com as Secretarias Municipais de Saúde, equipes de coordenação e execução do Programa Saúde da Família visando um trabalho conjunto; encaminhamentos aos serviços públicos de saúde; assessoria e consultoria em matéria de previdência social à rede socioassistencial de Lavras e região; atendimento aos trabalhadores encaminhados ao programa de Reabilitação Profissional e palestras e oficinas sobre os direitos dos trabalhadores mediante a Previdência Social.

O que se pode constatar em todo esse cenário é que todas as práticas profissionais se veem circunscritas em limites institucionais, e o

[...] exercício profissional, no INSS, expressa os tensionamentos e as dificuldades inerentes à desconstrução dos espaços sócio ocupacionais tradicionais que a categoria, como um todo, enfrenta (NEVES; SILVA, 2008, p. 111).

Isso significa que, no cotidiano profissional, as aspirações e projetos de trabalho por vezes se deparam com sistemas e modelos de avaliação que dificultam o acesso do segurado à previdência, também com um modelo de gestão (administração gerencial)⁵³

⁵² Conforme o Manual, o Serviço Social previdenciário possui 3 linhas de atuação a serem seguidas pelos profissionais que atuam nas Agências de Previdência Social: Ampliação e consolidação do acesso à Previdência Social; Direitos das Pessoas com Deficiência e das Pessoas Idosas; e Segurança e Saúde do Trabalhador.

⁵³ Para melhor compreensão do que se trata, e crítica, vide Souza Filho, 2013.

que se baseia no quantitativo, onde a meta supre qualquer qualidade de trabalho, relegando o trabalho do assistente social ao número de atendimentos individuais realizados. Obviamente, essa realidade é mais grave em alguns lugares, onde a autonomia é obrigada a ceder lugar ao autoritarismo gerencial.

Para tal enfrentamento, a intervenção profissional no contexto da Saúde do Trabalhador, assim como em todos os campos de trabalho do assistente social, deve levar adiante o exercício diário de direcionar a intervenção a partir da compreensão das transformações ocorridas na questão social, pelos desdobramentos sociais, políticos e econômicos, bem como seus reflexos para a vida dos trabalhadores e também se atentar para os diversos campos de trabalho do assistente social. As respostas que este profissional dará mediante o quadro que se apresenta no seu cotidiano de trabalho será bem diferente conforme a interpretação que o mesmo consegue ter sobre a realidade posta e a questão social.

A dimensão teórico-metodológica nos capacita para operar a passagem das características singulares de uma situação que se manifesta no cotidiano profissional do assistente social para uma interpretação à luz da universalidade da teoria e o retorno a elas. O conhecimento adquirido através deste movimento possibilita sistematizações e construções teórico-metodológicas que orientam a direção e as estratégias da ação e da formação profissional (dimensão formativa), bem como permite aprofundar os fundamentos teóricos que sustentam as intervenções profissionais (GUERRA, 2013, p.60).

O trabalho do Assistente Social do INSS no contexto da Saúde do Trabalhador não pode, nesse sentido, deixar de atrelar a prática a uma teoria crítica e a análise da realidade onde está inserido, pois as refrações da questão social aparecem no cotidiano do trabalho sob diversas formas e entender que as demandas apresentadas estão circunscritas na realidade e que advém do conflito capital *versus* trabalho, possibilita a apreensão crítica inclusive dos rumos das políticas sociais na qual o profissional está inserido para dar respostas à população.

Sendo a Saúde do Trabalhador uma área que necessita ser muito mais explorada pelo Serviço Social, principalmente na conjuntura atual, onde a superexploração do trabalho abrange e infiltra a vida do trabalhador em todas as esferas, se faz essencial que o trabalho no âmbito do tripé da Seguridade Social –no caso em tela, da política de Previdência Social, se apresente como forma de fortalecimento do coletivo e atendimento a demandas que, ainda que sob o ataque do neoliberalismo, possam ser atendidas e/ou

politizadas. O processo de investigação no campo de trabalho por meio de pesquisa social também pode promover uma aproximação da essência existente por detrás da aparência dos fenômenos e possibilitar uma análise que vislumbre estratégias de atendimento voltadas ao atendimento da população que procura o Serviço Social do INSS.

[...] Captar as formas de explicitação social, cultural e política de seus interesses e necessidades, criadas no enfrentamento coletivo e individual de situações de vida, de experiências vivenciadas. Interesses que não se manifestam apenas em suas organizações político-partidárias, articuladas à construção do poder de classes, mas também nas lutas organizativas por melhorias parciais de vida (no cotidiano das fábricas, dos campos, nos demais locais de trabalho, nos bairros, etc.) [...]. Detectar aí suas aspirações, os núcleos de contestação e resistência que vem sendo criados [...] e amadurecidos sob múltiplas formas, estimulando as lutas, a imaginação e a invenção da vida em sociedade: o processo de constituição de sujeitos coletivos, na e a partir da historicidade da vida cotidiana (IAMAMOTO, 2005, p. 197).

Contudo, uma fotografia da história recente não vislumbra um futuro permanente para o Serviço Social. Especulações são realizadas, mas a possibilidade de permanência do setor, mediante as mudanças no procedimento de auxílio-doença⁵⁴, elevarão o número de segurados ao Programa de Reabilitação Profissional, demandando um trabalho exclusivo, aproveitando a mão de obra disponível na instituição para tal serviço. E mais, a implantação do INSS Digital⁵⁵ e o possível desenrolar do Teletrabalho, deixa

⁵⁴ Anteriormente, o auxílio doença era deferido por certo período e, quando o segurado sentia a necessidade de prorrogar o benefício, por não estar apto ao retorno ao trabalho, agendava nova perícia de prorrogação (PP), e assim sucessivamente até o retorno ao trabalho. Agora, o segurado que solicitar o benefício, o receberá e se necessitar prorrogar, o mesmo será prorrogado automaticamente por mais 30 dias. Esse procedimento pode ser realizado duas vezes. Após, se o segurado ainda não estiver apto ao retorno ao trabalho, ele terá que agendar nova perícia, onde o perito irá, conforme sua necessidade: aposentá-lo por invalidez, encaminhá-lo para a RP ou cessar o benefício. Com isso, a demanda de RP irá aumentar demasiadamente, com encaminhamento indiscriminado dos segurados, haja vista que, como opção antes de aposentadoria ou de cessação, será tentado a RP para o segurado. Legítimo seria se não houvesse o repasse de responsabilidades, ou seja, todo caso complexo será lançado à RP, sendo que o programa não vislumbra grandes possibilidades, no modo como está posto, para uma verdadeira reabilitação dos segurados.

⁵⁵ Novo projeto da instituição, o INSS Digital é composto por procedimentos de protocolo de atendimento com digitalização de documentos, que vão para uma base de dados. Os processos serão distribuídos pelo país todo, para análise. Isto é, o atendimento deixará de ser presencial. Ocorre que a demanda de protocolos é muito maior do que a capacidade de recursos humanos existentes hoje no INSS. Além disso, a restrição de contato com o trabalhador (que vai ao INSS somente para protocolar benefícios) afasta-o da participação na vida previdenciária. E, ainda, o INSS vem estabelecendo acordos de cooperação técnica com várias instituições, dentre elas a OAB, que poderá ser responsável pelo protocolo e envio do processo ao INSS. Isso gerará ainda mais demanda para os ditos “atravessadores”. Para o Serviço Social, a falta de contato com a população restringirá a demanda, haja vista que muitos trabalhadores solicitam o atendimento do Serviço Social momentos antes ou após o atendimento administrativo, sem agendamento prévio. Por teletrabalho, um projeto ainda em estudo no INSS, entende-se a transferência de parte do trabalho do INSS para a casa, arcando, o funcionário, com despesas de energia elétrica, internet e computador; os proventos de salários serão estabelecidos conforme o cumprimento de metas, por números de processos analisados e

pouquíssimo espaço para a continuação e ampliação do Serviço Social, sendo os profissionais aproveitados em áreas afins com a formação profissional. Os profissionais resistem, mas a onda que pretende engoli-los, é avassaladora.

2.1.3.3. A Reabilitação Profissional

A Reabilitação Profissional do INSS é um programa da Previdência Social que vigora praticamente junto com o surgimento dessa política. Prática executada pelos CAPs e IAPs, era intitulada readaptação profissional ou reaproveitamento do empregado acidentado (MAENO; VILELA, 2010). Em 1967, nova legislação adota uma a nomenclatura atual: Reabilitação Profissional, que passa a ser obrigatória e voltada aos trabalhadores segurados que não podem retornar ao trabalho na mesma função, seja por acidente de trabalho e outros, seja por adoecimento incompatível com a função anteriormente exercida.

Hoje, a RP é ofertada aos segurados e seus dependentes, bem como às pessoas com deficiência (conforme a disponibilidade e demanda de atendimento do instituto). Trata-se de oferta de cursos profissionalizantes, programas para elevação de escolaridade, treinamento na própria empresa de vínculo, protetização para amputados e acompanhamento com a equipe técnica, todos à cargo do INSS, buscando readaptar o trabalhador em nova função. Esse processo é realizado quando há incapacidade permanente para o trabalho usualmente exercido, e desde que haja capacidade residual para trabalhos diversos. O tom da RP é de obrigatoriedade constatada em lei, sendo que a não garantia de empregabilidade após o processo reabilitatório é uma realidade presente e gera insegurança aos trabalhadores, bem como gera negativa e recusa ao processo.

A obrigatoriedade desse programa está atrelada à continuação do recebimento de auxílio-doença por parte do segurado; isto é, em caso de recusa ou abandono da RP, o benefício é suspenso, com abertura de prazo para manifestação do trabalhador. Caso este não se manifeste, o benefício é definitivamente cessado.

Apesar do trabalho no âmbito da RP ser em “equipe”, a decisão que mais pesa no processo é a do médico-perito nas análises finais da denominada “avaliação conjunta”, onde o médico e outro profissional (pode ser o assistente social, terapeuta ocupacional,

despachados, sem limite de jornada de trabalho. Isto é, uma completa precarização das relações de trabalho no setor público, cujo movimento sindical está atento, sem embora sem ações efetivas.

fisioterapeuta, etc.) concluem se o trabalhador está ou não apto para proceder à RP. A ausência de abordagem global do afastamento do trabalho gera inconsistências na manutenção ou cessação dos benefícios por incapacidade; além disso, as limitadas oportunidades reabilitatórias do programa são grandes empecilhos para que o programa tenha, minimamente, alguma efetividade benéfica ao trabalhador. São muitos os impasses atrelados à RP e, dentre eles, o fato de desligar o trabalhador do benefício, ainda que seu desempenho em RP não tenha sido satisfatório por algum motivo.

Sendo assim:

A superação dos impasses referentes à deficiência da reabilitação profissional passa necessariamente pela compreensão do mundo do trabalho contemporâneo e pela importância das práticas de prevenção de agravos em todos os níveis de intervenção (MAENO; VILELA, 2010).

Não é possível fazer uma reabilitação profissional de qualidade e sem julgamento moral, se o processo societário em vigor passar despercebido pela equipe de trabalho. O receio dos trabalhadores em retornar ao trabalho após tanto tempo em benefício e com a capacidade de trabalho reduzida, encontra guarita na sociedade atual, cujos índices de desemprego são preocupantes, sobretudo em municípios de pequeno porte, que geralmente são, por si só, restritos na oferta de empregos no mercado formal de trabalho. Lembrando que a capacidade de trabalho reduzida limita o rol de possibilidades do trabalhador, ou seja, o novo trabalho necessariamente terá que ser adaptado à nova condição de saúde, o que restringe ainda mais suas chances, sobretudo se levar em consideração a idade (acima de 40 anos já se inicia um processo de “envelhecimento” para o mercado de trabalho).

Voltar o olhar para a RP enquanto política de ST é de extrema importância, haja vista que a problematização das análises da incapacidade, bem como o problema estrutural do desemprego e da precarização do trabalho, deve fazer parte das análises dos trabalhadores incapacitados, lembrando que a incapacidade, apesar de parcial, é permanente, restringindo o escopo de atuações desse trabalhador. Maeno et al (2009) defende que o modelo de incapacidade, além de revisto, deve adotar os princípios da CIF⁵⁶ nas análises e abordagens da RP, ampliando o leque de análises e possibilidades ao trabalhador. Para tanto, a RP deverá passar por uma mudança estrutural no que tange aos

⁵⁶ A CIF é utilizada na análise da deficiência para fins de BPC/LOAS, ampliando o olhar e a análise sobre a deficiência e a incapacidade. Para tal, a avaliação da deficiência é realizada por médico e assistente social.

procedimentos, normatizações e ao próprio modelo de atendimento para poder abarcar a CIF. Isto é, um novo programa de RP deve ser delineado, caso queira abarcar as inovações trazidas pelos trabalhadores no escopo da ST.

Contudo, trata-se de um desafio que lidará com o corporativismo existente dentro do INSS e, além disso, deverá partir para o enfrentamento com o empresariado, pois mudanças estruturais na RP implicam em mudanças no modo como o trabalho está posto, modificando também as relações entre trabalhadores e empregadores, envolvendo a classe trabalhadora como um todo no processo.

2.2. A Saúde do Trabalhador para além da Previdência Social: incursões sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho.

A saúde do trabalhador no Brasil, apesar de ter sido formalizada na CF/88, ainda não conseguiu efetivar-se na prática. Em tempos de neoliberalismo e forte restrição de direitos, a demorada política nacional voltada à saúde do trabalhador continua estagnada no exato ponto do seu surgimento.

A PNSST se consolidou e foi publicada por meio do Decreto nº 7.602, de 07/11/2011. Prevendo ações com a participação de diversas políticas sociais para além da saúde e definindo como diretriz a participação ativa dos trabalhadores nas ações e procedimentos voltados à saúde do trabalhador, tornou-se um desafio para o poder público.

Em 2012 foi promulgada também a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, instituída por meio da Portaria nº 1823, que apresenta as ações que deverão ser realizadas prioritariamente pelo SUS; entretanto, o apelo ao trabalho intersetorial também é forte. Isso só reforça o entendimento de que a Saúde do Trabalhador necessita e perpassa diversas políticas sociais e, pensar nela focalmente é o mesmo que desconsiderar a amplitude de sua conceituação.

No escopo da PNSST, as ações do domínio das políticas de Trabalho, Saúde e Previdência Social são diferentes, porém, claro, visando a atender um objetivo único, e a promover a:

[...] saúde e a melhoria da qualidade de vida do trabalhador e a prevenção de acidentes e de danos à saúde advindos, relacionados ao trabalho ou que ocorram no curso dele, por meio da eliminação ou redução dos riscos nos ambientes de trabalho (PNSST, 2011, p. 1).

Pautada nos princípios da universalidade; prevenção; precedência das ações de promoção, proteção e prevenção sobre as de assistência, reabilitação e reparação; diálogo social; e integralidade, que vão reger todas as ações referente à ST, esta já encontra seu obstáculo desde o primeiro princípio.

Ao SUS, cabem as ações de vigilância, assistência, promoção da saúde, bem como ações para promover a participação da população na gestão da ST e definir os parâmetros e indicadores em ST.

Ao Ministério do Trabalho cabe o papel de elaborar programas de proteção ao trabalho, formular e revisar as NRs, propor diretrizes de inspeção e fiscalização do trabalho, dentre outros. A respeito da fiscalização, Lacaz (2010, p. 214) coloca que “Fiscalizar e inspecionar as condições e ambientes de trabalho em todo o país, atribuição esta que desde a Constituição Federal de 1988 tem apresentado conflito de atribuições com o SUS”, sendo esse um impasse que, na prática, culmina em falta de sintonia na execução das ações, que são realizadas em separado, embora com a mesma finalidade. No caso do âmbito do trabalho, os limites de atuação neste ramo são grandes por conta do escasso quadro de funcionários do setor.

À Previdência Social, cabe o papel de verificar os riscos do trabalho, taxando as empresas que possuem riscos maiores, além de gerenciar e conceder benefícios aos trabalhadores incapacitados para o trabalho. Sua visão medicocêntrica e atuação pós-fato, negligencia a prevenção nesse processo de acidentes e adoecimento ocupacional e são a base de atuação em ST. O diálogo da PS com a Saúde e o Trabalho é nulo, apesar do apelo intersetorial da PNSST.

A maioria das ações colocadas na PNSST já são executadas pelos respectivos responsáveis e de forma setORIZADA, inclusive, sem o envolvimento da população e do movimento dos trabalhadores.

Apesar dessas políticas nacionais, por si só, serem um grande avanço no campo ST, há questões na PNSST que precisam ser colocadas como estruturais. Uma delas se refere à participação efetiva do movimento sindical e trabalhadores em geral (desempregados e informais) nas discussões e desenvolvimento dessas políticas. Existem ainda questões de conceituação, operacionalização e disputa de poder que devem ser resolvidas no âmbito dos ministérios responsáveis por sua execução, para que as recém nascidas políticas não sofram o risco de fracassar (LACAZ, 2010).

A implantação da PNSST foi de extrema importância e visa a orientar as ações em ST que vinham sendo realizadas setorialmente, sem conexão entre si. Contudo, a PNSST não apresentou grandes novidades no que tange à inovação das ações, exceto na questão da intersectorialidade e interdisciplinaridade, bem como no enfático apelo à participação dos trabalhadores. Mas, a grande relevância dela é oficializar e normatizar ações que devem ser realizadas em todo o território nacional, de forma articulada e resolutiva, reforçando e institucionalizando a ST na cena brasileira de modo integral e intersectorial, isto é, um trabalho composto em rede articulada de ações entre os setores envolvidos.

Assim, a PNSST apresenta em um só documento, ações que já vinham sendo implementadas aqui e ali. A RENAST é um exemplo: desenvolvida e criada de forma articulada, envolvendo todas as esferas de governo no âmbito da saúde, vem apresentando práticas de saúde na intenção de organizar e implementar ações assistenciais, de vigilância, de promoção da ST em todo o Brasil. A RENAST deve integrar os serviços do SUS por meio do CEREST. Em que pese os CEREST's serem regionalizados, ainda sim a cobertura do serviço é restrita a um número pequeno da classe trabalhadora.

No âmbito do Trabalho e da Previdência Social, as ações são as já previstas e que já vinham sendo realizadas anteriormente ao longo dos anos pós-CF/88. Contudo, a novidade seria a integração dos diversos setores.

A perspectiva intersectorial vem sendo bastante utilizada em políticas sociais brasileiras, pois entendeu-se que as ações voltadas à população não teriam tanta efetividade se fossem apartadas entre si, haja vista que as demandas populacionais não são fragmentadas, são complexas e possuem interação direta. Como exemplo, pode ser utilizado um caso de adoecimento laboral com conseqüente demissão do trabalhador. Tal demanda pode apresentar-se nos atendimentos no âmbito da Previdência Social, mas, com certeza necessitará, também do atendimento no âmbito do trabalho (seguro-desemprego e cadastro no sistema de empregos), da assistência social (benefícios eventuais em momentos de desemprego ou por processos de fragilização de vínculos familiares por conta do contexto vivenciado), da saúde (para atendimento especializado visando a melhora do quadro de saúde), dentre outros tantos atendimentos possíveis de se realizar mediante uma demanda específica.

Assim, a tendência apontada nas políticas sociais é de que o intersectorial necessita se efetivar para que a engrenagem de todas as políticas sociais possa funcionar plenamente. Porém, a perspectiva intersectorial passou a ser algo quase que intransponível,

apresentando dificuldades de articulação entre os setores das políticas sociais, além da dificuldade do trabalho interdisciplinar dentro de cada política.

As políticas voltadas aos trabalhadores, claro, não fogem à regra: com forte apelo intersetorial, este é um obstáculo que emperra diversas ações importantes no setor:

Diante da dificuldade de se construir e praticar tal política, pode-se dizer que interesses diferenciados, disputas de poder e formas distintas de atuar dos ministérios mais diretamente ligados à questão são óbices que impediram até hoje sua implantação e implementação. Para se ter uma ideia dos impedimentos para uma atuação integrada nesse campo, cada um dos três ministérios conta com órgãos próprios que atuam separadamente e com lógicas diferenciadas, utilizando inclusive nomenclaturas que demonstram sua visão distinta dessa problemática [...] (LACAZ, 2010, p. 201).

O isolamento das ações em ST não podem prescindir da contribuição de todas as políticas sociais envolvidas, além de necessariamente contar com as análises mais atuais a respeito do desenvolvimento do capitalismo no país e região em que se encontram os trabalhadores, pois o sistema de produção vigente tem influência em todos os âmbitos da vida social, contribuindo na determinação dos modos de viver e adoecer da classe trabalhadora.

Segundo Singer (1976), as condições de vida e trabalho, consequência da industrialização tardia no Brasil, se expressa nas condições de saúde e vida, aumentando os acidentes de trabalho. Ou, utilizando as palavras de Marini (2011), esse processo faz parte da usurpação da vida útil futura do trabalhador. Já Lacaz (2013, p. 227) coloca que: “[...] o campo da Saúde do Trabalhador enquanto espaço de estudos refere-se ao processo de industrialização e à forma particular por este assumida na América Latina. [...]”. Ou seja, abordar a ST necessariamente visa uma análise contextual e aprofundada do fenômeno do adoecimento e acidentes de trabalho, além de ter como obrigação, conversar com outros setores que serão capazes, dentro de suas perspectivas, de contribuir com a efetivação da ST brasileira. Como disse Lacaz, entender principalmente o processo de industrialização na particularidade do Brasil e da América Latina, apontam elementos significativos no trato da ST. A intersetorialidade e a interdisciplinaridade requer o entendimento e abrangência das partes que compõe o todo, e a partir disso, aprofundar as análises e executar as ações de forma adequada, para que tenham efetividade e índice de reincidência mínimo.

Portanto, a perspectiva intersetorial continua sendo um desafio cada vez maior, que deve ser transposto para que a ST se efetive. Necessário e importante seria se

houvesse disposição governamental em criar fluxos e procedimentos padrões para que isso ocorresse de fato. Assim, a iniciativa governamental para tal, não pode se dar somente por meio de políticas sem vislumbrar a criação de procedimentos. Nesse quesito, há concordância com Souza Filho, que analisa a burocracia como algo necessário⁵⁷ para uma administração pública democrática (isto é, que atenda também à classe trabalhadora). Criar procedimentos e fluxos para a ST efetivar a intersetorialidade, poderia facilitar as práticas dos atores envolvidos no âmbito da ST, sem o risco de que ações nesse viés se percam em gestões opositoras:

Quando defendemos a importância da burocracia, não é porque ela é “universal” no sentido hegeliano, nem por ser “racional” sem referência a valores, no sentido weberiano, mas por ela apresentar determinações (conhecimento especializado, seleção pública, proteção de carreira e condições de trabalho – carreira, salário e meios de administração) que reforçam uma possível intervenção do Estado voltada para os interesses das classes dominadas e exploradas, na medida em que essas determinações permitem, num quadro de uma sociedade de relativa socialização do saber, a composição de uma burocracia diversificada do ponto de vista teórico e político, portanto ideológico, tensionando, dessa forma, a formulação e execução da políticas públicas, independente da direção governamental implementada. Ou seja, a burocracia, além de não ser um mecanismo operativo perfeito, também não é neutra, ainda que esteja balizada por regras e normas e deva obediência à direção governamental (SOUZA FILHO, 2013, p. 229).

Assim, a classe trabalhadora segue na esperança da efetividade das ações, com o viés intersetorial normatizado em procedimentos para que possa ser seguido no desenvolvimento das políticas sociais que estruturam a ST.

A respeito da rede de atendimento em ST, os municípios de Lavras e região (lôcus da pesquisa) carecem de total estruturação, assim como acontece em outros municípios brasileiros, a exemplo do município Campos dos Goytacazes/RJ, conforme pesquisas de Leão; Castro (2013) e Franca/SP, segundo Lourenço; Lacaz (2013), onde padecem da mesma problemática de implantação efetiva de uma rede de atendimento em saúde do trabalhador, sendo os maiores entraves o desinteresse público e político para a efetivação dessa política.

⁵⁷ “[...] ao analisarmos criticamente as determinações da burocracia, buscaremos captar as categorias que efetivamente correspondam ao fenômeno e que estão presentes nas obras de Hegel e Weber. Em relação à Marx e à tradição marxista, o tratamento não será diferente. Dessa forma, não estamos preocupados em definir a burocracia como positiva ou negativa, mas sim em extrair os traços essenciais e universais do fenômeno. [...]” (SOUZA FILHO, 2013, p. 39).

No que se refere ao município de Lavras, o que vem sendo caracterizado nos atendimentos executados pelo Serviço Social é a fragmentação e focalização de ações em saúde do trabalhador - situação que também foi caracterizada em outros estados brasileiros a exemplo da região de Guarapuava/PR - o que não tem atendido à demanda dos trabalhadores integralmente, obtendo impactos negativos na vida e saúde destes (BARATIERI; VECCHIA; PILGER, 2012). A inexistência de uma rede de atendimento em saúde do trabalhador engendra, por vezes, injustiças e invisibilidade da dor e sofrimento ocasionados no e pelo trabalho, sendo potencializados pela falta de atendimento adequado, gerando ainda ações judiciais, já que os direitos dos trabalhadores não se efetivam politicamente através de ações, programas e articulação dos movimentos sociais.

Embora alguns municípios tenham rede e estrutura de atendimento ao trabalhador – via SUS – a ST não está formalizada na maioria dos municípios brasileiros. Além disso, reforça-se a existência do problema da fragmentação das ações, pois a Saúde somente não consegue atender de forma integral o trabalhador acidentado, haja vista que o fenômeno acidente de trabalho envolve várias políticas sociais para além da saúde. O trabalho e a previdência social também possuem papéis relevantes no processo saúde-doença-trabalho, devendo o atendimento ser ampliado e integral, como já visto.

Enfim, os desafios para a efetivação da ST são muitos e estão postos em toda a realidade nacional e, embora sejam grandes os obstáculos, acredita-se na possibilidade da PNSST ser colocada literalmente em prática, com a plena participação do movimento dos trabalhadores em todo o processo, além do envolvimento e comprometimento social dos demais atores envolvidos (sociedade, profissionais e gestores).

CAPÍTULO 3. O ESTUDO DA SAÚDE DO TRABALHADOR A PARTIR DA ECONOMIA POLÍTICA: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

Os estudos e debates que vem ocorrendo a partir da década de 1970 a respeito da Saúde do Trabalhador perpassa pelo campo teórico-analítico e prático, sendo que a forma como vem sendo abordada reflete uma direção ideopolítica e de ações efetivas nesse campo.

Existem muitos estudiosos e estudiosas dessa área, que procuram, cada vez mais, esclarecer a estrita relação do adoecimento do trabalhador às condições, processos e organização do trabalho, buscando revelar a essência ocultada pelo fenômeno do adoecimento do trabalhador brasileiro, cujas condições de trabalho se inscrevem em um mundo do trabalho precarizado e insuficiente para abarcar toda a massa de trabalhadores disponíveis, cuja oferta da força de trabalho ultrapassa a quantidade necessária à realização do valor no âmbito do capitalismo contemporâneo, mas lhe é funcional, levando à formação de um exército industrial de reserva que, exceto em caso de união e mobilização dos trabalhadores, são capazes de também de lançar à miséria os trabalhadores inseridos no mercado de trabalho capitalista, pressionando a redução do salário por excesso de oferta e ainda, instigando a concorrência entre os trabalhadores por uma forma de sobrevivência.

Observa-se, dentre os inúmeros estudos em Saúde do Trabalhador, que a investigação sobre o adoecimento e os acidentes de trabalho privilegiam a análise a partir da reestruturação produtiva ocorrida a partir da década de 1970, no contexto da grave crise de acumulação vivenciada no mundo capitalista. A reestruturação produtiva foi caracterizada como uma transição no regime de acumulação e no modo de regulamentação social e política, associada a este “novo” regime de acumulação, conforme demonstra a hipótese de Harvey (2005).

O autor entende que o regime de acumulação possui um modo de regulamentação a ele conexo, isto é, um corpo de regras e processos sociais interiorizados que legitimam e justificam os procedimentos adotados para a acumulação de capital, ensejando então, a partir de 1970, uma mudança substancial no modo de produção, que refletiu diretamente no modo específico do trabalhador viver e sentir a vida, criando um novo tipo de trabalho e conseqüentemente um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista

(HARVEY; GRAMSCI apud HARVEY, 2005). Essas mudanças no modo produção, baseadas na Administração Científica, trariam mudanças substanciais e negativas ao mundo do trabalho e sobre a forma como os trabalhadores passaram a se relacionar nesse contexto, inclusive no que tange às relações com o patronato.

Tais contribuições são relevantes e conforma-se em um amplo campo de estudos que, de fato, tem forte contribuição para o entendimento do processo de adoecimento do trabalhador, demonstrando como as modificações no processo de produção, visando adequar a produção capitalista à uma nova fase de combate à queda da taxa de lucros, prejudicou o trabalhador e reduziu postos de trabalho mediante uma crescente maquinização da produção e intensificação do trabalho, com modernas técnicas de organização, processos de trabalho e gerenciamento no âmbito da chamada revolução gerencial⁵⁸, que também se somou à reestruturação produtiva nesse contexto.

Entretanto, buscou-se sair um pouco dessa vertente de análise, pois, neste trabalho, entende-se que a reestruturação produtiva se remete a um processo de reordenação da produção mediante uma grave crise, e que com certeza, teve e tem incidência negativa nas condições de trabalho e vida do trabalhador, mas que deve ser explicitada levando em consideração o processo e o ciclo de acumulação capitalista e suas especificidades em cada região ou país.

Obviamente que os estudos em Saúde do Trabalhador conseguem conferir a lógica desta reestruturação no cotidiano de vida e trabalho, inclusive quando se analisa os processos produtivos de perto. As dinâmicas de trabalho baseadas no Taylorismo, Fordismo e Toyotismo servem como instrumento de intensificação e espoliação do trabalhador a limites extenuantes, sendo inclusive possível relacionar vários tipos de adoecimento ao modo como se trabalha, à gestão desse trabalho e à participação do

⁵⁸ Em linhas gerais, trata-se de uma revolução organizacional iniciada na década de 1850, buscando o desenvolvimento de métodos, processos de gestão e organização mais eficientes para o atendimento das novas corporações que estavam surgindo naquele momento, haja vista seu alto grau de complexidade o que, obviamente, aumentava a exigência sobre os trabalhadores, bem com sua qualificação para o desenvolvimento de suas atividades na nova proposta gerencial. “The development of top management methods and procedures in the early managerial firms marked the culmination of an organizational Revolution that had its beginnings in the 1850S with the railroads. The processes of production and distribution, the methods by which they were managed, the enterprises that administered them, and the resulting structure of industries and of the economy itself-all were, by World War I, much closer to the ways of the I970S than they were to those of the 1850S or even of the 1870s” (CHANDLER, 1999, p. 455). Ainda segundo o autor, a revolução gerencial se refere a uma nova função econômica e de um novo trabalhador (nos dizeres do autor, “uma nova subespécie de homem econômico”), chamado gerente assalariado: “[...] It describes the beginnings of a new economic function-that of administrative coordination and allocation-and the coming of a new subspecies of economic man-the salaried manager-to carry out this function” (CHANDLER, 1999, p. 484).

trabalhador/colaborador no âmbito das empresas. Assim, no entendimento deste trabalho, considera-se que esta reestruturação traz uma contribuição para o aprofundamento da superexploração da força de trabalho, através de diversas formas de intensificar o trabalho e de enfraquecer a lógica coletiva dos trabalhadores.

A reestruturação produtiva e seu arcabouço conceitual somente tem solidez e validade quando, nos dizeres de Valencia (2009, p. 23):

[...] se relacionam dialeticamente com uma teoria global e um método explicativo que lhes conceda significado e seja capaz de defini-los em função do desenvolvimento do objeto de estudo.

Com base nisto, a opção deste trabalho foi por entender, com base na teoria do valor, os motivos estruturais do adoecimento e acidentes de trabalho. Nesta lógica, tentar compreender o processo de adoecimento em sua relação direta com a dinâmica da Economia Política e a teoria do valor, em uma perspectiva que possibilitasse o entendimento dos processos de acumulação e do ciclo do capital em realidades específicas como a do Brasil e demais países latino-americanos, permitiu-se a este estudo partir de análises da Teoria Marxista da Dependência para estudar a força de trabalho na região onde se fará a pesquisa.

Ou seja, o que motivou a investigação sobre a Saúde do Trabalhador neste trabalho foi a compreensão da estrutura e dinâmica econômica da sociedade burguesa em um país cujo desenvolvimento capitalista não segue os padrões do desenvolvimento das economias centrais, o que é um fato curioso e que necessita ser esclarecido para o entendimento dos motivos que levam a força de trabalho brasileira a figurar altos índices de adoecimento e acidentes de trabalho, e qual o padrão específico de exploração destinado a estes trabalhadores, cujo reflexo incidirá diretamente nas suas condições de trabalho e vida, além de explicar a parca força e articulação da classe trabalhadora no âmbito da resistência e defesa de seus direitos.

Além disso, a necessidade em entender a TMD - que prometia lançar bases para o entendimento do capitalismo brasileiro e latino americano – foi relevante para a pesquisa sobre a Saúde do Trabalhador, buscando analisar se as categorias verificadas no capitalismo *sui generis* brasileiro ainda podem ou conseguem explicar a realidade dos trabalhadores hoje. Embora existam muitos autores brasileiros que procuram contribuir com o debate sobre o entendimento da sociedade brasileira, Marini foi eleito por tratar a compreensão dessa sociedade a partir da análise da extração do mais-valor. Um maior

lapso de tempo poderia fazer emergir os demais autores que discutem a temática, o que não é viável neste momento, haja vista que a pesquisa social tem o cunho de buscar entender as condições dadas pelo adoecimento laborativo, sendo que a categoria da superexploração da força de trabalho pode contribuir para a aproximação ao entendimento desta temática.

Enfim, procurar entender o processo de adoecimento laborativo dos trabalhadores de Lavras e região, levou esta pesquisa a buscar e se pautar em uma teoria formulada por pensadores brasileiros marxistas que estudaram os motivos reais dessa sociedade guardar e resguardar um lugar específico e peculiar na dinâmica capitalista global, cumprindo o seu papel no processo e ciclo da acumulação capitalista mundial. Embora os acontecimentos atuais na economia capitalista mundial detenham novidades não analisadas por Marini, é importante salientar que sua obra ainda é fundamental para sinalizar os acontecimentos, novidades e particularidades da realidade latino-americana:

Todavia, essas suas contribuições não devem, como alertava o próprio autor, ser tomadas dogmaticamente, mas, sim, submetidas ao crivo da revisão radical dos processos históricos, uma vez que é para estes que a teoria se dirige, buscando compreendê-los e transformá-los (MARTINS, 2013, p. 43).

Portanto, se trata de um trabalho que necessitará de mais acúmulo investigativo, quer dizer, as contribuições desta pesquisa pretendem ser profundas, mas, claramente, não serão definitivas, devendo ser objeto de uma maior imersão investigativa, impossível de ser cumprida no espaço temporal de uma dissertação.

3.1. O resgate da Teoria Marxista da Dependência para o estudo da Saúde do Trabalhador: a importância das contribuições da teoria do capitalismo dependente brasileiro

A pesquisa sobre a Saúde do Trabalhador pretende responder a alguns questionamentos a respeito do processo de adoecimento e acidentes de trabalho da força de trabalho brasileira, no caso desta pesquisa, da força de trabalho de trabalhadores de certo ramo da atividade econômica, em Lavras e região. Assim, constatou-se que, para referenciar a Saúde do Trabalhador, se faz necessário ir além da questão política em si sobre as condições de trabalho inumanas e/ou degradantes na tentativa de se aproximar da essência do fenômeno do adoecimento e acidentes de trabalho, quer dizer, é necessário

tentar desvendar o que está por trás da configuração do trabalho na sociedade brasileira e quais as particularidades que a força de trabalho adquire nesta realidade. Além disso, é fundamental entender o que existe na formação socioeconômica brasileira que particulariza a realidade da força de trabalho nesse país (assim como nos demais países da América Latina); ou seja, quais as características peculiares do capitalismo brasileiro e qual a sua relação direta no modo como é tratada a força de trabalho no país.

Então, a busca pela análise da Saúde do Trabalhador para além das questões políticas e de organização gerencial do trabalho, levou esta pesquisa a analisar a questão do adoecimento laborativo a partir do referencial proposto pela Teoria Marxista da Dependência. O interesse em estudar a ST a partir deste referencial teórico, não pretende, de nenhum modo, limitar a análise da ST “encaixando-a” nesta teoria, ou adaptando a realidade dos estudos para que caiba nesta. Ao contrário, parte-se deste referencial teórico por acreditar que as possibilidades de explicação do adoecimento da força de trabalho brasileira se encontram em referenciais que se preocuparam em analisar a especificidade do capitalismo brasileiro, desligando-se do marxismo eurocêntrico⁵⁹ e buscando “novas interpretações para as causas do subdesenvolvimento e da exploração capitalista na América Latina” (TRASPADINI; STÉDILE, 2011, p. 7), o que possivelmente pode vir a explicar a realidade da classe trabalhadora brasileira e, no caso desta pesquisa, pode vir a contribuir na explicação do afastamento laborativo por adoecimentos e/ou acidentes de trabalho.

O surgimento da Teoria da Dependência se consolida nas décadas de 1960 e 1970, por um grupo de intelectuais formados principalmente por Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, André Gunder Frank, e possuíam como pano de fundo uma crítica às formulações cepalinas⁶⁰, que na década de 1950 e 1960 impunham um modelo

⁵⁹ Entende-se por marxismo eurocêntrico as análises sobre realidades diferentes utilizando a mesma ótica de análise da realidade europeia, cuja formação e desenvolvimento são diametralmente opostas ao desenvolvimento dos países latino-americanos e, no caso, do Brasil. Marx escreve O Capital colocando as leis tendenciais e de contra tendência; assim, acredita-se que em determinadas realidades, as leis reagem de forma a manter a acumulação de capital, articulando suas formas de contra tendência conforme lhes prestem, além de considerar a diferença específica de certas realidades. Além disso, em certas realidades e em determinados momentos históricos, podem vir a surgir categorias advindas do próprio desenvolvimento capitalista que antes não eram captadas ou não se tinha condições de serem analisadas. Quer dizer, é necessário verificar a particularidade do movimento do capital em economias cujo ciclo de acumulação se “desvia” do ciclo do capital em geral.

⁶⁰ CEPAL é uma comissão estabelecida pelo Conselho Econômico e Social da ONU, que foi fundada em 1948 com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico da América Latina e reforçar as relações dos países latino-americanos com os demais países do mundo. Em 1984 passou a se chamar Comissão Econômica para a América Latina e Caribe.

hegemônico de interpretação e propostas políticas de desenvolvimento para a América Latina. Segundo Santos (s/d), existem dois antecedentes que enfocaram a dependência nas teorias do desenvolvimento que vinham sendo formuladas:

a) Criação de tradição crítica ao euro-centrismo implícito na teoria do desenvolvimento. Deve-se incluir neste caso as críticas nacionalistas ao imperialismo euronorte-americano e a crítica à economia neo-clássica de Raul Prebisch e da CEPAL. b) O debate latino-americano sobre o subdesenvolvimento, que tem como primeiro antecedente o debate entre o marxismo clássico e o neo-marxismo, no qual se ressaltam as figuras de Paul Baran e Paul Sweezy (SANTOS, s/d, p. 11).

Além das críticas à CEPAL, a intenção da TMD era rebater o pensamento hegemônico da esquerda brasileira, que tinha no Partido Comunista Brasileiro (PCB) o seu principal articulador, cujas formulações naquele momento, se pautavam na teoria de que o Brasil vivenciava um pré-capitalismo e que para se chegar ao capitalismo tinha que se aliar com a burguesia para fazer a transição a um modo de produção capitalista genuíno e, após, realizar a revolução⁶¹, com base em um etapismo e em uma linearidade inconsistente à realidade brasileira que se apresentava.

O surgimento da Escola da Dependência, que se caracterizava como

um espaço de múltiplas reflexões e interpretações tanto sobre o subdesenvolvimento quanto sobre a espoliação dos países do Terceiro Mundo, em geral, e da América Latina, em particular, pelo capitalismo internacional (TRASPADINI; STÉDILE, 2011, p. 8)

e teve duas vertentes completamente diversas, sendo o contraponto a Teoria Weberiana da Dependência, liderada por Fernando Henrique Cardoso, que por manobras políticas e

⁶¹ Ao defender que a esquerda, em seu movimento, lutava contra a exploração latifundista e imperialista e que procurava um novo bloco de forças político-sociais para redimensionar o Estado e construir uma nova hegemonia para implementação de políticas populares e democráticas voltadas à favor do povo e contra o desenvolvimento associado e dependente, José Paulo Netto, relata que a consequência a médio prazo não seria a transformação do sistema mas que poderia criar as possibilidades de uma reversão, criando os caminhos para a revolução social. O autor defende que este posicionamento hegemônico da esquerda, cujo núcleo duro era o PCB, foi duramente criticado sem razão, e se levanta contra a questão na seguinte passagem: “A crítica formalmente de esquerda ao nacionalismo do pré-64, inserida na mesma cruzada ideológica mencionada na nota anterior, é outro dos pratos prediletos do mandarinato acadêmico. Realizada abstratamente, termina sempre por concluir que o nacionalismo (junto com a ideologização do desenvolvimentismo e o populismo) foi um instrumento de mistificação das massas, de acobertamento das contradições de classe, etc. [...] (NETTO, 2011, p. 24). Ao que parece, toda a crítica do autor vai para aqueles que, na linha de Marini, iniciaram as formulações da TMD com a intenção de criticar tal posicionamento hegemônico da esquerda à época.

visando ocultar politicamente a importância das ideias dos autores da teoria crítica (especialmente Marini) na cena brasileira, ficou conhecido como o fundador/formulador da Teoria da Dependência, ficando Marini completamente desconhecido na academia brasileira, sendo um autor muito lido nos diversos países da América Latina, exceto no Brasil. Constata-se, pois, que o grupo de teóricos da dependência não era homogêneo. Segundo Almeida Filho (2013, p. 12):

Um dos elementos mais importantes da polêmica que resultou na divisão interna entre as concepções weberiana e marxista diz respeito ao “*status* do conceito de dependência”. Fernando Henrique Cardoso, em textos de autoria individual, ou com a participação de José Serra, apontava “situações de dependência”, isto é, sugeria condições históricas observáveis, porém sem avançar em uma proposição teórica mais profunda. Segundo ele, o conceito de dependência não alcançava a condição de categoria, ou seja, não apreendia um elemento de realidade inerente. Assim, preferia apontar “tipos, ou situações, de dependência”. [...] A vertente da teoria marxista da dependência trilhava outros caminhos; partia da concepção marxista, sem dogmatismo. Esta vertente, marcadamente presente no trabalho de Ruy Mauro Marini, apreendia o desenvolvimento capitalista latino-americano com especificidades relevantes o suficiente para exigir interpretação própria. Além disso, partia da concepção do capitalismo como um sistema global, no qual as inserções históricas das sociedades e economias nacionais cumpriam funções específicas e tendencialmente estáveis. Neste caso, a dependência emergia como uma categoria essencial.

As grandes contribuições de Marini, contraditoriamente, ganharam densidade quando foi exilado durante a ditadura militar, tendo que se mudar para o México (principalmente) e outros países, onde aprofundou seus estudos; tal situação contribuiu para o amadurecimento de suas teses, além de fazê-lo conhecido pela América Latina. Interessante pontuar, aliás, essencial pontuar que Marini foi um intelectual militante, ou, nos dizeres de Gramsci, um intelectual orgânico⁶² que buscava na atividade acadêmica e na militância a explicação para a realidade brasileira e as possibilidades de transformação societária.

A TMD surge dessa divisão entre os teóricos da dependência. É uma teoria que por um lapso grande de tempo, foi relegada ao ostracismo sendo há poucos anos

⁶² Duriguetto (2013, p. 292) expressa que: “Para os intelectuais orgânicos vinculados a um projeto societário emancipador das classes subalternas, a função da construção de uma contra-hegemonia tanto está na ação desenvolvida nos processos de formação de uma consciência crítica que supere o senso comum (função que é própria do conjunto dos intelectuais), quanto nas ações que vinculam os conteúdos de um senso comum em vias de superação, de elementos corporativos presentes na ação e luta política, a projetos de classe”. Marini desenvolveu e buscou na militância, construir essa contra-hegemonia, inclusive em defesas que considerava problemáticas dentro da própria esquerda; era claro o interesse que tinha em modificar as estruturas sociais vigentes no capitalismo dependente brasileiro, embora tenha sofrido boicote às suas ideias no âmbito acadêmico.

recuperada por se observar sua relevância para se pensar o Brasil hoje. Segundo alguns autores mais conservadores, este ostracismo se deve à insuficiência de sua teoria para a explicação do Brasil e seu desenvolvimento, o que vem sendo contraposto a um movimento que vem ocorrendo na academia, onde se procura recuperar a TMD criticamente.

Esta teoria revisitada, lança suas bases para longe do dogmatismo, porém buscando recuperar elementos que possam ser atualizados conforme a realidade brasileira e utilizados para desenvolver um pensamento que explique e impulsiona a conformação de um projeto de desenvolvimento que leve o país para além do capital. Assim, a compreensão dos estudos com base nas leis gerais do sistema capitalista de Marx, depois considerando as diferenças específicas e estudadas as particularidades de cada realidade sem perder o foco do surgimento de possíveis novas categorias que o capitalismo contemporâneo possa apresentar, formam o escopo da recuperação da obra de Marini no Brasil.

Todavia, essas suas contribuições não devem, como alertava o próprio autor, ser tomadas dogmaticamente, mas, sim, submetidas ao crivo da revisão radical dos processos históricos, uma vez que é para estes que a teoria se dirige, buscando compreendê-los e transformá-los (MARTINS, 2013, p. 43).

O próprio autor alerta que a TMD deve ser tomada como ponto de partida, devendo ser submetida a uma radical revisão; é o que se propõe diversos autores na atualidade quando busca trazer à rediscussão esta teoria.

Marini formulou a TMD em bases lógicas de *O Capital*, de Marx. Por vezes acusado de modificar as análises marxistas para realizar a leitura da América Latina, Marini atenta para as diferenças entre utilizar as categorias marxistas como instrumentos de análise e interpretação da realidade e utilizá-las para mistificar fenômenos, isto é, esclarece que não é legítimo utilizar os estudos de Marx para enquadrá-lo na realidade, devendo considerar as especificidades de certas realidades, do contrário, pode chamar a isto de dogmatismo. A TMD serve ao estudo de uma determinada realidade, seguindo a linha de raciocínio marxista e utilizando os esquemas de reprodução do capital de Marx, não para enquadrá-lo na realidade ou fazer com que a realidade se enquadre nele, mas sim para entender a realidade e utilizá-la como instrumental, visando a leitura da realidade latino-americana sem romper com o rigor conceitual e metodológico: “a isso se reduz em última instância a ortodoxia marxista” (MARINI, 2011, p. 133).

Marini reforça esta questão quando, em seu texto “Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital” explica que estuda os esquemas de reprodução de Marx para entender o papel destes esquemas de reprodução na construção teórica de Marx, para aplicar a lógica de análise aos estudos da realidade latino-americana e, novamente, não para aplicar diretamente os esquemas de reprodução em uma realidade tão peculiar como a latino-americana, sem crítica ou sem considerar a diversa realidade de parte do continente americano:

Conviene, pues, verificar que son realmente los esquemas de reproducción y que papel cumplen en la construcción teórica de Marx, antes de aplicarlos al estudio de nuestra realidad. En este trabajo nos proponemos realizar, aunque someramente, esta tarea y examinar en segunda algunos intentos de utilización de dichos sistemas en América Latina, que nos han parecidos significativos (MARINI, 1979, p. 3).

Marini é, de fato, marxista, e seu construto teórico contemplou os três livros que compõe a principal obra de Marx, O Capital. Rotulado como “circulacionista”, Marini foi apontado, por alguns intelectuais, de dimensionar além do viável a análise no âmbito da circulação em detrimento da análise da produção capitalista, para formular sua TMD. Talvez, a incompreensão pela abordagem realizada por Marini venha do desentendimento e interpretação enviesada da obra marxiana.

Na intenção de tentar tornar clara esta questão, toma-se aqui algumas considerações com o auxílio de teóricos marxistas, sendo que estas são questões importantes a serem esclarecidas para seguir adiante com as contribuições da TMD: Marx, em O Capital, apresenta uma análise geral do sistema capitalista partindo da Inglaterra, país onde o capitalismo estava mais desenvolvido. O sistema marxiano parte de situações concretas, mas utilizando de pressupostos para o entendimento das categorias postas, visando a melhor compreensão da dinâmica e lógica do sistema. Gradativamente, Marx destrincha toda a dinâmica das categorias presentes para, após compreendidas, superá-las, incluindo-as, concomitantemente, a uma nova situação a partir da qual, passam a ser compreendidas em uma dinâmica muito mais complexa do que a anterior; isto é, parte da explicação do “núcleo” de cada categoria, complexificando-as à medida em que o leitor vai avançando na leitura de O Capital. Ou, nas palavras de Vaisman (2006, p. 339):

Na medida em que cada categoria é, pois, ao mesmo tempo, determinação e abstração, isto é, conteúdo limitado e aberto, não é, pois, definição (no sentido de limitar e fechar), mas é determinação que limita e abre: abre para – ganhando novo conteúdo – ser novamente limitada. Conquanto relação conceitual, passam a ser indiscerníveis: concretam pelo conceito o concreto real. Sem esse tipo, por assim dizer, de mútua flexibilidade, não pode haver concreção. Estão eliminados, portanto, quaisquer tipos de conceito/categoria ou procedimento formais. É evidente que se o método de que nos fala Marx é o método da concreção, suas categorias ou conceitos deverão mostrar-se capazes de promover esse processo determinativo e especificador, impensável como combinatória de noções abstratas. De sorte que o dado empírico é dado para a superação pelo processo determinativo e especificador (a concreção), e não para ser enquadrado pela noção formal. A abstração aqui compreendida é o primeiro momento da concreção, não é um contorno fixo, mas um nódulo elementar pronto a se transfigurar no roteiro especificador, singularizador, o da concreção, como já referido. Não acolhe, por via de consequência, nem é posta para acolher os dados empíricos, mas é posta como ponto de partida significativo, fundindo-se com novas determinações que vão sendo extraídas e estabelecidas a partir do próprio real. Vale dizer, não se trata de um procedimento regido por regras formais ou por uma normatividade arbitrária.

Por isto, a leitura da obra completa se torna essencial para o entendimento do sistema capitalista de produção, haja vista que nos livros posteriores ao livro I, encontram-se elementos que conformam o processo determinativo e especificador de que cita Vaisman. Isto pode explicar inclusive questões referentes ao método em Marx, que não pode e nem deve ser visto como um modelo e, neste ponto, encontram-se as questões a respeito da TMD.

Elaborada por teóricos marxistas latino-americanos, que procuraram compreender as particularidades do capitalismo nesta parte da América, para conformar ações revolucionárias e que ensejassem a transformação societária⁶³, a TMD não pretende pegar O Capital de Marx como um modelo para analisar a realidade latino-americana, mas sim, intactos o rigor metodológico e conceitual, estudar o capitalismo *sui generis* latino-americano, que inegavelmente possui discrepâncias em relação ao capitalismo de países centrais e desenvolvidos.

Claro está que não se trata de uma transposição de O Capital para as análises da realidade particular da América Latina, mas de utilizar as contribuições inigualáveis de Marx para analisar um determinado país em um determinado momento histórico. Não seria nem um pouco razoável desprezar esse cuidado ao analisar países com histórico de

⁶³ Não se desvia aqui de tratar sobre a questão da atualidade da TMD, o que será debatido ao longo do trabalho. É necessário clarificar que a dependência se mantém em termos estruturais, ou seja, mantém a assimetria em relação aos países centrais. Contudo, há novidades na dinâmica capitalista que devem ser tomadas e analisadas consideradas as mudanças históricas. Em 1992, Marini inicia o enfrentamento do problema da globalização para a verificação da questão da dependência que estava envolta em mudanças históricas reais na cena latino-americana. Pretende-se demonstrar estes debates ao longo do texto.

industrialização tardia, com uma formação societária baseada na violência extrema da colonização, países que foram construídos sobre muitas culturas e etnias, sobrepondo a estas uma “europeização”, uma cultura vinda de fora e que em quase nada conta com elementos próprios dos povos que aqui habitavam. Era primordial o trabalho de se analisar a América Latina procurando entender qual o papel dos países que a compõe no capitalismo mundial.

A TMD estuda a inserção subordinada de alguns países ao sistema capitalista mundial – iniciada com a colonização, onde os países colonizados foram vilipendiados e sua formação histórico-estrutural foi conformada na dependência - bem como “entende a situação dependente como um condicionamento da economia de certos países em relação ao desenvolvimento e expansão de outras economias” (AMARAL; CARCANHOLO, 2012, p. 87).

Importante especificar que no histórico latino-americano, a dependência se depara com quatro fases, obviamente não lineares, mas que se apresentam didaticamente para a facilitação da compreensão da dependência como fundamento do subdesenvolvimento latino-americano.

A economia latino-americana, desde o início baseada no atendimento às demandas do capitalismo em expansão, conformou sua economia com base na exportação de bens primários. Para tanto, obviamente a fertilidade do solo desses países, bem como a vasta quantidade de terras cultiváveis e ricas em minérios e materiais que serviriam como matéria prima para a produção externa, foram fatores muito bem observados que legaram a esses países a definição do seu papel na acumulação capitalista mundial. Ou, como coloca Traspadini (2016, p. 112), existe no desenvolvimento capitalista na América Latina, algo particular, que caracteriza a terra e o trabalho como seu “elemento constitutivo e contínuo”.

As grandes extensões de terras férteis colaboraram para que o Brasil e demais países da América Latina tivessem como função serem grandes ofertadores de matéria-prima e alimentos para o abastecimento dos mercados de consumo de bens salário da Europa, o que, concomitantemente, serviria para: liberar mão-de-obra para a produção industrial, baratear o custo do capital variável e possibilitar aos países centrais que transitassem o eixo de acumulação na indústria da produção do mais-valor absoluto para o mais-valor relativo, isto é: “[...] que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador

(MARINI, 2011, p. 138)”. Ou ainda, que se passasse da subsunção formal do trabalho para a subsunção real (TRASPADINI, 2016). Esta se caracteriza como a primeira fase do capitalismo dependente a qual é denominada economia exportadora.

Segundo Marini (2011), a revolução industrial na Europa corresponde à independência política nos países latino-americanos, que, por sua vez, gravitavam em torno da Inglaterra, prontos para satisfazerem as necessidades da metrópole, produzindo e exportando bens primários, e importando manufaturas de consumo e “dívidas”⁶⁴:

Assim, num primeiro momento, os países que respondem mais prontamente às exigências da demanda internacional são aqueles que apresentam certa infraestrutura econômica, desenvolvida na fase colonial, e que se mostram capazes de criar condições políticas relativamente estáveis. Chile, Brasil e, pouco depois, Argentina aumentam sensivelmente neste período seu comércio com as metrópoles europeias, baseado na exportação de alimentos e matérias-primas como cereais, cobre, açúcar, café, carnes, couro e lã. Paralelamente, utilizando inclusive o crédito oferecido pela Inglaterra, aumentam suas importações de bens de consumo não duráveis e dão início à construção de um sistema de transporte, através de obras portuárias e das primeiras ferrovias, abrindo assim um mercado complementar à incipiente produção pesada europeia (MARINI, 2014, p. 48).

A divisão internacional do trabalho foi determinante nesse processo, destinando aos países latino-americanos seus respectivos lugares no desenvolvimento do capitalismo mundial, sendo que, àqueles, reservou-se o papel de potencializar o desenvolvimento dos países centrais em detrimento dos seus, caracterizando assim, um elemento que é intrínseco ao capitalismo destes países “periféricos” e que lhes delegam a herança do subdesenvolvimento. Eis aqui as raízes da dependência. Quer dizer, é a partir da inserção na divisão internacional do trabalho que se configura a dependência,

[...] entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência só pode assim significar mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe (MARINI, 2011, p. 134-135).

⁶⁴ Marini explica que, até meados do século XIX, os empréstimos aos países subdesenvolvidos eram para sustentar a capacidade de importação; porém, quando o saldo da balança comercial positiva, os empréstimos passaram a ser utilizados para transferir o excedente obtido nos países latino-americanos; assim, o empréstimo aos países dependentes possibilitava a transferência de valor através da cobrança de altos juros pelo empréstimo realizado, juros estes que poderiam ser cobrados a partir dos lucros gerados internamente pelo capital industrial.

Assim como os demais países latinos, o Brasil possui um lugar na estrutura do capitalismo mundial, que se destina a abastecer os mercados externos, isto é, produz-se para o atendimento das demandas provenientes dos países centrais, sem muita preocupação com os consumidores internos. Quijano (2005) em sua análise sobre a colonialidade do poder, apresenta contribuições nesse sentido, ao colocar que esta dependência dos países latino-americanos (e outros colonizados) se encontra nas raízes da colonização⁶⁵, onde a América foi violentamente explorada e desde já posta no sistema dinâmico do comércio mundial à serviço das metrópoles, onde se localizavam o comércio central.

E partir disso, pode o leitor questionar como a dependência, cujas raízes se encontram na divisão internacional do trabalho em um mundo capitalista, pode gerar o subdesenvolvimento de um país de dimensões continentais, cujas riquezas da terra são invejáveis (água, solo fértil, clima ideal para plantios diversos, minérios em geral, vegetação variada, etc.). Como é possível manter-se subdesenvolvido e dependente de outros países mediante condições internas tão favoráveis ao desenvolvimento? Se neste país há potencial para o desenvolvimento a partir de suas imensas riquezas, quais os motivos de tamanho atraso?

As respostas são óbvias e conversam com o próprio questionamento: sistemas de produção pretéritos deixaram raízes para o modelo capitalista de produção, que poderia realmente gerar progresso, não fosse sua estrutura voltada para a exploração de uns pelos outros, em um sistema predatório, contraditório, capaz de desenvolver as melhores tecnologias, as melhores soluções para a melhoria da vida e do meio ambiente, mas que não o faz (ou o faz para certos nichos), exceto se esse progresso retornar em destruição no outro lado da moeda, ou seja, o progresso é para alguns poucos em detrimento de outros muitos; a riqueza e o progresso estão voltados para pouquíssimos afortunados em detrimento da miserabilidade desumana de outros; o progresso é para aqueles que se valem da hegemonia e controle do mundo, buscando mais progresso por meio de conquista (leia-se invasão) de territórios estabelecendo seu poderio, nem que este

⁶⁵ Marini faz a crítica a Gunder Frank quando este coloca a situação de dependência como idêntica à situação colonial. Revela que, ainda que se tenha uma continuidade entre dependência e situação colonial, não se trata da mesma coisa, sendo que: “A dificuldade da análise teórica está precisamente em captar essa originalidade e, sobretudo, em discernir o momento em que a originalidade implica mudança de qualidade” (MARINI, 2011, p. 135). Ou seja, a originalidade da situação colonial ao longo do tempo implica uma mudança progressiva para a situação de dependência, após os inúmeros acontecimentos políticos, econômicos e sociais que vão se gestando ao longo e pós- período colonial.

progresso todo custe vidas e acabe com os recursos da natureza: nesse contexto, a guerra e o massacre de contingentes populacionais tem uma função muito específica, sendo os “danos colaterais” inevitáveis e indiscutíveis.

Nesse contexto, o atraso dos países latino-americanos, o Brasil especificamente, se deve à condição de dependência em relação às economias centrais, imposta pelo sistema capitalista mundial; sua produção volta-se para o mercado externo, rompendo-se, assim, o ciclo do capital, sendo que os países dependentes possuem um ciclo “próprio”, peculiar, em que a realização da mercadoria se dá fora do país, no mercado exterior, ou seja, o ciclo de realização do capital é interrompido, pois circulação e produção se dão em âmbitos diferentes. Por isto entender o processo de produção/circulação/produção é importante para a compreensão da dinâmica da dependência.

Marini (2012, p. 35) coloca que o ciclo do capital nas economias dependentes busca realizar parte das mercadorias no mercado mundial, fechando “o círculo da dependência do ciclo do capital com relação ao exterior”. Visando uma maior apreensão deste processo, torna-se essencial o entendimento da desigualdade dos termos de troca e as fases do capitalismo dependente.

No período da economia exportadora entre 1850 e 1930, o Brasil⁶⁶ supre as necessidades de alimentos e matéria-prima dos países centrais em desenvolvimento. A realidade brasileira era diversa da realidade dos países centrais, que já haviam iniciado seu processo de industrialização em meados do século XVIII, culminando em uma verdadeira Revolução Industrial.

Necessário ao processo de acumulação dos países centrais passar do mais-valor absoluto ao mais-valor relativo, as economias dependentes colaboraram para isso, cumprindo o seu papel de fornecer, além de matérias-primas, alimentos, que compunham a cesta de consumo dos trabalhadores, visando baratear os custos da força de trabalho, diminuindo o tempo de trabalho necessário para a produção das mercadorias:

[...] la exportación latinoamericana de alimentos se realiza en función de la revolución industrial europea y *coadyuva* (no determina de manera exclusiva) la baja del capital variable, necesaria para que la elevación de la productividad, sobre la base del *aumento del capital constante*, no presione hacia abajo la cuota de ganancia (MARINI, 2008, p. 173).

⁶⁶ Quando é citado o Brasil, também se diz dos demais países da América Latina, embora cada um deles também tenha sua especificidade nesse processo. Contudo, para facilitar o raciocínio das análises, se abstém da citação, a todo momento, dos demais países da América Latina, mas deixando claro que eles também passaram por este processo.

Então, os países dependentes cumpriram um papel essencial para o processo de acumulação nos países centrais, contribuindo para baixar os custos com o capital variável, ou seja, abaixar o preço da força de trabalho, sem que esse processo culminasse na queda da taxa de lucros, pois, permitiram que os custos com o capital variável diminuíssem, podendo elevar a produtividade com base no capital constante e, ao mesmo tempo, impedir a queda tendencial da taxa de lucro. Isto é, esse processo permite a permanência do mesmo quantitativo da força de trabalho no processo produtivo, mas a um custo menor, haja vista que o valor da força de trabalho foi barateado através da importação, pelos países centrais, de produtos alimentícios que chegavam dos países dependentes por meio da troca desigual, a preços satisfatórios ao mercado externo, contribuindo para a queda do valor da força de trabalho e, por sua vez, para a manutenção da taxa de lucros, impedindo, assim, a sua queda tendencial que foi contrarrestada, nesta situação, pelo mais-valor relativo.

Assim, foram-se criando as bases, nos países centrais, para a transição do mais-valor absoluto ao relativo, consolidando o processo de acumulação de capital, sendo tudo isto processado concomitantemente por meio de uma outra contratendência, que seria exportada para os países periféricos, que seria o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor (um dos mecanismos da superexploração da força de trabalho).

Justamente pelo fato de servir à metrópole, toda a estrutura dos países dependentes foi, desde o início, voltada para potencializar o desenvolvimento dos países centrais, situação que se intensificou à medida em que os países latino-americanos deixaram de ser colônias. Mesmo após o período colonial, a estrutura já estava posta e o Brasil foi inserido no modo de produção capitalista em posição específica de abastecer os mercados das economias centrais, com fornecimento de alimentos e matérias primas.

A dinâmica capitalista se processa de maneira intrincada e contraditória, sendo necessário o esclarecimento de algumas categorias importantes para analisar essa dinâmica do capitalismo dependente, entre elas, as diferenças entre valor e preço.

Quando Marx (2017) aborda nos capítulos VIII a XI do Livro III de O Capital sobre a transformação do lucro em lucro médio, pode-se perceber diversas mediações para as definições de valor e preço, que são essenciais para o entendimento da formação do lucro e da taxa de lucro, que também passa pelo entendimento do mais-valor que é de onde advém o lucro. Nesse contexto, importante explicitar que quando se fala em taxa de lucro ($m/c+v$) ou taxa de mais-valor (m/v), estes se referem ao quanto de retorno se tem

a partir do capital investido e, em quanto se expressa percentualmente o grau de exploração do trabalho em relação ao capital variável, respectivamente; o que, por sua vez, é diferente da massa de lucro e da massa de mais-valor, que se refere à quantidade absoluta de lucro e mais-valor advindos do processo de produção e circulação das mercadorias.

Para a produção de mercadorias, se faz necessário um capital dado sendo que, parte será formado por capital constante e parte por capital variável. Se para produzir 100 lápis, a empresa A investiu 1.000 de capital, sendo 800 de capital constante e 200 de capital variável, logo, o valor da mercadoria, isto é, dos 100 lápis, se referem a 200 de capital constante consumido durante o processo produtivo + 200 de capital variável que entra todo no processo produtivo + o mais-valor gerado a partir do capital variável, a uma taxa de exploração, por exemplo, de 100%, ficando assim: $C\ 1.000 = 800\ c + 200\ v$, donde $200\ c\ consumido + 200\ v + 200\ m = \text{valor da mercadoria}$. Assim, os 100 lápis custaram $200c + 200v + 200m = 600$. Isto é, o valor da mercadoria envolve o capital constante consumido, o capital variável e o mais-valor (trabalho não pago) gerado nesse processo. Por isso, quanto maior a massa de mais-valor gerada a partir do capital variável, maior o valor da mercadoria; em outras palavras, quanto maior o tempo de trabalho gasto para a produção das mercadorias, maior seu valor ou, quanto menos se investe em capital constante, mais tem-se que investir em capital variável e, assim, maior o tempo de trabalho gasto para a produção das mercadorias.

Sendo que o capital constante pode ser formado por capital fixo e circulante, no processo de produção das mercadorias, entra todo o capital variável e parte do capital constante (maquinário que se gasta gradualmente a cada rotação do capital), sendo estes considerados preços de custo da mercadoria, isto é, se referem aos gastos para a produção das mercadorias: matéria-prima, maquinário (depreciado ao longo do tempo) – ou seja, capital constante consumido - e capital variável que entra todo no processo de rotação. E mais:

[..] depreende-se que os preços de custo são os mesmos para produtos de distintas esferas da produção, nas quais se investem partes iguais de capital, por mais que possa diferir a composição orgânica desses capitais. No preço de custo desaparece para o capitalista a distinção entre capital variável e constante. O custo de uma mercadoria em cuja produção ele investe £100 é, para ele, sempre o mesmo, não importando se nela foi desembolsado $90c+10v$ ou $10c+90v$. Em todos os casos, ela lhe custa £100, nem mais nem menos. Os preços de custo são iguais para desembolsos iguais de capital em diferentes esferas, por distintos que possam ser os valores e os mais-valores produzidos.

E essa igualdade dos preços de custo representa a base da concorrência dos investimentos de capital, por meio da qual se forma o lucro médio (MARX, 2017, p. 188).

Voltando ao valor da mercadoria, essa se compõe de: preço de custo + mais-valor gerado no processo produtivo, que vai se diferenciar conforme a composição orgânica do capital, pois, se num capital total de £100, tem-se 90c+10v a uma taxa de mais-valor de 100%, gera-se menos mais-valor do que em uma composição orgânica de 10c+90v com a mesma taxa de mais-valor. O que significa dizer que onde a composição de capital possui uma elevada composição de capital variável, o mais-valor (trabalho não pago) será maior, sendo assim o valor da mercadoria será mais alto do que nas composições de baixo capital variável.

Contudo, o valor das mercadorias se converte em preços de produção, que seriam o preço de custo + preço de custo em relação ao lucro médio das diferentes esferas da produção (representados pela fórmula $k + kl'$), conformando a taxa geral de lucro ou o lucro médio. Considerando que os diversos ramos da produção capitalista se compõem de composições orgânicas diferenciadas, umas com maior capital constante, outras com maior capital variável (comparadas à composição orgânica média do capital), as taxas de lucro destes diferentes ramos são, portanto, variadas. Ocorre que na produção capitalista, avalia-se a produção em geral, não importando os ramos diferenciados, sendo as taxas de lucro reduzidas (ou ampliadas) à taxa geral de lucro ou, ao lucro médio que passará, junto com os preços de custo de uma mercadoria, a compor os preços de produção:

[...] Os preços que se formam extraindo a média das diferentes taxas de lucro das diversas esferas da produção e agregando-a aos preços de custo das diversas esferas da produção são os preços de produção. Seu pressuposto é a existência de uma taxa geral de lucro, e esta, por sua vez, implica que as taxas de lucro, tomadas isoladamente em cada esfera da produção, já se encontrem reduzidas a um número igual de taxas médias. Essas taxas de lucro particulares são, em cada esfera da produção, $= m/c$ e, [...] devem ser desenvolvidas a partir do valor da mercadoria. Sem esse desenvolvimento, a taxa geral de lucro – e, por conseguinte, também o preço de produção da mercadoria – seria uma ideia absurda e desprovida de sentido. O preço de produção da mercadoria equivale, pois, a seu preço de custo, acrescido do lucro a ele percentualmente adicionado – em correspondência com a taxa geral de lucro –, ou equivale a seu preço de custo mais o lucro médio (MARX, 2017, p. 192).

Portanto, vale ressaltar que a taxa geral de lucro é determinada pelas taxas de lucros particulares das diferentes esferas da produção e, também, se relaciona à grandeza do capital investido em cada esfera, que em última instância, é uma parte do capital social

total. Nesse sentido, pode-se afirmar que o lucro médio é formado a partir dos lucros de cada esfera da produção e com base na composição orgânica média de capital:

A taxa de lucro é, pois, a mesma em todas as esferas da produção, quer dizer, nivela-se em todas elas tendo como base a taxa de lucro que prevalece nessas esferas médias da produção, nas quais impera a composição média do capital (MARX, p. 207).

Compreendidas as questões sobre o preço de custo, preço de produção, retorna-se ao valor individual das mercadorias para a compreensão do valor de mercado e do preço de mercado.

Sendo o valor individual da mercadoria irá correspondente ao tempo de trabalho necessário para a constituição de mercadorias em cada esfera da produção, por valor de mercado pode-se considerar tanto o valor médio das mercadorias produzidas numa esfera de produção, quanto o valor individual das mercadorias produzidas sob condições médias dessa esfera e que forma a grande massa de seus produtos. Desta forma, o valor individual de uma mercadoria pode estar acima ou abaixo do valor de mercado, desde que a oferta de mercadorias satisfaça a demanda, cujas mercadorias são vendidas ao valor médio da massa de mercadorias.

Além disso, se uma massa de mercadorias foi produzida em condições sociais normais (majoritariamente), apesar de certo número de mercadorias terem sido produzidas acima e outra abaixo dessas condições normais, o valor de mercado será determinado pelas mercadorias produzidas em condições normais (médias) de produção. Se uma massa de mercadorias foi produzida em condições sociais desfavoráveis preponderantemente (não havendo compensação em relação às mercadorias produzidas em condições favoráveis), é esta massa produzida em condições desfavoráveis que irá regular o valor social (valor de mercado). Mas, se uma massa de mercadorias é produzida majoritariamente em condições favoráveis, esta é quem regula o valor de mercado.

A situação somente se modificaria se houvesse um desequilíbrio entre a oferta e a demanda, situação na qual as mercadorias seriam vendidas pelo seu preço e não pelo seu valor. Mas, como diz Marx (2017), oferta e demanda nunca coincidem. Então, por isso a

mercadoria é vendida pelo seu preço (que gravita acima, abaixo ou próximo ao valor de mercado) conforme a oferta e demanda⁶⁷ atua:

Evidentemente, as leis internas efetivas da produção capitalista não podem ser explicadas pelo efeito recíproco de oferta e demanda (abstraindo de uma análise mais profunda dessas duas forças motrizes sociais, que não cabe aqui), porquanto essas leis só aparecem realizadas em toda sua pureza no momento em que a oferta e a demanda cessam de atuar, isto é, quando coincidem. Com efeito, a oferta e a demanda nunca coincidem, ou, se o fazem, é de modo acidental, de maneira que se deve qualifica-las cientificamente como = 0, isto é, como se tal coincidência não existisse (MARX, 2017, p. 224).

Imprescindível ressaltar que oferta e demanda não coincidem; se isso se processa, as mercadorias poderão ser vendidas por seus valores de mercado.

Os preços de mercado gravitam sobre os valores de mercado. Desta forma, a oscilação dos preços levará em consideração a oferta das mercadorias, bem como a demanda por estas, dadas a partir dos valores de uso das mercadorias postas em movimento, visando atender às necessidades sociais postas em determinada sociedade.

A tendência é que haja compensação entre as esferas de produção a fim de equalizá-las às esferas de composição média. Essa equalização se dá pelo processo da concorrência, onde os capitalistas individuais buscam inovações para ampliar o capital constante em detrimento do capital variável – ainda que a níveis absolutos o capital variável permaneça o mesmo. Nesse processo da concorrência, há também a migração de uma esfera da produção para a outra que esteja obtendo uma massa de lucro maior que a sua. Segundo Marx (2017), esse processo de constante equalização das desigualdades entre as esferas de produção será mais rápido quanto mais mobilidade tenha o capital, tanto em relação à transferência de uma esfera da produção para outra, quanto em relação à mobilização da força de trabalho de um setor a outro.

Assim, a concorrência tem um papel importante para a criação de um valor de mercado e um preço de mercado que se equalizem, a partir dos diferentes valores individuais das mercadorias, pois a concorrência fixa os preços de produção e permite a equalização das taxas de lucro das diversas esferas da produção (MARX, 2017).

Pois bem, como já visto até aqui, a concorrência exerce um papel fundamental no processo de valorização do capital, pois ela instiga a busca por inovações na produção

⁶⁷ “Se, por um lado, a oferta e a demanda determinam o preço de mercado, por outro lado é o preço de mercado e, em última análise, o valor de mercado que determinam a oferta e a demanda” (MARX, 2017, p. 225).

que permitam ampliar o investimento no capital constante, aumentando o capital total e, por sua vez, aumentando a produtividade (quer dizer, produzindo mais mercadorias em menos tempo). Assim, no âmbito dos capitalistas individuais, a concorrência os leva ao investimento em capital constante, gerando uma massa de mercadorias maior, haja vista serem produzidas sob condições favoráveis. Na tentativa de sobrepujar seus concorrentes, o capitalista individual investe e logra êxito ao constatar que, por ter sido pioneiro no avanço tecnológico e investimentos em capital constante, produziu acima das condições médias de produção do capital social, com uma massa de mercadorias maior, mas com valor abaixo do valor médio. Contudo, quando realizada a mercadoria, obtém um lucro extra por ter conseguido colocar no mercado um número maior de mercadorias a valores menores, cujo preço de mercado girou em torno do valor de mercado das mercadorias produzidas sob condições médias ou sob condições desfavoráveis, obtendo assim, vantagens na realização das mercadorias.

A produtividade particular do trabalho numa esfera particular ou num negócio em particular no interior dessa esfera interessa unicamente aos capitalistas que deles participam diretamente, na medida em que possibilita a essa esfera particular a obtenção de um lucro extraordinário com relação ao capital total ou ao capitalista individual um lucro extraordinário com relação a sua esfera. Temos aqui, pois, a demonstração matemática exata de por que os capitalistas, apesar das desavenças que os separam no campo da concorrência, constituem, não obstante, uma verdadeira confraria maçônica diante do conjunto da classe trabalhadora (MARX 2017, p. 233).

Os capitalistas possuem interesses em comum, a valorização do capital e por isto se unem e se entendem, apesar da concorrência interna entre capitalistas individuais, ou entre capitalistas de determinados ramos da produção, ou entre capitalistas do setor agrário, industrial, financeiro ou até mesmo entre nações capitalistas.

Sendo assim,

Do que expusemos se depreende que o valor de mercado (e tudo o que foi dito sobre ele vale também, com as restrições necessárias, para o preço de produção) *inclui um lucro extra para os que produzem nas melhores condições em cada esfera particular da produção*. Excetuando os casos de crise e de sobreprodução, isso vale para todos os preços de mercado, por mais que possam divergir dos valores de mercado ou dos preços de produção do mercado, *pois o preço de mercado implica que se pague o mesmo preço por mercadorias da mesma espécie, ainda que tenham sido produzidas sob condições individuais bem diversas e, por conseguinte, possam ter preços de custo muito diferentes*. (Não falamos aqui dos lucros extras, que derivam de monopólios, artificiais ou naturais, no sentido usual da palavra) (MARX, 2017, p. 234, grifos nossos).

Realizadas as breves incursões a respeito das categorias marxianas de valor e preço, volta-se agora para o entendimento da dinâmica do capitalismo, em especial, do capitalismo dependente latino-americano: uma vez que os países centrais, com os mais modernos parques tecnológicos, produziam mercadorias em grandes quantidades, cujos valores se encontravam abaixo do valor médio social (haja vista terem sido produzidas em condições favoráveis às condições médias, isto é, uma massa de mercadorias maior foi produzida com um menor gasto de tempo de trabalho socialmente necessário), no intercâmbio de mercadorias, obtinha-se uma vantagem em relação aos países dependentes, já que estes produziam em condições desfavoráveis (com um gasto maior de tempo de trabalho necessário), sendo que o valor de sua mercadoria estava acima do valor médio social (valor de mercado). Como as mercadorias, geralmente, se intercambiam conforme os preços de mercado (lembrando que estes gravitam em torno do valor de mercado e são equalizados para os mesmos tipos de mercadoria, não importando como foram produzidas) este processo favorece àqueles capitais que produzem em melhores condições:

É assim como, por conta de uma maior produtividade do trabalho uma nação pode apresentar preços de produção inferiores a seus concorrentes, sem por isso baixar significativamente os preços de mercado que as condições de produção destes contribui para fixar. Isso se expressa, para a nação favorecida, em um lucro extraordinário, similar ao que constatamos ao examinar de que maneira os capitais individuais se apropriam do fruto da produtividade do trabalho (MARINI, 2011, p. 145).

Nesta disposição, há uma transferência de valor às nações industriais, isto é, aos países centrais, que possuem uma industrialização já consolidada e com grandes investimentos de capitais, obtendo um lucro extra desse processo de apropriação do mais valor extraordinário. Além disso, neste intercâmbio de mercadorias entre os países centrais e dependentes, os países centrais fornecem aos países dependentes produtos para a indústria nascente, enquanto os países dependentes exportavam matéria-prima e alimentos. Segundo Marini (2011), esse processo de trocas foi uma forma de iludir a lei do valor, já que em

[...] transações entre nações que trocam distintas classes de mercadorias, como manufaturas e matérias-primas -, o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. Isso implica

que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade. Neste último caso, a transferência de valor é dupla, ainda que não necessariamente apareça assim para a nação que transfere valor, já que seus diferentes provedores podem vender todos a um mesmo preço, sem prejuízo de que os lucros se distribuam desigualmente entre eles e que a maior parte do valor cedido se concentre em mãos do país de produtividade mais elevada (MARINI, 2011, p. 145).

Entende-se, no contexto marxiano, que quando Marini se refere às formas de iludir a lei do valor no processo de intercâmbio desigual entre países dependentes e centrais, que o mesmo se refere a uma das causas contra-arrestantes que Marx chama de comércio exterior, que será visto adiante.

Essa troca de mercadorias entre os países centrais e dependentes se dava de forma desigual, pois as mercadorias produzidas em condições de baixa composição orgânica do capital nos países dependentes (produtos com baixo valor agregado; primários) eram trocadas por mercadorias produzidas em condições favoráveis em relação à composição média de capital, constituindo assim uma vantagem em relação aos países dependentes, nos quais o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção das mercadorias era superior aos demais países centrais, cuja produtividade era elevada, gastando-se menos tempo de trabalho socialmente necessário em uma quantidade maior de mercadorias.

Assim, um valor de uso ou bem só possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato. Mas como medir a grandeza de seu valor? Por meio da quantidade de “substância formadora de valor”, isto é, medida por seu tempo de duração, sendo que o “tempo de trabalho possui, por sua vez, seu padrão de medida em frações determinadas de tempo, como hora, dia etc.” (MARX, 2013, p.116).

Para melhor entendimento da questão, vale ressaltar que tempo de trabalho socialmente necessário é ensejado pela força de trabalho social média que, por sua vez, equivale à força de trabalho conjunta da sociedade. Tempo de trabalho socialmente necessário “é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade” (MARX, 2013, p. 117). Portanto,

[...] é apenas a quantidade de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso que determina a grandeza de seu valor. A mercadoria individual vale aqui somente

como exemplar médio de sua espécie. Por essa razão, mercadorias em que estão contidas quantidades iguais de trabalho ou que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho tem a mesma grandeza de valor. O valor de uma mercadoria está para o valor de qualquer outra mercadoria assim como o tempo de trabalho necessário para a produção de uma está para o tempo de trabalho necessário para a produção de outra (MARX, 2013, p. 117).

Assim, a quantidade de tempo de trabalho socialmente gasto para se fazer uma mercadoria vai culminar no valor dessa mercadoria, como já visto. Com base nisso, se pode pensar em certo ramo da atividade econômica, cuja composição orgânica do capital é baixa, o que significa que a produtividade é menor e demandará uma quantidade de tempo de trabalho maior para a produção de certa massa de mercadorias. O ramo da atividade econômica que produz em condições desfavoráveis, conseqüentemente obterá uma desvantagem na troca das mercadorias, pois sua produtividade é menor, isto é, produz menos com um gasto maior de tempo de trabalho socialmente necessário.

Em resumo, as condições de produção nos países dependentes que tinham uma composição orgânica baixa e produzia mercadorias obtendo menor produtividade em comparação aos países centrais, intercambiava com esses que produziam mercadorias com maior valor agregado, cuja produtividade era maior por conta do seu progresso técnico e da industrialização avançada, considerando-se a vantagem inicial das economias centrais em relação aos países dependentes:

A diversidade do grau de desenvolvimento das forças produtivas nas economias que se integram ao mercado mundial implica diferenças significativas em suas respectivas composições orgânicas do capital, que apontam para distintas formas e graus de exploração do trabalho. À medida em que o intercâmbio entre elas vai se estabilizando, tende a se cristalizar um preço comercial cujo termo de referência é, mais além de suas variações cíclicas, o *valor das mercadorias* produzidas. Em consequência, o grau de participação no valor global realizado na circulação internacional é maior para as economias de composição orgânica mais baixa, ou seja, para as economias dependentes. Em termos estritamente econômicos, as economias industriais se defrontam com essa situação recorrendo a mecanismos que tem como resultado extremo as diferenças iniciais em que se dava o intercâmbio. É assim como lançam mão do aumento da produtividade, com o fim de rebaixar o valor individual das mercadorias em relação ao valor médio em vigor e de elevar, portanto, sua participação no montante total de valor trocado. (MARINI, 2011, p. 177, grifos nossos).

Assim, quando os países dependentes enviam ao mercado externo os seus produtos, eles obtêm uma participação menor no valor global realizado durante o processo de circulação do mercado internacional, haja vista que as economias industriais produzem em melhores condições, lançando mão da elevação da produtividade e da produção com

base no mais valor relativo, sobrepujando os seus concorrentes, no caso em tela, os países dependentes, deslocando o intercâmbio do valor para a troca desigual através dos preços de produção, obtendo assim vantagem e um mais-valor extraordinário.

Em suma, para fazer frente aos países dependentes, os países centrais lançam mão da elevação da produtividade, produzindo uma maior massa de produtos a serem realizadas (embora com valor social baixo em relação ao aumento da produtividade), mas orquestradas pelo valor médio de mercado. No intercâmbio, os países dependentes não reagem a essa situação, recorrendo então à superexploração da força de trabalho para repor o mais-valor transferido nesse processo, mediante sua incapacidade estrutural de fazer frente às economias centrais, cuja estrutura vantajosa se sobreporá na vigência do capitalismo mundial, ainda que as economias dependentes, por meio da concorrência⁶⁸, tentem alcançar o capital total acumulado nas economias centrais.

Em toda essa dinâmica, as economias centrais perceberam um ponto importante, que levantou o interesse em investir nos países dependentes, haja vista que nesses, a queda da taxa de lucro é contra-arrestada pela superexploração da força de trabalho, gerando uma massa maior de mais-valor.

A resposta do capitalismo dependente à queda da taxa de lucros nesse processo, causada inicialmente pela deterioração dos termos de troca, foi o de recorrer a uma intensificação do uso da força de trabalho, bem como ampliar a jornada de trabalho sem a reposição salarial devida e, ainda, realizar o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor, ao contrário dos países centrais, que elevam ainda mais sua produtividade visando contrapor-se a esta tendência de queda dos lucros, além de buscar a base da extração do mais-valor via mais-valor relativo, isto é, baixando o valor do capital variável e, por sua vez, o tempo de trabalho necessário, o que permitiu cada vez mais investimentos no capital constante, elevando a produtividade e possibilitando fazer frente à concorrência no âmbito do capitalismo mundial.

A estratégia das economias dependentes – de recorrer à superexploração da força de trabalho - angariou interesses dos países centrais, que começaram a exportar capitais para aqueles. Entende-se que esta exportação de capitais às nações dependentes seriam

⁶⁸ Sobre a questão, Marini (2012) coloca que as condições geradas na primeira fase de circulação vai influenciar a esfera da produção: se na primeira fase da circulação se tem uma composição orgânica alta, o capital de composição orgânica baixa já está em desvantagem no caso de tentar alcançar o capital de composição alta, pois, se o de composição baixa tentar investir para alcançar o de composição alta, este tem condições de, imediato, lhe dar uma contra resposta, haja vista que já iniciou todo o processo com vantagens.

também, assim como a superexploração da força de trabalho nos países dependentes, uma das leis contra-arrestantes colocadas por Marx (2017), que via no comércio exterior a possibilidade de contra-arrestar a lei tendencial da queda da taxa de lucros⁶⁹, a partir do comércio entre nações mais desenvolvidas e outras ainda em estágios iniciais da produção capitalista, quer dizer:

Os capitais investidos no comércio exterior podem produzir uma taxa de lucro mais elevada porque nesse caso, em primeiro lugar, compete-se com mercadorias produzidas por outros países, com menos facilidades de produção, de modo que o país mais avançado vende mercadorias acima de seu valor, embora mais baratas que os países concorrentes. Na medida em que aqui o trabalho do país mais adiantado se valoriza como trabalho e maior peso específico, aumenta a taxa de lucro ao vender-se como qualitativamente superior o trabalho que não foi pago como tal. O mesmo pode ocorrer no caso de um país ao qual se enviam mercadorias e do qual se levam mercadorias; a saber, que tal país forneça trabalho objetivado *in natura* numa quantidade maior do que a que recebe e que, apesar disso, obtenha a mercadoria por um preço menor do que se ele mesmo a produzisse. É exatamente como o fabricante que, utilizando um novo invento antes que este se generalize, vende mais barato que seus competidores e, não obstante, vende sua mercadoria acima do valor individual, isto é, que valoriza como mais-trabalho a força produtiva especificamente mais elevada do trabalho por ele empregado. Ele realiza, assim, um lucro extra (MARX, 2017, p. 277).

A exportação de capitais também se relaciona à passagem do capitalismo industrial à etapa imperialista, servindo para que as economias dependentes elevem gradativamente a composição orgânica do capital e a produtividade do trabalho, lançando mão da superexploração do trabalho para conter a queda da taxa de lucro proveniente desse contraditório processo. Este capital estrangeiro, que possibilitou o avanço da indústria e a concretização de serviços básicos, também foi instrumento para realizar a transferência de lucros para os países centrais:

A transferência de lucros e, conseqüentemente, de mais-valia para os países industriais aponta no sentido de formação de uma taxa média de lucro em nível internacional, liberando, portanto, o intercâmbio de sua dependência estrita em relação ao valor das mercadorias; em outros termos, a importância, que, na etapa anterior, tinha o valor como regulador das transações internacionais, cede progressivamente lugar à primazia do preço de produção (o custo de produção mais o lucro médio, que, como vimos, é inferior à mais-valia, no caso dos países dependentes) (MARINI, 2011, p. 179).

⁶⁹ O que não quer dizer alterar a lei do valor, mas enfraquecer seus efeitos (MARX, 2017).

Essa exportação de capitais⁷⁰ para as economias dependentes vai potencializar também a elevação orgânica do capital e possibilitar um deslocamento⁷¹ no eixo de acumulação dos países dependentes para a indústria, ou seja, o período compreendido entre 1930 e 1950, caracterizado pela substituição de importações, foi o período em que a industrialização, que timidamente avançava em início do século XX, deslocou o eixo de acumulação da agricultura para a indústria. Segundo Martins (2011, p. 297):

Ela [a industrialização] se origina do aumento da composição técnica de capital dos segmentos vinculados à produção exportadora, mas, principalmente, do combate à deterioração dos termos de troca através do recurso à inflação e à desvalorização como instrumentos que o Estado utiliza para absorver os excedentes produzidos pela burguesia agroexportadora, garantindo os preços de suas mercadorias. Essas políticas públicas criam um ambiente de proteção ao mercado nacional. Nos momentos de crise elas se agudizam e permitem aos países dependentes enfrentarem provisoriamente suas crises de divisas, substituindo a importação de bens de consumo leves, destinados em sua maior parte ao consumo das burguesias latino-americanas, pela importação dos insumos produtivos necessários para produzi-los internamente.

Segundo Traspadini (2016, p. 75), há aqui um “processo de conexão direta com a fase do imperialismo clássico, palco de primazia hegemônica do capital financeiro monopolista”. A existência de uma política interna de proteção ao mercado favorecerá o avanço da indústria, cujo capital estrangeiro tem papel essencial, contribuindo no processo de elevação da produtividade, por meio da aquisição de maquinário e tecnologia. Contraditoriamente, a elevação do capital constante nesse processo levará a uma queda da taxa de lucro, repostada pela superexploração da força de trabalho, como já visto.

Mas, se o lucro, que provém do mais-valor, que por sua vez provém do mais trabalho do trabalhador, por que o investimento em alta tecnologia e maquinários mais modernos?

⁷⁰ [o capital estrangeiro]... pode se apresentar basicamente sob duas formas: como investimento direto, quando de maneira exclusiva ou compartilhada (ou seja, associada) o capitalista estrangeiro investe diretamente na economia dependente, detendo a propriedade total ou parcial do capital produtivo a que o investimento deu lugar e apropriando-se diretamente da mais-valia total ou parcial ali gerada; e como investimento indireto, quando o capital estrangeiro se coloca à disposição dos capitalistas internos (nacionais e estrangeiros), sob a forma de empréstimos e financiamentos, contratados diretamente com os capitalistas receptores ou com o Estado, que os redistribui a estes ou os integra a seu próprio investimento (MARINI, 2012, p. 25).

⁷¹ “[...] É apenas quando a crise da economia capitalista internacional, correspondente ao período compreendido entre a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, limita a acumulação baseada na produção para o mercado externo que o eixo da acumulação se desloca para a indústria, dando origem à moderna economia industrial que prevalece na região [das economias dependentes]” (MARINI, 2011, p. 159).

[...] O capitalista que emprega métodos de produção aperfeiçoados, mas ainda não generalizados, vende abaixo do preço de mercado, porém acima de seu preço de produção individual; isso faz com que a taxa de lucro aumente para ele até que a concorrência se encarregue de equalizá-la; durante esse período de equalização se cumpre o segundo requisito, que consiste no aumento do capital investido; segundo o grau desse aumento, o capitalista poderá, sob as novas condições, empregar uma parte da massa de trabalhadores anteriormente empregada e inclusive a massa inteira ou uma massa ainda maior, produzindo assim uma massa de lucro igual ou maior que antes (MARX, 2017, p. 269).

Ou seja, o investimento em tecnologia economiza força de trabalho, bem como possibilita a produção de uma massa maior de mercadorias a valores menores, haja vista que o desgaste do capital fixo investido na produção se dissipa aos poucos durante o processo produtivo, sendo que seu período de rotação é mais rápido pois joga no mercado muitas mercadorias de uma só vez (sendo o valor do seu desgaste lançado aos poucos, à medida em que deprecia durante todos as rotações da produção).

O investimento em capital variável, impossibilita uma alta produção, ainda que se empregue a intensificação do trabalho. Isso porque só existe uma elevação da produção a partir do momento em que consegue se produzir mais mercadorias em menos tempo, o que é possível com o avanço das forças produtivas do trabalho, e esta, por sua vez, se dá aumentando o capital constante e, conseqüentemente, o capital total. Se há um aumento do capital constante em relação ao capital variável, consegue se produzir uma maior quantidade de mercadorias com menor quantidade de trabalho vivo, o que também leva a uma queda da taxa de lucros, haja vista que a massa de mais-valor criada em relação ao capital total será menor:

Ao aumentar a produtividade da indústria, diminui o preço da mercadoria individual. Nesta está contido menos trabalho, tanto pago como não pago. Suponhamos que o mesmo trabalho produza, por exemplo, o triplo de produto; nesse caso, a cada produto corresponderá uma quantidade $\frac{2}{3}$ menor de trabalho. E, como o lucro só pode representar uma parte dessa massa de trabalho contida em cada mercadoria, a massa de lucro por mercadoria individual terá necessariamente de diminuir, e o mesmo ocorrerá, dentro de certos limites, no caso de um aumento da taxa do mais-valor. Em todos os casos, a massa de lucro correspondente ao produto total não cairá abaixo da massa de lucro originária, desde que o capital empregue a mesma quantidade de trabalhadores que antes, com o mesmo grau de exploração (isso também pode ocorrer quando se empregam menos trabalhadores com um grau maior de exploração). Pois na mesma proporção em que diminui a massa de lucro por produto individual, aumenta o número dos produtos. A massa de lucro permanece a mesma, mas se distribui diferentemente entre a soma das mercadorias; e isso não altera em nada as proporções em que a quantidade de valor criada pelo trabalho novo agregado se distribui entre trabalhadores e capitalistas. Empregando-se a mesma massa de trabalho, a massa de lucro só sobe se aumentar o mais-trabalho não pago ou, mantendo-se constante o grau

de exploração do trabalho, se aumentar o número de trabalhadores. Ou, ainda, se concorrerem ambos os fatores (MARX, 2017, p. 267).

Em linhas gerais, a solução apontada ao problema da queda da taxa de lucro nas economias dependentes foi na contramão dos países centrais; a burguesia nacional brasileira adotou outra saída para os problemas econômicos do sistema vigente: a lei contra-arrestante da superexploração da força de trabalho (ao invés, por exemplo, de traçar o caminho à transição do mais-valor absoluto ao relativo, por exemplo); e nos países centrais, ao contrário, acirraram a concorrência, obtendo no comércio exterior a extração de valor dos países dependentes.

A substituição de importações, um novo período na fase do capitalismo dependente, que foi possível com uma série de políticas públicas e com a remessa de capitais estrangeiros que passaram a orbitar as economias dependentes, incidiu em elaborar internamente, os bens de consumo que os capitalistas importavam dos países centrais, passando agora a importar somente os insumos e as tecnologias necessárias a esse processo, fazendo com que o mercado interno passasse a produzir não mais para fora, mas para certos nichos do mercado interno, isto é, os capitalistas, sem se preocupar com o consumo da classe trabalhadora. E ainda, importante lembrar que a substituição de importações também foi produto de um processo contraditório; em decorrência da crise de 1929 nos Estados Unidos, crise esta que afetou vários países, inclusive o Brasil, com quem mantinha relações comerciais importantes, foi necessário romper o fluxo de exportações e importações realizadas, sendo que o Brasil foi impelido à concentrar energias no mercado interno e à impulsionar sua indústria diante da grave crise capitalista em questão.

A essa fase do capitalismo dependente, denominada por Marini de “O novo anel da espiral”, proveniente de uma nova expansão industrial e de uma nova divisão internacional do trabalho, modificou a composição das importações das economias dependentes, como visto. Então, mediante a dificuldade de importações, foi necessário e importante o investimento direto estrangeiro no financiamento da indústria (MARINI, 2011).

A formação de um mercado interno voltado ao consumo suntuário - cujos setores voltados a esse tipo de produção obtinham maior tecnologia, conformado por composições orgânicas elevadas – que no processo de concorrência interna intersetorial, obtinham o mais-valor extraordinário de setores de composição orgânica mais baixas

(setor de consumo de bens-salários, voltados aos trabalhadores), passou a ser a tônica da industrialização a partir deste ponto. A estrutura produtiva aqui era canalizada para duas direções: voltada para um mercado interno e seletivo, que investia na produção de bens de consumo duráveis, e em outra direção, desenvolvia sua produção voltada para exportação de produtos primários e industrializados, isto devido ao aprisionamento proveniente de uma dependência estrutural.

Desde a industrialização, passando pelo governo Juscelino Kubitschek e pela ditadura militar, houve um enorme crescimento da economia brasileira (embora com alguns momentos de arrocho), mas que somente foi possível por meio da superexploração da força de trabalho. O padrão de acumulação vigente aqui foi o fordista, mas sem que se atrelasse à produção em massa a visão do consumo em massa: aqui a produção era voltada para mercados seletos e para a exportação, ou seja, a maior parte da população brasileira nem tinha acesso aos bens produzidos. E também não ocorreu, como nos países desenvolvidos, a vinculação do regime fordista com um Estado que permitisse políticas sociais mais abrangentes, embora Vargas tenha iniciado, com a CLT, o gradativo desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. Embora isto tenha ocorrido, não foi de forma (quase) universal como no Estado de Bem-Estar Social dos países desenvolvidos.

Além do mercado interno voltar-se para o consumo suntuário (consumo dos capitalistas) em sua maioria acachapante, sua associação às economias monopólicas fundamentou a restrição do capital variável na estrutura produtiva, que

[...] manifesta-se no crescimento do exército industrial de reserva, que é impulsionado pelo forte aumento da produtividade associado às novas tecnologias, criando as bases econômicas para o avanço da superexploração (MARTINS, 2011, p. 298).

Marini chamou a atenção para este fato: nas economias dependentes, existe um desequilíbrio entre os subsetores voltados ao consumo dos capitalistas e aqueles voltados ao consumo dos trabalhadores. Neste ponto, faz-se prudente abrir espaço para a explicação dos esquemas de reprodução de Marx para o entendimento de sua aplicação e importância nos estudos das economias dependentes, visando a compreensão desse desequilíbrio entre os subsetores:

Esos esquemas cobraron gran actualidad por dos ocasiones en el desarrollo del marxismo, dando lugar a polémicas enconadas, que aún hoy suscitan confusión. En nuestro caso, es decir, en su aplicación a las economías

dependientes, su importancia adviene de una razón concreta: el notable desequilibrio intersectorial que se observa en dichas economías, expresado en la tendencia al crecimiento desproporcionado de la producción de artículos suntuarios respecto a la de medios de producción y de bienes de consumo necesario, desequilibrio que se combina con el predominio en la producción suntuaria de capital extranjero y, por ende, de tecnología superior a la media, estructuras monopólicas y manipulación de precios (MARINI, 1979, p.19).

Marini (1979) resalta a importância de se estudar os esquemas de reprodução simples e ampliada do capital⁷², pois ele afirma a veracidade de um desequilíbrio nas economias dependentes que é expresso na tendência do crescimento desproporcional dos artigos suntuários (consumo do capitalista) se comparado a bens salário (consumo dos trabalhadores). Partindo de Marx (2014), Marini (1979), resalta que, no livro II de O Capital, há dois grandes setores da produção que seriam: setor I, que produz os meios de produção, o setor II, que produz os meios de consumo, sendo que este se subdivide em IIa - consumo de bens-salário, consumo dos trabalhadores - e IIb – bens de consumo suntuário, consumo dos capitalistas). Marini (1979), por sua vez, refere que há um desequilíbrio intersectorial nas economias dependentes, onde há maior investimento de capital estrangeiro e mais tecnologia de produção no subsetor IIb.

O investimento no subsetor IIb (bens de consumo suntuário) com alta tecnologia, permite a restrição do capital variável à favor do capital constante. Relevante frisar que, caso a produtividade se concentre somente em setores de consumo suntuário (IIb) ou no setor I que produz para o IIb, o mais-valor extraordinário deixa de operar ao nível dos capitalistas individuais para situar-se a nível de transferências intersectoriais:

[...] si el aumento de productividad queda circunscrito al subsector IIb o a las ramas del sector I que produzcan sólo para este, la plusvalía extraordinaria deja de ser un factor de transferencia y de mayor explotación del trabajo que opera a nivel de capitalistas individuales, para situarse a nivel de las transferencias de valor intersectoriales y de las relaciones de distribución en el conjunto de la economía. Como veremos, esto solo es verdadero si consideramos el problema a la luz de la teoría de la plusvalía, es decir, si tomamos a la producción capitalista en tanto que proceso inmediato de producción (MARINI, 1979, p. 14)

O subsetor IIb e I (que produz para IIb) podem sustentar a generalização do progresso técnico e intensificação do trabalho em busca do mais-valor extraordinário até

⁷² Marini (1979) resalta que Marx deixa, aqui, o ponto de vista do capital individual para focar no capital social, que o objeto dele não é o capital individual que produz a massa de mercadorias, mas sim o capital social total que está em circulação, o que inclui a análise das mercadorias para o consumo individual.

certo ponto, pois a perda *relativa* da participação do capital variável na estrutura produtiva, gerada pelo aumento da produtividade ou intensidade, forneceria a demanda para a maior oferta de produtos suntuários. Isto é, não há problema em reduzir relativamente o capital variável nesse contexto, pois, quem compra IIb é o capitalista; a redução do capital variável gera maior composição orgânica do capital, elevando a produtividade, gerando mais-valor e destinando o mais-valor improdutivo (voltado ao consumo dos capitalistas) à compra de produtos de IIb.

Já no subsetor IIa, não é possível a generalização do progresso técnico, pois a massa de valor representada pelo capital variável entra em contradição com o progresso técnico e/ou elevação da intensidade do trabalho, que são necessários para obtenção do mais-valor extraordinário no ramo. E, as mercadorias de bens-salário, se houvesse progresso técnico no subsetor IIa, geraria uma maior massa física de produtos que não teria como se realizar, pois não teriam consumidores, haja vista que quem consome IIa são os trabalhadores. Em resumo: não se pode elevar muito o capital orgânico de IIa, pois isso geraria uma grande quantidade de produtos sem consumidores, pois quem consome IIa são os trabalhadores; o capital variável de I+IIb é menor, pois o subsetor IIb possui tecnologia avançada para a produção de bens suntuários.

Marini (1979) aponta ainda as tendências provenientes das consequências da hipertrofia de IIb nas economias dependentes, que são: a) incremento de mais-valor do setor I (meios de produção), pois se aumentar o mais-valor aqui, aumenta-se a produtividade e a massa de valores de uso (pode haver aumento de massa de mercadorias com redução de valor); investe-se na produtividade e cai o valor da mercadoria; b) incremento de capital constante em IIa e IIb (bens-salário e bens de luxo): demonstra que a sustentabilidade de IIb é maior que em IIa. Em países dependentes, IIb se hipertrofia e o processo de acumulação no setor II passa a ser via produção de capital constante; c) melhora-se o setor de meios de produção (I), que afeta o setor II, que também melhora sua produção. Produz-se mais bens de consumo necessário e mais bens de luxo. Se o mercado não realiza esses valores, não há consumo do que está sendo oferecido, culminando em superprodução; portanto, tem que expandir o mercado, senão o preço cai.

Disso infere-se, uma vez mais, que há uma hipertrofia no subsetor IIb nas economias dependentes, processo que é diferente nos países centrais onde há um equilíbrio entre os subsetores IIa (e I que produz para esse) e IIb (e I que produz para esse), sendo que o trabalhador participa do processo de consumo. A isso que Marini

denomina ruptura do ciclo do capital. Seria então, necessário nos países dependentes, a reorientação do processo de acumulação interna, “interesse” não demonstrado em tais economias.

A economia clássica se baseou em um sistema de produção capitalista e em um mercado interno capitalista, processo esse que não ocorreu nas economias dependentes, isto é, o mercado interno não se desenvolveu, resultando em uma massa gigantesca de pessoas fora do mercado, o que impossibilitou uma dinâmica capitalista aqui, já que a formação do mercado interno significa mercantilização do trabalho, subsunção real do trabalho ao capital, que é uma fase superior do capitalismo (não vivenciada nos países dependentes).

O fato de não se investir no subsetor IIa, leva a que a produtividade no subsetor não aconteça, ao mesmo tempo em que não se concretiza o barateamento dos bens-salário, isto é, da cesta de consumo dos trabalhadores. E ao não baratear o valor da força de trabalho, o custo de produção se eleva, sendo a única saída lançar mão de uma das causas contra-arrestantes, a superexploração da força de trabalho, que em última instância, serviu para repor as perdas obtidas com a transferência de valor para aqueles setores cuja composição orgânica do capital é maior.

Essa é uma característica que leva a afirmar que não existe extração de mais-valor relativo nas economias dependentes já que, para esta acontecer, se torna necessário o barateamento do valor da força de trabalho; o que se faz por aqui é pagar o valor da força de trabalho abaixo do seu valor e não baratear os custos dos bens que conformam a cesta de produtos necessários ao trabalhador para manter sua reprodução. Ou seja, o salário, pago abaixo do valor da força de trabalho⁷³, não se faz suficiente para o trabalhador ter acesso aos bens-salário.

Assim, onde a composição orgânica é alta no subsetor IIa e no subsetor I que produz para o IIa, o mais-valor relativo tem condições de se realizar, pois, em uma mesma jornada de trabalho, por conta do investimento tecnológico, consegue-se produzir mais mercadorias⁷⁴ no mesmo tempo, com a diferença de que o tempo de trabalho necessário

⁷³ Marx (2004, p. 62) coloca que, “[...] o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência requeridos para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho”, considerando ainda as exigências de cada tipo de trabalho, bem como as diferenças de produção e as diferenças nacionais que vão impor ao trabalhador o uso maior ou menor de mercadorias necessárias ao seu consumo e ao de sua família.

⁷⁴ Segundo Marx (2014), os dois grandes setores da economia são: I – meios de produção e II – meios de consumo. Enquanto o capital circula sob a forma de mercadoria, este apresenta-se sob três categorias: bens

para o trabalhador obter seus meios de subsistência, diminui. Em outras palavras, o mais-valor relativo só se realiza de fato, quando os investimentos na produção se dão, em equilíbrio, também no setor de bens de consumo (setor IIa) ou no setor I que produz para o setor IIa, obtendo assim, uma diminuição no valor da força de trabalho, haja vista que o investimento nesses setores incidirá em uma produção maior de bens de consumo necessário ao trabalhador e, conseqüentemente, barateará os custos do valor da força de trabalho.

O desequilíbrio entre os subsectores na economia dependente brasileira pode ser caracterizado no processo da industrialização brasileira, em que houve investimento maciço de capital estrangeiro no mercado interno, sendo até 1970 predominante o investimento direto e a partir desta data, o investimento indireto (MARINI, 2012). Tais empresas que detinham capital estrangeiro exclusivamente ou cujo capital mesclava capital interno e estrangeiro, tinham acesso mais direto à tecnologia implícita nos meios de produção, o que ocasionava uma maior produtividade em relação aos demais setores, gerando ainda uma massa maior de mercadorias que, ao serem realizadas, remetiam o lucro proveniente desta realização ao exterior.

No que tange à acumulação interna de capital, as economias dependentes necessitam gerar mais valor, mais excedente, para que o processo de acumulação interna se conclua. E isto não foi realizado por outro meio de incremento da sua capacidade produtiva, mas sim por meio da superexploração do trabalho. Marini (2012, p. 35) explica esse processo:

[...] poderíamos dizer que o ciclo do capital na economia dependente se caracteriza por um conjunto de particularidades. Entre elas, o papel que joga o capital estrangeiro na primeira fase da circulação, tanto sob a forma dinheiro como sob a de mercadoria, assim como o fato de que a produção determina transferências de mais-valia (que se farão visíveis na segunda fase da circulação), fixa a mais-valia extraordinária e se desenvolve sobre a base da superexploração do trabalho. Esses fatos levam à concentração do capital e à monopolização precoce, ao mesmo tempo que divorciam a estrutura de produção das necessidades de consumo das massas. A distorção na distribuição de renda que daí se origina dinamiza, na segunda fase da circulação, o setor do mercado capaz de sustentar o desenvolvimento dos ramos de produção suntuária, forçando o agravamento dessa distorção à medida que tais ramos aumentam sua produção e demandam mais mercado. Os limites com que se choca essa segunda fase da circulação, tanto pela transferência de mais-valia ao exterior como pela deformação da estrutura da renda interna, empurram-na em direção ao exterior, levando-a a buscar a realização de partes das

de consumo necessário ao trabalhador, representado pelo setor IIa, meios de consumo suntuário (IIb) e bens de capital (I).

mercadorias no mercado mundial, com o que se fecha o círculo da dependência do ciclo do capital com relação ao exterior.

A condição de país dependente marca uma profunda troca desigual no processo de circulação do capital, onde os valores produzidos na periferia são transferidos e acumulados nos países do centro, relações estas que são tradicionais e baseadas na relação dominante e imperialista de nações hegemônicas. Isto é, o excedente criado nos países da periferia é transferido para os países desenvolvidos e para compensar tal transferência, intensifica-se a exploração do trabalho, já que os excedentes criados em países periféricos não são advindos de investimento em tecnologias e outros, mas da intensificação e exploração da força de trabalho (MARINI, 2011; AMARAL, 2009). Assim, “o efeito do intercâmbio desigual é – na medida que coloca obstáculos à sua plena satisfação – o de exacerbar esse afã de lucro e agudizar, portanto, os métodos de extração do trabalho excedente” (MARINI, 2011, p. 149).

A respeito da superexploração da força de trabalho, esta será abordada com mais ênfase a partir do próximo tópico. Entretanto, necessário frisar que a incompetência da burguesia nacional em tomar para si o processo de produção capitalista, visando potencializar o seu mercado interno, levou a uma única saída viável e encontrada por eles. Ao invés de fazer frente ao capital e aplicar mecanismos que pudessem frear a drenagem do mais-valor criado para as economias centrais, a burguesia nacional apresenta como alternativa a superexploração do trabalho, como forma de compensação do mais-valor drenado ao exterior.

O capitalismo, sistema intrinsecamente contraditório, não pode prescindir do movimento sem tréguas para a ampliação da acumulação de capital. Assim, importante ressaltar que todo o processo colocado acima foi concomitante a crises cíclicas, sendo uma das mais intensas a crise de 1970⁷⁵, que reorganizou a produção para a contenção da queda da taxa de lucros.

O desequilíbrio das economias dependentes que passaram a investir em consumo suntuário, viam seus mercados restritos internamente, pois estes bens não faziam parte do consumo dos trabalhadores, somente dos capitalistas e classes médias que poderiam

⁷⁵ “En economía, los grandes cambios son fruto de calamidades naturales o sociales. La guerra, desde luego, y las plagas también. El capitalismo añadió una que le es peculiar: las crisis periódicas. En cualquiera de sus formas, esas catástrofes provocan la centralización de los medios de trabajo, eliminan de paso los menos eficientes y reducen la fuerza de trabajo mediante la destrucción o expulsión de las actividades productivas, al tiempo que promueven el empleo más intensivo y/o extensivo de la fracción trabajadora que permanece en actividad” (MARINI, 2008, p. 253).

consumi-las. A solução seria obter novos mercados externamente, o que era propiciado por esta nova etapa posta pela globalização, que dialogava e não prescindia do processo de mundialização do capital, além de apresentar como via de solução as fusões e compras de ações empresariais:

[...] a fase de mundialização do capital não pode ser dissociada do modo pelo qual os grupos industriais procuraram afrouxar as restrições em três níveis – o do crescimento dito “externo” (via aquisições e fusões), que permite adquirir rapidamente fatias de mercado, o da ruptura das relações fordistas com os assalariados e aquele da internacionalização crescente (CHESNAIS, 1995, p. 8).

O capital monopolista tem papel fundamental nesta fase, neste contexto de crise, onde foi fortemente apoiado pelo Estado, que tratou de assegurar as formas de dominação, concretizando a ofensiva contra-revolucionária por meio de aparatos ditatoriais, visando assegurar a “continuidade do padrão de desenvolvimento dependente e associado”, nos dizeres de Netto (2011, p. 27), porém readequado para atender às exigências do grande capital e dos monopólios imperialistas. A ditadura veio então garantir a expansão capitalista que não prescindia das economias dependentes para efetivar e garantir sua perpetuação sob novas roupagens, agora, através da intensificação dos monopólios que vão aperfeiçoar drenagem do mais-valor gerado em países dependentes para a acumulação dos países centrais.

O capitalismo monopolista engendra também uma imbricação de diversos tipos de capitais, buscando obter a elevação do mais-valor em todos os segmentos. Isto explica os motivos do capital financeiro estar aos poucos se arraigando ao capital industrial: buscando vencer a concorrência intercapitalista, os diversos capitais de setores diferentes se unem para obter maior parte do mais-valor gerado pelo processo produtivo:

A mundialização da economia está ancorada nos grupos industriais transnacionais, resultantes de processos de fusões e aquisições de empresas em um contexto de desregulamentação e liberalização da economia. Esses grupos assumem formas cada vez mais concentradas e centralizadas do capital industrial e se encontram no centro da acumulação. As empresas industriais associam-se às instituições financeiras (bancos, companhias de seguros, fundos de pensão, sociedades financeiras de investimentos coletivos e fundos mútuos), que passam a comandar o conjunto da acumulação, configurando um modo específico de dominação social e política do capitalismo, com o suporte dos Estados Nacionais (IAMAMOTO, 2012, p. 108).

Além desse movimento de reorganização da produção sob novas bases, as contra-tendências para se evitar a queda tendencial da taxa de lucros mostrou na mundialização⁷⁶ do capital a sua saída, conjugada posteriormente com um processo amplo de abertura dos mercados externos para a concorrência capitalista mundial: a globalização, tida como uma nova e excludente fase histórica do sistema capitalista:

El proceso mundial a que ingresamos a partir de la década de los ochenta, y que se [...] caracteriza por la superación progresiva de las fronteras nacionales en el marco del mercado mundial, en lo que se refiere a las estructuras de producción, circulación y consumo de bienes y servicios, así como por alterar la geografía política y las relaciones internacionales, la organización social, las escalas de valores y las configuraciones ideológicas propias de cada país. La globalización se trata, sin duda, de la transición a una nueva etapa histórica, cuyos resultados apenas empiezan a ser vislumbrados, y de modo ciertamente insuficiente, dado que apenas comienza, dejando todavía fuera de su alcance a la mayoría de la población de África, porciones considerables de Asia e incluso parte de nuestra América Latina. Pero, en su movimiento envolvente, ha establecido ya avanzadas en todo el planeta (MARINI, 2008, p. 247).

Marini (2008) aborda quatro aspectos importantes desse processo de globalização, que seriam: o tamanho considerável da população envolvida no processo de desenvolvimento capitalista, a aceleração do tempo histórico, a enorme capacidade de produção e a rapidez e profundidade destas transformações. Uma grande massa populacional passou a fazer parte desse processo de desenvolvimento, com todos os seus revezes, possibilitando a aceleração da transformação e transição de modos de produção distintos, que culmina em um desenvolvimento sem parâmetros das forças produtivas, capazes de produzir mercadorias necessárias e suficientes para o abastecimento de todo o contingente populacional, demarcando transformações profundas no modo de viver e nas relações sociais passadas, presentes e futuras. A era da informação, que associada a estes aspectos, possibilita que o conhecimento se apresente a todos os cantos do mundo, além da possibilidade de intercâmbio de tecnologias marcam essa nova fase.

⁷⁶ “O uso da expressão “mundialização do capital” denuncia uma filiação teórica que corresponde àquela dos estudos franceses dos anos 70, de inspiração marxiana, sobre a internacionalização do capital. Pode-se enriquecer a abordagem com a contribuição de trabalhos anglo-saxões sobre a “produção internacional”, a “internalização dos custos de transação”, a economia das mudanças técnicas e a teoria das formas de mercado (o oligopólio internacional). Deve-se também atualizar essa abordagem, de modo a integrar a força crescente que o capital dinheiro adquiriu nos anos 85 e 95. A escolha da expressão “mundialização do capital” reflete várias prioridades metodológicas que nem todas essas correntes partilham. A mais importante diz respeito ao postulado central de filiação clássica (Smith, Ricardo, Marx) quanto à anterioridade e predominância *do investimento e da produção em relação à troca*. Uma outra diz respeito à atenção dedicada, na tradição marxiana, ao processo de centralização financeira e de concentração industrial do capital, no plano nacional tanto quanto no plano internacional, sendo a expressão mais visível disto os bancos e os grupos que mantêm fundos mútuos e fundos de pensão” (CHESNAIS, 1995, p. 6).

Contudo, lembrando que se trata do sistema capitalista de produção, essa grande abertura das fronteiras e intercâmbio de tecnologias diversas operam em situações de vantagens concorrenciais; não é uma grande aldeia global onde as trocas se dão pelo simples interesse no desenvolvimento da sociedade, mas sim do lucro que estes processos podem gerar.

Para Marini (2008), o processo de globalização gera uma nova divisão internacional do trabalho, onde as novas condições impostas pelo desenvolvimento econômico não levam ao aumento do emprego. Exige-se do trabalhador “rotineiro” uma melhor qualificação para se operar tecnologias desta nova era. Além disso, o alto desenvolvimento tecnológico vai criar postos de trabalho e encerrar vários outros que atenderiam a fração da classe trabalhadora menos qualificada. O aumento da produtividade e do desenvolvimento não será capaz de recriar postos de trabalho para parte significativa do contingente populacional economicamente ativo, sendo a desmobilização do movimento dos trabalhadores ponto fundamental para condicionar o crescimento econômico à queda de postos de trabalho.

Assim, novas formas de trabalho vão tomando espaço no novo cenário, onde a produção da mercadoria se faz destrinchada de sua planta inicial, isto é, há um processo de fragmentação do processo produtivo, que espalha pelo mundo partes da produção de uma mercadoria⁷⁷, além de alocar frações diferentes da classe trabalhadora, conforme sua qualificação, ensejando uma hierarquização entre os trabalhadores, sendo este processo a base sobre a qual se estrutura a nova divisão internacional do trabalho.

Esto nos pone frente al proyecto de una nueva división internacional del trabajo, que operaría en el plano de la misma fuerza de trabajo y no, como antes, a través de la posición ocupada en el mercado mundial por la economía nacional en donde trabajador se desempeña. De lo que se trata, ahora, es de la participación del trabajador en un verdadero ejército industrial globalizado en proceso de constitución, en función del grado de educación, cultura y calificación productiva de cada uno (MARINI, 2008, p. 259).

⁷⁷ Uma determinada mercadoria, por exemplo, o computador, não é mais confeccionado todo ele em uma só fábrica ou em um só país: várias empresas em diversos lugares do mundo fabricam componentes desse computador que são adquiridos para a finalização de sua montagem. Essas peças, oriundas de vários lugares do mundo, são confeccionadas em locais cuja mão-de-obra seja barata, onde a organização dos trabalhadores seja desmobilizada e onde se ofereça condições irrecusáveis de investimento externo, através de isenção de impostos e outras vantagens que proporcione melhores condições de lucro e que, ao final, vai baratear os custos de produção do computador, que será exportado a preços de mercado vantajosos, mas geralmente inacessíveis à classe trabalhadora.

Ou seja, buscará a divisão internacional do trabalho canalizar a produção mais complexa e que exija grande conhecimento e alto grau de qualificação para aqueles lugares onde a força de trabalho está mais bem preparada para este processo, sendo isto a chave para o combate ao desemprego imposto pelas novas incursões capitalistas. Não à toa que os Estados Unidos investiram em qualificação da mão de obra até o ensino superior, visando conter os níveis de desemprego proporcionados por este novo processo do capital (MARINI, 2008).

Nos países dependentes, prejudicados pelo monopólio tecnológico e pelo processo tardio de industrialização, composto por uma indústria heterogênea, conformada por maquinários novos e outros obsoletos nos países centrais (mas aqui aproveitados), essa tecnologia é impedida de se estabelecer, o que vai incidir sobre a qualificação da força de trabalho, que direciona suas habilidades para o entendimento tecnológico existente; como a nova divisão internacional do trabalho vai operar nesta nova fase no plano da força de trabalho, mais uma vez, os países dependentes serão prejudicados nesse processo, pois, a produção de itens de maior complexidade e tecnologia exigidos, serão fabricados em países cujo nível de qualificação seja capaz de lidar com as tecnologias mais modernas no âmbito da produção.

A intenção em colocar a discussão sobre a globalização e a categoria da superexploração foi de trazer a reflexão sobre as mudanças no mundo do trabalho, inclusive nos países desenvolvidos, motivados pela reordenação do sistema capitalista para contenção da crise cíclica. A intensificação da superexploração da força de trabalho neste contexto, já presente nos países dependentes, vai avançar, junto ao processo de globalização, até às economias centrais. Marini (2008) afirma que, se a globalização deve ser entendida com base na teoria do valor em Marx, pode-se supor que ela estendeu a superexploração aos países desenvolvidos e de capitalismo central de modo a adaptar-se às suas particularidades.

Se entiende, así, que se venga acentuando la internacionalización de los procesos productivos y la difusión constante de la industria hacia otras naciones, no ya simplemente para explotar ventajas creadas por el proteccionismo comercial, como en el pasado, sino sobre todo para hacer frente a la agudización de la competencia a nivel mundial. En ese movimiento desempeña papel destacado, aunque no exclusivo, la superexplotación del trabajo. Esto es así porque —un ejemplo es lo que pasó en Europa a fines del siglo XVIII y principios del XIX— la introducción de nuevas tecnologías está implicando la extensión del desempleo, de manera abierta o disfrazada, mientras se estruja la fuerza de trabajo que permanece en actividad. En efecto, es propio del capitalismo privilegiar la masa de trabajo impago,

independientemente de sus portadores reales, es decir, de los trabajadores que la proporcionan; su tendencia natural, pues, es la de buscar la maximización de dicha masa al menor costo que pueda representar. Para ello se vale tanto del aumento de la jornada laboral y de la intensificación del trabajo como, de manera más burda, de la rebaja de salarios, sin respetar el valor real de la fuerza de trabajo. De este modo se generaliza a todo el sistema, incluso los centros avanzados, lo que era un rasgo distintivo —aunque no privativo— de la economía dependiente: la superexplotación generalizada del trabajo. Su consecuencia —que era su causa— es la de hacer crecer la masa de trabajadores excedentes y agudizar su pauperización, en el momento mismo en que el desarrollo de las fuerzas productivas abre perspectivas ilimitadas de bienestar material y espiritual a los pueblos (MARINI, 2008, p. 267).

Sem maiores detalhes, destaca-se aqui que o neoliberalismo também cursa concomitante aos processos citados, intensificando a precarização do trabalho e com incidência direta na superexploração da força de trabalho brasileira, que valida a tragédia do Estado mínimo, que não possui aparato em termos sociais para o atendimento daquele trabalhador que, uma vez tendo sua força de trabalho esgotada prematuramente, manifesta esse esgotamento em forma de doenças – as mais diversas - e a administração desta manifestação do esgotamento da força de trabalho se dá por meios precários de atendimento em políticas sociais cada vez mais enxutas, e por um mercado de trabalho cada vez mais excludente, uma vez que não há possibilidade de absorção de milhões de pessoas e famílias que sobrevivem exclusivamente por meio da venda da força de trabalho.

Com marcas indeléveis do passado recente, o Brasil segue seu curso ainda comprometendo sua economia e superexplorando seus trabalhadores como forma de compensação do mais-valor “perdido” em seu desenvolvimento econômico particular. Martins (2011) apresenta algumas situações que permitem vislumbrar a dinâmica econômica atual do capitalismo dependente no Brasil e América Latina. O autor defende que a fase atual do capitalismo tem incidências negativas sobre a América Latina, sobretudo por conta da centralização de capitais que vem incidindo sobre esta parte do globo. Defende ainda que a estruturação da América Latina está, desde 1994, instada sob os seguintes determinantes:

[...] liberalização comercial, que insere os segmentos de ponta latino-americanos em espaços de circulação que lhes fixam os preços abaixo do valor médio das mercadorias; o aprofundamento da heterogeneidade tecnológica dos países dependentes, proporcionado pelo aumento da internacionalização de sua estrutura produtiva e fase inicial da circulação; e o aumento do desemprego proporcionado pela absorção de tecnologias que, em um ambiente de mercado interno reduzido e baixa competitividade internacional, reduzem drasticamente o dispêndio físico de força de trabalho (MARTINS, 2011, p. 310).

Esta situação apresenta implicações importantes para a força de trabalho brasileira, donde se torna, mais do que antes, impossível ceder o recurso à superexploração da força de trabalho para o controle do fluxo adequado do mais-valor. As mudanças em curso, advindas da ofensiva do capital contra o trabalho, vai intensificar todos esses processos, incidindo sempre sobre o trabalhador as desvantagens e as estratégias capitalistas traçadas para conter-se a crise. Assim, o potencial desenvolvimento trazido pelo capitalismo se transforma nitidamente em tragédia humana e ambiental, ao privilegiar pouquíssimos grupos que usufruem desse “progresso”, destinando à grande maioria do contingente populacional os prejuízos e consequências negativas do processo de desenvolvimento capitalista.

Enfim, a incursão sobre a TMD pretendeu, ainda que dentro de limites, compreender a característica da dependência nos países latino-americanos, especificamente no Brasil, e com isto, entender a história e particularidade da força de trabalho brasileira, para a compreensão da Saúde do Trabalhador a partir da Economia Política. Importante frisar que, segundo Martins (2013), Marini converte a econômica política da dependência em economia política da globalização, procurando atualizar os elementos e as determinações postas conforme o desenvolver da sociedade capitalista brasileira. Segue-se então, ao fundamento da dependência: a superexploração da força de trabalho, que será tratado a seguir.

3.2. A categoria da superexploração⁷⁸ da força de trabalho como norteadora das análises da Saúde do Trabalhador no Brasil

A categoria da superexploração do trabalho (na realidade, superexploração da força de trabalho) é o fundamento da dependência, segundo Marini. As discussões sobre esta categoria, que fundamenta a dependência e que norteará os estudos em Saúde do Trabalhador nesta pesquisa, é permeada por várias polêmicas.

⁷⁸ Carcanholo (2013) esclarece que, embora Marini tenha cunhado a expressão “superexploração do trabalho”, na realidade se trata da superexploração da força de trabalho, pois está se referindo à superexploração da força de trabalho (mercadoria) e não da superexploração do trabalho (que tenderia ao pensamento de que se refere ao valor de uso da mercadoria). Acrescenta ainda que, não está se falando da exploração no sentido marxiano de maior exploração, mas a uma superexploração que se refere a uma categoria que fundamenta a dependência da economia latino-americana. Sobre o assunto, será abordado mais adiante que não se tem concordância, neste trabalho, com este posicionamento de tratar a exploração como mais exploração em Marx e diferente de superexploração trazida por Marini.

Em seu texto “A Dialética da Dependência” (1973), apresenta a superexploração da força de trabalho como uma categoria que visa a compensar as perdas do mais-valor transferido às economias centrais através da troca desigual, aumentando a intensidade do trabalho e sua jornada para a reposição do mais-valor escoado ao exterior. Nesta categoria, são identificados três mecanismos que vão garantir a reposição desse mais-valor: “a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho” (MARINI, 2011, p. 149). Carcanholo⁷⁹ (2013) acrescenta a estes um quarto mecanismo, que seria a elevação do valor da força de trabalho que não fosse acompanhada de um crescimento dos salários, não na mesma proporção.

A superexploração da força de trabalho é o fundamento da dependência, justamente porque ela permite a reposição do mais-valor expropriado pelos países centrais e pela concorrência intersetorial no âmbito interno, através da extração do mais-trabalho por meio dos mecanismos citados. A superexploração não passa pela elevação da produtividade, mas pela elevação da taxa de exploração, sendo uma característica comum aos países de economia dependente.

Existe no âmbito dos estudos da teoria da dependência uma discussão polêmica, em que vários intelectuais de renome defendem que a superexploração da força de trabalho seria uma categoria exclusiva do capitalismo dependente, além de ser específica destas economias.

A superexploração é uma forma particular de exploração e esta particularidade consiste em que é uma exploração na qual o valor da força de trabalho é violado. Tal violação pode ocorrer por diversos mecanismos, seja no mercado – no momento de sua compra e venda -, seja no próprio processo de trabalho – por um desgaste “anormal”, extensivo ou intensivo. Em todo caso, o salário recebido já não é equivalente ao valor da força de trabalho, não cobre seu valor diário ou seu valor total (OSORIO, 2013, p. 49, grifos do autor).

E mais adiante:

O problema não está, portanto, em afirmar a universalidade da superexploração, mas em não distinguir as formas específicas que predominam no mundo imperial e no mundo dependente, com as consequências diferenciadas que isso provoca nas formas como o capital se

⁷⁹ Sem querer aqui entrar na polêmica a respeito deste quarto mecanismo apresentado por Carcanholo, este parece redundar em relação ao mecanismo referente à expropriação de parte do trabalho necessário para reposição da força de trabalho. Obviamente, seria necessário maior tempo para o debate desta polêmica que deverá ter maior aprofundamento em outra oportunidade.

reproduz, bem como nas *bases diferenciadas que estabelece para o desenvolvimento da luta de classes* (OSORIO, 2013, p. 69, grifos do autor).

Osorio, assim como Carcanholo⁸⁰ (2013) defendem o posicionamento da particularidade da exploração nos países dependentes, utilizando-se da particular categoria superexploração. Mas, quando se analisa a categoria colocada, verifica-se que é a mesma ideia e descrição da categoria exploração apresentada por Marx. Se é assim, Marx já caracterizava estes acontecimentos no capitalismo em geral e, embora o capitalismo *sui generis* latino-americano seja, de fato, peculiar ao desenvolvimento capitalista em países centrais, a exploração em si é uma categoria que permeia todo o capitalismo. Obviamente, que o trato da classe trabalhadora em economias tão diferentes, levará o capital a reagir e lidar com essa classe de modo específico. Isto é, não é a categoria que é específica das economias dependentes, mas é específico o modo como elas são lançadas para conter a perda de valor ocorridas a partir da dinâmica da dependência, além de ser o fundamento dessa dependência. Mas, há mais elementos para a reflexão da questão.

Ao iniciar pela questão da superexploração da força de trabalho ser ou não uma categoria já colocada por Marx, muitos defendem que ela está contida na obra *O Capital*, e que Marx fala claramente dela - embora não lhe tenha sido dado este nome. Nesta linha, não há uma particularidade desta categoria utilizada para compensar a extração do mais-valor nos países dependentes, alegando que o entendimento em Marini não privilegia a superexploração como uma categoria particular das economias dependentes:

[...] Ou seja, entende-se que, para Marini, superexploração da força de trabalho não é uma particularidade das economias latino-americanas, embora tal mecanismo seja o recurso privilegiado por estas economias para compensar as perdas de mais-valia para as economias industrialmente avançadas (NASCIMENTO et al, 2013, p. 116).

Ao tentar perceber essa análise na própria obra marxiana, buscou-se empreender n' *O Capital*, os indícios de que Marx trata da exploração do trabalho como sendo, em

⁸⁰ O autor ressalta que, determinar este posicionamento a partir do entendimento da superexploração como formas específicas de elevação da taxa de mais-valia, está de acordo. No entanto, se se compreende, por exemplo, a globalização como propulsora do alastramento da superexploração para os países capitalistas tendo como **base** a superexploração do trabalho como uma categoria, discorda veementemente pois acredita que isto retiraria a especificidade da categoria superexploração da condição dependente.

última instância, a superexploração do trabalho que traz Marini. Assim, no Livro I, Marx (2013, p. 594) já aponta que

Com a jornada de trabalho prolongada, o preço da força de trabalho pode cair abaixo de seu valor, embora nominalmente se mantenha igual, ou mesmo suba. Lembremos que o valor diário da força de trabalho é calculado com base em sua duração média, ou na duração normal da vida de um trabalhador e na correspondente transformação normal – ajustada à natureza humana – de substância vital em movimento. Até certo ponto, o desgaste maior da força de trabalho, inseparável do prolongamento da jornada de trabalho, pode ser compensado com uma remuneração maior. Além desse ponto, porém, o desgaste aumenta em progressão geométrica, ao mesmo tempo que se destroem todas as condições normais de reprodução e atuação da força de trabalho. O preço da força de trabalho e o grau de sua exploração deixam de ser grandezas reciprocamente comensuráveis.

E a respeito da intensidade:

A intensidade cada vez maior do trabalho supõe um dispêndio aumentado de trabalho no mesmo espaço de tempo. A jornada de trabalho mais intensiva se incorpora em mais produtos do que a jornada menos intensiva de igual número de horas (MARX, 2013, p. 591).

E mais uma indicação a respeito do pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor:

Nas seções dedicadas à produção de mais-valor, partimos sempre do pressuposto de que o salário era pelo menos igual ao valor da força de trabalho. Mas a redução forçada do salário abaixo desse valor desempenha um papel importante demais no movimento prático para que não nos dediquemos a ela por um momento. De fato, ela transforma, dentro de certos limites, o fundo necessário de consumo do trabalhador num fundo de acumulação de capital (MARX, 2013, p. 591).

Neste espaço de sua publicação, Marx ainda tratava o preço igual ao valor, ou seja, o salário igual ao valor da força de trabalho. Nesta situação, o movimento do capital já atentava contra o fundo de consumo do trabalhador, situação que permanece ao deixar claro que o preço/salário, no movimento real, não é igual ao seu valor pois, o pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor é uma lei imanente do capital que encontra seu suporte no Exército Industrial de Reserva (EIR), que também joga um papel importante nessa terceira forma de extração do mais-valor.

Além de Marx já trazer as indicações no livro I de O Capital a respeito da superexploração, no livro III fica claro que a superexploração da força de trabalho é uma lei de contratendência, uma das causas contra-arrestantes do movimento do capital para a explicação dos motivos que levam a queda da taxa de lucros não ser maior e mais rápida:

Se considerarmos o enorme desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social apenas nos últimos trinta anos e comparamos esse período com todos os anteriores, e se levamos em conta sobretudo a enorme massa de capital fixo que, além da maquinaria em sentido estrito, entra no processo social de produção em seu conjunto, vemos que a dificuldade que se apresenta não é a mesma na qual economistas tropeçam até hoje, isto é, a de explicar a queda da taxa de lucro, mas a dificuldade inversa, a saber: a de explicar por que essa queda não é maior nem mais rápida. É preciso que aí atuem influências contra-arrestantes, que interfiram na ação da lei geral e a anulem, dando a ela apenas o caráter de tendência, razão pela qual também caracterizamos a queda da taxa geral de lucro como tendencial (MARX, 2017, p. 271).

Assim, é possível ver em Marx todas as determinações em relação à superexploração da força de trabalho. O cerne da polêmica entre colocar a superexploração como específica das economias dependentes é o argumento de que nessas, configura um modo de produção fundado de forma exclusiva na maior exploração do trabalhador e não como uma causa contra-arrestante ou uma lei de contratendência.

Pois bem, os três mecanismos identificados – a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor a sua força de trabalho – configuram um modo de produção fundado *exclusivamente* na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isso é condizente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividades que ali se realizam (MARINI, 2011, p. 149, grifos nossos).

Sendo a superexploração da força de trabalho (ou o aumento do grau de exploração do trabalho, como quer Marx) uma das causas contraarrestantes do sistema capitalista, essa pode acontecer inclusive nas economias centrais. Mas ela acontece, na realidade latino-americana, como meio de uma maior apropriação do valor, em detrimento do desenvolvimento da capacidade produtiva, além de atuar como a base do desenvolvimento, bem como ser o fundamento da dependência. Ou seja, a forma encontrada pela burguesia nacional – insuflada pela burguesia internacional – foi de compensar a perda do mais-valor através da superexploração da força de trabalho, esta é a base do capitalismo dependente.

E, embora exista um debate acadêmico (até mesmo político) sobre a especificidade da categoria trabalhada por Marini, se a superexploração é específica e exclusiva das economias dependentes ou se pode alastrar pelo capitalismo em geral, parece, do ponto de vista de transformação social e da luta de classes, pouco relevante.

Assim, levanta-se aqui algumas reflexões sobre este embate teórico, de colocar a superexploração como particular ou não das economias dependentes. Se há acordo com aqueles que defendem a categoria já contida em Marx, não há porque defender uma particularidade desta nas economias dependentes. O fato destas recorrerem à superexploração da força de trabalho como recurso quase exclusivo para compensar as perdas de valor no processo de circulação da economia mundial, não quer dizer que os demais países centrais não possam fazê-lo, sobretudo em momentos de ofensiva capitalista para conter a tendência da queda da taxa de lucros, isto porque esta categoria já foi caracterizada quando da análise do capitalismo em geral, por Marx.

Se este posicionamento é refutado e há acordo com as teses de que a superexploração da força de trabalho de que fala Marini tem especificidades e que não foi tratada desta forma por Marx, por ter sido uma categoria “retirada” da realidade latino-americana e particular desta, se deixa de considerar também todo o exposto por Marx ao falar das formas de exploração do trabalho, que cita, de fato, os mecanismos que Marini recupera em seus trabalhos.

Contudo, qual a real relevância em debater a especificidade desta ou não? Se específica ou não das economias dependentes, ela age sobre a realidade, torna-se base e fundamento da dependência, este fato não muda, assim como não muda o fato de que esta superexploração da classe trabalhadora latino-americana resulta nestes, processos inferiores de desenvolvimento social e pessoal, haja vista que possuem condições de vida e de trabalho inferiores à classe trabalhadora dos países centrais e que isso reflete inclusive em suas formas de luta por melhores condições e pela transformação societária vigente.

Obviamente que a polêmica da especificidade traz inúmeras questões ao campo teórico marxista, pois a determinação da existência de uma categoria analisada (ou não) por Marx reflète em vários desdobramentos na análise do sistema capitalista. Existem várias problematizações em torno da categoria superexploração da força de trabalho. Por ora, defende-se que a superexploração da força de trabalho é uma categoria já analisada por Marx, e que na TMD aparece como fundamento e estrutura das economias dependentes. A insistência nesse ponto é necessária, haja vista que as implicações da superexploração são diversas para a classe trabalhadora latino-americana.

Do ponto de vista da luta de classes, um capitalismo baseado na superexploração exclui as chances de um desenvolvimento autônomo, bem como incide nas relações de

trabalho que são, no mínimo, “injustas”; do ponto de vista da acumulação, a redução do valor da força de trabalho abaixo do valor das necessidades de reprodução do trabalhador, atentam contra o fundo de consumo e contra o fundo de vidas destes (MARINI, 2014; OSÓRIO, 2013). Atentar para tal fato abre a possibilidade de compreensão da superexploração e abre discussões para a tentativa de superação da ordem que a engendra.

Contudo, saber diferenciar a importância que esta categoria possui para explicação dos países dependentes, leva a reconhecer que ela, enquanto fundamento da dependência, atua como uma diferença estrutural entre o capitalismo *sui generis* latino-americano e o capitalismo que vigora desenvolvido nos países centrais.

Por ser a base do desenvolvimento capitalista *sui generis*, a superexploração da força de trabalho impõe obstáculos ao trânsito da extração do valor via mais-valor absoluto ao mais-valor relativo. Isto quer dizer que esta transição decodificaria um progresso social na força produtiva do trabalho, havendo uma redução do tempo de trabalho necessário ao mesmo tempo em que aumentaria o tempo de trabalho excedente, além de baratear os custos com o capital variável na produção e as mercadorias voltadas ao consumo dos trabalhadores.

Em outras palavras, esta transição significaria que o investimento em setores que produzem bens-salário faria cair o valor da força de trabalho, barateando os custos com a força de trabalho com a possibilidade de investimento em tecnologias e aumento da produtividade, visando ser mais competitivos na dinâmica intercapitalista, superando a dependência. Ocorre que isto está ligado a uma questão urgente: a de que o capitalismo dependente não possui muita saída efetiva neste momento em que os países centrais possuem vantagem inicial nessa produção, como visto anteriormente.

Martins (2011) coloca que o predomínio da extração do valor via mais-valor relativo se dá nas economias centrais por uma construção histórica da classe trabalhadora, e não diretamente pelo resultado da inovação tecnológica.

Essa construção se explica, entretanto, por três fatores principais: a) a constituição do sistema mundial, que, como vimos, faz parte da gênese do capitalismo histórico e atua para transferir excedentes da periferia e semiperiferia aos países centrais e limitar a ação depressiva exercida pelo setor de bens de consumo suntuário sobre o consumo popular; b) o relativo equilíbrio tecnológico entre os subsetores a e b, que permite aos segmentos dedicados aos bens de consumo reagir à introdução de inovações ligadas aos bens suntuários, quando da convergência entre a disponibilidade de tecnologias e de demanda interna; c) a luta dos trabalhadores dos países centrais, desde os anos 1840, para elevar sua renda e estabelecer sua cidadania, aproveitando as possibilidades estruturais do capitalismo dos países centrais.

O resultado foi o impulsionamento do progresso tecnológico junto aos segmentos de bens de consumo que, ao atender a um mercado mais amplo, impulsionaram as escalas tecnológicas e direcionaram para si o subsetor mais dinâmico do capital fixo (MARTINS, 2011, p. 281).

A dinâmica da dependência nos países latino-americanos impediu que os processos ocorridos nos países centrais fossem aqui realizados; inclusive, as economias dependentes foram essenciais para que os países centrais pudessem organizar sua forma de extração do mais-valor relativo. Todas estas questões e, especialmente, a luta de classes travada em todo o processo, permitiram que a classe trabalhadora tivesse acesso a uma maior parte dos bens produzidos, ao contrário do que ocorre nas economias dependentes. Inclusive no Brasil, é muito comum que pessoas graduadas e pós-graduadas queiram se dedicar a trabalhos com menor qualificação nos países desenvolvidos, por apresentarem melhores condições salariais e de acesso aos bens produzidos do que o salário brasileiro poderia lhes permitir em início de carreira, ainda que com qualificação elevada.

Para Marini, a superação dessa dependência eliminaria todas as questões do atraso do capitalismo *sui generis*; contudo isto só seria possível com a superação do próprio capitalismo, ou seja, impossível eliminar a dependência arraigada e necessária ao desenvolvimento do capitalismo mundial, sendo este debate de suma importância para a luta de classes na perspectiva revolucionária, que deve se apresentar nas economias dependentes.

A superexploração da força de trabalho acontece sempre que o mais-valor apropriado de um capital por outro não puder ser repostado com o incremento de tecnologia no capital expropriado, tendo que se submeter à superexploração da força de trabalho para repor esta perda de mais-valor no setor expropriado. E seus mecanismos podem ser revisitados, conforme segue: a intensificação do trabalho, sem compensação salarial é de onde se extrai o mais valor, ou seja, há uma intensificação do trabalho onde se produzirá cada vez mais em menos tempo, sendo que por este dispêndio maior de força de trabalho, o trabalhador nada recebe. A elevação da jornada de trabalho sem compensação salarial se dá através do aumento do tempo de trabalho sem nenhuma compensação remuneratória, e por último, a expropriação do tempo de trabalho necessário para se repor a força de trabalho, ou expropriação do valor necessário ao acesso a bens de consumo voltados à reposição da força de trabalho. Todos estes mecanismos podem levar o trabalhador a um desgaste prematuro da força de trabalho, que pode se manifestar de diversas formas, isto porque:

[...] nos dois primeiros casos, porque ele é obrigado a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando-se assim seu esgotamento prematuro; no último, porque se retira dele inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal (MARINI, 2010, p. 126).

Disto, pode-se concluir que todos os mecanismos da superexploração da força de trabalho podem levar ao adoecimento e esgotamento da força de trabalho prematuramente em relação ao tempo de vida útil do trabalhador. A apropriação do fundo de consumo do trabalhador, pelo capital, também se apresenta como um grave problema de reprodução da força de trabalho, haja vista o trabalhador ter que controlar um salário insuficiente para acessar todo o necessário à sua reprodução. A segurança alimentar, neste caso, é bastante preocupante, pois, a divisão do salário em inúmeras necessidades diárias do trabalhador e de sua família, pode levar à prejudicar a segurança alimentar; uma vez que isto aconteça cotidianamente, falta-lhe nutrientes para repor a energia física a ser dispensada no trabalho, o que pode gerar também adoecimentos devido à parca variedade alimentar e energética necessária ao desenvolvimento de suas atividades laborais diárias.

Luce (2013) aponta dados interessantes para se comprovar o prolongamento da jornada de trabalho. O autor revela que, no período de 2003 a 2009, em média 40% dos trabalhadores brasileiros perfizeram uma jornada de trabalho maior que a jornada regulamentada, à época de 44 horas semanais. Este aumento foi computado em todos os setores da economia, alguns com acúmulo de tempo excedente superior em relação aos demais setores, mas todos apresentaram um prolongamento da jornada de trabalho. Ressalta-se que estes dados não levaram em consideração aqueles trabalhadores que possuem mais de uma ocupação, o que poderia tornar estas estatísticas mais elevadas.

Já a intensidade do trabalho parece ser mais difícil de se comprovar. No entanto, informações do IPEA podem contribuir com esta comprovação. Ao abordar sobre a produtividade brasileira, De Negri; Cavalcante (2014) abordam o tema fazendo uma análise da produtividade em todos os ramos da economia. Nesta linha de análise, relatam que a mudança na estrutura produtiva brasileira gerou ganhos de produtividade. Logo, pode-se pensar que o trabalho, requerido na indústria, contribuiu para a elevação da produtividade desta e, sendo a produtividade a criação de uma massa maior de produtos no mesmo tempo de trabalho, significa que, embora haja a contribuição da tecnologia e maquinários, a intensificação do trabalho joga papel importante nesse processo,

lembrando que a intensificação do trabalho pode se dar tanto em estruturas de alta tecnologia quanto naquelas mais arcaicas.

A relação entre as mudanças na estrutura produtiva e os ganhos de produtividade é amplamente discutida na literatura e mostra que, durante o processo de desenvolvimento dos países, a migração de trabalhadores da agricultura (menos produtiva) para a indústria (mais produtiva) é um fator importante para explicar o crescimento da produtividade agregada. Embora não existam muitos registros empíricos para a economia brasileira, a mudança estrutural provavelmente foi um dos fatores que contribuiu para explicar o crescimento acelerado da economia (e da produtividade) brasileira, desde os primeiros momentos da industrialização até os anos 70. De fato, a migração dos trabalhadores da agricultura para a indústria constituiu-se numa característica importante do processo de desenvolvimento do país até os anos 80, quando a participação da indústria no PIB para de crescer e ela começa a perder espaço no PIB [...]. Também é a mudança estrutural que, provavelmente, explica boa parte do crescimento de países como a China, onde a migração de imensos contingentes de população do meio rural para as novas cidades industriais ainda está em processo (DE NEGRI; CAVALCANTE, 2014, p. 41).

Quer dizer, ao analisar a produtividade agregada, demonstra que esta foi possível com a migração dos trabalhadores ao setor mais produtivo (indústria), ou seja, o papel que a força de trabalho possui nesse processo para a elevação da produtividade demonstra que, aliada à tecnologia, a intensificação do trabalho gera ganhos de produtividade ...

O adoecimento nos ramos mais produtivos da economia também pode ser um fator de comprovação da intensificação do trabalho, pois quando esse se esgota, apresenta-se sob a forma de adoecimento e acidentes de trabalho. Dados do DIEESE apontam que, somente nas indústrias de transformação, os acidentes de trabalho somaram, em 2014, 107.765 acidentes de trabalho (incluindo os de trajeto) e 33.573 doenças do trabalho, em detrimento do setor de serviços (que mais emprega no Brasil), cujo número de afastamentos ficou em torno de 92.595 (somente acidentes de trabalho típico), situação que se inverte quanto ao número de adoecimentos do trabalho, que fica em torno de 56.853. Ou seja, a produtividade do trabalho exige do trabalhador uma intensa dedicação e dispêndio de trabalho para além dos limites físicos, resultando em número elevados de adoecimentos e doenças do trabalho.

Ainda que a tecnologia e maquinários mais modernos contribuam para a produtividade, ao mesmo tempo leva à diminuição da força de trabalho empregada que, por sua vez, passa a assumir mais funções com o “auxílio” do maquinário, que teoricamente também serve para facilitar o trabalho do trabalhador, mas que, na realidade,

incentiva a polivalência e exige uma intensidade maior de trabalho⁸¹. No setor de serviços, o trabalhador padece do adoecimento mental e físico, pela exigência alta de atividades a serem resolvidas ao mesmo tempo: a ocupação de assistente administrativo é a primeira ocupação, no setor de serviços, que mais gera adoecimento ocupacional (DIEESE, 2014).

Então, a exigência de produtividade leva à intensificação do trabalho em todos os ramos da atividade econômica; entretanto, a corporeidade física do trabalhador pede a conta em breve espaço de tempo. Assim, o fundo de consumo de vida do trabalhador também vai sendo apropriado pelo capital, inclusive prematuramente, ao longo da vida útil do trabalhador, vida essa que acaba se encurtando por conta das expropriações diárias de vida e vigor.

Disto se depreende que, obviamente, no conflito capital x trabalho, as perdas do trabalho se refletem imediatamente nas derrotas da classe trabalhadora, que será a primeira a sentir os reveses da “crise”, haja vista que a ofensiva do capital na saga de expandir a acumulação, incidirá prioritariamente e necessariamente sobre a classe trabalhadora. Ao citar a estagnação na economia mundial da década de 1970 até meados de 1990, Brenner (2003) explicita o ataque aos trabalhadores e com a conivência do Estado, iniciado pela redução dos custos diretos e indiretos da mão-de-obra. Para tanto, empregadores atacaram o crescimento dos salários reais e impostos relativos ao trabalho, em uma ofensiva que reduziu o padrão de vida e consumo da classe trabalhadora, incidindo também sobre sua organização política. Esta é sempre a alternativa mais viável ao capital, mas também a mais contraditória.

Pois bem, além da apropriação do fundo de consumo de vida, o fundo de consumo voltado à reposição da força de trabalho segue na mesma linha: a remuneração da força de trabalho é paga abaixo de seu valor, sendo insuficiente para repor as energias de trabalho necessárias à reprodução do trabalhador. Nesse processo, é importante ressaltar que não se paga ao trabalhador o valor da sua força de trabalho, mas sim o preço médio do salário pago ao trabalhador, analisadas as necessidades do trabalhador de um país bem como a natureza do seu trabalho. Lembrando que, ainda que fosse pago ao trabalhador o valor pela sua força de trabalho, ainda ele estaria sendo explorado; o que ocorre na superexploração é que o capitalista se apropria de tempo de trabalho necessário do

⁸¹ A reestruturação produtiva apresenta toda a mudança na estrutura de produção, sendo que o trabalhador passa a ter que acompanhar o ritmo das máquinas, exigindo assim um dispêndio maior de força de trabalho por meio da intensificação, a partir dos seus modelos de produção, seja fordista, taylorista e até mesmo toyotista.

trabalhador para o acesso aos bens salário. Isto é, seu salário fica abaixo do valor da sua força de trabalho, fica abaixo do valor necessário à subsistência do trabalhador.

A diferença salarial entre os países desenvolvidos e os de economia dependente são discrepantes. Utilizando-se como parâmetro de análise⁸² os dados disponibilizados pelos estudos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), identifica-se a pertinência em se falar de superexploração da força de trabalho no Brasil. Para a entidade, se comparando o preço da cesta básica e de serviços que toda pessoa deve acessar ou mesmo com a definição de salário mínimo proposta pelo decreto-lei 399 de 30/04/1938⁸³, o salário mínimo necessário do trabalhador deveria estar, no ano corrente, na casa dos R\$ 3.744,52 (média baseada nas análises de 2017), e não no valor de R\$ 954,00 para 2018, valor que cotidianamente todo trabalhador comprova que é insuficiente para seus gastos diários mais básicos. Ou seja, esse valor não é suficiente para a manutenção de uma família com quatro pessoas; então, se tratando de famílias numerosas que apresentam entre seus componentes vários parentescos que se unem em uma só unidade familiar como forma de tentar burlar as incontingências sociais causadas pelo desemprego, que hoje atinge aproximadamente 12 milhões de brasileiros em idade ativa, esta renda não chega a comprar a alimentação mais básica.

Assim, lidar com os problemas estruturais do capitalismo dependente também implica em ter que lidar com as relações políticas advindas deste, que vão incidir diretamente nas condições de vida da classe trabalhadora brasileira: a burguesia brasileira e o Estado⁸⁴ procuram se atentar aos ditames internacionais de organismos que foram criados para assistir e financiar o desenvolvimento, a exemplo do Banco Mundial, que obviamente, em momentos de ofensiva ao trabalho como o atual, obsidiam as economias dependentes impondo seus receituários que, não fossem absurdos, seriam sarcásticos. Em notícia veiculada em 03/2018, o Banco Mundial afirma vergonhosamente que o salário mínimo no Brasil é alto e estimula a informalidade. Defendem que os custos do trabalho

⁸² É desconhecido outro estudo fundamentado e crítico a respeito do salário necessário ao trabalhador para que consiga, minimamente, a reprodução da sua força de trabalho e de sua família. Por isto, utiliza-se os dados do DIEESE.

⁸³ “Art. 2º Denomina-se salário mínimo a remuneração mínima devida a todo trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço e capaz de satisfazer, em determinada época, na "região do país, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.” Ainda que o valor do salário mínimo cumprisse o disposto neste artigo, é bastante questionável uma denominação de salário mínimo que não atualizou as necessidades sociais dos trabalhadores, cujo decorrer de 79 anos, apresentaram outras necessidades diversas para o estabelecimento de uma vida digna, ou para a reprodução da força de trabalho.

⁸⁴ Comitê Executivo da Burguesia, nos dizeres de Marx.

(mesmo após a Contrarreforma Trabalhista, que já minou os direitos mais essenciais do trabalho) são elevadíssimos, estimulando a informalidade ou a substituição de trabalhadores por tecnologias que economizam mão de obra, além de falar em um salário mínimo específico para os jovens, que com certeza, deveria ser abaixo do mínimo proposto. Considerando que a juventude brasileira possui contribuição ativa nas despesas do lar, isto seria um completo absurdo. Não bastasse isso, o estímulo às novas restrições trabalhistas e a reforma do currículo do Ensino Médio para formação de mão de obra barata também fazem parte das iluminadas recomendações.

O incentivo à formação de uma mão de obra pouco qualificada, capaz de atender ao mercado em suas necessidades, pode ser um indício de compensação da perda de valor via superexploração da força de trabalho. Isto é, uma vez em que, conforme Marini, o capitalismo dependente foi subordinado na estrutura do capitalismo mundial, este já entrou no sistema em desvantagem e, toda tecnologia adquirida ao longo do tempo não superará as vantagens dos países centrais que, desde a Revolução Industrial, vem inovando e reinvestindo o mais-valor expropriado no processo da concorrência e nos processos de transferência de mais-valor dos países dependentes, sendo possível apresentar imediatamente outra nova tecnologia para suprir as inovações de seu concorrente. Nesta direção, a superexploração da força de trabalho será sempre necessária para repor as perdas de mais-valor.

Sendo assim, quais os motivos de oportunizar à massa de trabalhadores alta qualificação e um Ensino Superior, se o que é necessário ao capitalismo dependente é a extração do mais-valor lançando mão da superexploração da força de trabalho? Para quê lançar ao mercado uma massa de trabalhadores pensantes e críticos, altamente qualificados, se é funcional para a estrutura do capitalismo dependente uma mão de obra obediente e produtiva? Nesta linha de raciocínio, o Banco Mundial apresenta as recomendações (imposições) para lidar com a classe trabalhadora brasileira, reforçando a não-criticidade e imobilização das massas através do ensino focado em formar mão de obra para o mercado de trabalho vigente (e futuro).

Nas economias dependentes, os trabalhadores são imprescindíveis na geração de mais-valor e não como consumidores. A apropriação do fundo de consumo do trabalhador pelo capitalista é um fator indicador desta afirmação, para além da análise de como a estrutura econômica se formou no Brasil: voltada para o mercado externo e para alguns setores seletos do mercado interno.

A situação é diametralmente diferente quando a forma de superexploração que prevalece se expressa diretamente num salário abaixo do valor da força de trabalho (apropriação do fundo de consumo), o que estimula o prolongamento da jornada como mecanismo para alcançar – pelos pagamentos extras – um salário diário suficiente para sobreviver, ou a intensificação do trabalho. O custo imediato disso é um prematuro esgotamento dos trabalhadores, sua destruição, a apropriação de seu fundo de vida, sem que, nos anos de vida útil – e menos ainda nos anos de aposentadoria –, suas rendas possam ter um papel significativo no mercado interno e na realização da mais-valia. A reprodução do capital (dinâmico, hegemônico, eixo da acumulação) cria estruturas produtivas que desconsideram as necessidades dos produtores, e a realização se dá mediante a abertura aos mercados externos e através da criação de reduzidos mercados com alto poder de consumo (OSÓRIO, 2013, p. 69).

Ainda que dados recentes apontem um avanço no escopo de consumo da classe trabalhadora a partir de 2002, período de um governo mais progressista, isto não elevou o salário do trabalhador próximo a níveis do salário mínimo necessário. E, o fato desse consumo ter sido possível se deu muito com base no endividamento da classe trabalhadora,

Observa-se que o Comprometimento de Renda das Famílias (CRF) indica leve alta em 2015, influenciado por crescimento menor da renda, aumento da taxa de juros e maior participação de dívidas mais caras no total do endividamento. O Comprometimento de Renda dos Tomadores de Crédito no SFN (CRTC) também indica pequena elevação no semestre. Entretanto, a análise por faixa de renda aponta estabilidade, exceto na faixa de menor renda (BANCO CENTRAL, 2015, p. 24).

O endividamento da família brasileira é maior na faixa de renda de até 3 salários mínimos e na faixa de 3 a 5 salários mínimos, segundo os dados do Relatório de Estabilidade Financeira do Banco Central do Brasil. Ou seja, o endividamento está concentrado nas faixas de renda com menores salários, o que pode ser um fato a corroborar com a conclusão de que a inclusão realizada por governos mais progressistas, via consumo, não possibilitou que essa inclusão fosse duradoura e/ou efetiva, pois muitas famílias tiveram que lançar mão do endividamento para acessar a cesta de consumos de bens necessários, o que também foi benéfico para o mercado de capitais, que puderam oferecer empréstimos a longo prazo e a juros rentáveis.

O endividamento da classe trabalhadora no Brasil, nos anos 2000, está inscrito na dinâmica financeira em que o país se insere desde a década de 1990. A abertura financeira desse período dinamizou o Sistema Financeiro Nacional (SFN) e possibilitou a criação e a expansão de uma série de produtos e serviços financeiros, que passaram a ser oferecidos aos estratos da classe trabalhadora até então “excluídos” do acesso ao crédito. No conjunto, o processo de crescimento exponencial dos créditos no Brasil se deu muito mais para o

“capital financeiro” do que para o consumo dos trabalhadores. A abertura aos bancos privados, a privatização de bancos regionais, os refinanciamentos das dívidas, as altas taxas de juros que beneficiam as transações bancárias e o incremento dos bancos públicos de investimento, com destaque ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), nos anos 2000, auxiliaram na concentração de capital e dinamizaram o deslocamento de excedentes para obras de infraestrutura na segunda metade dessa década (RIBEIRO; LARA, 2016, p. 340).

A respeito, há concordância com as colocações de Luce:

Ainda que possa ter havido uma melhora do poder de compra do salário mínimo comparado ao preço da cesta básica no cenário brasileiro da década de 2000, isto não foi suficiente para alcançar o salário mínimo necessário, que é o indicador que expressa de maneira aproximada o valor da força de trabalho. Ao mesmo tempo, ao seguir submetida aos mecanismos de prolongamento da jornada de trabalho, aos ritmos de produção mais intensos e ao não ter reconhecida a atualização do elemento histórico-moral do valor da força de trabalho no pagamento recebido pelo seu trabalho, a classe trabalhadora brasileira vive, na verdade, uma fase de aumento da superexploração no governo Lula, em cujos dois mandatos – mesmo que amortecendo algumas contradições – governou em favor dos interesses do capital (LUCE, 2013, p. 162).

Assim, se o trabalhador possui um salário abaixo do valor⁸⁵ da força de trabalho, o capital atenta, concomitantemente, contra o fundo de consumo, mas também de vida, pois, se o trabalhador não recebe o salário suficiente para suprir suas energias e repor sua força, ele pode adoecer mais facilmente ou ver sua disposição e energia em dia de trabalho se exaurir antes de cumprida a jornada de trabalho.

A metodologia da cesta básica de alimentos utilizada pelo DIEESE considera vários itens na cesta, conforme disponibilidade local e outros fatores regionais; mas, o que vem disposto na cesta e que é critério para se considerar suficiente a reposição da força de trabalho através dela, pode ser questionável do ponto de vista da saúde, pois, o que se tem em abundância são itens de uma dieta hipercalórica que são ou vão se tornar açúcar no metabolismo humano e que vai gerar energia; contudo, questiona-se, do ponto de vista da saúde integral do ser humano, se é viável a manutenção de uma cesta com base nesses itens para a saúde destes trabalhadores, haja vista que há diversas áreas do conhecimento em saúde que podem comprovar que a geração de energia no físico humano pode não ter o mesmo efeito em termos de vida saudável. A cesta básica também deve ser

⁸⁵ Como nenhum trabalhador, ainda em países centrais, recebe o salário equivalente ao valor da força de trabalho, entende-se aqui que, além de não receber conforme vale o trabalho, recebe mais abaixo do que o salário ideal para a reprodução da força de trabalho.

problematizada na análise do fundo de consumo de vida do trabalhador, pois, qual o tipo de alimentação ele vem tendo acesso? Acessa legumes e verduras? Tudo o que come vem de plantações saudáveis ou pastagens envenenadas⁸⁶?

Enfim, a alimentação é o cerne da reprodução de vida do trabalhador nas economias dependentes (já que o acesso a outras dimensões não lhe são permitidas a contento, a exemplo da cultura, lazer, dentre outros) então, deve-se questionar se o acesso a alimentação que reporá suas energias para a sua reprodução direta de força e energia de trabalho, contribui ou não no processo de desgaste físico e mental advindo do trabalho.

O adoecimento e acidentes de trabalho também são elementos que expressam o consumo de vida do trabalhador no processo de superexploração da força de trabalho, ao qual é submetido cotidianamente. O número de benefícios previdenciários decorrentes de adoecimento e acidente de trabalho podem contribuir para a comprovação deste processo de apropriação do fundo de vida do trabalhador.

No capítulo anterior, há dados exatos sobre o número de afastamentos do trabalho por acidentes ou doenças. Aqui, será demonstrado como esses números possuem maior dimensão em relação a outras fontes e metodologias mais fidedignas aos acontecimentos.

No período de 2012 a 2017, foram gastos, aproximadamente, mais de R\$ 27.171.207,87 com benefícios acidentários (auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, pensão por morte e auxílio-acidente – sequelas). No mesmo período, foram registrados 1 acidente de trabalho a cada 46 segundos, sendo 1 morte a cada 3 horas, 24 minutos e 37 segundos⁸⁷.

Estes índices seriam ainda mais elevados se fossem mapeados a situação de trabalho e acidentes de trabalhadores que atuam na informalidade por não encontrarem lugar na estrutura capitalista do trabalho. Quer dizer, os números podem ser ainda maiores, considerando a informalidade do trabalho, que é significativa na cena brasileira: segundo dados do IBGE, a informalidade vem segurando a taxa de desemprego. Então, há uma diminuição de postos de trabalho formal e um aumento da informalidade. E, na informalidade, não há como mensurar os números de acidentes registrados e também não há como responsabilizar alguém, além do próprio trabalhador que está na informalidade

⁸⁶ Embora este seja o problema da população em geral: lidar com o envenenamento dos alimentos em prol da produtividade do agronegócio.

⁸⁷ Todos estes dados estão disponíveis no site: <https://observatoriosst.mpt.mp.br/>, que é o Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho, desenvolvido pela equipe de SMARTLAB (Laboratório Digital do Trabalho Decente) do Ministério Público do Trabalho em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

justamente pelo crescente desemprego estrutural. Isto é, o trabalhador se tornar o próprio algoz nos processos de acidente e adoecimento do trabalho. Entende-se que o Estado deveria ser o responsável nestas situações.

Tudo isto na concretude, atesta a formulação de Marini quanto ao esgotamento prematuro da força de trabalho, com incidência direta na vida e subjetividade do trabalhador, transmutada em forma de sofrimento e adoecimento no trabalho, ou em forma de desemprego duplo (primeiro pela dificuldade de inserção na esfera do trabalho capitalista e segundo pela impossibilidade de permanência no trabalho devido ao esgotamento da força de trabalho).

Na entrada deste novo século, a superexploração da força de trabalho ganhou novos contornos e novas determinações no contexto da globalização e maior centralização de capitais. São elas: superexploração via expropriação do mais-valor majoritariamente extraído pelo capital usurário, excedente de força de trabalho provocadas, além de outros fatores, pelas inovações organizacionais; liberalização comercial, com consequências específicas ao mercado latino-americano, onde “provocou um crescente deslocamento dos padrões de acumulação dos países dependentes para o mercado mundial” (MARTINS, 2011, p. 305); aprofundamento do ciclo específico do capital dependente (fase 1 e produção), fazem aumentar a composição orgânica do capital, que atua junto à deterioração dos termos de troca, resultando em queda das taxas de lucro e mais-valor; substituição de dispêndio de força física e industrial da força de trabalho por tecnologias ligadas à microeletrônica e robótica (MARTINS, 2011).

Esses determinantes colocam a superexploração da força de trabalho em novos contextos, onde o papel do EIR e a desmobilização e desorganização da classe trabalhadora são relevantes para se manter a extração do mais-valor via superexploração e até mesmo intensificá-la. Ao mesmo tempo, pode-se citar algumas contratendências que podem suavizar a agudização da superexploração da força de trabalho nesse contexto, como aponta Martins:

a) a reversão da deterioração dos termos da troca que se desenvolve a partir de 2003 em função do surgimento da demanda chinesa e seus impactos sobre a elevação dos preços dos produtos primários; b) as remessas de emigrados latino-americanos desde os Estados Unidos e Europa, como contrapartida da apropriação internacional de valor sob forma de força de trabalho que a América Latina sofre a partir do processo de globalização; e c) a ascensão aos Estados latino-americanos de forças de esquerda e de centro-esquerda na conjuntura de crise política e ideológica do neoliberalismo [...] (MARTINS, 2011, p. 311)

Embora estas contratendências possam suavizar a superexploração, acredita-se que os efeitos dela não são permanentes nem de longo prazo. A realidade atual demonstra, através dos níveis de desemprego, trabalhos precarizados e inseguros, bem como através da queda drástica dos níveis de vida da classe trabalhadora, que tais efeitos já podem ter ficado no passado.

Sendo assim, o movimento realizado pelo capital para impedir a queda tendencial da taxa de lucro e seu movimento para o avanço, expansão e acumulação de capital, envolve o mundo todo. Para salvar a lucratividade com tendência à queda, os capitais imbricados utilizam-se de diversas manobras para controlar a queda de ações de suas empresas, envolvendo várias instâncias inclusive o Estado. De modo geral, as estratégias políticas para se evitar a queda da taxa de lucros, se evidenciam e tem como consequência a diminuição dos salários reais que vão impactar o acesso ao consumo necessário dos trabalhadores. Ou seja, todas as estratégias adotadas para manter-se a hegemonia de um país capitalista central, ou para elevar-se a expansão e a acumulação de capital possui incidência direta da vida dos trabalhadores; assim, se a queda da taxa de lucro se apresenta como uma tendência deste sistema, as contratendências pensadas para a reversão desse processo a nível mundial vai, ora com mais intensidade, ora com menos, incidir contra o fundo de vida ou contra o fundo de consumo do trabalhador.

O fato de lideranças empresariais serem os privilegiados que discutem com o Estado o rumo da classe trabalhadora, juntamente com organismos internacionais e investidores internacionais, já demonstra em que mãos está o destino da classe trabalhadora, caso esta não se insurja contra toda essa dinâmica intrincada.

Enfim, a explanação a respeito da superexploração da força de trabalho deve levar em consideração os processos econômicos, políticos e sociais que ocorrem na dinâmica do capitalismo mundial, sobretudo ao explicitar como ela atua como base e fundamento da dependência no capitalismo *sui generis* latino-americano. Embora haja mudanças significativas em todo o globo, que envolve e internacionaliza o capital, as mudanças no modo como atua a superexploração da força de trabalho, fundamento da dependência, se intensifica em certos momentos e suaviza temporariamente em outros. Contudo, ainda parece atuar para a manutenção da dependência. Obviamente, um estudo neste sentido necessita de maior tempo e aprofundamento, mas espera-se que as discussões e problematizações tenham sido iniciadas neste breve trabalho.

3.3. A superexploração da força de trabalho rural: da tardia regulamentação do trabalho à contribuição no processo de acumulação na economia dependente brasileira.

A formação da força de trabalho rural brasileira só pode ser compreendida a partir da análise da distribuição da terra no país. Ainda que sumariamente, pode-se dizer que todo a questão agrária se inicia logo no processo de colonização das terras brasileiras e, posteriormente, à sua povoação, a partir das capitânicas hereditárias, da distribuição das sesmarias e das tentativas de regularização da propriedade territorial, que há mais de séculos geram conflitos armados no campo, situação que só mudou de forma no século XXI, haja vista que os conflitos por terra ainda matam rotineiramente ativistas defensores dos direitos dos trabalhadores do campo. Em resumo a este processo, Prado Junior (1979) recorda que:

[..] Os sucessos da exploração agrária se devem no Brasil, em primeiro lugar, à larga disponibilidade de terras em cuja apropriação não concorreu com o número relativamente reduzido dos empreendedores da exploração agrária do País, e que se tornaria sua classe dominante, nenhum outro contingente da população. A massa escrava, mais tarde, apenas recém-egressa da escravidão, bem como os imigrantes que a partir do século passado vieram reforçar os contingentes de trabalhadores do campo brasileiro, nunca estiveram em condições de seriamente disputar para si o patrimônio fundiário da nação. Desde o início da ocupação e colonização do território brasileiro, a até hoje ainda, os títulos de propriedade e o domínio da terra galopam muito adiante da frente pioneira de penetração e ocupação. E os poucos ousados que se adiantaram e adiantam a essa linha – como os “posseiros” de nossos dias – não oferecem maior resistência. Talvez o façam um pouco mais em alguns lugares e no presente, mas não foi assim até muito recentemente. O papel que historicamente sempre coube à classe trabalhadora do campo brasileiro – salvo as exceções, relativamente insignificantes dos colonos do extremo sul do País e do Espírito Santo -, e que ainda lhe cabe, é tão-somente, no essencial, o de fornecer mão-de-obra à minoria privilegiada e dirigente desta empreitada que é e sempre foi a agropecuária brasileira (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 25).

A essa realidade rural brasileira, soma-se o fato da luta por terra ser duramente reprimida e, apesar do Brasil ter realizado algumas (insignificantes) configurações do sistema de Reforma Agrária, a questão agrária segue sendo uma necessidade estrutural do país, mas que é sempre estrategicamente relegada, um entrave no qual não se permite uma discussão séria a nível governamental. A concentração de terras em poucas mãos é determinante para a manutenção da situação na área rural brasileira e, sem uma Reforma Agrária de fato, as desigualdades na área rural e a pauperização da classe trabalhadora rural nos levará ao aprofundamento desse nefasto processo. Como se pode observar, grande parte dos estabelecimentos agrícolas possui terras menores e ocupam irrisórios

2,4% das terras relacionadas aos estabelecimentos agropecuários. Já as grandes extensões de terras possuem menos de 1% do total de estabelecimentos agropecuários do país, mas ocupam 44% da área total desses estabelecimentos. Isso demonstra que há poucos afortunados com grandes extensões de terras e, por outro lado, milhares de trabalhadores do campo, sem terra alguma para plantio e sobrevivência.

Tabela 8: Área e número dos estabelecimentos agropecuários conforme CENSO Agropecuário 2006

Estrato da área	Área dos estabelecimentos agropecuários (ha)	% do nº de estabelecimentos de cada categoria, no nº total	% da área ocupada por categoria na área total
	2006		
Total	329.941.393		
Menos de 10 ha	7.798.607	47	2,4
De 10 ha a menos de 100 ha	62.893.091	38	19
De 100 ha a menos de 1000 ha	112.696.478	8,2	34
1000 ha e mais	146.553.218	0,91	44

Fonte: quadro elaborado com dados do Censo Agro 2006, IBGE.

Apesar de não ser intenção deste trabalho o aprofundamento na questão agrária no país, se faz necessário entender a dinâmica da formação da força de trabalho rural para a análise da superexploração da força de trabalho no campo, como a extração do mais-valor na área rural foi fundamental para o processo de acumulação brasileiro, garantindo o processo de industrialização (ainda que tardia) brasileira mas, também, permitindo certo avanço no desenvolvimento brasileiro contraditoriamente às práticas retrógradas no campo.

O período entre 1850 e 1930, de economia exportadora, foi decisivo para a acumulação capitalista dos países centrais (como já visto com Marini), lembrando que, anteriormente, a mão-de-obra escrava facilitava os trabalhos nos grandes latifúndios até ser cessado o tráfico de escravos em 1850, a promulgação da Lei do Ventre Livre em 1871

e finalmente a abolição da escravatura em 1888⁸⁸. Diante de uma iminente “crise” de mão-de-obra juntamente com a intensificação do cultivo do café, que exigia trato específico e delicado na plantação, justificou-se a contratação de colonos estrangeiros⁸⁹, que trabalharam principalmente nesta cultura do café, em detrimento de contratação e mão de obra livre de ex-escravos (GRAZIANO NETO, 1986).

Concomitantemente a essas transformações, faz-se importante trazer a análise sobre a Lei de Terras, promulgada em 1850, semanas após a cessação do tráfico negreiro. Essa atitude teve a intenção de garantir a estrutura fundiária do país sendo que, do contrário, sofreria revezes na centralização e acumulação de capital. Esse processo negou o acesso à terra dos ex-escravos, colonos, posseiros, sendo as terras devolutas sob a tutela do Estado que não mais as doaria, e sim as venderia (SAKAMOTO, 2008).

Essa atitude da burguesia nacional (gerida pelo Estado), serviu para lançar à miséria absoluta contingentes populacionais extensos, cuja força de trabalho não servia para atender às exigências de acumulação do capital vigente à época. Essa situação perpetuou-se por gerações, ainda com incidências na população negra brasileira, que hoje configura os primeiros lugares nas estatísticas de desigualdade social e pobreza do país. Segundo dados do IBGE de 2014, as pessoas que se declaram pretas ou pardas somam mais da metade de população brasileira (52,9%). Contudo, é a população que mais ganha abaixo da média salarial do país, que para o ano de 2014 foi apurada em R\$ 1.012,25, além de constatar que no âmbito da Educação, ainda existe um fosso educacional entre os negros e os brancos, sendo que estes são os que mais vão à escola e se saem melhor nas avaliações nacionais de educação (EBC, 2016).

Pois bem, este processo que compreende desde a libertação dos escravos e a economia exportadora, vai culminar no atendimento às exigências da acumulação dos países centrais, onde a produção exportadora passou a atendê-los, permitindo o seu

⁸⁸ Relembrando que a cessação da escravatura já era realidade em países desenvolvidos e significava um atraso; manter esse tipo de mão de obra para o capitalismo nascente era um entrave. Inspirados por movimentos de maior liberdade econômica (influências externas), e por pressões da Inglaterra, o Brasil abole a escravidão, mas o motivo predominante seria por consequências econômicas, ou seja, além da questão de defesa destas pessoas, por movimentos abolicionistas e humanitários, foi possível a abolição da escravatura porque economicamente, no sistema capitalista, não era mais viável esse tipo de trabalho, por não ser tão lucrativo quanto o trabalho livre, onde o patrão não se “responsabiliza” pela mercadoria adquirida, sendo que por ela paga um determinado preço, e se esse preço é ou não suficiente para seu trabalho, não importa, além da substituição de força de trabalho por outra ser facilmente realizada quando pertinente ao capital.

⁸⁹ Os colonos estrangeiros chegaram ao Brasil em busca de oportunidades de trabalho, sendo que em seus países de origem não mais conseguiam um lugar para vender sua força de trabalho, eram os excluídos daqueles países e vieram buscar melhores condições de vida no país.

desenvolvimento industrial e a transição do mais-valor absoluto ao relativo; no Brasil, a realidade para a classe trabalhadora, sobretudo a rural, era diversa: a superexploração da força de trabalho, recorda-se, servia à reposição da extração do mais-valor pelos países centrais.

Então, pode-se verificar que a massa de trabalhadores rurais se viu (e ainda se vê) ainda mais prejudicada por esse processo pois, ao longo dos anos, adentrando o período de substituição de importações e de promulgação de leis trabalhistas, o trabalho rural, ainda que precariamente legislado, não foi efetivado na realidade rural, vigorando a desregulamentação massiva dos trabalhadores, embora a legislação trabalhista houvesse contemplado alguns direitos a esse público, como será visto adiante.

Diante desse processo, poderá ser verificado que, ao mesmo tempo, ocorre a Modernização da Agricultura⁹⁰, que vai se consolidando também sobre uma mudança nas relações sociais de produção rural, continuando ou agravando a situação do trabalhador rural. A modernização não se refere, no caso, somente à base técnica de produção, mas também à utilização da força de trabalho:

[...] A composição e a utilização do trabalho modificam-se, intensificando-se o uso do “bóia-fria” ou trabalhador volante; a forma de pagamento da mão-de-obra é cada vez mais a assalariada; os pequenos produtores, sejam proprietários, parceiros ou posseiros, vão sendo expropriados, dando lugar, em certas regiões, à organização da produção em moldes empresariais (GRAZIANO NETO, 1986, p. 26).

Prado Junior (1979)⁹¹ também refere à questão dessa Modernização, concordando com Graziano Neto em relação à questão das mudanças nas relações de trabalho e maior empobrecimento dos trabalhadores do campo:

Seja onde for, e seja qual for, a grande exploração de tipo comercial (como é o caso em todos os principais setores da agropecuária brasileira) tende, quando a conjuntura lhe é favorável, a se expandir e absorver o máximo de terras aproveitáveis, eliminando lavradores independentes, proprietários ou não, bem como suas culturas de subsistência. Agravam-se em consequência as condições de vida da população trabalhadora rural cuja remuneração, seja em salário, seja

⁹⁰ Mudanças ocorridas no processo técnico do trabalho agrícola, bem como na organização da produção e nas relações sociais de produção. Processo caracterizado pela expansão do assalariamento e à expulsão e expropriação dos pequenos produtores para dar lugar a moldes empresariais no campo. Ver mais detalhes em Graziano Neto (1986).

⁹¹ Prado Junior via na importância da extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores rurais, um caminho “mais curto” para a elevação do nível de vida da classe trabalhadora rural, juntamente com a defesa de redistribuição da propriedade da terra; inclusive, tal posicionamento contrariava seu partido (o PCB), questão que Prado Junior não lhe poupava críticas.

em participação no produto principal (como se dá no Brasil com a parceria na cultura algodoeira) está sempre aquém do preço relativo dos gêneros de subsistência que os trabalhadores são obrigados a adquirir no comércio – comércio esse em geral, e por força das próprias condições geradas pela função absorvente da grande exploração, fortemente espoliativo. As conclusões gerais do relatório da ONU acima citado são, no que se refere ao assunto de que nos ocupamos, que o desenvolvimento agrícola, por si só, não proporciona elevação compensadora dos níveis de vida, e que a obtenção de maior produtividade e maior renda do capital invertido, não é acompanhada pela elevação dos padrões de vida da população rural (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 31).

A constatação acima leva a refletir sobre o papel do trabalho rural para a acumulação de capital no país, por meio da superexploração da força de trabalho, que pode ser constatada através do mal propalado direito trabalhista rural, tardiamente regulamentado e ignorado por muitos anos, fazendo com que houvesse grande economia com o custo do trabalho rural, além de poder realizar todas as manobras de pagamento abaixo do valor da força de trabalho (abaixo do salário mínimo, o que também é bastante grave), sem regulamentação de jornadas de trabalho. Em outras palavras, considerando as colocações postas e os desenvolvimentos da TMD, tem-se como hipótese que a desregulamentação do trabalho rural ou sua tardia regulamentação, foi funcional à acumulação capitalista nesse país dependente.

Com base em uma agricultura exportadora e por vezes de monocultivo, adentrando ao processo de Modernização, abraçou de vez a produção capitalista na agricultura, sendo que o início de todo esse processo foi sustentado pelo trabalho escravo e pela superexploração da força de trabalho, haja vista que a desregulamentação do trabalho rural não previa um limite para a jornada de trabalho, além do salário ser pago como “queria” o patrão, não obedecendo a um mínimo salarial, situação que foi se modificando quando a agricultura passou a se industrializar (agroindústria) anos mais tarde, mas ainda com limitações.

A tardia regulamentação trabalhista foi proposital e funcional na cena brasileira para a acumulação de capital. Veja: a regulamentação do trabalho com direitos básicos serviu, em outras terras e dentre outros objetivos, para fomentar o mercado interno, possibilitando que o trabalhador também fosse consumidor e assim movimentasse a economia enquanto tal. Entretanto, no Brasil, não havia a preocupação em fomentar o trabalhador como consumidor, haja vista que o mercado interno se preocupava em atender às demandas do mercado externo e, depois, a um mercado interno seletivo, voltado para quem poderia adquirir bens de luxo. Assim, o trabalhador brasileiro não era o foco do

mercado interno, menos ainda o trabalhador rural. E sendo assim, o salário podia ser pago abaixo do valor necessário para a reposição de energia física do trabalhador, debilitando sua vida útil de trabalho e restringindo seu fundo de consumo. Todavia, no âmbito rural, isso foi levado ao limite, seja por restrição de fiscalização em meio rural, seja pela dificuldade de mobilização⁹² dos trabalhadores rurais à época, sobretudo no contexto político de governantes que estavam de posse do poder para o atendimento dos interesses dos capitais tanto internos quanto estrangeiros.

Muito embora a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) tenha trazido alguns direitos ao trabalhador rural, este não foi efetivo de nenhum modo, por anos. A regulamentação do trabalho iniciada em 1930 com Getúlio Vargas, proveniente da mobilização dos trabalhadores e ao mesmo tempo com a finalidade de conter alguma insurgência, pacificou os conflitos capital x trabalho por algum tempo, junto ao lento processo de industrialização, o interesse era apaziguar conflitos para juntos, capital + trabalho poderem contribuir para o desenvolvimento do país.

O trabalhador rural, embora não tenha ficado totalmente fora do processo, sofreu incidências da desregulamentação, apesar de ter em lei seus direitos trabalhistas, ainda que restritos, com a CLT em 1943. Kreter (2010) aponta que a legislação trabalhista trouxe, desde 1943, alguns direitos básicos ao trabalhador rural, ao que divide a temporalidade da legislação trabalhista voltada à área rural em fases, sendo a primeira fase correspondente ao período de 1943 a 1963, segunda fase de 1963 a 1973 e terceira fase de 1973 a 1999.

Nesta primeira fase, correspondente ao período compreendido entre a criação da CLT e a criação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), os direitos do trabalhador rural não estavam explícitos, haja vista que a legislação vigente não era específica ao trabalhador rural, mas continha alguns dispositivos que os atendiam, tais como: aviso prévio, repouso semanal remunerado, salário mínimo⁹³, férias, contrato individual de trabalho e remuneração (KRETER, 2010).

Ainda segundo a autora, a CLT serviu como um início à inclusão do trabalhador rural no âmbito dos direitos trabalhistas e previdenciários, mas que apresentou resultados inexpressivos no seu cumprimento, em todas as regiões do país. Ou seja, havia a legislação, mas a regulamentação para o trabalhador rural não foi realizada, o que

⁹² O que não quer dizer que não havia movimentos no campo.

⁹³ Importante frisar que as despesas com habitação, alimentação eram descontadas do valor do salário.

implicou no empobrecimento e péssimas condições de vida dos trabalhadores rurais, que ao adoecer tinham que contar com a benemerência dos patrões para não sucumbirem, haja vista que nenhum direito trabalhista ou previdenciário lhe era, de fato, garantido.

Na segunda fase que correspondeu à criação do ETR e a criação da Lei nº 5.889 de 08/06/1973, os trabalhadores rurais permaneceram na mesma situação, a desregulamentação do trabalho rural ainda era adotada em peso pelo Estado, beneficiando o patronato rural e a acumulação de capital no país. No papel, os direitos dos trabalhadores rurais foram além dos já contidos na CLT, sendo eles: jornada de trabalho estabelecida em 8 horas diárias, carteira de trabalho obrigatória, estabilidade após 10 anos de serviço, criação de um conselho arbitral vinculado ao Ministério Público (para conciliações decorrentes de disputas com escopo no ETR), extensão para dois anos do prazo de reclamação de direito trabalhista, mesmas responsabilidades entre proprietário, empreiteiro e parceiro, além de redução dos descontos do salário mínimo, provenientes de alimentação e habitação. Além disso, a criação do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL)⁹⁴ e, anos mais tarde, do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRÓ-RURAL)⁹⁵ apresentou aos trabalhadores rurais diversos benefícios previdenciários, dos quais não tinham direito algum (KRETER, 2010).

Na terceira fase que corresponde à criação da Lei nº 5.889 de 1973 até a criação do Decreto nº 3.048 de 1999, que corresponde à regulamentação da legislação previdenciária⁹⁶, os trabalhadores rurais alcançaram mais alguns direitos bem como a melhoria dos dispositivos trabalhistas já colocados anteriormente, além de abordar algumas das diversas especificidades do trabalhador rural e sua relação com a terra e o patronato.

O que se pode inferir é que, desde a Constituição Federal de 1988, houve uma certa aceleração na regulamentação do trabalho rural, inclusive com instâncias de fiscalização (ainda que não ideais), mas que foram essenciais para que o avanço da legislação trabalhista no campo fosse, de fato, uma realidade.

⁹⁴ A grosso modo, trata-se de alíquota de contribuição social que deve ser paga pelo produtor rural sobre o valor total de suas receitas. Houve muita polêmica sobre o FUNRURAL e inclusive considerado inconstitucional, foi reformulado em 2001, com vigência até os dias atuais.

⁹⁵ O Pró-rural é um programa executado pelo FUNRURAL, que oferece serviços previdenciários aos produtores rurais e agricultores familiares (pessoa física).

⁹⁶ Para fins previdenciários, o trabalhador rural passou a equiparar-se ao trabalhador urbano a partir de 1999 (embora com algumas particularidades na caracterização desse direito). Para fins trabalhistas, ainda vigora a Lei 5.889 de 1973, desde que seus dispositivos não colidam com a CLT.

De posse desse breve histórico sobre a regulamentação do trabalho rural no Brasil, pode-se chegar à algumas hipóteses. Um país capitalista em desenvolvimento não pode prescindir de atender às reivindicações da classe trabalhadora, sob risco de convulsão social: foi necessário um mínimo de direitos trabalhistas para que a máquina funcionasse sem maiores problemas e convulsões sociais. Porém, os trabalhadores do campo sofreram os revezes dessa história quando o Estado escolheu deixar à sorte seus direitos trabalhistas e previdenciários, embora já formalizados, ao contrário do que ocorreu com os trabalhadores urbanos.

Na área rural, que produz bens de consumo que fazem parte da cesta de consumo do trabalhador, que sustentava inclusive a dinâmica capitalista dos países centrais através do fornecimento de alimentos produzidos e exportados com a incidência da deterioração dos termos de troca, como já visto, não podia repor a perda de valor somente pagando o valor da força de trabalho abaixo do seu valor e estendendo a jornada de trabalho, bem como intensificando o uso dessa força de trabalho; era necessário também privar os trabalhadores dos diversos direitos trabalhistas, já conquistados pelos trabalhadores urbanos. Aliás, formalmente tinham esse direito, mas efetivamente, não. Contingentes de trabalhadores rurais informais eram a tônica que acompanhava o desenvolvimento capitalista dependente brasileiro, o que ocorre até os dias atuais.

Além dos problemas de fiscalização do trabalho no âmbito rural, que acabou também sendo funcional à desregulamentação desse trabalho, também existe a situação do pequeno produtor, que trabalha em regime de economia familiar⁹⁷ para a subsistência de sua família, vendendo o excedente. Por vezes, esses possuem empregados rurais, mas, também são empobrecidos do ponto de vista do acesso à renda, por dificuldades que o

⁹⁷O pequeno produtor rural ou o agricultor familiar é aquele que vive em regime de economia familiar e que produz o necessário para sua subsistência e de sua família, vendendo o excedente. Além disso, conta com os familiares para a produção, bem como com até 120 empregados/dia/ano, dentro do ano civil (quer dizer, o agricultor pode contratar uma pessoa diferente para cada um dos 120 dias, ou duas pessoas por 60 dias cada, ou três pessoas por 40 dias cada, no ano civil. Além disso, o tamanho da terra se torna importante verificar, haja vista que não pode ultrapassar quatro módulos fiscais (conforme sua região de atuação). Muitas vezes, estes produtores que são segurados especiais, possuem uma terra pequena, e sua relação com a terra é de sobrevivência absoluta. O emprego de mão de obra se dá, geralmente, em período de safra. Não são grandes produtores e comercializam o excedente, geralmente, no local de moradia e arredores. Contam com pouco apoio governamental, que hoje em dia drena o financiamento rural ao agronegócio: o Plano Agrícola e Pecuário do período 2017/2018 destinará R\$ 200 bilhões com menores juros aos médio e grandes produtores rurais. Já o Plano Safra da Agricultura Familiar 2017/2020, destinará entre 2017/2018 R\$ 30 bilhões em créditos e com menores juros. Isto significa que, em um país que é alimentado pelos pequenos produtores, ou seja, onde 70% dos alimentos que vão para a mesa dos brasileiros são provenientes da agricultura familiar (MDA/BRASIL, 2017), o financiamento discrepante em prejuízo dos agricultores familiares revela que o agronegócio existe para atendimento de uma demanda eminentemente capitalista de produção para exportação, degradando terras, meio ambiente e contaminando os alimentos produzidos.

latifúndio e o agronegócio impõem a esses pequenos produtores, que sem apoio devido do governo, acabam tendo que se manter a duras penas, sendo impossibilitados de regulamentar a força de trabalho empregada em suas pequenas propriedades e produções.

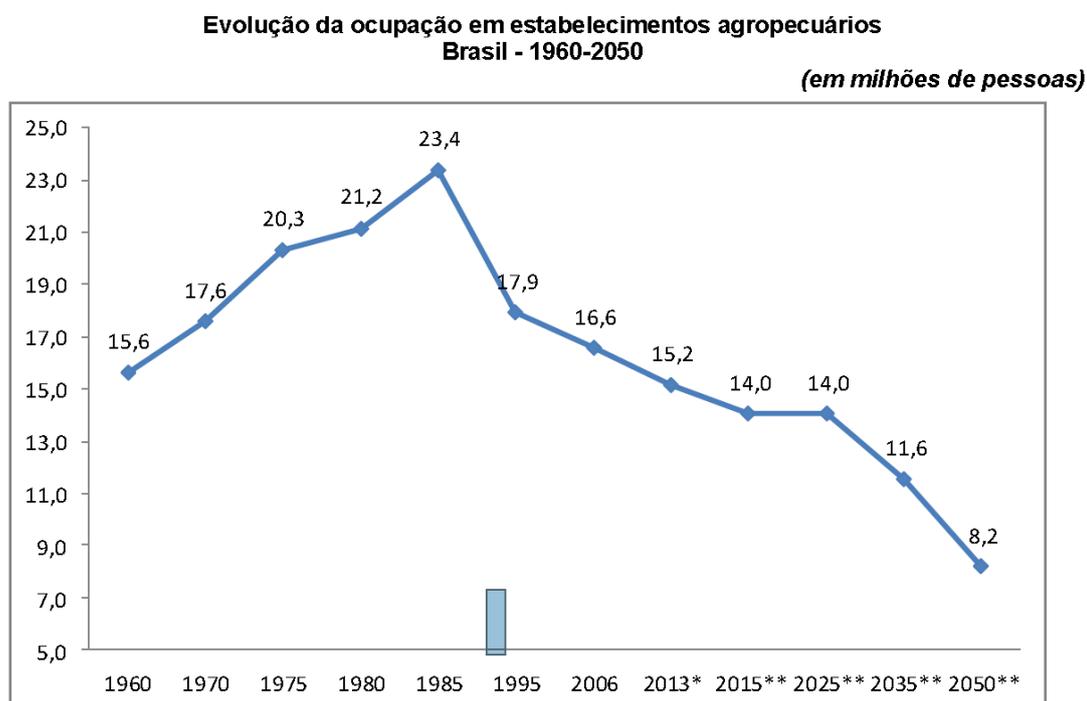
As condições de vida do trabalhador do campo são difíceis em decorrência do acesso às políticas sociais (que é dificultada e adstrita, raras exceções) à cidade, a maciça informalização e o baixo salário (não ultrapassa um salário mínimo na maioria das vezes, podendo ser até menor que esse).

A modernização da agricultura vem expulsando contingentes de mão-de-obra, pela redução drástica dos postos de trabalho rural, ocasionando um esvaziamento do campo, além de outros fatores, tais como: aumento de demanda por mão de obra nas cidades, em decorrência do processo de industrialização, precarização do trabalho rural, elevação da concentração de terras, dentre outros.

Em 2010, a população brasileira somava 190 milhões de pessoas, segundo o último Censo Demográfico. A população rural era de aproximadamente 30 milhões (52% homens e 48% mulheres), o que representava 15,6% da população total do país. Mas o número de habitantes no meio rural tem diminuído aceleradamente ao longo dos anos. Em 1950, por exemplo, 63,8% da população residiam no meio rural. Em 1970, houve uma inversão desse quadro, com a população passando a ser majoritariamente urbana. Em 1980, por exemplo, os moradores na área rural representavam apenas 32,3% da população total e a estimativa para 2050 é que se situe em torno de 8,0% (DIEESE, 2014).

A ocupação rural também vem sendo modificada pela forte mecanização da agricultura, que reforça ainda mais a informalização do trabalho rural, sendo que os trabalhadores, diante de um contingente de outros sedentos por um lugar no mundo do trabalho, acabam aceitando qualquer oferta de emprego, ainda que gere renda abaixo do salário mínimo, sob o risco de ficar sem qualquer pagamento caso recuse ofertas de trabalho precárias e sem condições dignas. O quadro abaixo nos traz a evolução da ocupação rural, para demonstração da queda da ocupação do trabalho rural nos estabelecimentos rurais ao longo dos anos, já com projeção para 2050 (DIEESE, 2014, p. 6).

Gráfico 1: Evolução da ocupação em estabelecimentos agropecuários no Brasil



Fonte: IBGE. Censo Agropecuário

Nota: *Pessoal ocupado com base nos dados da Pnad/2013 (IBGE); **Estimativa: DIEESE

Assim, se tem como hipótese que a história dos trabalhadores rurais foi funcional ao Brasil em sua fase de expansão capitalista, funcional à acumulação de capitais em detrimento de suas mínimas condições de vida. Desde o período agro-exportador, passando pela industrialização (beneficiada pelos investimentos estrangeiros), até a globalização e mundialização do capital, os trabalhadores rurais foram expropriados de seus direitos mais básicos para que fosse possível alcançar uma escala mais ampliada de capitais, levando a poucos trabalhadores os direitos trabalhistas conquistados ainda em 1943.

Embora a regulamentação hoje se apresente, a realidade se mostra alarmante no que tange aos direitos do trabalhador rural, que diante da informalidade, não consegue inserir-se em políticas de proteção ao trabalho:

Em 2013, entre os 4,0 milhões de ocupados empregados (ou assalariados), a maioria (59,4% ou 2,4 milhões) encontrava-se como empregado sem carteira de trabalho assinada, e 40,6% (1,6 milhão) como empregados com carteira de trabalho assinada [...]. Em outras palavras, a maior parte dos trabalhadores assalariados rurais no Brasil está em situação de trabalho ilegal (ou informal), ou seja, sem nenhuma das proteções garantidas pelo vínculo formal. Esta taxa

de ilegalidade ou informalidade está bem acima da taxa geral do país, em torno dos 50,0% (PME/IBGE, agosto 2014) (DIEESE, 2014).

Hoje, o ainda elevado nível de informalização do trabalho rural pode conter alguns elementos diferenciados, como a questão das poucas condições dos pequenos agricultores contratarem formalmente seus empregados, bem como a questão dos grandes produtores, que na via do agronegócio, conseguem efetivar vastas plantações com auxílio de maquinário e pouca mão de obra. Há ainda a questão dos trabalhos análogos à escravidão, que podem ser entendidos como uma forma do capital de driblar os custos do trabalho (uma nova forma de fazer frente à concorrência? Ou uma forma de acumulação baseada em modelos pretéritos de outros sistemas de produção?).

O trabalho escravo [...] é uma realidade em pleno século XXI. De 1995 a 2014 (até maio), foram realizadas 1.587 operações de fiscalização para erradicação do trabalho escravo, em que foram inspecionados 3.773 estabelecimentos e resgatados 46.588 trabalhadores - 44% desse total no meio rural [...]. As principais atividades econômicas do meio rural com maior número de resgatados são: lavouras (temporárias e permanentes), pecuária, reflorestamento, carvão vegetal, extrativismo, cana-de-açúcar e desmatamento (DIEESE, 2014, p. 26).

Além, a reincidência ao ciclo da escravidão também serve para atestar que as formas de sobrevivência de muitos trabalhadores rurais são ainda miseráveis, e que a limitação de políticas sociais para o atendimento a essa situação agrava o quadro. E mais, atesta também que na falta de trabalho digno para sobrevivência ou de aporte por parte do Estado, sujeita-se a qualquer tipo de trabalho, que não deixa de beneficiar quem os institui (os grandes produtores). A lista atualizada do trabalho escravo, publicizada em Abril/2018, mostra que 43% das novas empresas que passaram a compor a lista suja do trabalho escravo, são do agronegócio:

O agronegócio continua sendo dominante na lista suja não é nenhuma surpresa, porque ele é dominante na prática do trabalho escravo. Ele representa mais da metade dos casos e dos resgatados. Houve um ano ou outro em que foi diferente, quando houve muitos resgates na confecção, na construção civil, mas isso foi fora do padrão" (FR. XAVIER PLASSAT in BRASIL DE FATO/MST, 2018).

O trabalho análogo à escravidão contribui nos processos de superexploração da força de trabalho, ao deixar de garantir os mínimos essenciais de direitos ao trabalho, utilizando a força de trabalho indiscriminadamente e sem remuneração ou com

remuneração irrisória e insuficiente para o mínimo de alimentação. Um retrocesso na cena brasileira, assim como a informalidade ainda prevalecente na área rural.

A respeito dos níveis salariais, atrelado à exploração e taxa de adoecimento rural⁹⁸ podem atestar, em primeira instância, que a superexploração da força de trabalho está presente na área rural e que a desregulamentação do trabalho foi funcional ao capital. As consequências disso se dão ainda hoje, e podem ser verificadas através das estatísticas de informalização no meio rural, conforme visto acima.

Ao comparar o Censo de 1920 e 1991, Kreter (2010) analisa a uniformização dos salários em geral, no âmbito rural, não sem considerar as diferenças regionais, como por exemplo o Nordeste, que não acompanhou esse padrão de uniformização ocorrido no país. A autora atesta um aumento salarial em geral no âmbito rural nesse período, mas que se considera insignificante do ponto de vista de mudança social e melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais, isto é, tal “aumento” salarial não significou garantia de vida digna, o que leva a concluir que o salário não cumpre seu dever de repor o gasto de energia física da força de trabalho utilizada no meio rural.

A questão da ocupação na área rural revela, além da informalidade, o nível de desemprego na área que leva, por vezes, os trabalhadores a aceitarem trabalhos precários ou a migrarem para a área urbana em busca de emprego. O trabalho precário também se caracteriza como uma forma de superexploração. As pessoas ocupadas⁹⁹ nos estabelecimentos agropecuários somam 18,9% (16.567.544) das pessoas ocupadas no

⁹⁸ [...] são ainda muito elevados os números de acidentes de trabalho, como a intoxicação humana por agrotóxicos. Segundo a Fiocruz (Sinitox/Fiocruz/Sinan), em média, há cerca de seis mil casos registrados por ano de intoxicação humana por esse tipo de produtos. A elevação do consumo de agrotóxicos no campo tende a tornar a situação ainda mais grave. O excesso de esforço, fruto do trabalho por produção, é outra causa de acidentes, doenças e mortes no meio rural (DIEESE, 2014, p. 27).

⁹⁹ Pessoal ocupado: pessoas com laço de parentesco com o produtor (cônjuge, filho(a), pai, mãe, sogro(a), avô(ó), genro, nora, companheiro(a), menor sob guarda ou tutela, irmão(ã), neto(a), tio(a), sobrinho(a), primo(a), cunhado(a), enteado(a) do produtor), empregado permanente, empregado temporário, empregado-parceiro, todas as pessoas que “trabalharam em atividades agropecuárias ou em atividades não agropecuárias de apoio às atividades agropecuárias, como motorista de caminhão, cozinheiro, mecânico, marceneiro, contador e outros, bem como os produtores ou administrador de explorações comunitárias, juntamente com as pessoas que tinham laços de parentesco com eles e que estiveram trabalhando no estabelecimento, no período de referência”. [...] O produtor ou o administrador e as pessoas ocupadas (homens, mulheres e crianças) com laços de parentesco com o mesmo, que executaram ou auxiliaram o produtor ou administrador nas atividades do estabelecimento, segundo os dias trabalhados (menos de 60 dias, de 60 a menos de 180 dias e 180 dias ou mais), também foram consideradas. Não se considerou, como pessoal ocupado no estabelecimento, as pessoas com laços de parentesco com a pessoa que dirigia o estabelecimento e/ou dos empregados que não executaram nenhuma tarefa; os empregados domésticos da residência do produtor ou administrador, que trabalharam exclusivamente em tarefas domésticas; e os residentes na área do estabelecimento que não participaram de nenhuma atividade, no período de referência. (IBGE/CENSO 2006).

país, segundo o Censo Agro 2006. Destas, 77% (12.801.179) são grupo de produtores e trabalhadores com laços de parentesco. Ou seja, são pequenos produtores com estabelecimentos rurais que utilizam quase que exclusivamente mão de obra familiar. Nos grandes estabelecimentos, a mão de obra familiar confirmava apenas 36,4%, o que sugere que os grandes estabelecimentos utilizam mais mão de obra assalariada, onde os trabalhadores/empregados rurais são mais absorvidos.

O número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos também leva em consideração a atividade principal, que a depender de sua especificidade, absorvem mais ou menos mão de obra:

Considerando a relação do pessoal ocupado (po) por área dos estabelecimentos, apenas os estabelecimentos cuja atividade principal foi floresta plantada (26,6 po/1 000 ha) apresentaram um valor inferior ao dos estabelecimentos com pecuária (27,3 po/1 000 ha). As lavouras permanentes formam o grupo da atividade mais intensiva no uso de pessoal (110 po/1 000 ha). Em um nível mais detalhado na análise das atividades, pode-se confrontar as culturas da soja (18,1 po/1 000 ha) e do café (162,0 po/1 000 ha) nos extremos inferior e superior, respectivamente, em termos de intensividade no uso do trabalho (IBGE, 2006).

O uso intensivo de mão de obra já diminuiu de maneira considerável em algumas atividades econômicas, tendência que vem sendo seguida nas lavouras, embora ainda empreguem um número maior de mão de obra. A mecanização da lavoura vem ganhando espaço no mundo agropecuário, haja vista que a utilização de máquina gera uma economia importante de mão de obra e torna a produção mais rentável; além, a mecanização da lavoura abriu espaço para outro mercado no mundo agrário, que corresponde à contratação do serviço de utilização de força mecânica (a terceirização da mecanização na agricultura) (IBGE, 2006). Isto leva à constatação de que, a crescente mecanização sobrepujará o quantitativo de mão de obra, aumentando a desigualdade no campo, o que poderá, por falta de vagas de trabalho, levar o trabalhador à aceitação de qualquer tipo de vínculo de trabalho para conseguir manter sua sobrevivência.

Enfim, todas estas caracterizações do trabalho rural e do modo como a economia se comporta nessa esfera, possui incidência sobre os trabalhadores, sendo estes, inclusive, contribuintes do processo de acumulação de capital no campo, conforme tentou ser demonstrado pelas estatísticas vistas até aqui. O histórico brasileiro de “distribuição” de terras, a atual concentração de terras, o elevado índice de informalidade no campo (antes e pós Constituição Federal de 1988), o avanço da mecanização no campo, dentre outros

fatores, deixam o trabalhador rural em uma posição precarizada, especialmente de tentativa de acesso ao trabalho, e toda essa situação leva à compreensão da importância que a superexploração da força de trabalho teve e tem para a acumulação de capital, não esquecendo também, nesse processo, da imbricação do capital industrial, comercial e da renda fundiária, que revela ainda mais a pertinência de todo o processo da superexploração da força de trabalho no campo.

CAPÍTULO 4. ANÁLISE DOS DADOS: A SAÚDE DO TRABALHADOR RURAL E SUA ANÁLISE PELA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

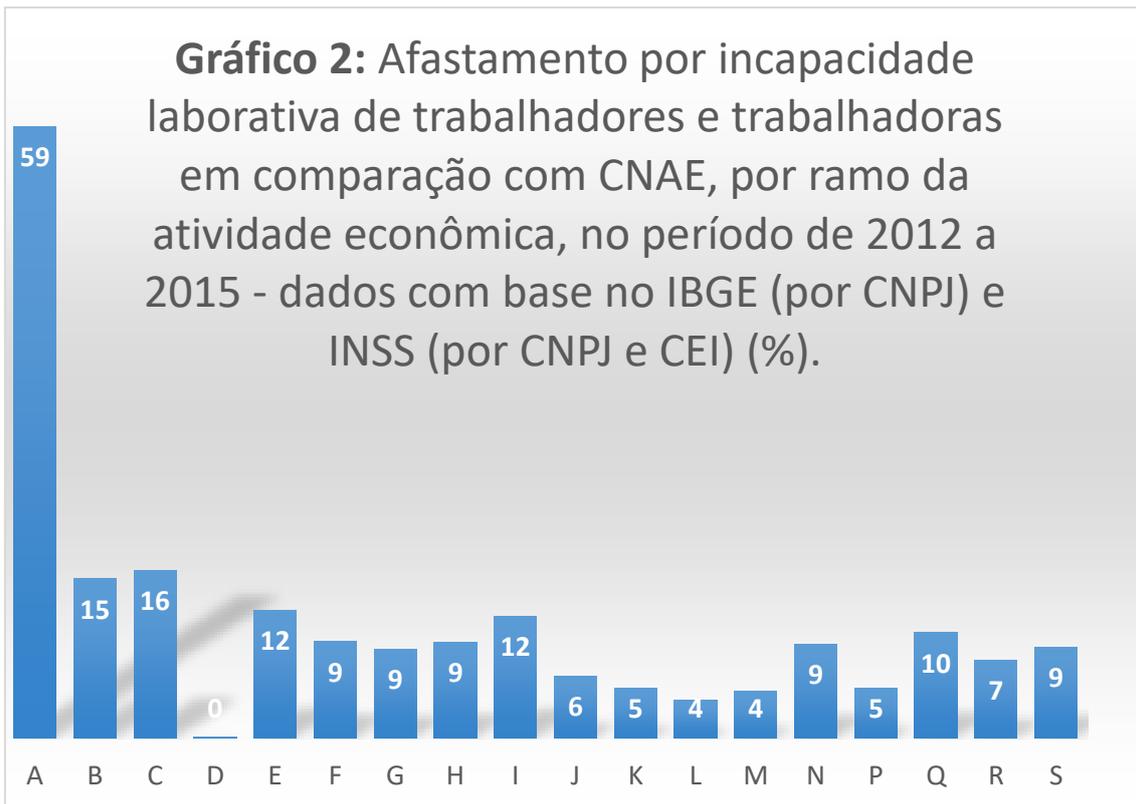
A exposição das análises dos dados desta pesquisa foi dividida em três momentos importantes, visando cumprir o que foi proposto neste trabalho. Para tanto, partiu-se, primeiro, da análise dos dados estatísticos, buscando demonstrar os diferentes cenários de adoecimento do trabalhador a partir de dados fornecidos pelo INSS e IBGE, ainda que com limitação importante, conforme já colocado na metodologia e conforme será visto adiante.

A seguir, buscou-se apresentar, em linhas gerais, a dinâmica econômica do ramo A na região de Lavras, apresentando sua importância para a economia de MG, bem como para sua pauta de exportações. Não se pretende aprofundar na questão, mas é relevante notar a importância da economia agrária na região e como a força de trabalho rural vem se relacionando com esse ramo da economia tão premente para o equilíbrio da balança comercial mineira.

E, a respeito da exposição de dados do trabalho de campo, esta será realizada por divisões, tópicos de análise necessários para que não se escape informações importantes que compõe o que se objetiva nessa pesquisa, que é investigar os determinantes que engendram o afastamento laborativo. Para tanto, foi necessária uma análise multidimensional do trabalho rural, buscando compreender a saúde do trabalhador na perspectiva da Economia Política.

Análise dos dados estatísticos

As análises realizadas trouxeram aproximações estatísticas do ramo da atividade econômica que mais gera afastamentos do trabalho. Com isso, vislumbrou-se três cenários possíveis para a compreensão sobre qual atividade econômica incide o maior número de afastamentos possíveis, lembrando que o período estudado é de 2012 a 2015.



Fonte: Gráfico elaborado após análise estatística realizada com base nos dados fornecidos pelo INSS e IBGE via E-sic.

Para encontrar, proporcionalmente, o número de trabalhadores afastados por ramo da atividade econômica, se faz necessário saber quantos trabalhadores estão atuando em cada um destes ramos, bem como, é necessário saber quantos trabalhadores foram afastados por ramo da atividade econômica. Na tentativa de se chegar a essa proporcionalidade, foi necessário obter dados do INSS (sobre trabalhadores afastados por ramo) e do IBGE (sobre o número de trabalhadores ativos em cada ramo).

Entretanto, os dados fornecidos por cada órgão federal acima, foram provenientes de base de dados diferentes, ou seja, o IBGE forneceu dados somente de CNPJ, obtidos na plataforma CEMPRE, que possui somente dados de trabalhadores vinculados aos empregadores que possuem CNPJ, ao contrário do INSS, que forneceu dados da base de CNPJ e CEI. Isto pode levar à uma grande discrepância do número de afastamentos do trabalhador rural, que neste cenário, foi de mais da metade dos afastamentos por ramo da atividade econômica, ou seja, foi constatado, com estes dados, que o trabalhador rural afasta mais do que os trabalhadores da indústria, por exemplo, o que não reflete bem a realidade da região estudada.

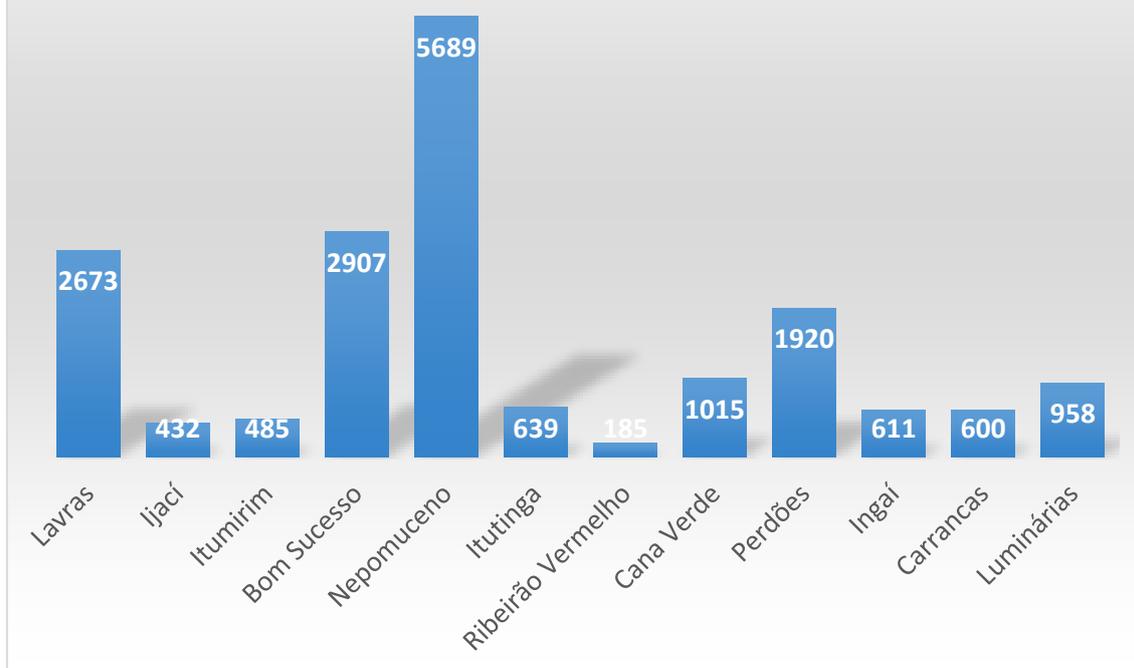
Nestas condições de análise, os trabalhadores rurais apresentaram índice elevadíssimo de afastamento, situação que mudará completamente no gráfico posterior, haja vista nova leitura a partir de dados equiparados, conforme verificado abaixo:



Fonte: Gráfico elaborado após análise estatística realizada com base nos dados fornecidos pelo INSS e IBGE via E-sic.

O gráfico acima apresenta os dados do INSS excluindo-se os trabalhadores cujo vínculo empregatício seja com empregador que utiliza o CEI, relacionando base INSS/CNPJ e base IBGE/CNPJ. Ou seja: com base de dados iguais entre INSS e IBGE, a situação se modifica em relação aos trabalhadores e trabalhadoras rurais que se afastaram do trabalho por incapacidade laborativa. Aqui, o ramo A cujo percentual de afastamento foi discrepante em relação aos demais ramos no gráfico 2, agora ficou abaixo dos ramos B, C, E, I, e Q. Contudo, os dados fornecidos para esta pesquisa, podem indicar alguma tendência, mas nunca afirmar qual o ramo da atividade econômica que mais gera afastamentos do trabalho.

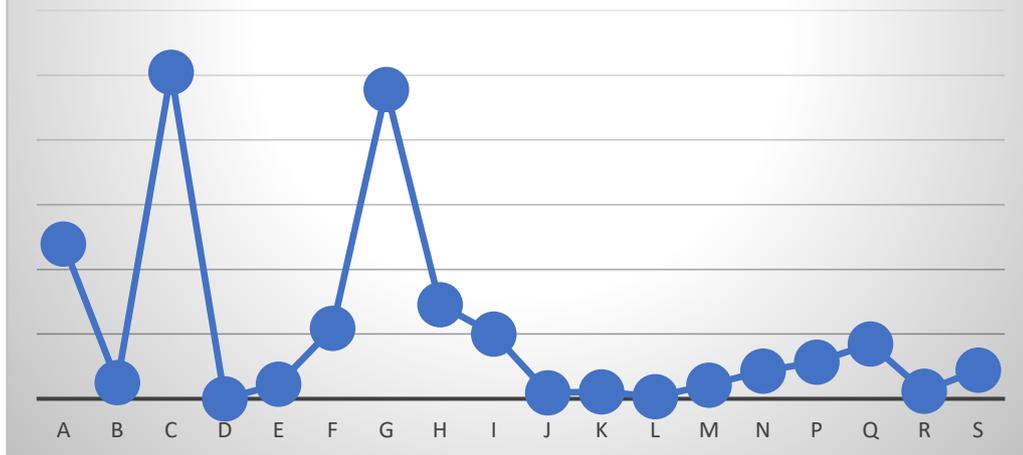
Gráfico 4: Número de trabalhadores e trabalhadoras ocupados no ramo A, de acordo com dados do CENSO 2010/IBGE (números absolutos)



Fonte: Gráfico elaborado após análise estatística realizada com base nos dados fornecidos pelo INSS e IBGE via E-sic.

O gráfico acima apresenta o cenário do número absoluto de trabalhadores ocupados no ramo A, conforme dados do CENSO/IBGE 2010. Interessante notar que, se comparado o número de trabalhadores ocupados (formais ou informais) no ramo da atividade econômica A com o número de trabalhadores afastados pelo INSS no período de 2012 a 2015, verifica-se um número muito baixo de afastamentos laborais para o período, sendo de aproximadamente 3,10% o número de trabalhadores que receberam benefício pelo INSS por incapacidade laborativa, o que pode ser explicado pelo número elevado de trabalhadores informais na região.

Gráfico 5: Afastamento por incapacidade laborativa de trabalhadores e trabalhadoras em relação à POT, por ramo da atividade econômica, no período de 2012 a 2015 – dados com base IBGE/CNPJ e INSS/CNPJ-CEI (%).



Fonte: Gráfico elaborado após análise estatística realizada com base nos dados fornecidos pelo INSS e IBGE via E-sic.

O gráfico 5 apresenta o número de trabalhadores afastados pelo INSS/CNPJ-CEI em relação ao número da população ocupada total (POT) do IBGE/CNPJ. Aqui, verifica-se que, em relação ao total de pessoas ocupadas, informadas pelo IBGE/CNPJ, o ramo “C” - indústria de transformação - é o que mais gera afastamentos em relação ao total de trabalhadores afastados pelo INSS/CNPJ-CEI, seguido do setor “G” – comércio, etc..

Neste gráfico, trabalhado similarmente ao gráfico 2, ou seja, com base de dados IBGE/CNPJ e INSS/CNPJ-CEI, o ramo A em relação ao pessoal ocupado total (POT), ocupa o terceiro lugar em número de trabalhadores afastados em comparação ao total de trabalhadores de todos os ramos. Caso a análise seja realizada com base somente no CNPJ (IBGE/CNPJ e INSS/CNPJ), provavelmente o ramo A passará a figurar os últimos lugares nesta análise.

As análises realizadas, como se pode notar, prejudicou somente a análise do ramo da atividade econômica que vai variar conforme a plataforma de dados que foram fornecidos para esta pesquisa. Por estas questões, não foi viável afirmar com clareza qual o ramo da atividade econômica que mais gera afastamentos do trabalho.

Contudo, os dados apontam uma direção, que deve, em futuras pesquisas, ser melhor dimensionada e aprofundada, estudando suas determinações para a conformação do ramo CNAE que mais gera afastamentos do trabalho em Lavras e região.

Analisar a taxa de ocupação da PEA da região estudada, também foi uma opção para o conhecimento do número dos postos de trabalho e condições de sobrevivência dos trabalhadores, situação que também vai contribuir nas análises da superexploração da força de trabalho na região. Sendo assim, no que tange à taxa de trabalhadores ocupados em Lavras e região, a porcentagem em relação à população economicamente ativa (PEA/IBGE) é a que segue:

Tabela 9: PEA e pessoas ocupadas em Lavras/MG e região

Cidades	PEA (dados de 2010)	Pessoas ocupadas (dados de 2014)
1. Lavras	47.175	62,779%
2. Ijací	2.690	79,851%
3. Itumirim	2.347	19,343%
4. Bom Sucesso	8.060	29,416%
5. Nepomuceno	12.982	42,171%
6. Itutinga	1.799	4,7373%
7. Ribeirão Vermelho	1.848	50,216%
8. Luminárias	2.623	33,930%
9. Cana Verde	2.705	24,805%
10. Perdões	9.688	45,272%
11. Carrancas	1.862	25,886%
12. Ingaí	1.291	36,405%
TOTAL	95.070	50,46%

Fonte: elaboração própria com dados obtidos do IBGE.

Pelo quadro acima, é factível a porcentagem de trabalhadores ocupados conforme a PEA, sendo que em diversos municípios, a porcentagem de pessoas ocupadas em relação à PEA é baixa, o que corrobora com o nível de desemprego constatado no país no último ano. Ou seja, o trabalhador não tem onde vender sua força de trabalho para que consiga meios de sobrevivência. Isto sem considerar que o IBGE considera ocupação o

trabalho semanal de, no mínimo, uma hora diária na semana de referência da pesquisa, o que quer dizer que a situação de desemprego, na realidade, pode se apresentar ainda mais grave. A falta de emprego também pode gerar adoecimentos relacionados aos transtornos mentais por conta da falta de alternativa para a manutenção da vida.

Importante ressaltar ainda que, nos municípios de pequeno porte, o mercado de trabalho é bastante restrito, pois, ou se é um concursado público municipal, ou está integrado ao mercado de trabalho no setor de serviços, comércio em geral, sendo as atividades rurais “o que sobra” para os demais trabalhadores que não encontram oportunidades nestas cidades, haja vista o número limitado de vagas disponíveis em serviços urbanos. Por vezes, as atividades rurais são desenvolvidas em condições precárias.

Assim, apesar de não ter fechado a questão do ramo que mais gera afastamentos, a opção pelo ramo A vai direcionar todo o trabalho de campo para o trabalhador e trabalhadora rural, procurando a compreensão dos determinantes que levam ao seu adoecimento mediante a realidade dos municípios cuja força de trabalho rural é o que “sobra” no mercado de trabalho aos trabalhadores pouco aproveitados em cada município, sobretudo naqueles de pequeno porte. Observar como o ramo A se porta na dinâmica da economia brasileira também faz parte das análises que seguem.

O ramo A na economia brasileira e sua contribuição regional

A região de Lavras/MG se caracteriza por cidades de pequeno porte. Exceto a cidade de Lavras que pode ser considerada como uma cidade de grande porte (100.001 a 900.000 habitantes), os demais municípios possuem características similares, pois nove são considerados como cidades de pequeno porte I (até 20.000 habitantes) e dois considerados como cidades de pequeno porte II (de 20.001 até 50.000 habitantes).

O PIB de duas das doze cidades citadas é composto majoritariamente por riquezas geradas na indústria, sendo que a riqueza gerada nas demais cidades mesclam majoritariamente atividades de serviços e serviços públicos (administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social), como podemos analisar no quadro abaixo:

Tabela 10: PIB por setor de atividade em Lavras/MG e região

PIB por setor de atividade (preços correntes)	Lavras	Ijací	Itumirim	Perdões	Ingaí
Agropecuária	57.740,90	6.043,51	9.194,36	26.908,35	16.838,07
Indústria	317.569,34	181.633,05	2.630,75	65.542,88	10.265,34
Serviços	1.124.054,35	67.143,83	16.806,92	178.668,65	11.150,18
Serviço públicos	377.049,19	31.656,66	22.982,96	73.804,36	14.504,75

Fonte: elaboração realizada com dados do CENSO/IBGE 2015.

PIB por setor de atividade (preços correntes)	Itutinga	Ribeirão Vermelho	Luminárias	Cana Verde	Carrancas
Agropecuária	15.932,29	3.703,48	13.005,97	12.473,81	21.018,63
Indústria	30.657,37	5.069,21	2.986,70	4.110,17	2.236,21
Serviços	15.280,48	48.250,81	21.043,94	20.302,98	21.871,62
Serviço públicos	17.598,56	18.222,34	21.674,36	21.677,50	17.871,93

Fonte: elaboração realizada com dados do CENSO/IBGE 2015.

PIB por setor de atividade (preços correntes)	Bom Sucesso	Nepomuceno
Agropecuária	33.325,34	104.071,93
Indústria	31.107,89	22.570,69
Serviços	148.349,13	155.677,61
Serviço públicos	63.108,21	89.343,47

Fonte: elaboração realizada com dados do CENSO/IBGE 2015.

Sete das dozes cidades acima tem sua maior riqueza advinda do setor de serviços, serviços públicos e, algumas delas, advinda da indústria, de modo que somente Ingaí possui maior porção do PIB advindo das atividades da agropecuária. Nepomuceno e Carrancas tem na agropecuária sua segunda maior fonte de riqueza conforme o PIB, ressaltando-se que em Nepomuceno, o setor de serviços é responsável por uma maior riqueza do PIB, mas porque está associado aos serviços da cultura do café, sendo Nepomuceno uma cidade com grande produção do produto. Demais municípios

percebem uma maior geração de riqueza por meio do setor de serviços e indústria. Ribeirão Vermelho, Perdões, Ijací e Lavras são os municípios que possuem o menor PIB na agropecuária.

Segundo dados do PAM 2016/IBGE, a cidade de Nepomuceno, está entre as 20 cidades com maiores produções da cultura do café, tendo importância significativa na produção de café do Estado, que por sua vez, tem nos EUA seu maior importador do produto, figurando 15,5% das pautas de exportações de MG, segundo dados do INDI. Outro destaque, desta vez na pecuária, vai para o município de Perdões/MG, quinto maior plantel de ovos de codorna do país, segundo dados do PPM 2016/IBGE. Os demais municípios possuem uma agropecuária diversificada, apta a abastecer a região.

Analisando-se a balança comercial mineira, verifica-se que o estado foi o responsável por aproximadamente 31,3% do saldo (R\$) da balança comercial brasileira, sendo o responsável por 12,5% das exportações e 4,6% das importações totais do país, dados do mês de fevereiro/2017. As principais pautas de exportação de MG advêm do minério de ferro e do café em grão, seguidos de ferro-liga, fundido e seus produtos, açúcar e, por último, automóveis e suas partes. Nestes dados já se revela a importância da produção local para o cumprimento da exportação do café.

O que chama a atenção na pauta de exportações é que são enviados ao exterior produtos de baixo valor agregado, em detrimento da pauta de importações, que inclui máquinas e aparelhos elétricos, adubos e fertilizantes, combustíveis e óleos minerais, máquinas e instrumentos mecânicos e automóveis e suas partes, acessórios. Produtos de maior valor agregado são importados, sendo que, no caso de MG, a China é o seu maior parceiro comercial. Nestes dados podem ser verificados que, embora o país tenha avançado em seu processo industrial, na troca comercial prevalece a pauta de produtos primários, onde o país possui condições de concorrência. Ou seja, MG reflete o que acontece na pauta de exportações brasileiras.

Segundo Martins (2013) existem várias determinações colocadas ao pensamento social hoje, sobretudo na América Latina, sendo que a fecundidade da economia política da dependência abre horizontes para a verificação de novas determinações postas e que devem ser analisadas conforme a realidade atual apresentada. O autor revela que ter a China como um dos principais parceiros comerciais do Brasil – e no caso de MG, o maior parceiro comercial do Estado – vem proporcionando “a reversão dos termos de troca que

se desenvolve a partir de 2003 em função do surgimento da demanda chinesa e seus impactos sobre a elevação dos preços dos produtos primários” (MARTINS, 2011, p. 311).

Apesar dessa contratendência, que vem aliada a outras, por exemplo, forças de esquerda latino-americanas chegando ao poder, a superexploração da força de trabalho é uma realidade da população brasileira, apresentando-se ainda como um fundamento da dependência que hoje apresenta, como já dito, diversas outras determinações.

Trabalho de campo: análise dos dados coletados em entrevistas com os trabalhadores e trabalhadoras da área rural.

O trabalho de campo desenvolvido contou com vinte entrevistados, voluntários da pesquisa, que são trabalhadores rurais e que se afastaram do trabalho na área rural no período de 2012 a 2015 devido a algum tipo de adoecimento ou acidente de trabalho. Foram, no total, quase dez horas de entrevistas, onde os trabalhadores expuseram as questões relacionadas ao trabalho e ao afastamento laborativo, bem como relataram histórico de vida e trabalho, dificuldades do cotidiano e condições de vida material e social.

Para facilitar o processo de análise, que prevê a investigação dos determinantes que engendram o afastamento dos trabalhadores rurais, tendo como referencial a superexploração da força de trabalho, as entrevistas e os depoimentos dos voluntários foram separados em algumas categorias de análise, como as que segue: perfil dos entrevistados; histórico de vida e trabalho dos trabalhadores rurais; pagamento salarial abaixo do valor da força de trabalho e a incidência nas condições de vida do trabalhador e trabalhadora rural; característica, processo e condições do trabalho rural; ampliação da jornada de trabalho e intensificação da força de trabalho; CID (Código Internacional de Doença) mais incidente; processo de adoecimento do trabalhador rural; consumo de vida útil do trabalhador; ações em saúde do trabalhador no campo e acidentes de trabalho; mecanização x desemprego x emprego; participação em sindicatos e/ou movimentos sociais; acesso às políticas protetivas do trabalho.

As categorias de análise acima foram desenvolvidas por serem compatíveis com o objetivo geral desse estudo, pois, para investigar os determinantes que geram o afastamento do trabalhador rural, se faz necessário toda a análise de vida e trabalho, bem como as condições de vida e acesso às políticas sociais, sobretudo àquelas voltadas à

saúde do trabalhador, além de ser de suma importância o conhecimento do processo de trabalho destes trabalhadores. Além disso, a identificação da pertinência em se falar de superexploração da força de trabalho na área rural foram um dos achados mais interessantes, sobretudo porque as análises sobre o adoecimento se balizaram pela análise da superexploração. Outra hipótese importante levantada no estudo, ainda passível de comprovação por pesquisas e estudos posteriores, seria de que, conforme já exposto no capítulo anterior, a superexploração da força de trabalho no campo foi fundamental para a acumulação de capital no país; marcada pela desregulamentação do trabalho rural, ou ainda, uma forte flexibilização das leis trabalhistas no âmbito rural, fortaleceram o crescimento da cultura agrário-exportadora sem os “onerosos” custos da força de trabalho.

Ainda com a modernização da agricultura, a partir da década de 1960, momento em que o capitalismo avança de forma efetiva no campo e onde há uma mudança nas relações de trabalho, acredita-se que a superexploração foi fundamental para a acumulação de capital, até mesmo porque esse processo de modernização demorou para se efetivar no que tange às relações de trabalho, conforme o próprio histórico da legislação trabalhista no campo demonstra.

Enfim, tendo como referencial a superexploração da força de trabalho contida na Teoria Marxista da Dependência, e considerando esses pressupostos e hipóteses citadas, avança-se para as análises das entrevistas coletadas.

Perfil dos entrevistados

Os trabalhadores e trabalhadoras entrevistados são trabalhadores rurais, em sua maioria sempre trabalharam no mesmo tipo de trabalho, sem outras experiências significativas de trabalho em outra área. Entrevistas compostas por homens e mulheres de forma paritária, na faixa etária de 32 a 67 anos, sendo a maioria na faixa dos 50 anos. Desses trabalhadores, todos se afastaram do trabalho e receberam benefício por incapacidade laborativa pelo INSS, exceto J.R.¹⁰⁰, que se afastou, mas sem benefício por conta do INSS por conta do número de dias em que ficou afastado (menos de 15 dias, empregador pagou seu benefício).

¹⁰⁰ Os trabalhadores serão identificados pelas iniciais de seu nome para evitar a identificação dos mesmos, procurando manter o sigilo ético da pesquisa.

Nenhum dos entrevistados possui benefício da espécie 91 (B91), que se refere a benefício por incapacidade por acidente de trabalho ou doença profissional ou do trabalho. Todos os entrevistados se afastaram do trabalho por adoecimento não reconhecido ou não condizente com a natureza do trabalho.

Os entrevistados são pessoas que nasceram e a vida toda permaneceram na região, exceto alguns raros trabalhadores, que em determinados contextos de vida foram tentar “alguma coisa melhor” em outras cidades fora da região e até mesmo em cidades maiores, capitais, mas retornando ao local de origem e voltando à execução dos trabalhos rurais, haja vista que em outras localidades também exerciam serviços pesados e braçais, mas não em área rural. Ou seja, voltam e reproduzem o mesmo histórico de vida e trabalho dos pais, que também eram trabalhadores rurais. Gostam da região onde moram, mas possuem críticas da falta de oportunidades vivenciadas no mercado de trabalho, sobretudo para aqueles que residem no entorno de Lavras, em cidades de pequeno porte sem muitas oportunidades no mercado de trabalho, levando a procurar emprego e trabalho em outras cidades possíveis.

A respeito do histórico de vida e permanência em seu local de moradia, os entrevistados relatam que:

Sempre morei aqui na... assim, é, eu morei 01 ano e... 01 ano... 01 ano e 06 mês, lá em Varginha. Mas estava numa falta muito grande de serviço aqui, aí nós foi para lá. Nós foi para lá, [...] falou que ia dar certo. Chegou lá, nossa, o fazendeiro era brigão, bem; então... Deu tudo errado bem. O meu marido era... era... também, ele não... não... Como fala? Ele não tolerava... Sabe? Aí foi preciso nós voltar para trás. Mas foi só nesse... assim, nesse lugar, assim, mais longe que nós morou (Entrevistada 1)

Eu morei em Lavras uns 02 anos, em Belo Horizonte uns 06 meses, e só (Entrevistada 2).

Os entrevistados e entrevistadas são majoritariamente casados, formalmente, outros divorciados e solteiros. Residem com a família de configuração nuclear (pai, mãe, filhos), sendo que em raras exceções vivem com outros parentes pertencentes à família ampliada. Geralmente, os membros familiares principais (pai e mãe) trabalham na mesma função braçal rural, mas seus filhos, também de modo geral, estão fazendo parte de um processo interessante constatado, qual seja, o de migração do trabalho rural ao urbano, sendo que os filhos dos trabalhadores rurais estão mais envolvidos com trabalhos na cidade, seja braçal ou intelectual, conforme as oportunidades dadas. Assim, ao serem

questionados sobre a profissão dos filhos, se estes reproduziram o trabalho na vida rural, os entrevistados colocaram que:

*A R*** trabalha no hospital, ela é enfermeira. Ai ela recebe. [...] E a minha esposa é lavadeira (Entrevistado 3)*

Ele está trabalhan... ele... ele trabalha numa seguradora, sabe; assim, dá assistência numa seguradora. Ele não depende de mim para nada (Entrevistado 4).

Três filhos. Uma delas faz UFLA; [...] ela estava fazendo Matemática.... só que depois, ela... estava apertando muito, aí parou e mudou para a Biologia (Entrevistado 5).

Os melhores empregos estão entre aqueles cujo pai conseguiu sair da condição de pobreza extrema, ainda que como trabalhador rural, e pôde dar nova oportunidade à prole, conforme será visto adiante. Além disso, pode ser considerado que as políticas públicas, ainda que limitadas em sua configuração, conseguiram de certa forma chegar aos filhos destes trabalhadores alijados do direito à Educação, por exemplo, em sua infância. Contudo, há situações em que a dificuldade de acesso às políticas públicas, no caso em tela, a Educação, ainda é grande. Ao contar a história de sua nora, a entrevistada 6 relata todo o sacrifício de sua mãe para conseguir possibilitar estudos aos seus filhos:

Situação difícil, a mãe dela largou tudo na roça, foi para Nepomuceno para estudar os dois filho, até não vive com o marido. Vive e não vive. Porque ela queria que os filho dela estudasse, né. Então, ela foi pra lá, o marido vai uma, duas vez, por semana, na cidade, para ficar com eles; final de semana, ela vai para a roça ficar com ele, por causa de estudar os filho. É difícil, mas você tem que, né?(Entrevistada 6.).

Histórico de vida e trabalho dos trabalhadores rurais

A história de vida dos trabalhadores rurais apresenta certa homogeneidade, o que não denota uma equidade geral; obviamente, permeada por particularidades, cada trabalhador e trabalhadora entrevistados levam consigo um histórico de luta por sobrevivência no meio rural. Seus históricos, demarcados por trabalho infantil, falta de acesso à escola e/ou acesso limitado aos primeiros anos básicos do Ensino Fundamental, limitou seu acesso ao conhecimento e outros possíveis modos de vida.

Ao serem questionados sobre o início da atividade rural e experiências de outros trabalhos que fossem urbanos, as histórias se apresentam bastante parecidas:

Sempre trabalhei na roça. Sempre. A vida inteira na roça. [...] Eu comecei a trabalhar na roça, eu tinha uns 09 anos. Aprendi o serviço com o meu pai. [...] Lá em casa, vivo, é 10 irmão. [...] E, os homens foi tudo criado na roça; Só tem um que trabalhou muito pouquinho na roça, que ele não gostou (Entrevistado 5).

Eu, nas idade de 10 anos, a gente chegava da escola e ia apanhar café. Só que não era fichado, começou a fichar ali pra frente, né? (Entrevistada 6)

Eu parei [de estudar] para ajudar o meu pai apanhar café, que ele tinha muito filho... aí na idade eu tive que trabaia. Aí o meu pai... a minha mãe tava coisa... a minha irmã ficou doente, foi para São Paulo fazer tratamento, né, aí o meu pai tirou para mim ajudar a apanhar café lá... lá em cima? (Entrevistada 7)

Trabalhei só no apanho de café, na época de apanho só; e plantava café. [...] Ah, quando eu vim trabalhar eu tinha uns... quando eu ia para apanhar café, eu tinha uns 13 anos (Entrevistada 8).

Comecei a acompanhar o pai com 12 ano. [...] E aí já ia para o meio da lavoura, já ia... pegava enxada... é, pegava enxada bem. Pegava enxada (Entrevistada 1).

Comecei a trabalhar foi na roça, com, ah, mais ou menos, com uns 8 anos (Entrevistado 9).

Ah, eu comecei a trabalhar, eu estava com uns 10 anos, mais ou menos, tudo de roça (Entrevistado 10).

Comecei o trabalho com 08 anos. Na roça. Meu pai me levava para o curral, comecei mexendo com vaca. Aprendi tudo com meu pai (Entrevistado 3)..

Tendo que parar os estudos para iniciar os trabalhos rurais na infância para ajudar os pais, os trabalhadores rurais chegaram a frequentar somente até a 4ª série do Ensino Fundamental, alguns alcançaram mais séries e outros nem sequer foram alfabetizados. A Educação no campo era restrita e o acesso e locomoção extremamente difíceis, haja vista que na época não era fornecido o transporte escolar como nos dias atuais. Além disso, a qualificação profissional existente se refere, majoritariamente, aos ensinamentos passados de pais para filhos, que aprenderam com estes todo o serviço rural, sem apoio do Estado ou projetos de extensão rural, hoje já mais presentes no campo, como os serviços prestados pelo SENAR, EMATER e projetos extensionistas das universidades locais.

A pobreza caracterizada no campo se revela pelo histórico sofrido de seus pais, que arduamente lutavam para sobreviver e ainda fazer sobreviver sua prole. Uma vida marcada pela subserviência e favor, sendo que aqueles que conseguiram galgar melhores condições de vida, a partir da geração de sua geração, foi porque seus pais muito lutaram e, por “benemerência” de alguns patrões, “ganharam” terras em agradecimento aos anos

de luta e trabalho rural, não reconhecidos pelo Estado, abarcado pela informalidade presente no campo.

Por vezes, tal “doação” de terras pode ser caracterizada como pagamento real de parte de anos de vida dedicada ao trabalho rural, sem requisições, sem reivindicações, com muitas dificuldades inclusive de sobrevivência dos trabalhadores rurais, que ao final da vida ganhavam sua “recompensa” em terras doadas.

Tais terras foram deixadas de herança pelos pais aos trabalhadores entrevistados; não todos eles, claro. Assim, pôde-se observar que os trabalhadores rurais que hoje conseguiram alcançar um patamar mínimo de dignidade, que conseguiram realizar o sonho de verem os filhos estudando e de ter uma casa na cidade, foram aqueles que herdaram terras de seus pais que, por sua vez, ou a receberam como forma de “gratidão” pelos serviços rurais prestados aos respectivos patrões em época de vida dedicada e submissa ao trabalho rural e à subserviência dos patrões que iam enriquecendo à medida em que suas terras iam produzindo e se desenvolvendo, abstando-se dos encargos trabalhistas e sociais por meio da informalidade, desregulamentação e falta de fiscalização do mundo do trabalho rural, ou ainda, lutaram arduamente por toda a vida e se privando de todos os confortos proporcionados pela sociedade moderna para adquirir um mínimo pedaço de terra para plantar para o seu sustento e de seus familiares.

Assim, quando questionados a respeito da propriedade rural que alguns adquiriram após árdua vida de trabalho no meio rural, os entrevistados relaram o histórico de aquisição destas terras, conforme segue:

Eu tinha um pedaço de terra, sabe, [...]A última... não, eu trabalhei para o Hélio Garcia uns bem 25 anos, 30 anos. O meu pai trabalhou 40... nunca trabalhou pra outro não, né. Depois eu saí de lá, quando eu saí, o meu pai me deu um pedacinho de... ele tinha um pedacinho de terra que o Hélio Garcia deu pra ele, aí me deu um pedacinho pra mim trabalhar, prantei em café, e daí eu trabalhei muitos anos, sabe (Entrevistado 4.).

Hoje ele [o marido] está lá trabalhando no terreno nosso; foi herança do meu sogro. E deles também, deles ser quatro irmão, eles nunca separaram, eles trabalharam sempre junto; é, tem um que mora aqui, tem um que mora lá em cima, o outro mora de lado, e ele aqui, eles quatro, aí sempre eles juntavam, trabalhavam juntos, com o pai, né. Aí eles... aí eles juntaram, sabe, o meu sogro já tinha um pedacinho aqui, né; aonde que eles foi criado, aí eles juntavam, trabalhavam mais, aí comprou mais um pedacinho maior. Aí não maior, grandão assim, sabe; mas, e aí eles... ele morreu e ficou para eles. Agora os quatro...(Entrevistada 7).

A terra foi herança. Um pedaço mandaram nós pagar. Tem a casa, foi herança ... (Entrevistado 20).

Os filhos do Entrevistado 4 conseguiram romper o ciclo da pobreza que trabalho rural reproduz – por conta da configuração do trabalho no campo e da superexploração da força de trabalho - através do acesso ao estudo e possibilidade de trabalho urbano e formal. O mesmo ocorreu com a Entrevistada 7, cujos filhos trabalham em serviços urbanos, apesar da família ainda permanecer em atividades rurais. O acesso à escolaridade e leve melhoria das condições de vida foram proporcionados por muito trabalho de seus pais nas fazendas de café da região, bem como por herança familiar, que possibilitou que o trabalho fosse executado para eles mesmos, e vendida a produção para auferir uma renda a mais no orçamento familiar, mas ainda trabalhando para terceiros.

Ainda há aqueles que os pais se juntaram com outros irmãos, na vida sacrificada da roça, para adquirir um pedaço de chão para estagnar a dependência total dos patrões. Esta aquisição sacrificada de terras por meio do trabalho desregulamentado não elevou os trabalhadores rurais a uma condição de vida diametralmente diferente da que sempre tiveram, ou seja, as condições de vida melhoraram, contudo, permaneceram nas atividades rurais e com uma vida de luta para manter um mínimo digno de sobrevivência. Tanto é assim que, embora tenham suas próprias terras, ainda tem que trabalhar para outras pessoas para adquirir e manter o sustento da família, conformando uma jornada dupla de trabalho, ao cuidar da própria terra e ao trabalhar para terceiros.

Pagamento salarial abaixo do valor da força de trabalho e a incidência nas condições de vida do trabalhador e trabalhadora rural

A vida toda recebendo a quantia de um salário mínimo e até abaixo deste, os trabalhadores rurais levavam uma vida, por vezes, miserável. A desregulamentação do trabalho rural - que desde a CLT já possuía alguns dispositivos que já regulavam a força de trabalho rural - a informalidade do trabalho rural, a falta de fiscalização e de interesse político do Estado em regularizar a situação dos trabalhadores rurais, levaram estes à subserviência total e plena, com anos de vida dedicados a alguns patrões; outros, com anos de vida pulando de fazenda em fazenda em busca de uma melhor remuneração para sustento da família.

A hipótese defendida neste trabalho, de que a informalização do trabalho rural e desregulamentação – apesar de positivos regulamentadores – foi funcional à acumulação de capital no país, coaduna com a constatação de que a superexploração da força de

trabalho rural foi fundamental neste processo e potencializada pela informalidade do trabalho e desregulamentação no campo. Inclusive nos dias atuais, a informalidade é uma realidade, sendo menos encontradas em propriedades de grandes produtores ligados ao agronegócio e à grandes extensões de cultura do café, propriedades em que a modernização da agricultura parece ter se efetivado, como será melhor debatido adiante.

Antes de analisar o pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor, deixa-se claro que a visão defendida neste trabalho é a de que, o salário mínimo no Brasil não é suficiente para uma família composta por quatro pessoas, por exemplo, ter segurança alimentar, acesso à habitação, saúde, previdência social (no caso dos contribuintes individuais), lazer, entretenimento, vestuário, higiene, transporte, dentre outras necessidades fundamentais e básicas.

Considerando então o salário percebido na área rural, a questão se intensifica. Pela informalidade do trabalho obtém-se uma renda ínfima, por vezes abaixo do salário mínimo. Os contratos de trabalho por produção, por exemplo, não garantem o recebimento do mínimo na realidade do campo. Além disso, os descontos permitidos em lei sobre a habitação e alimentação “fornecidas” para aqueles que moravam nas áreas rurais para cuidar da terra do patronato, eram descontadas do salário. A dificuldade de acesso a alimentação adequada, conforme preconiza a segurança alimentar com base em alimentos culturalmente consumidos pela população brasileira, é uma realidade contraditória, pois trabalham em meio rural mas não conseguem acesso à carne, à legumes variados, mantendo a nutrição e reproduzindo a força de trabalho com elementos da cesta básica, que possui alguns alimentos hipercalóricos para a manutenção da força do trabalho, mas nem sempre são alimentos de significativo valor nutricional, haja vista ser a variedade alimentar limitada e o grupo de nutrientes restrito, o que pode, futuramente, gerar adoecimentos físicos, conforme nos apresenta os estudos em saúde alimentar difundidos pelo país.

O Entrevistado 3 coloca a questão salarial insuficiente, sendo necessário trabalhar mais para complementar a renda familiar:

Eu trabalho só para ela só, os outros 03 dias eu trabalho por... limpando horta para algum outro que me chama aí, eu vou fazer. Faço uns bico. Outro serviço fora. E aí ela me paga meio salário, nesses 03 dias, da semana aí. Ela me paga... ela me paga R\$ 470,00... R\$ 470,00, e me dá uma cesta básica, uma cesta básica para mim também. Não recebo salário inteiro não (Entrevistado 3).

Os entrevistados abaixo depõem a respeito da questão salarial: durante toda a vida árdua do trabalho rural, raras vezes receberam salário acima do mínimo; em alguns casos, nem salário mínimo recebiam:

Sempre recebi tudo salário mínimo (Entrevistado 11).

Nunca recebi mais de um salário, só o salário... (Entrevistada 12).

Nunca recebi mais de 01 salário mínimo. [...] Era menos... era roça, né, minha filha. [...] Era aquilo que pagava. [...] Só comecei a receber salário depois que aposentei. [...] É... aposentadoria; e antes, quando eu me afastei. [...]. Antigamente, ninguém tinha salário, igualzinho hoje, contadinho ali ó... o que ganha... Era..., não tinha salário para você ganhar e... então, não é... não tinha. [...] Não era o salário mínimo hoje. Não tinha salário, né. [...]. Era um tanto, por semana (Entrevistada 13).

Quando o assunto é a renda, sobre sua suficiência para atender às despesas básicas familiares, em cumprimento ao atendimento dos mínimos sociais - que o salário deveria cumprir - os relatos são unânimes:

Lá em casa é só, só o salário meu. Da aposentadoria. O dinheiro não dá; mas, como se diz, porque um salário para bastante gente é custoso, né. Porque a água, com esse preço absurdo que vem; a luz... Você tem que regrar um pouquinho para ver se passa. Mas com um salário só. [...] A minha mulher recebe o Bolsa-Escola, mas é as contas de usar com as crianças. Isso é a conta de... das crianças, né (Entrevistado 14).

Eu recebia Bolsa-Família, mas cortou. [...] Meu marido recebe mais de um salário e pouco, mas eu não sei... o valor... A renda aqui é só dele. [...] Ah, aí como diz, nós vai controlando, né; porque tem muita coisa, que eu gasto muito na farmácia, né. Que nem, tenho esse problema. Igual eu falo, eles cortou [Bolsa-Família], para mim faz muita falta, eu gasto mais, eu faço exame, né. Segunda-feira, nós já, foi a Varginha. Mas é remédio direto, eu não posso ficar sem, porque a minha boca dói muito (Entrevistada 8).

Eu tô pagando meus remédio com o salário. É. No caso, até hoje mesmo não dá, né. Se for pensar, né. [...] Eu tomo nove tipo de remédio. Alguns consigo pelo SUS. Muito pouco[...] Consulta, exame, tudo particular, porque o SUS não dá; é, se eu for esperar o SUS... [...] 06... É, 06 meses. Você entendeu? Então, se eu for esperar... Minha consulta mesmo, é R\$ 300,00. Aí não tem... não tem... nisso aí não, o SUS não precisa... nada, me ajudou em nada. Você entendeu? Porque se eu for esperar demais, que for esperar do SUS, você não... Tem que pagar um médico para consurta, né? [...] E aí vem água, vem luz, heim. Gás, tem tudo, né (Entrevistado 4).

É, eu tenho que pagar tudo do bolso. Agora mesmo eu estou com um aí, uma menina está me inchando o pé, essa que eu estou falando para você, que é a mais velha... ela está inchando tudo. Ela foi fazer um exame de sangue lá, foi R\$ 214,00. [...] Um exame de sangue. Agora... O SUS não faz. Agora, tem que fazer para ver se o SUS libera, para ver, que ela está dando choque na perna, né. Pra ajudar, tem essa hortinha aqui, que é nossa. O que nós faz aqui é para nós mesmo, é o sustento que nós ... ajuda aí para as crianças; porque não tem jeito de você plantar nada de... assim, de alguma coisa que ..., assim, um milho,

um feijão. Feijão nós planta aqui, mas aqui na hora que dá essa aqui. É para nós mesmo. É, aqui não é para vender não[...] Aí dá alface, eu levo alface, eu levo um repolho, levo um quiabo. Quando tem um jilozinho nós leva. [...] o que eu recebo é tudo por conta da casa, não sobra nada para mim. Isso, é eu. Eu tenho que pagar ..., eu recebo lá, eu faço a compra, né; o que sobra eu vou... Aqui, ó, ..., isso aí, vai lá para você ver, é eu que faço. E almoço, a escola, eu acho que elas têm; assim, eu acho que é lei, né? [...]. [Sobre a alimentação] Ah, é muito caro. Isso aí, assim, quando dá para comprar um franguinho, né. É, quando dá para comprar um franguinho, né. Mas tem arroz e feijão. Difícil... Eu mesmo quando compro uma roupa para mim, eu tenho que comprar a prestação. Que aqui você... eu tenho que comprar naquele viajante que vem aqui, quando ele passa aí e vende uma roupinha. Roupa mesmo, de marca mesmo, eu não tenho, é esse o jeito que eu tenho. [...] Assim, se eu compro uma... o retiro acaba com a roupa, gasta muito, porque o retiro acaba. [...] Você põe uma roupa nova aqui hoje, amanhã ela não está servindo para mais nada, que a gente mexe com estrume de vaca, é urina, você tem ainda que carregar lata; porque hoje você tem que carregar lata; é, tem uma ordenha, você tem que mudar para lá, ficar carregando. Bomba estoura, você tem que arrumar. Se é nossa a responsabilidade lá, o patrão não vai lá, é tudo nós que tem que fazer; porque, graças a Deus, nós aqui é assim, porque eles não amola, não amola não.

Marini caracteriza que o pagamento da força de trabalho abaixo do valor atenta contra o fundo de consumo do trabalhador, situação que é real aos trabalhadores rurais, que pode ser analisado mediante os limites que possuem para acessar a cesta de consumo básica do trabalhador e sua família. Essa situação também se expressa nas condições de vida do trabalhador do campo, apesar da lenta e gradativa melhoria dos salários na área rural, conforme aponta Kreter (2010). As condições de vida destes trabalhadores podem ser piores à medida em que residem em municípios de pequeno porte, com poucas oportunidades de trabalho, encontrando no campo – gradativamente mecanizado – suas formas de sobrevivência, submetendo-se a condições de trabalho desregulamentadas, extensas e sem a mínima correspondência com o valor salarial necessário à sua sobrevivência.

A dificuldade de acesso à política pública de saúde também revela os limites deste salário, insuficiente para conseguir pagar por atendimento cujo SUS demora meses, até anos, para fornecer. O trabalhador e trabalhadora rural passam a assistir seus filhos e demais membros do grupo familiar sucumbindo à dor e à falta de acesso ao tratamento de saúde adequado e urgente, ficando no limbo das políticas sociais, não tendo onde recorrer da situação apresentada, haja vista as tentativas frustradas de atendimento urgente nas secretarias de saúde de seus municípios.

O endividamento familiar também foi uma realidade constatada, haja vista que os trabalhadores e trabalhadoras recorrem aos empréstimos bancários para conseguir adquirir algo impossível de se adquirir com o próprio salário:

Porque o meu marido, ele, quando ele aposentou, ele aposentou com 65 anos, né. Aí ele fez um empréstimo no banco... um empréstimo de R\$ 5.000,00, na época, sabe? É dinheiro, né. Aí, minha filha, o que acontece? Já fez mais de 05 anos, né; e o banco agora está descontando dele do mesmo jeito. E ele não recebe um salário mais, sabe. [...], de um salário, ele recebeu só R\$ 600,00 (Entrevistada 12).

A casa é, da Cohab. É financiada, paga todo mês. É 20 anos pagando (Entrevistado 3).

É. Tenho dívida sim. É empréstimo. É... empréstimo consignado (Entrevistada 1)

Eu tenho, na... nós tem dívida com o banco. [...]Um empréstimo que a gente fez. [...] Foi para arrumar a nossa casa lá em cima. R\$ 2.000,00, sabe. A gente fez, a gente paga R\$ 270,00 e tantos, por mês (Entrevistado 16).

Nós, fez um empréstimo para... ajudar o menino que ele está fazendo faculdade, aí desconta, sabe (Entrevistado 20).

A falta de acesso a elementos básicos para sobrevivência – já que viver, e não sobreviver, passou a ser luxo neste contexto – são dificultadas pelas limitações próprias das políticas sociais disponíveis nos municípios. Embora tenham havido alguns avanços em relação às políticas sociais em determinados governos já seguidos de terríveis retrocessos, as políticas sociais desenvolvidas e municipalizadas em Lavras e região apresentam limitações importantes em sua configuração, em que as demandas da população em geral, mas especialmente a rural, ainda são minimamente atendidas, quando são. O fato de residir na área rural dificulta ainda mais a questão. Contudo, a infância vivida em área rural, impossibilitou-lhes o acesso à Educação básica, embora tenham, a maioria, frequentado o Ensino Fundamental até a 4ª série. A dificuldade de transporte até à cidade, a insuficiência de renda para acessar tratamentos de saúde, dentários, dentre outros, levou a população rural a se “arranjar” de outras formas. Hoje ainda existe uma dificuldade de levar as políticas sociais ao campo, o que é minimizado com o transporte, hoje por vezes fornecido pelas prefeituras, mas ainda existe uma limitação grande de acesso da comunidade rural aos equipamentos públicos e às políticas sociais que se concentram nas cidades, sem uma efetiva alternativa para se levar ao campo os atendimentos sociais e outros necessários à população.

Inclusive a permanência destes trabalhadores com moradia na cidade revela a dificuldade que tinham no acesso às políticas sociais em geral, principalmente educação e transporte, motivos pelos quais a maioria migrou para a cidade (alguns após anos de trabalho extenuante para juntar o pouco salário que recebiam e garantir sua estadia na cidade, não importando as condições de habitualidade – geralmente em condições insalubres e precárias; outros, com venda de pequenos pedaços de terra em troca do sonho da casa na cidade; outros ainda, conseguiram fixar-se na cidade por meio de casas herdadas dos pais (geralmente também em péssimas condições) para poder se fixar na área urbana. Há também aqueles que pagam aluguel, por ter sido inviável continuar na área rural, seja pela dificuldade encontrada, seja pelo desfazimento do vínculo laboral com o empregador (pois moravam em suas terras para trabalhar).

A situação de vulnerabilidade socioeconômica vivenciada pelos trabalhadores rurais, por vezes, leva à reprodução desse modo de vida por seus familiares, ou ainda, a reprodução de sua situação trabalhista, permanecendo o trabalhador rural, por vezes, na mesma condição por gerações futuras. Segundo dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com dados divulgados de trinta países recentemente, em que consta que, para que a mobilidade social seja possível para os descendentes de um brasileiro constante entre os 10% mais pobres, levaria nove gerações para que este atingisse o nível médio de rendimento do país. Obviamente é uma simulação e não um tempo preciso, mas já nos dá uma dimensão das dificuldades vivenciadas pela população brasileira mais pobre. Contudo, é uma realidade quando se analisa o trabalho rural.

Além disso, um relatório da ONU coloca que mais da metade dos trabalhadores rurais na região da América Latina e Caribe se encontram em situação de vulnerabilidade. A pesquisa local desta dissertação veio a confirmar que a região de Lavras não é uma exceção na realidade latino-americana.

Característica, processo e condições do trabalho rural

O trabalho rural exercido pelos trabalhadores e trabalhadoras entrevistados são de natureza braçal, seja na colheita do café, no plantio de diversas culturas, ou ainda, de cuidados com o rebanho e extração de leite. Os processos de trabalho caracterizam-se por serem exercidos em difíceis condições, sob elevadas ou baixas temperaturas climáticas,

carregando peso, andando o dia todo, agachando, levantando, se posicionando em curvatura, mexendo drasticamente com todo o corpo em movimentos muitas vezes não ergonômicos. Além disso, a informalidade do trabalho rural aparece aqui como uma situação comum e característica entre muitos deles.

Os trabalhadores desse tipo de serviço geralmente acordam bem cedo, para conseguir iniciar a labuta antes do completo aclarar do dia. Os trabalhadores rurais na condição de safristas vão para o meio do cafezal e lá permanecem o dia todo, almoçam debaixo do sol, sob os pés de café, por vezes sem como esquentar suas marmitas (daí a nomenclatura boia-fria), sem locais adequados para fazer as necessidades fisiológicas e de higienização. No contato com o café, respiram o ar poluído dos agrotóxicos, que embora aplicados antes da safra, permanecem nas folhas e pés de café, aspirados por trabalhadores e trabalhadoras que colocam a cabeça por dentro das folhagens para colher os frutos do produto. O agrotóxico é danoso ao trabalhador em todos os aspectos: enquanto consumidor dos produtos alimentícios banhados por agrotóxicos, como enquanto trabalhador que vive em contato com tais produtos prejudiciais à saúde. Em pesquisa realizada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS)¹⁰¹, foi constatado que o uso de agrotóxicos (ex.: organofosforados), aumenta as chances de desenvolvimento de depressões entre os trabalhadores rurais, situação confirmada pelo índice alarmante de suicídios no estado, que é o dobro da média nacional: 5,2 pessoas/100 mil habitantes, enquanto no estado do RS a média é de 10 pessoas/100 mil habitantes, conforme reportagem do Brasil de Fato em 05/10/2016. A região estudada é conhecida por ter forte importância na cultura do tabaco.

Os trabalhadores rurais que mexem com plantação de diversas culturas, também enfrentam o clima entre bem frio na manhã a sol escaldante no meio do dia. Em posições variadas, de agachamento, levantamento de peso, transporte de sacos de adubo e outros insumos de um lado a outro da plantação, força para perfurar a terra para a plantação, são processos de trabalho que exigem muito esforço físico, com posições forçadas e gestos repetitivos, além de condições difíceis de trabalho, polivalência e sobrecarga.

Ao serem questionados sobre a carga horária, ritmo de trabalho, rotinas e processos de trabalho, os entrevistados abaixo detalham as atividades rurais pesadas e intensas:

¹⁰¹ Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37491144>

Lá, todo mundo lá é roceiro. Certo? Ela tem os funcionário dela, tudo é roceiro. Nós temos ido, até está enchendo silo lá; que o serviço lá, ela tira um leitinho, até é bastante leite, né? Aí ela tira, faz 02 turno. Um, na parte da manhã; e outro, na parte da tarde. Aí eu entro agora meio-dia, e saio 08:00 da noite. Aí fica direto. Sem intervalo. Isso... Tem que... né, fica sem intervalo, porque tem que rodar. Um tem que rodar das 05:00 da manhã, até a 01:00...para fazer as 08 horas. Nós entra... eles sai e nós entra para fa... para rodar o dia, porque não para, né. Tem que fazer ração, tem que fazer isso tudo; e tudo no pesado, é tudo pegar peso. Eu não posso mentir. [...] Eles compram o... a granulado, lá tem que traturá o milho, fazer ração, e tudo, fazer o tipo da ração deles, né, porque lá é tudo controlado, o gado é inseminado. Tem que sempre que cuidar deles, tudo lá. Aí eles vem e faz o produto lá, que tem um misturador, a gente tem que ensacar, carregar, botar num trator, levar para dentro e fazer a ração; depois bandear para botar para o gado. Se quiser, não... no trator não dá para fazer esse tipo de... esse é tipo de serviço que você... Está aqui, aqui é cocheira, e ele, se ele vim aqui, ele põe assim lá, mas os farelos não tem jeito de pôr, né. Aí você tem que carregar tudinho. Os peso lá tem de 50 quilos, que é tudo por medida, né. Que tem que ser medida, é de 40, 30 quilo. É de 50. É, né, é tudo (metragem)(?), é tudo por peso; porque é tanto de vaca, é tanto quilo. Aí você ir lá, levar um baldinho lá, e voltar, e voltar outro, o (lance)(?) é grande, que é muito gado, né (Entrevistado 15).

*Eu trabalhei para o G*****, que naquele tempo não tinha carteira, e a gente arriscava, porque era um caminhão, desse grandão, ia lotadinho de gente...e não tinha carteira fichada não. A gente ia... Era um risco. [...] Eu panhei café em Bom Sucesso. Bom Sucesso, arranjei lá, não era fichada. [...] Eu trabalhei em Cristais, arranchado também para esse G*****, a fazenda era do G***** e do (Iô), nós arranchava, nós ficava lá 15, 20 dia, arranchado lá, para panha café lá em Cristais, não era fichado também. [Como é que era o arranchado?] O arranchado é que você pegava alguma coisa aqui, colchão, fogão, panela...e ficava lá uns dia arranchado lá, sabe; colchão no chão, né, não tinha cama. Era um barraco. Não cobrava para ranchar não. É, mas a gente tinha que levar as coisa, ... tudo, para comer lá. Levava tudo daqui para lá. Nós levava as coisa de comer. Às vezes ele ficava com dó; tadinho, o G***** era uma pessoa boa. Por isso que eu falei, eu trabalhei só para gente boa. Apesar que eles tinha que ter fichado nós, né. Às vezes ele levava uma lata de torresmo...para a turma inteirar na... nas comida, né. Às vezes levava abóbora madura para a gente fazer, né. Era isso, agora o resto era da gente mesmo (Entrevistada 6).*

Ampliação da jornada de trabalho e intensificação da força de trabalho

As jornadas de trabalho exaustivas se configuraram em uma heterogeneidade, conforme o tipo de vínculo do trabalhador rural, bem como o nível de desenvolvimento rural presente nas fazendas em que trabalha. Sendo assim, foi caracterizado que os trabalhadores que estão vinculados à grandes fazendeiros e produtores de grande porte, ou aos produtores medianos e com melhores condições de produção, ou ainda, ligados a empregos sazonais e temporários, possuem condições de trabalho mais “adequadas”, bem

como a jornada de trabalho normal é respeitada, trabalhando de segunda a sexta-feira e, às vezes, no sábado por volta das 11 horas da manhã:

Não fazia hora extra não. Era só de segunda até sexta-feira, porque no sábado nós não ia. É, nós entrava... nós chegava lá 07:00 da manhã...e saía às 04:00 da tarde. [...] Tinha intervalo, é, é, para almoçar, nós tinha o... é... esquentava a comida, almoçava, levantava e ia. Tinha até refeitório lá nesse lugar.. Toda vida teve. Teve as mesinha, teve as... É. Teve as me... Tem as mesinha...o lugar para lavar as mão, o lugar de lavar as mão. É, tem as... as garrafa d'água que eles leva para deixar lá, que a hora que a água que a gente levar da casa da gente acabar, tem as garrafa, tudo, de água gelada assim, desse tamanho assim. Lá, ele... Lá é muito organizado. [...] Mas lá é uma benção de... [...] É, bem. Ele é. Ele é... é a... é a tenda... É a tenda, 02 mesa, com 06 cadeira, cada uma; e essas coisa, que eu estou falando para você, é as garrafa d'água...e um banheiro... O banheiro... é um banheiro em cada... em cada quadra. Em cada quadra tem um banheiro. Cada quadra tem um banheiro, o banheiro. E tem, assim, do lado de fora do banheiro, tem uma... uma armação ali, fica um galão, um galão de água, desse tamanho assim, ó, com... cheinho d'água para você poder lavar as mão para comer, e... e de tarde, você lavar as mão, para você poder vim embora. (Entrevistada 1).

Contudo, isso não é uma regra no meio rural, onde os trabalhadores ainda enfrentam condições precarizadas de trabalho, conforme pode ser verificado abaixo, sobretudo a respeito da carga de trabalho extensa e intensa no cotidiano laboral, bem como sobre a existência ou não de horas extras no âmbito rural:

Eu saio... venho para cá, 04:00. 04:00... É, 04:00. A hora que chega aqui eu não sei, mas a hora que ele vou embora é 07:00, 07:30 [da noite]. [...] E pra almoçar, eu almoço 11:00... [...] Não tem horário certo E, é... vou direto. Não paro não (Entrevistado 16).

A questão do tempo, no meio rural, é diferente do tempo nas cidades, que também se diferencia da questão do tempo nos grandes centros e capitais, se comparado às cidades de pequeno porte. O deslocamento até o trabalho, as limitações da mobilidade urbana, levam a configurar o tempo de forma diversa do tempo na área rural. Assim, no âmbito rural, passam-se horas na lavoura, não há a exigência “britânica” de tempo como nas cidades. Contudo, em se tratando de trabalhadores empregados rurais, que não são donos da própria terra, tampouco do que produzem, o tempo seria algo essencial de ser determinado. A jornada de trabalho no âmbito rural não é respeitada, assim como não entra na conta do empregador as horas extras de trabalho extenuante na área rural.

Trabalhava era de segunda a sábado; no sábado até 02:00, 03:00, mais ou menos. Folga no Domingo. E para... e o intervalo para... para alimentar, era... comia lá no meio do café mesmo. É. [...] O banheiro era no mato... Isso. Isso (Entrevistado 10).

Ó, eu tenho 59 anos de serviço, agora, o mês que vem, né. Melhor, 51 anos de serviço. Bom, agora não tem 51, né; porque, 2013, eu já... eu já fui encostado. [...] Agora, férias, eu nunca tirei. Nunca tirei férias, trabalhei 46 anos direto. Agora, o patrão me pagava elas. Você entendeu? Mas nunca tirei férias (Entrevistado 4).

O tempo e o descanso são essenciais na regulamentação de uma jornada de trabalho, ainda que nos limites do sistema capitalista. Trabalhar por 46 anos sem férias, conforme declaração do Entrevistado 4, revela uma agressão ao tempo livre, à ociosidade, essencial à vida humana, tanto para a recuperação física do trabalhador pelas horas intensas de trabalho, quanto pela possibilidade do trabalhador em se dedicar a atividades de lazer, cultura e entretenimento que são, conforme coloca Marx, necessidades naturais, essenciais ao pleno desenvolvimento humano, para além das demais necessidades sociais. A vida não deve ou deveria ser somente o trabalho; todas as vidas humanas orbitam em volta do trabalho, tudo está condicionado à questão do tempo do trabalho, ou seja, é possível realizar uma atividade cultural em plena quarta-feira à tarde? Na sociabilidade capitalista isto não é passível de efetivação. Assim, as férias seriam o mínimo de tempo dispendido ao trabalhador para as atividades extratrabalho. Na situação do Entrevistado 4, assim como de muitos trabalhadores, troca-se as férias por remuneração, mas nenhum valor pago substituirá a perda do enriquecimento pessoal trazido pelas experiências extratrabalho (além do desgaste prematuro de sua força de trabalho) ainda que tais experiências sejam para a atenção e dedicação às pessoas ao seu redor, fortalecendo vínculos e passando momentos de descontração, essencial ao desenvolvimento do ser humano.

Mas a gente trabalhava mais é quando estava.... precisando, em rede, que trabalha de secador; eu trabalhava às 07:00... até às 07:00 (Entrevistado 20).

Aos empregados rurais ligados a pequenos produtores, sobretudo àqueles cujo vínculo de trabalho é informal, perfazem uma carga horária extensa, em alguns casos ininterrupta:

Aqui, eu trabalho todos dia... é de segunda a segunda. Tem folga não. Não recebo nada. Só R\$ 900,00, só (Entrevistado 16).

A intensidade do trabalho também se verifica ao analisar o ritmo acelerado, sobretudo em vínculos de trabalho por produção, em que o trabalhador tem que muito produzir para alcançar um salário um pouco além do mínimo. A intensidade se verifica

principalmente na safra do café, momento muito esperado e concorrido pelos trabalhadores rurais, pois lhes possibilita um rendimento para além do mínimo, embora tenham que perfazer um ritmo de trabalho extenuante e intenso para que isso se efetive.

Os entrevistados abaixo, ao serem questionados sobre o ritmo do trabalho, revelam a questão da intensidade das seguintes formas:

Olha, lá é o seguinte. Lá tem, é... manual lá, mas está tendo muito pouco, porque é mais as máquinas, é tudo automático, sabe; porque hoje... É máquina. É. Lá o ovo vem automatizado, e dentro da granja. Lá ligou a máquina lá, já liga lá no galpão. O ovo já vem andando sozinho, e já entra na esteira, é uma esteira grande assim, ela sai cheinha de ovo lá dentro. Aí ali já tem a parte, que é máquina, com um computador, né. Já tem o lugar para o ovo cair naquele lugar certo. [...] Que aí a máquina mesmo já coloca o ovo no... naquelas bandejas, que nós fala “pente”, sabe. A bandeja lá já coloca. Aí as pessoas já fica só para pegar os pente e encaixa, pôr na... colocar na caixa. E lá, lá dentro, o processamento lá é... tem aqueles (film)(?), que eles fala, né. Aqueles pente plastificado. Já tem a máquina, que ela mesmo plastifica. Lá, tudo é. Lá aumentou o serviço, porque você... lá é você contra a máquina, né; ali... Segue o tempo da máquina... Da máquina, porque se você... se a gente tiver esperando aqui na frente, ela, a máquina é que vai produ... que ela vai produzindo... a pessoa tem que ser rápida. Porque senão aquela esteira, que vai vindo aquelas bandeja, vai enchendo, ele vai caindo para o chão. Tem que... tem que ser rápido. Tem que ir atrás [da máquina], é. Rápido, é. É difícil (Entrevistado 5).

Nós ia, trabalhava... por exemplo, ele... nós saía daqui por volta de 06:00, 06:15... quando era 05:30, e quinze para seis, nós ia embora, de novo. [...] Curtinho mesmo, né. Era uma produção assim, né. Era por produção... ali você... por exemplo, se você faz isso por medida, tem dois. Se fazer cinco, é isso. Era quanto mais você fazia, melhor (Entrevistada 12).

Porque se você quer ganhar, você trabalha bastante. Você tem uma meta... Aí você acelera. Você tem uma meta, você faz aquela meta, você vai tranquilo. Depende do tanto que você aguenta e do tanto que... Que você quer. Quanto mais produz, mais ganha... É... (Entrevistada 2).

A lógica do trabalho por produção no meio rural, bem como de pagamento por “meta” atingida, revela como o “sugamento” da força de trabalho no campo já se antecipava aos trabalhos por meta nos setores urbanos, tão em moda nos dias atuais. Quanto mais produz, mais ganha, revela a Entrevistada 2, indo aos limites do esforço físico diário, ou pior, além dele, para auferir uma renda digna que proporcionasse o acesso a algumas necessidades sociais.

Eu não sei por quê, em café, você trabalha o dia inteirinho, você chega às 07:00, você para a hora de vim embora; então, não tem hora-extra, é o tanto de você trabalhar. O que você apanhou de café. Agora, tarefa não; tarefa, você, né, porque a tarefa é a hora que você gastar nela, uma tarefa. Tarefa é muito ruim, né? Você conhece tarefa, né? Nossa, tarefa é muito... A tarefa é medida,

né. A tarefa é medida. Vamos supor, um tanto aí de... vamos supor, o segundo poste daqui, lá, o quadrado é uma tarefa para você capinar. ...você ganha, se você conseguir, você ganha ela; se você não conseguir, você não ganha. A tarefa, de verdade, parece que era uma vara de 07 palmo, e era 07... 07 vara, a medida; é vara de 07 palmo, dos homens antigo que trabalhava, eles media numa... num pedaço de pau, 07 palmo; e media, dependendo do terreno, às vezes, 07 vara daquela; quando estava mais sujo, era menos. Agora, em café, era por pé de café, o tanto de pé de café para você... Ai, então, vamos supor, dava 80 pé de café, por tarefa. Você capinava 80 pé de café. E... Ganhava só o dia de serviço (Entrevistada 13).

A realidade do trabalho por tarefa revelado pela Entrevistada 13 é degradante ao ser humano. A Entrevistada acima revela que na época em que trabalhava por tarefa, tinha que limpar um terreno sujo, e quanto mais sujo, mais demorava a limpar e menos ganhava, pois a “produção”, ou seja, deixar o terreno limpo, demorava por conta da extensão do local e da intensidade da sujeira. Cruel esta forma de pagamento do trabalho, pois atrela a renda à quantidade de esforço físico dispendido para a conclusão do trabalho. Considerando ainda que as necessidades alimentares dos trabalhadores, por vezes, não eram supridas a contento, pois, ainda que vivessem no campo com possibilidades de plantar seu alimento, era difícil, principalmente porque eram trabalhadores empregados, que viviam de favor nas fazendas dos patrões ou ainda, viviam precariamente na cidade, sem local para plantar algo para sua subsistência. A limitação de alimentação adequada também restringia o dispêndio de esforço físico para a agilização dos pesados trabalhos rurais realizados.

É assim, se não produz, não ganhava. A gente ir pra lá para enfrentar sol, levantar de manhã, molhado, tudo, do orvalho, e... e não ter o dia ganho... era difícil. Então, tinha que ser acelerado né (Entrevistada 19).

A fala da Entrevistada 19 revela que o trabalho era sofrido, acordar cedo em época de frio rigoroso, ou ainda em época de sol intenso era uma condição difícil e complicada do trabalho, então, não poderiam se permitir trabalhar de forma menos intensa, mais branda. Era necessário colocar ali todo o seu esforço físico para muito produzir. O patronato, claro, se vale muito do trabalho por produção, pois quem faz “corpo mole” (expressão que muitos utilizam para definir os trabalhadores), não ganha.

O pagamento por medida, como os entrevistados dizem, leva a um “melhor” salário, mas também exige muito do trabalhador, cujo tempo cobrará os anos intensificamente usurpados pelo trabalho, como será visto em seguida.

CID mais incidente; processo de adoecimento do trabalhador rural; consumo de vida útil do trabalhador; ações em saúde do trabalhador no campo e acidentes de trabalho

Durante as entrevistas, verificamos que os afastamentos laborativos foram, majoritariamente, por doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo, bem como por doenças do aparelho circulatório. O primeiro grupo de doenças foi mais fácil de relacionar ao trabalho exercido pelos trabalhadores, o que não ocorreu com o segundo grupo de doenças, que pode ser relacionado a uma multiplicidade de fatores. Contudo, essa relação não foi dada pelo INSS.

O desgaste do trabalho físico nas lavouras, o esforço repetitivo, as difíceis condições de trabalho, podem levar a manifestação de doenças diversas no âmbito rural, especialmente as físicas, relacionadas a coluna, joelho, braço e ombros. E, embora alguns trabalhadores também possam ter relacionado o trabalho ao adoecimento do aparelho circulatório, necessitaria de uma investigação com maior aprofundamento e determinações para confirmar tal hipótese.

Em relação ao conjunto dos trabalhadores rurais que se afastaram do trabalho de 2012 a 2015 (546 trabalhadores), 156 (maioria) se afastaram do trabalho por lesões e envenenamentos ou outras consequências externas; 94 por doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (caso de parte dos entrevistados da pesquisa), cujas causas, digo, agentes etiológicos ou fatores de risco de natureza ocupacional seriam: posições e gestos repetitivos, ritmo de trabalho penoso, condições difíceis de trabalho, conforme a relação dada entre os agentes de risco e o adoecimento conforme a Lei 6.042 de 12/12/2007, que instituiu o NTP e o FAP, já descritos em capítulos anteriores.

As relações aqui realizadas quanto ao adoecimento dos trabalhadores conforme maior incidência de acordo com o ramo da atividade econômica foi realizada de acordo com os preceitos do NTEP; contudo, esse reconhecimento não foi realizado pela perícia médica do INSS, justamente pelas críticas que a categoria dos médicos peritos possuem a tal metodologia, embora o número de registros de acidente ou doenças ocupacionais e do trabalho tenham se elevado após a instituição do NTEP.

Obviamente, nessa pesquisa foram relacionados os adoecimentos com a grande incidência dos riscos conforme o ramo da atividade econômica, nos moldes da relação realizada no NTEP. Contudo, o que se quer demonstrar é que os trabalhadores do ramo A

se afastaram, em sua grande maioria, por doenças que são relacionadas ao tipo de trabalho exercido. Escapa de nossa análise a pré-disposição genética, a hereditariedade e outro tipo de particularidade que poderia levar a uma outra conclusão possível sobre a questão, embora esta aproximação já demonstre certa relação com o tipo de atividade exercida. Também, ainda que se tenha pré-disposição, as condições de trabalho podem acelerar o processo do adoecimento por ventura instalado. Ou seja, a análise realizada serviu para constar as incapacidades de significância estatística entre diversos tipos de doença e uma determinada atividade econômica, significando o excesso de risco de cada CNAE, não esquecendo que se trata de uma presunção de tipo relativa (já que admite prova em contrário).

Para fins de caracterização do adoecimento laboral, o INSS utiliza a Classificação de Richard Schilling, adotada pelo Brasil a partir de 1984. Tal classificação “auxilia na compreensão dos aspectos conceituais do acidente do trabalho” (INSS, 2016, p. 8), especificando quando o adoecimento pode ser considerado uma doença do trabalho ou uma doença profissional:

I – O trabalho como causa necessária. Exemplo: intoxicação por chumbo, silicose e doenças profissionais legalmente reconhecidas. II – O trabalho como fator contributivo, mas não necessário. Exemplo: doença coronariana, doenças do aparelho do aparelho locomotor, câncer e varizes. III – O trabalho como provocador de um distúrbio latente, ou agravador de uma doença já estabelecida. Exemplo: úlcera péptica, bronquite crônica, dermatites do contato alérgica, asma e doenças mentais. O grupo I de Schilling está relacionado às Doenças Profissionais, uma vez que o trabalho é a causa necessária, isto é, obrigatória para que a doença se estabeleça. Já os grupos II e III compreendem as doenças em que o trabalho está relacionado, mas não é a causa necessária, constituindo-se em fator contributivo ou desencadeante de um distúrbio latente, sendo conceituados como Doenças do Trabalho (INSS, 2016, p. 9).

Além disso, a anamnese realizada para caracterizar a doença ocupacional leva em conta a história clínica, ocupacional e exame físico do trabalhador, sendo uma análise de cunho eminentemente biológica, patológica, desconsiderando que o processo saúde-doença vai para além da indisposição física, sendo necessário uma análise ampliada do processo, inclusive do trabalho, considerando as condições em que este é exercido, seus processos e a própria gestão do trabalho, por vezes desconsiderada nestas análises.

Durante as entrevistas, os trabalhadores e trabalhadoras relataram histórico gradativo do adoecimento, a partir dos esforços gerados durante uma vida toda de trabalho. Os adoecimentos iniciam sua manifestação ainda na juventude, agravando-se, por óbvio, à medida que o trabalhador ou trabalhadora vai envelhecendo. Considerando

que envelhecimento é um processo natural do ser humano, e que há doenças que acompanham a idade, os relatos nos deixam perceber que as doenças adquiridas durante o trabalho iniciaram manifestação em idade produtiva e na juventude, por vezes ignorados os primeiros sinais, até mesmo porque o processo de enfrentar as filas do SUS e realizar o tratamento é demorado, então, o trabalhador sente o primeiro sintoma mas não se preocupa inicialmente, sendo que o adoecimento instalado vai piorando à medida em que o trabalhador vai se esforçando no cotidiano do trabalho rural. Além disso, por vezes não reconhece que o adoecimento e desgastes físicos podem ser provenientes ou ter contribuição importante do trabalho exercido ao longo dos anos.

Assim, o entrevistado 4 relata os desgastes ao longo dos anos de trabalho forçado:

*É, porque o Doutor ***** falou para mim, que a coluna minha, se eu parar, ela paralisa. Tá? Porque ela gastou, que nem amortecedor de carro. Gastou. Aí ele falou: “Quer operar?” Eu falei: “Ah, não. Está bom, estou andando ainda”. Pra quê operar?... Então, de vez em quando, eu... tem dia que eu vou, sabe; até eu vou de carro, largo o carro aí e venho a pé. Para fazer... eu fazia caminhada, [...]. [Sobre a época em que tirava leite] Mas era tudo... Bom, 150 litros; mas, na mão. E eu que tirava. Por isso que eu falo para você, que eu pegava 05:00... [Por isso que deu problema na coluna, também?] É. Mas já é problema, acho, que normal, né? Porque isso não dá de um dia para o outro. (Entrevistado 4).*

Todo esse processo leva ao consumo de vida útil do trabalhador, fazendo com que o mesmo tenha que passar por cirurgias ou procedimentos diversos ainda em idade jovem e ativa, ou ainda, leva a que o trabalhador, idoso e já aposentado tenha uma velhice sem qualidade de vida, com limitações importantes e graves. Claro que o envelhecimento já condena o ser humano a uma vida mais limitada por conta das doenças próprias da idade, mas é necessário considerar que as consequências negativas do envelhecimento levam em conta a vida pregressa do trabalhador, pois, um idoso cuja vida de trabalho tenha sido toda rural, em condições difíceis de exercício do trabalho, carregando peso, em posições ergonômicas desfavoráveis à uma boa saúde, além do ortostatismo prolongado (distúrbio que, causado por estar por longo tempo de pé, pode afetar o funcionamento dos órgãos), se torna diferente da qualidade de vida de um idoso que passou a vida toda de trabalho exercendo atividades em condições favoráveis de trabalho.

No que tange aos acidentes de trabalho, bem como às doenças ocupacionais ou doenças do trabalho, os trabalhadores e trabalhadoras entrevistados, por vezes, relacionam o afastamento laboral ao trabalho exercido em condições difíceis, o que não foi reconhecido pelo INSS. Além, os trabalhadores relatam inúmeros acidentes de

trabalho (não comunicados, informais do ponto de vista do registro), que também não são reconhecidos pelo Estado. A exemplo, na safra do café, os trabalhadores e trabalhadoras costumam apresentar dermatites, alergias (por conta do agrotóxico), se acidentam com picada de taturanas (taturana verde e taturana bezerra), que são venenosas, deixam a pessoa em estado febril e com ínguas no braço, podendo, a depender do contato, levar a um grave estado de saúde. O risco de encontrar cobra, dentre outros bichos, também se faz presente no trabalho rural, gerando e/ou podendo gerar acidentes de trabalho, invisíveis ao olhar do Estado e do patronato.

Os entrevistados respondem aos questionamentos a respeito de acidentes de trabalho ou adoecimento relacionado diretamente ao trabalho, que usurpam o tempo de vida útil do trabalhador:

*Na época de manga. Aí o pé de manga estava... o pé de manga estava... estava cheio de braquiária. Aí o meu patrão lá banhou a horta inteira, banhou a horta inteira, e banhou o pé de manga, o pé de manga todo. Aquelas manga madura cai, sempre cai, né? E eu esqueci, uai. A man... depois, de uns 02 dia, aí a manga caiu lá, e eu fui e chupei a manga lá no... pé, todo molhado aí, acho que depois que ele banhou lá, jogou o remédio, caiu, chupei manga. Nem para avisar que era manga. Aí bom. Aí chegou aqui em casa aqui, mas naquela época eu chupei manga, que jogou Roundup. É, passei mal, precisei ir no médico mesmo. Eu trouxe para casa aí, eu fiquei 02 dia parado. Depois que nós descobriu o que fez mal... que o ***** jogou Roundup na horta lá, eu catei a manga e trouxe para casa. [...] Acho que tenho até... até tenho o comprimido que eu tomei de 08 em 08 horas, lá, minha filha. Está aqui, ó, o remédio, eu tomei, acabei tomando até... até comprimido de... até comprimido de glicose. Aqui. Tomei esse comprimido de 08 em 08 horas. [... continua assunto sobre outro acidente de trabalho]. Eu sofri acidente no serviço. A vaca deu coice. Ah, foi uma vez que a vaca deu coice em mim. Ah, é. Uma vaca deu... eu fui lá... lachei uma res lá, ela... o laço abraçou na perna, saiu correndo, e foi arrastando. [...] Ah, é. Uma vez que caí do cavalo, também; que machuquei a perna. Essa dor na perna aqui, foi uma vez que caí do cavalo. É, eu acho que eu fiquei, eu acho que 10... 08 dias, parado (Entrevistado 3).*

Tive que encostar. Aham. Encostei um pouquinho, só 01 mês e pouco. Aí fui para... para o INSS. Por causa da coluna. Fui [no médico], ele me deu atestado, aí afastei. Por causa do trabalho, por causa da apanha de café. Porque, Nossa Senhora, difícil. Era por causa do trabalho. É, porque depois eu fui fazer tratamento, aí eles falaram que eu não podia... [Sobre acidentes de trabalho] Não tive, foi só uma aranha, mas foi... foi passageiro, aí benzeu, passou. Aranha não, é... a taturana... a taturana bezerra. Taturana bezerra.. Que ela é boa não, não é ...tinha que ir de botina, tudo. Aí eu que... eu fui para limpar o pano, porque era tudo no pano, eu fui para limpar o pano, fui pegar, e não tinha nada, né. Aí a hora que eu ajoelhei, o trem pregou aqui, ó, aí eu tive que ir lá para benzer, né. Ah, nossa, doeu demais. [...] Dói, que dá íngua, assim, no braço. E é 24 horas... E outra coisa, de primeiro, não tinha as coisas. Agora, o meu menino foi picado uma vez, aí ele... eu levei ele... de rato, né; aí eles aplicaram anestesia, tudo assim, cedo. Agora tem. É, mas tem aquelas taturana bezerra, ela é brava. E a branca também é pior... (Entrevistada 7).

*O único problema que me deu, foi o problema no joelho, que eu pegava peso mesmo, sabe. É, porque aí eu... É, mas não foi no *****, foi o... porque todo ano... a gente que vai apanhar café, a gente tem que sair assim, ou carrega peso ou não carrega. Porque todo mundo tem a sua obrigação ali, o balaio é seu. Aí chega na hora de entregar café, aqueles caminhão, sabe, a gente carregava saco pesado; aí cada vez que eu pegava o saco, esse joelho dava um estralo. Agora, hoje, eu tenho problema no joelho ainda, desgastou, sabe. Aí piora, assim, todo esse osso. Meu marido também tem esse problema. Ele também trabalhava na roça. Mas se eu tiver trabalhando na apanha de café, o joelho não dói, é porque eu esquento o corpo, né. Não sinto nada, não dói, dá para andar; mas aí eu ficar parada dentro de casa, quanto mais eu... se eu ficar sentada aqui, aí ele vai... vai latejar (Entrevistada 12).*

As doenças causadas por esforço repetitivo e carregamento de peso por conta do exercício do trabalho também se tornam invisíveis ao Estado, no momento em que o trabalhador necessita de afastamento laboral. O Entrevistado 11 relacionou a culminância em ter que realizar cirurgia de varizes à característica do trabalho rural, em que tinha que carregar muito peso cotidianamente:

Afastei do trabalho já. É porque eu tive que operar a perna, né. É vari... É veia. Na família não tem não, é porque eu carregava muito peso, né. Fiquei só uns... um mês afastado. Foi por causa do trabalho (Entrevistado 11).

Outro fator de extrema importância para que se evite os acidentes de trabalho seriam procedimentos resguardados pela saúde do trabalhador: equipamentos de segurança e processos de trabalho seguros para o trabalhador; contudo, é quase inexistente a saúde do trabalhador no campo, exceto em algumas fazendas em que há uma modernização maior da agricultura, o que é bastante raro na região.

A respeito do uso de equipamentos de segurança e saúde do trabalhador no campo, os trabalhadores responderam que:

Aplicava remédio, Roundup, no café. Não usava nada de equipamento. Nada. Era direto é [...] Dava coceira, alergia.... É, tinha... tinha vez, que, às vezes, eu ficava com o corpo tudo encalombado. [...] Porque é veneno, não é? E aí não tinha proteção, não tinha nada (Entrevistado 10).

A questão dos agrotóxicos e a aplicação destes pelos trabalhadores, coloca o Brasil em quarto lugar no ranking dos países que mais possuem acidentes e doenças do trabalho no campo, conforme já visto com base em dados da ONU. Sem proteção ao trabalhador efetivamente, a aplicação de venenos na lavoura vai para além da degradação da vida do trabalhador, que diretamente tem contato com esse veneno, mas se espalha na sociedade

como um todo. Sendo o Brasil o primeiro no ranking mundial de consumo de agrotóxicos, os brasileiros ingerem, anualmente, um galão de cinco litros de veneno, também chamados delicadamente de defensivos agrícolas¹⁰². O uso de agrotóxicos prejudica os trabalhadores do campo e população em geral até a quarta geração, causando inúmeras deficiências, podendo prejudicar as gerações futuras. Além disso, a questão da concentração de terras está relacionada ao crescente uso de venenos no campo, haja vista que o agronegócio vem utilizando grandes extensões de terra para monoculturas de grãos para exportação. Obviamente, as condições de saúde da população brasileira se agravam à medida em que esse quadro se alastra. No campo, na região de Lavras, o uso dos venenos não foge à regra, sendo que alguns empregadores fornecem mais estabilizados fornecem equipamentos de segurança (paliativos mediante tal agressão à saúde humana e meio ambiente).

..aí ele jogava remédio. Muita gente, às vezes, não se dava com o cheiro do remédio, né. Às vezes, estava ruim. Mas... mas ele jogava, assim, 01 mês antes, para o pessoal começar apanhar café. E também era tudo arrumadinho, também, é de bota, que nem, cane... perneira, de óculos, essas coisa assim, ele... Tudo. Tudo. [...] Não gostava de trabalhar sem caneleira, que fosse com botina. Era tudo arrumadinho. As coisa dele lá, negócio de coisa, é bem arrumadinho mesmo. Só se a pessoa coisou lá, mas no tempo que eu trabalhava lá, é muito segu... assim, era seguro mesmo, ele fi... é uma pessoa muito... é um pessoal muito bacana para trabalhar com eles, viu (Entrevistada 18).

Alguns patrões até forneciam alguns equipamentos de segurança, mas eram descontados do salário, conforme o relato abaixo:

O patrão, ele dava perneira, bota... Ele dava botina. Aquelas botina. Dava botina, dava o... [...]Ele dava o chapéu, né. É o boné que tem o negócio atrás... ele dava o óculos. Dava, assim, ele dava e descontava no salário da gente. Era nós que pagava. É, ele dava, mas só que aí depois desconta nos pouquinho, né? [...] É, dava e depois descontava aos pouquinho todo... toda a semana (Entrevistada 6).

Lá... na apanha, o patrão não dava equipamento, assim, perneira, chapéu, protetor solar, essas coisas não. É muito difícil o patrão dá. Agora, o mais 'folgado' que dava, né? Mas esses mais, assim, não; aí nós tinha que levar (Entrevistada 7).

Contudo, os EPIs fornecidos não abrangem os processos de trabalho, ou seja, questões ergonômicas fogem à proteção dos EPIs, e não foram mencionadas por nenhum

¹⁰² Fonte: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/29/politica/1430321822_851653.html

trabalhador ou trabalhadora, o que pode denotar a inexistência desse tipo de preocupação com o trabalhador.

Informalidade x formalidade

O alto nível de informalidade no trabalho rural está também relacionado à saúde do trabalhador, haja vista que, quanto mais informal o trabalho, mais chances das normativas em saúde do trabalhador serem desrespeitadas, além de ser mais dinâmica a superexploração da força de trabalho.

A informalidade do trabalho rural está atrelada ao histórico de desregulamentação do trabalho no campo, que somente a partir da CF 88 ficou equânime em relação ao trabalho urbano, ainda sim, permanece hoje em dia a informalidade no campo. Segundo Krein; Stravinski (2008, p. 359):

Apesar de 68% da PEA estar na agricultura, a regulação do trabalho construída nos anos 30 e 40 (CLT, 1943) destinava-se basicamente aos trabalhadores urbanos, com a finalidade de estabelecer parâmetros para o projeto de industrialização que estava sendo desenvolvido. A legislação de proteção no trabalho rural ficou em segundo plano, sendo que a equivalência de direitos só irá efetuar-se na Constituição Federal de 1988.

A informalidade, a desregulamentação real do trabalho rural já fez ou faz parte da história de vida e trabalho de muitos trabalhadores do campo entrevistados. Histórico já citado, de trabalho infantil, informal e não reconhecimento pelo Estado para fins previdenciários e/ou trabalhistas.

Durante a pesquisa, foi percebido que grande parte dos trabalhadores e trabalhadoras informais eram empregados por pequenos produtores, sendo que os grandes produtores forneciam uma condição de trabalho mais adequada aos direitos do trabalhador no campo, o que não deve ser considerado uma generalização, já que sabemos que a maioria dos empregadores que mantinham trabalhadores em condições análogas à escravidão eram grandes latifundiários dos países.

Sobre essa situação, na região estudada, a cidade de Itutinga/MG foi investigada e um fazendeiro da região (que lida com criação de bovinos para leite) foi autuado pelo Ministério do Trabalho por manter três trabalhadores em condições análogas à escravidão, bem como o município de Nepomuceno/MG, onde um fazendeiro da cultura do café foi autuado por manter cinco trabalhadores nas mesmas condições e, por último, Bom

Sucesso/MG, local em que fazendeiro, também da cultura do café, foi autuado por manter dez trabalhadores nas condições citadas.

A questão das “melhores” condições de trabalho por empregadores mais estruturados na agricultura, podemos associar à Modernização da Agricultura no campo, ocorrida a partir da década de 60, mas que gradativamente avança. A modernização da agricultura mexe nas relações de trabalho também, condições em que trabalho se torna cada vez mais submisso ao capital, bem como na estrutura da produção, com o avanço da mecanização no campo. De certa forma, isso leva a uma maior formalização do trabalho no campo. Tal modernização consegue abranger os produtores maiores, que por sua vez, investem em uma produção mecanizada para elevar a produtividade, sendo que o trabalhador passa a ser cada vez menos necessário. Além disso, os financiamentos e incentivos federais são maiores para esses produtores estabilizados e já inseridos na lógica de tal modernização, que enxerga no agronegócio a grande saída para a elevação da produtividade nacional.

Importante frisar a contradição existente com o processo de modernização citado, que tende a modificar as relações de trabalho, possibilitando o fortalecimento dos sindicatos naquelas regiões em que existe um “movimento econômico de fortalecimento do agronegócio, especialmente exportador e influenciado pela política de valorização do salário mínimo” (KREIN; STRANVINSKI, 2008, p. 380).

Como constatamos que o trabalho informal ocorre, de forma acentuada, nos estabelecimentos agropecuários pequenos, cujo padrão seja pequeno ou até médio produtor, é necessário ressaltar que estes pequenos produtores pouco recebem apoio do Estado para tal, por vezes são os agricultores familiares¹⁰³ ou pequenos e médios agricultores que necessitam de contratar trabalhadores para ajudar na lida rural, mas que não possuem condições de manterem um empregado formalmente, superexplorando a força de trabalho com o adendo da informalidade. Nessa situação, se faz necessário problematizar essa relação e compreender a situação do pequeno agricultor que, por vezes, também vivencia condições precarizadas de vida por falta de incentivo no campo.

¹⁰³ A situação do agricultor familiar é bastante peculiar e foge à análise dessa pesquisa. Estudos específicos devem ser realizados para estudar a relação do trabalhador rural contratado pelo agricultor familiar, haja vista que sua cultura é de subsistência e venda do excedente para a alimentação da população local, juntamente com o pequeno produtor, sendo que as relações de trabalho são diferenciadas, bem como as condições do contrato de trabalho.

O interesse do Estado no agronegócio oferece inúmeras análises, sobretudo no que tange à força de trabalho. Entendemos que uma maior modernização na agricultura, contraditoriamente, traria condições de trabalho menos penosas e extenuantes ao trabalhador, além de possibilitar uma articulação sindical de grande importância e força. Contudo, tal modernização imposta pelo capital, permite a imbricação de diversos tipos de capital ao capital agrário, podendo gerar monopolização, degradação do meio ambiente, problemas de saúde pública (por conta da elevada quantidade de agrotóxicos pulverizados na lavoura para a manutenção de grandes extensões de plantação), diminuição do número de empregos rurais, já que demanda o uso expressivo de maquinários diversos, solicitando um trabalhador rural mais tecnificado.

Por outro lado, a falta de interesse do Estado pela agricultura familiar e pelos pequenos produtores, que são os que colocam, de fato, comida na mesa do trabalhador e trabalhadora, pode ser um fator que leva a que as relações de trabalho sejam informais e precarizadas, pois, sem apoio para a produção e necessitando de mão-de-obra, contrata-se na informalidade, além do fato de que a fiscalização no meio rural não chega a pequenos produtores, mas a grandes produções rurais. Ou seja, existe uma falha grande do Estado em apoiar as pequenas culturas e os agricultores familiares que realmente produzem, conservam as terras, se baseiam, por vezes, em multiculturas necessárias ao abastecimento de cidades e regiões. Contudo, essas questões em análise necessitariam de maior aprofundamento, mas foram consideradas importantes nesse estudo para o entendimento das relações de trabalho no campo.

Mecanização x desemprego x emprego

Os trabalhadores e trabalhadoras rurais de Lavras e região vem percebendo uma crescente mecanização da agricultura, que associam diretamente ao elevado número de desemprego crescente no campo.

Ao serem questionados sobre a questão do maquinário e como isso incide sobre a questão dos empregos, os trabalhadores colocaram a mecanização da agricultura como um avanço positivo, mas que retira muitos empregos:

Tem máquina de colheita. Nós só colhe lá, minha filha, nós só colhia lá, sabe como? No chão. Catando do chão. Com a varrição. A máquina apanhava, e nós ia atrás varrendo. Isso diminuiu muito, demais da conta os emprego;

portanto, lá pegava era 05, 06 ônibus, de gente, para trabalhar, todo ano. E agora, minha filha, todo ano, agora, só vai para lá 03 ônibus... é, de 03 ônibus... Caiu pela metade. Nossa, Deus, o povo sentiu uma tristeza tão grande, porque era lá que nós ganhava. Era lá que ganhava o dinheiro. Mas... máquina foi bom. É bom, porque facilita um pouco o trabalho, não é? (Entrevistada 1).

A entrevistada 1 aborda também a importância do trabalho rural para a cidade onde reside, sendo que a safra do café sempre foi o momento mais esperado pelos trabalhadores rurais (principalmente para aqueles que não tem terra e necessitam do trabalho rural para a subsistência, haja vista não terem qualificação profissional e/ou escolaridade para conseguirem um trabalho na cidade). Além disso, sua fala denota como a falta de acesso ao trabalho, além de mexer com a questão objetiva de subsistência, impedindo o acesso às necessidades sociais – haja vista não terem onde vender sua força de trabalho – ainda mexe com a subjetividade destes trabalhadores, pois, a exclusão do mercado de trabalho, ainda que informal e precário, leva ao sofrimento emocional e psíquico, além da angústia de não ter onde e como vender a força de trabalho, e da agonia de se deparar com as limitações próprias das políticas públicas vigentes no país – embora vários avanços tenham sido alcançado, há limitações importantes que culminam no não atendimento às demandas destes trabalhadores.

Eram um... era um ônibus que a gente ia, né? [...] Ai voltou para um... para uma Kombi, né? E agora eu acho que resta, o que? Deve ter uns três ou quatro, só, que trabalha na fazenda; assim, tipo, para colher o café. Entendeu? Porque é um trator; e... Como é que é? É um, dois trator; eu sei que não gasta quase nada de gente. O ano passado, mulher mesmo, pegou só duas (Entrevistada 6).

Nossa, a apanha dele era de 04 a 05 mês. Ai nós já chegou até 06 mês e meio, na apanha dele lá. Era meio ano apanhando. É porque na época não tinha essas máquina, né. Agora que tem. Só que há uns 03, 04 anos, assim, para trás, ele construiu máquina que apanhava e moía para ele. Agora ele tem máquina de apanhar, tem varredeira, abanadeira. Agora ele já não pega mais gente igual ele pegava na minha época. É, [a máquina] está fazendo o trabalho. É ruim né, porque... É, os safristas, porque não... porque, aqui, em Nepomuceno, é o serviço que a maioria aqui é na apanha, né. É pouca coisa. E tem o Aviário; o Aviário, também. No Aviário, né? Mas lá não pega ... Tem o limite de gente, ele não pega, né. A maioria já de idade, igual nós, né, só pega gente novo (Entrevistada 12).

Para as culturas e lavouras onde existem as máquinas para ajudar, os trabalhadores comemoram, pois, o maquinário disponível traz melhorias às condições de trabalho, tornando o trabalho rural, por vezes penoso, um pouco mais ameno. Mas, se faz

necessário certo nível de qualificação para lidar com as máquinas dispostas para a produção. Contudo, um maior nível de mecanização gera um elevado nível de desemprego, pois, o maquinário utilizado vem substituindo o trabalho do homem no campo.

Entretanto, faz-se constar que o risco de acidentes de trabalho por maquinário utilizado no campo é uma realidade notória. Segundo a OIT, o Brasil é a quarta nação do mundo que mais registra acidentes durante as atividades laborais (lembrando, mais uma vez, que estes são somente os dados oficiais, que escamoteiam a realidade dos trabalhadores informais). No campo, ainda segundo a OIT, o Brasil lidera o número de acidentes fatais com maquinário em meio rural, com aproximadamente 3 mil mortes por ano e, em outros casos, ocasiona incapacidade permanente para o trabalhador a cada três acidentes ocorridos¹⁰⁴. É necessário voltar a atenção para o trabalhador rural que vivencia esta realidade tão violenta do trabalho no campo.

Participação em sindicatos e/ou movimentos sociais

Os trabalhadores e trabalhadoras pesquisados não são sindicalizados, e raramente participam de associações (no caso daqueles que residem em comunidades rurais) e/ou outros movimentos sociais.

A falta de sindicalização é gerada também pela ausência de sindicatos de trabalhadores rurais presente na região, haja vista que existem sindicatos patronais rurais, denominados sindicatos dos produtores rurais, que não lutam pelas causas dos trabalhadores rurais empregados no campo. A tradição das mobilizações e lutas do sindicalismo no campo, conforme aponta Krein; Stravinski (2008), não foram caracterizadas no momento na região estudada.

Exceção à regra se faz a um sindicato dos trabalhadores rurais localizado na cidade de Nepomuceno/MG, que é reconhecido pela população como um sindicato, mas que na realidade, funciona mais como um despachante para fins previdenciários e outros, no arranjo de documentação comprobatória para o acesso dos trabalhadores à aposentadoria rural. Mas, não existe representatividade dos trabalhadores nesse sindicato, bem como não há na região ações sindicais à favor dos trabalhadores do campo, não há luta e

¹⁰⁴ Fonte: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2012/11/brasil-tem-o-maior-numero-de-fatalidades-com-tratores-e-implementos-agricolas-no-campo-3959613.html>

questiona-se se há filiados, sendo o sindicato identificado como “pertencente” a um empresário do ramo de postos de combustíveis (inclusive, o sindicato fica localizado em local anexo a um de seus postos). Importante ressaltar que os serviços prestados pelo sindicato exigem a cobrança de uma taxa, não divulgada quando realizada a visita no mesmo.

Embora tenha existido, no Brasil, um forte movimento sindical no campo, essa realidade não foi constatada no trabalho de campo, sendo o assunto indiferente à realidade dos trabalhadores. Ou seja, não há mobilização real e articulada dos trabalhadores do campo por melhores condições de trabalho, o que pode vir a ser um dos fatores que explicam as precárias condições de trabalho no campo, além da larga informalidade constatada historicamente na região.

Acesso às políticas protetivas do trabalho

Assim como as demais políticas já citadas, as políticas protetivas do trabalho pouco alcançam os trabalhadores rurais. E estas se referem ao Trabalho e Previdência Social e Saúde do Trabalhador.

A própria informalidade do trabalho já explica algumas destas questões, pois, sem carteira de trabalho assinada, não se tem acesso à Previdência Social, nem à garantia de afastamento laboral remunerado em caso de adoecimento ou acidente de trabalho. Além disso, não há preocupação com ações preventivas e protetivas voltadas à Saúde do Trabalhador. Embora existam ações do Estado em termos de políticas sociais no campo, estas se voltam aos pequenos produtores da agricultura familiar. Neste trabalho, o foco foi o trabalhador rural sem terra, empregado rural, cujas relações de trabalho são precárias e insalubres, sem o acesso às garantias mínimas de proteção trabalhista e previdenciária, permitidas pelo sistema capitalista vigente. Ou seja, a situação do trabalhador rural empregado e informal é ainda mais deletéria e prejudicial do que os demais (e também) prejudicados trabalhadores do campo.

O dano ao trabalhador em situações de informalidade, além da facilidade em superexplorar a força de trabalho, leva a que direitos básicos não lhe sejam garantidos, piorando ainda mais as condições de existência desse trabalhador ou trabalhadora, por vezes arrimo de família e necessitando de algum direito social para se habituar à nova condição.

Portanto, não se pode naturalizar tais situações, haja vista o grande desenvolvimento societário, não é viável admitir situações de restrições de direitos e de acesso aos produtos necessários à manutenção e à qualidade de vida da população. A própria Previdência Social, forjada no modelo do seguro social, deixa à margem toda uma população que trabalhou a vida toda, mas que não tem como comprovar documentalmente esse trabalho. Ou seja, são trabalhadores e trabalhadoras que desde a infância trabalham na informalidade, mas o Estado não lhes reconhece os direitos advindos dessa relação capitalista mal iniciada no campo.

Enfim, investigar os determinantes que engendram o afastamento do trabalho na APS Lavras foi uma tarefa instigante que nos levou a focar no ramo da atividade econômica A, relativa a agropecuária, pesca, aquicultura e produção florestal. Por meio das entrevistas com trabalhadores rurais afastados do trabalho por conta de algum tipo de adoecimento, pudemos verificar que as condições penosas do trabalho rural, atrelada às condições de trabalho exercidas sobre a base de uma ampliação da jornada de trabalho formal, bem como da intensidade do trabalho rural são determinantes que geram o afastamento laborativo, haja vista a infinidade de doenças que podem advir de condições insalubres e penosas de trabalho. Pode colaborar com esse processo, as condições de vida que geralmente resvalam na sobrevivência (não se vive, se sobrevive) sacrificada, cuja renda salarial, paga abaixo do valor da força de trabalho e, por vezes, abaixo do salário mínimo (que por si só já é insuficiente), pode acarretar falta de condições de manutenção adequada da vida e saúde, contribuindo para o desgaste prematuro da força de trabalho por falta de segurança alimentar e de acesso aos tratamentos de saúde, conforme as necessidades iniciais e de prevenção. Ou seja, a superexploração da força de trabalho, estrutural ao capitalismo *sui generis* latino-americano, denota incidência negativa de grandes proporções à classe trabalhadora rural estudada, sendo funcional à dependência estrutural citada por Marini.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa buscou apresentar os condicionantes que geram o afastamento laborativo dos trabalhadores rurais, que receberam benefício por incapacidade na APS Lavras. Tendo como referencial a TMD e foram constatadas as formas de superexploração da força de trabalho no campo, atrelada ao histórico da informalidade rural e às condições de trabalho no campo, gradativamente transformadas com a modernização da agricultura, por meio da mecanização da agropecuária e novas relações de trabalho no campo.

Partindo da Economia Política do capitalismo dependente, verificou-se as contribuições da TMD para a compreensão da força de trabalho brasileira, no caso em tela, considerando as particularidades regionais do território estudado. Foi visto que a TMD hoje necessita ser atualizada, haja vistas as novas determinações que se apresentaram na cena brasileira ao longo dos anos. Obviamente, compreender a TMD oferece subsídios para o entendimento do capitalismo brasileiro hoje, com novas determinações e novas parcerias no processo de intercâmbio das mercadorias, ensejando novos olhares e uma nova análise sobre a situação estrutural da dependência.

A superexploração da força de trabalho, segundo Martins (2013) apresenta contratendências à agudização de suas formas o que, entretanto, não pode ser constatado na realidade estudada. Existe o prolongamento da força de trabalho atrelada à intensidade e pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor, situação que pode ser constatada nas análises das condições de vida dos trabalhadores rurais da região. Embora os governos anteriores tenham ingressado em políticas sociais que melhoraram a vida da população brasileira, a situação socioeconômica do trabalhador rural na região não deixa dúvidas de que a superexploração da força de trabalho atua atrelada à informalidade do trabalho que agrava ainda mais a situação do trabalhador e trabalhadora rural.

Ainda que possa parecer polêmico nesse momento, talvez sem algum sentido, a desconfiança gerada durante a incursão ao campo é de que as relações de trabalho na área rural da região ainda não se apresentam subsumidas ao capital, demonstrando formas pretéritas de relação de trabalho, aliadas à superexploração da força de trabalho, naqueles locais onde a relação de trabalho existe minimamente nos moldes capitalistas. Uma verdadeira heterogeneidade [estrutural?] no campo, que também pode ser funcional à

acumulação de capital no país, hipótese já levantada ao longo das discussões desse trabalho.

O adoecimento do trabalho por condições difíceis e precárias do exercício do mesmo, embora por vezes não reconhecido pelas políticas sociais, refletem o consumo de vida útil do trabalhador pelo capital, debilitando lhes a vida e a saúde, concretizados no adoecimento e afastamento do trabalho.

A situação de vulnerabilidade socioeconômica também pode ser verificada e caracteriza a expropriação do fundo de consumo do trabalhador pelo capital. A questão se torna ainda mais complexa, e necessário seu aprofundamento, quando as relações patronais se dão por pequenos produtores que, muitas vezes, possuem condições de vida também difíceis, e sem o apoio do Estado.

A dinâmica econômica do ramo A na região apresenta-se heterogênea, assim como é heterogênea as relações de trabalho e mercado de trabalho no campo. A produção da região, com destaque para a cultura do café, contribui para a pauta de exportações de Minas Gerais juntamente com a produção de ovos de codorna (ambas produções com destaque nacional), bem como contribui para a alimentação regional, através de culturas diversificadas em cada cidade da região.

A Saúde do Trabalhador, completamente ausente do meio rural (com algumas exceções para os produtores do agronegócio, que possuem maior estrutura para o atendimento às exigências trabalhistas), juntamente com um inexistente movimento sindical, agravam a situação dos trabalhadores da região. A falta de acesso e/ou extrema dificuldade de acesso às políticas públicas em geral, sobretudo a política trabalhista e previdenciária, penaliza o trabalhador em momentos de adoecimento, forçando-os ao trabalho mesmo sem ter capacidade para tal. A ausência ou precária utilização de equipamentos de segurança individual também se torna um fator de risco no trabalho rural, tanto pelo exercício do trabalho em si, quanto pelas condições nas quais esse trabalho é exercido: chuvas, sol quente, locais inadequados para necessidades fisiológicas em geral. Trabalhadores rurais exercendo trabalhos braçais desde a infância e ao longo da vida, desgastando prematuramente sua força de trabalho em condições precarizadas e sem direitos sociais. Além disso, a falta de reconhecimento pelo Estado para as doenças do trabalho rural penaliza, mais uma vez o trabalhador.

A Previdência Social, política pública voltada para a proteção social do trabalhador e trabalhadora em momentos de incapacidade, velhice, dentre outros, vem

sendo falha com os trabalhadores rurais, tanto na reconhecimentos de seus direitos previdenciários enquanto trabalhadores rurais desde a infância, como na falta de ações em Saúde do Trabalhador específicas ao trabalhador rural, devido à particularidade de suas condições de trabalho e vida. É necessário lembrar, ainda, que as ameaças de contrarreforma trabalhista aprofundarão o fosso existente entre o trabalhador rural e seus direitos previdenciários, devido a mudanças de concessão que não reconhecem a especificidade árdua do trabalho rural, além de exigir equiparação de concessão entre direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, sem que estes tenham os mesmos direitos e condições do trabalhador urbano.

Além da política previdenciária, as demais políticas sociais, limitadas em sua configuração, não conseguem estruturar uma rede de atendimento em saúde do trabalhador na região, sendo praticamente inexistente esse tipo de serviço especializado ao trabalhador, gerando danos sociais, físicos, ambientais e pessoais a esses trabalhadores.

Assim, partir de uma teoria latino-americana para a compreensão dos condicionantes que engendram o afastamento laborativo dos trabalhadores rurais no interior de MG, em cidades majoritariamente de pequeno porte, com exceção de Lavras, que é considerada de médio porte, continua sendo um desafio, sobretudo ao tentar compreendê-la a partir das mudanças ocorridas desde a sua formulação. A superexploração da força de trabalho também reflete as novas determinações postas pelos acontecimentos dos últimos anos. Contudo, pode-se perceber que a superexploração ainda vigora, permanece estrutural e reflete nas condições de vida e existência dos trabalhadores.

E ainda, importante destacar as dificuldades encontradas durante o processo de pesquisa, referente aos dados estatísticos solicitados aos órgãos oficiais do governo federal, a respeito do número de afastamentos do trabalho, bem como o número de trabalhadores por ramo da atividade econômica. Sendo necessário várias consultas ao E-sic, conforme já colocado nas notas metodológicas, tal fato demonstra a insuficiência de integração dos dados oficiais a respeito do trabalho no Brasil. Para se obter algumas informações sobre o afastamento do trabalhador de suas atividades e por ramo da atividade econômica, mais de 15 solicitações foram feitas e, ainda sim, os dados não foram suficientes para que se pudesse computar o número de afastamentos por CNAE. A

importância da integração dos dados se faz urgente para compor estudos e ações em Saúde do Trabalhador no país.

Enfim, não se exime nesse trabalho dos possíveis equívocos ao longo do caminho, sempre na tentativa de compreender a realidade na qual se propôs a estudar. Existe a certeza de que esse estudo inicial não apresentou respostas a todas as questões colocadas, por conta do tempo necessário para incursões mais profundas nessa realidade. Entretanto, o resultado pôde demonstrar e trazer à tona uma realidade difícil, caracterizada por acidentes de trabalho sem relevância social, por adoecimento laborativo sem reconhecimento de nexos com o trabalho e, em última instância, uma realidade que conforma uma população rural destituída de reconhecimento social, embora as atividades dos trabalhadores e trabalhadoras rurais sejam de extrema relevância para a sociedade brasileira, que é literalmente sustentada pelas mãos do trabalhador e trabalhadora do campo, tão desvalorizados nessa sociedade do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAHÃO, Gabriela Masson; MUQUEM, Tássia de Castro. O trabalho sob o jugo do capital: transformações no mundo do trabalho e suas consequências para a saúde e sociabilidade dos trabalhadores. In: **IX Seminário de Saúde do Trabalhador e VIII Seminário Trabalho em Debate**, 2015, Franca/SP. Texto completo dos Anais do evento [CD rom]. UNESP: Franca, 2015.
- ABRAMIDES, M. B. C. Trabalho, sindicato, saúde e Serviço Social: crise do capital e desafios para a classe trabalhadora. In: LOURENÇO, E. A. DE S.; NAVARRO, V. L. (orgs.) **O avesso do trabalho IV: terceirização, precarização e adoecimento no mundo do trabalho**. 1ª ed. São Paulo: Outras expressões, 2017.
- ALMEIDA FILHO, Niemeyer. Introdução. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (org.) **Desenvolvimento e Dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. 1. ed. Brasília: IPEA, 2013.
- ALVES, F. J. DA C. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte da cana em São Paulo. In: NOVAES, José Roberto Pereira; ALVES, Francisco (Orgs.) **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EduFSCar, 2007, pp. 21- 54.
- ALVES, Giovanni. **Dimensões da precarização do trabalho**. 1. ed. Bauru/SP: Canal 6 Editora, 2013.
- AMARAL, Marisa Silva. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. In: **Revista Katálysis** (2), v. 12, p. 216-225. Florianópolis: Jul/Dez, 2009.
- AMARAL, Marisa Silva; CARCANHOLO, Marcelo Dias. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). **Padrão de reprodução do capital**. 1. ed. São Paulo: Boitempo: 2012.
- AMARAL, Marisa. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. In: **Revista Katálysis** (2), v. 12, p. 216-225. Florianópolis: Jul/Dez, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. Vol. I**. São Paulo: Boitempo editorial, 2006.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009 (Coleção Mundo do Trabalho).
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15ª ed. São Paulo: Cortez editora, 2011.
- ASSUNÇÃO, Ada. Ávila. Ciclos curtos e repetitivos de trabalho: o caso de uma fábrica de metais. In: ANTUNES, R. (org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil I**. 1ª ed. Col.: Mundos do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Estabilidade Financeira** (2), vol. 14. Brasília: Out./2015.

BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. de M. dos S. Questão Social e Direitos. In: CFESS; ABEPSS. Serviço social: **Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011 (Biblioteca básica do Serviço Social).

BERZOINI, R. Previdência social: a mudança com justiça e respeito. In: MORHY, L. et al (orgs.). **Reforma da Previdência em Questão**. Brasília: Editora UNB, 2003.

BOSCHETTI, I. Seguridade Social e trabalho, paradoxo na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil. Brasília: Letras Livres, 2006.

BRASIL DE FATO; MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **43% das novas empresas da “lista suja” do trabalho escravo são do agronegócio**. Disponível em: < <http://www.mst.org.br/2018/04/12/43-das-novas-empresas-da-lista-suja-do-trabalho-escravo-sao-do-agronegocio.html>>. Acesso em: 14/04/2018 às 13:21 hs.

BRASÍLIA. **Agenda para o Brasil sair da crise 2016-2018**. Brasília: Confederação Nacional das Indústrias, 2016.

BRENNER, R. **O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. (Im) precisões sobre a categoria da superexploração da força de trabalho. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (org.) **Desenvolvimento e Dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. 1. ed. Brasília: IPEA, 2013.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Uma crônica do salário. 9. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.

CHANDLER, Alfred. **The visible hand: the Managerial Revolution in American Business**. England: Harvard University Press Cambridge, 1999.

CHASIN, J. A esquerda e a Nova República. **Revista Ensaio**. São Paulo: Ensaio, n. 14, 1985.

CHASIN, J. A sucessão na crise e a crise na esquerda. **Revista Ensaio**. São Paulo: Ensaio, n. 17/18, 1989.

CHESNAIS, François. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. In: **Revista Economia e Sociedade**. (5), p. 1-30. Campinas: Dez, 1995.

CHESNAIS, François. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. In: **Revista Economia e Sociedade**. V. 11, n. 1 (18), p. 1-44. Campinas: Jan/Jun, 2002.

CHESNAIS, François. As raízes da crise econômica mundial. Disponível em: <http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2014/01/As-ra%C3%ADzes-da-crise-economica-mundial-Fran%C3%A7ois-Chesnais.pdf>. Acesso em: 23 de nov. de 2016.

COIMBRA, Ana Livia de Souza. **Sindicalismo e cidadania: análise da participação institucional dos sindicatos dos trabalhadores cutistas em período de crise**. Ano: 2006. 230 fls. Tese (Doutorado). Escola de Serviço Social do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Dez/2006.

COUTINHO, C. N. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DANTAS, Rodrigo. A grande crise do capital. In: **Cadernos de Ética e Filosofia Política**. 14, Jan/2009, p. 47-72.

DE NEGRI, Fernanda; CAVALCANTE, Luiz Ricardo. **Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes**. Brasília: ABDI/IPEA, 2014.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro. In: **Estudos e Pesquisas**, n. 74. São Paulo: DIEESE, 2014.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Anuário da Saúde do Trabalhador 2015**. São Paulo: 2016.

DIRCEU, J. Uma necessidade de justiça social. In: **Coleção Cadernos da Fundação Perseu Abramo**. A previdência social no Brasil. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. A questão dos intelectuais em Gramsci. In: **Revista Serviço Social e Sociedade** (118), p. 265-293, abr./jun. 2014.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO (EBC). Educação reforça desigualdades entre brancos e negros, diz estudo. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-11/educacao-reforca-desigualdades-entre-brancos-e-negros-diz-estudo>> Acesso em 14/04/2018, às 09:57hs.

FALEIROS, Vicente de Paula. Tecocracia e Assistencialismo no capitalismo autoritário. O Serviço Social na Previdência Social dos anos 70. In: BRAGA, Léa; CABRAL, Maria do Socorro Reis (orgs). **O Serviço Social na Previdência**: trajetória, projetos profissionais e saberes. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FATTORELLI, M. L. A máscara do “déficit” da Previdência. Disponível em <http://www.auditoriacidada.org.br/blog/2017/01/30/mascara-do-deficit-da-previdencia/>> Acesso em 07/03/2017 às 08:00hs.

FAUSTO, B. **A revolução de 1930**: história e historiografia. 16. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FLEURY, Sônia; CARVALHO, Antônio Ivo de. **Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS)**. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-nacional-de-assistencia-medica-da-previdencia-social-inamps>> Acesso em 25/09/25017, às 11:27 hs.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos, et all. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. In: **Cadernos de Saúde Pública**. V. 24, n. 1, p. 17-27. Rio de Janeiro: Jan./2008.

FUNDACENTRO. Serviço de Estatística e Epidemiologia SEE. **Acidentes do trabalho no Brasil**: comparação de dados PNS (IBGE) x anuário (Previdência). Ano: 2015. Disponível em: <http://www.fundacentro.gov.br/arquivos/projetos/boletimfundacentro12015.pdf>. Acesso em: 03 de nov. 2016.

GRANEMANN, S. Previdência Social: da Comuna de Paris aos (falsos) privilégios dos trabalhadores. In: LOURENÇO, E. A. DE S.; NAVARRO, V. L. (orgs.) **O avesso do trabalho III**: saúde do trabalhador e questões contemporâneas. 1ª ed. São Paulo: Outras expressões, 2013.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão Agrária e Ecologia**: crítica da moderna agricultura. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

GUANAIS, J. B. **Pagamento por produção, intensificação do trabalho e superexploração na agroindústria canavieira brasileira**. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 2016, 311p.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Trad.: Adail U. Sobral; Maria S. Gonçalves. 14. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. In: **Revista Temporalis**. ABEPSS. Brasília, ano II, n. 3. Jan-Jun/2001.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 17ª ed. São Paulo: Cortez Editora; Lima-Peru: CELATS, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IANNI, O. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IANNI, O. Tipos e mitos do pensamento brasileiro. In: **Revista Sociologias** (4), n. 7. Porto Alegre, jan./jun. 2002, p. 176-187.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: INGE/MPOG, 2006.

KREIN, José Dari; STRAVINSKI, Bruna. Relações de trabalho, regulação e conflitos. In: **Série Desenvolvimento Rural Sustentável: Emprego e Trabalho na Agricultura Brasileira**. Brasília/DF:IICA, 2008.

KRETER, Ana Cecília de Medeiros Nitzsche. **Formalização e intermediação das relações de trabalho na agricultura brasileira**: perspectivas históricas e implicações. Ano: 2010. 125 fls. Tese (Doutorado). Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ: Ago/2010.

LACAZ, Francisco Antônio de Castro. Reforma Sanitária e Saúde do Trabalhador. In: **Revista Saúde e Sociedade**. Ano 3, v. 1 p. 41-59, 1994.

LACAZ, Francisco Antônio de Castro. **Saúde do trabalhador**: um estudo sobre as formações discursivas da academia, dos serviços e do movimento sindical. Ano: 1996. 432 fls. Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: Dez/1996.

LACAZ, F. A. DE C. Política Nacional de Saúde do Trabalhador: desafios e dificuldades. In: LOURENÇO, E. A. DE S. et all (orgs.) **O avesso do trabalho II**: trabalho, precarização e saúde do trabalhador. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LACAZ, F. A. DE C. O campo da saúde do trabalhador: epistemologia, desafios e lacunas. In: LOURENÇO, E. A. DE S.; NAVARRO, V. L. (orgs.) **O avesso do trabalho III**: saúde do trabalhador e questões contemporâneas. 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 2013.

LARA, Ricardo. Contribuições acerca dos desafios do movimento sindical diante da crise do capital. In: LOURENÇO, E. A. DE S. et all (orgs.) **O avesso do trabalho II**: trabalho, precarização e saúde do trabalhador. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LARA, Ricardo; RIBEIRO, Rodrigo Fernandes. Velhas práticas em novos tempos: o reforço do sindicalismo de Estado. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza; NAVARRO, Vera Lúcia. **O Avesso do Trabalho III**: saúde do trabalhador e questões contemporâneas. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

LARA, Ricardo. Saúde do Trabalhador: considerações a partir da crítica da Economia Política. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza (org.) **Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e Serviço Social**: Estudos da Relação Trabalho e Saúde no Capitalismo Contemporâneo. 1. ed. Campinas/SP: Editora Papel Social, 2016.

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza; BERTANI, Íris Fenner. Saúde do Trabalhador no SUS: desafios e perspectivas frente à precarização do trabalho. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**. São Paulo, 32 (115), p. 121 – 134, 2007.

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. **Na trilha da saúde do trabalhador: a experiência de Franca/SP**. Ano: 2009. 426 fls. Tese (Doutorado). Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Franca/SP: Mar/2009.

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza; LACAZ, Francisco Antônio de Castro. Os desafios da implantação da política de Saúde do Trabalhador no SUS: o caso da região de Franca/SP. In: **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**. N. 127, v. 38, pp. 44-56. São Paulo: Jun./2013.

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. Saúde do trabalhador e da trabalhadora no capitalismo contemporâneo. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza (org.) **Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e Serviço Social: Estudos da Relação Trabalho e Saúde no Capitalismo Contemporâneo**. 1. ed. Campinas/SP: Editora Papel Social, 2016.

LUCE, Mathias Seibel. A superexploração da força de trabalho no Brasil: evidências da história recente. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (org.) **Desenvolvimento e Dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. 1. ed. Brasília: IPEA, 2013.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social v. 1**. Trad.: Carlos Nelson Coutinho, Mário Duayer, Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo editorial: 2012.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social v. 2**. Trad.: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo editorial: 2013.

MAENO, M.; VILELA, R. A. DE G. Reabilitação profissional no Brasil: elementos para a construção de uma política pública. In: *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional – RBSO*. São Paulo, ano 35, n. 121. Jan-Jun/2010.

MARINI, Ruy Mauro. Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital. In: **Cuadernos Políticos** (20), México/D.F., p. 18-39, abr./jun. 1979.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. 1. Ed. Petrópolis/RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra) (1978). In: **América Latina, dependência y globalización: fundamentos conceptuales** Ruy Mauro Marini. Bogotá: CLACSO, 2008.

MARINI, Ruy Mauro. Proceso y tendencias de la globalización capitalista (1997). In: **América Latina, dependência y globalización: fundamentos conceptuales** Ruy Mauro Marini. Bogotá: CLACSO, 2008.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro. **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARINI, Ruy Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). **Padrão de reprodução do capital**. 1. ed. São Paulo: Boitempo: 2012.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 5. ed. (Coleção Pátria Grande). Florianópolis: Insular. 2014.

MARQUES, R. M.; MENDES, Áquilas. O governo Lula e a contra-reforma previdenciária. In: **Revista São Paulo em perspectiva**, 18 (3), 3-15, 2004.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTINS, Carlos Eduardo. O pensamento de Ruy Mauro Marini e sua atualidade para as ciências sociais. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (org.) **Desenvolvimento e Dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. 1. ed. Brasília: IPEA, 2013.

MARX, Karl. **Salário, preço e lucro**. Trad.: Eduardo Saló. (Série Clássicos Edipro), Bauru/SP: Edipro, 2004.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. Trad.: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo editorial, 2010.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. Trad.: Nélio Schneider, Mário Duayer. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011 (E-book).

MARX, K; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. 1ª ed. São Paulo: Penguin Classics/ Companhia das Letras, 2012.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política – Livro I: o processo de produção do capital**. Trad.: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política – Livro II: o processo de circulação do capital**. Trad.: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política – Livro III: o processo global da produção capitalista**. Trad.: Rubens Enderle. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MATTOS, M. B. Movimento sindical brasileiro: o desafio da reorganização. In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. (orgs.) **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. 1ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

MAZZEO, A. C. **Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa**. 3.ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MENDES, René; DIAS, Elizabeth Costa. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. In: **Revista de Saúde Pública**. N. 5, v. 25, pp. 341-349. São Paulo: Out./1991.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Trad.: Paulo César Castanheira; Sérgio Lessa. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA); BRASIL. **Brasil: 70% dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros são da agricultura familiar**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/brasil-70-dos-alimentos-que-v%C3%A3o-%C3%A0-mesa-dos-brasileiros-s%C3%A3o-da-agricultura-familiar>>. Acesso em 14/04/2018 às 11:31 hs.

MORHY, L. et all (orgs.). **Reforma da Previdência em Questão**. Brasília: Editora UNB, 2003.

NASCIMENTO, Carlos Alves do; et all. Exploração e superexploração da força de trabalho em Marx e Marini. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (org.) **Desenvolvimento e Dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. 1. ed. Brasília: IPEA, 2013.

NETO, A. de Q. M. A reforma da previdência como instrumento de desenvolvimento econômico. In: MORHY, L. et all (orgs.). **Reforma da Previdência em Questão**. Brasília: Editora UNB, 2003.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. N. 50. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo. Prólogo. In: **Manifesto do Partido Comunista**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009 (Biblioteca Básica do Serviço Social).

NEVES, Maria Emília Rodrigues; SILVA, Maria de Jesus da. Previdência Social: construção da prática do Serviço Social. In: BRAGA, Léa; CABRAL, Maria do Socorro Reis (orgs). **O Serviço Social na Previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

OLIVEIRA, J. A. DE A.; TEIXEIRA, S. M. F. (Im)previdência social. Petrópolis: Vozes/Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco), 1985.

OLIVEIRA, Regina Márcia Rangel de. **A abordagem das lesões por esforços repetitivos/distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho – LER/DORT no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador do Espírito Santo – CRST/ES.** Ano: 2001. 143 fls. Dissertação (Mestrado). Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública. Rio de Janeiro: Set./2001.

OLIVEIRA SILVA, José Antônio Ribeiro de. A flexibilização da jornada de trabalho e seus reflexos na saúde do trabalhador. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza; NAVARRO, Vera Lúcia (orgs.) **O avesso do trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas.** 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 2013.

OSÓRIO, Jaime. Fundamentos da superexploração. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (org.) **Desenvolvimento e Dependência: cátedra Ruy Mauro Marini.** 1. ed. Brasília: IPEA, 2013.

PEREIRA, José Antônio. Saúde mental e trabalho: quando o ensino adoece. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza (org.) **Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e Serviço Social: Estudos da Relação Trabalho e Saúde no Capitalismo Contemporâneo.** 1. ed. Campinas/SP: Editora Papel Social, 2016.

PINTO, Geraldo Augusto. Uma introdução à indústria automotiva no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. Vol. I.** São Paulo: Boitempo editorial, 2006.

PRADO Jr., C. **Formação do Brasil contemporâneo: Colônia.** 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRADO JUNIOR, Caio. **A Questão Agrária.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.
Previdência e Assistência Social e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6439.htm> Acesso em 10/02/2017 às 00:40.

QUIJANO, A. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. In: **Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em 09/10/2016.

RAMMINGER, Tatiana. **Trabalhadores de saúde mental: reforma psiquiátrica, saúde do trabalhador e modos de subjetivação dos serviços de saúde mental.** Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional). Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS, 2005, 118p.

RIBEIRO, Herval Pina. **A violência oculta do trabalho: as lesões por esforços repetitivos** [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

RIBEIRO, Herval Pina. Adoecimentos e doenças do trabalho contemporâneo: a batalha das ideias. In: BERTANI, Íris Fenner; REZENDE, Regina Maura (orgs.). **Conversas Interessantes Sobre Saúde: programa de extensão QUAVISSS (Grupo de Estudo e**

Pesquisa sobre saúde, qualidade de vida e relações de trabalho). Franca. UNESP – FHDSS, 2007.

RIBEIRO, Rodrigo Fernandes; LARA, Ricardo. O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 126, p. 340-359. São Paulo: Maio/Ago. 2016.

ROCHA, Euda Kaliani G. T. “Camareira não pode ter dor nas costas, mas a gente tem!” In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

ROCHA, Luiz Carlos da. FAP e NTEP – questões perturbadoras. Disponível em <<http://www.confe.org.br/fap.pdf>> Acesso em 30/09/2017 às 00:17 hs.

ROMÃO, Frederico Lisbôa. O ramo do petróleo. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

ROSANVALLON, P. **A nova questão social**. Repensando o Estado Providência. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SAKAMOTO, Leonardo. **Por que a Lei Áurea não representou a abolição definitiva**. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2008/05/por-que-a-lei-urea-nao-representou-a-abolicao-definitiva/>>. Acesso em 02/04/2018 às 12:25hs.

SANT’ANA, R. S.; CARMO, O. A. As condições de trabalho no setor sucroalcooleiro. In: LOURENÇO, E. A. DE S. et all (orgs.) **O avesso do trabalho II: trabalho, precarização e saúde do trabalhador**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SANTOS, Theotônio dos. **A teoria da dependência: um balanço histórico e teórico**. Disponível em < <http://www.reggen.org.br/midia/documentos/ateoriadadependencia.pdf> > Acesso em 10/12/2016.

SANTOS, Theotônio dos. **A teoria da dependência: um balanço histórico e teórico**. Disponível em < <http://www.reggen.org.br/midia/documentos/ateoriadadependencia.pdf> > Acesso em 10/12/2016.

SILVA, Ademir Alves da. O Serviço Social na Previdência Social: entre a necessidade social e o benefício. In: BRAGA, Léa; CABRAL, Maria do Socorro (orgs.). **O Serviço Social na Previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Ademir Alves da. **A gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado**. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

SILVA, Edith Seligmann. **Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo**. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Previdência Social no Brasil: (des)estruturação do trabalho e condições para sua universalização**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA-JUNIOR, João Silvestre da; ALMEIDA, Flávia Souza e Silva da; MORRONE, Luiz Carlos. Discussão dos impactos do nexu técnico epidemiológico previdenciário. In: **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**. N. 10, v. 2, pp. 72-79, Nov/2012. Disponível em: < <http://www.rbmt.org.br/details/78/pt-BR/discussao-dos-impactos-do-nexu-tecnico-epidemiologico-previdenciario>> Acesso em 01/09/2017 às 13:10 hs.

SÓRIA, S. Sindicalismo e fundos de pensão no governo Lula: da segurança do Estado à aposta no mercado. In: ANTUNES, R. (org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. 1ª ed. Col.: Mundos do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 2014.

SOUZA FILHO, R. **Gestão pública e democracia**: a burocracia em questão. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SOUZA, Aparecida Neri de. Professores, modernização e precarização. In: ANTUNES, Ricardo (org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. 1. ed. Col.: Mundos do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 2013.

TRASPADINI, Roberta. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina**: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas. Ano: 2016. 338 fls. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte/MG: Abr./2016.

TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro. **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VAISMAN, Ester. Marx e a Filosofia: elementos para a discussão ainda necessária. In: **Revista Nova Economia** (2), v. 16, Belo Horizonte/MG, mai./ago. 2016.

VALENCIA, Adrián Sotelo. **A reestruturação do mundo do trabalho**: superexploração e novos paradigmas da organização do trabalho. 1. ed. Uberlândia: EDUFU, 2009.

VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fadel de; OLIVEIRA, Maria Helena Barros de. Direitos Humanos e Saúde no Trabalho. In: **Revista Saúde e Direitos Humanos**. Ano 4, n. 4. Brasília/DF: Ministério da Saúde, 2007.

VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos de. Trabalho e saúde no universo canavieiro. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza (org.) **Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e Serviço Social**: Estudos da Relação Trabalho e Saúde no Capitalismo Contemporâneo. 1. ed. Campinas/SP: Editora Papel Social, 2016.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Trad.: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

Legislações

BRASIL, Lei nº 3.807 de 26 de agosto de 1960. **Dispõe sobre a Lei Orgânica Previdência Social.** Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3807.htm > Acesso em 01/02/20017 às 09:52hs.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 05 out. 1988.

BRASIL. Lei nº 3.724, de 15 de janeiro de 1919. **Dispõe sobre obrigações resultantes do acidente de trabalho.** Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-3724-15-janeiro-1919-571001-publicacaooriginal-94096-pl.html> > Acesso em 02/03/2017 às 17:48.

BRASIL. Lei nº 556, de 25 de junho de 1850. **Dispõe sobre o Código Comercial.** Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L0556-1850.htm > Acesso em 01/03/2017 às 12:45.

BRASIL. Lei nº 6.439, de 01 de setembro de 1977. **Institui o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social e dá outras providências.** Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6439.htm > Acesso em 10/02/2017 às 00:40.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 05 out. 1988.

_____. Decreto nº 4.682 de 24 de janeiro de 1923. Cria, em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no país, uma caixa de aposentadoria e pensões para os respectivos empregados. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 13 abr. 1923, Seção I, p. 10859.

_____. Decreto-lei nº 399 de 30 de abril de 1938. Aprova o regulamento para execução da Lei n. 185, de 14 de janeiro de 1936, que institui as Comissões de Salário Mínimo. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 07 mai. 1938, Seção I, p. 8600.

_____. Decreto nº 53.264 de 13 de dezembro de 1963. Dispõe sobre a Reabilitação Profissional na Previdência Social. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 16 dez. 1963, Seção I.

_____. Decreto nº 3.048 de 06 de maio de 1999. Aprova o regulamento da Previdência Social, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, ano CXXXVII, n. 86, 07 mai. 1999, Seção I, p. 50-108.

_____. Decreto nº 6.934 de 11 de agosto de 2009 Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções Gratificadas e das Funções Comissionadas do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e remaneja cargos em comissão, funções comissionadas e gratificadas. e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, ano CXLVI, n. 153, 12 ago. 2009, Seção I, p. 6-12.

_____. Decreto nº 7.556 de 24 de agosto de 2011. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções Gratificadas e das Funções Comissionadas do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e remaneja cargos em

comissão, funções comissionadas e gratificadas. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, ano CXLVIII, n. 164, 25 ago. 2011, Seção I, p. 2-9.

_____. Decreto nº 7.602 de 07 de novembro de 2011. Dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, ano CXLVII, n. 214, 08 nov. 2011, Seção I, p. 9-10.

_____. Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, ano CXXIX, n. 142, 25 jul. 1991, Seção I, p. 14.809-14923

_____. Lei nº 3.807 de 26 de agosto de 1960. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 05 set. 1960.

_____. Portaria nº 1.823 de 23 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, ano CXLIX, n. 165, 24 ago. 2012, Seção I, p. 46-51.

ANEXOS

ANEXO I

Roteiro da pesquisa “A SAÚDE DO TRABALHADOR NO ÂMBITO RURAL DE LAVRAS/MG E REGIÃO: considerações a partir da Economia Política do capitalismo dependente”

Dados pessoais e socioeconômicos

1. Nome:
2. DN:
3. Estado civil:
4. Município onde nasceu:
5. Município onde reside:
6. Município onde trabalha:
7. Membros familiares que residem na mesma casa:
8. Além de você (ou Sr.), quem mais trabalha em sua casa? Tem alguém aqui que é aposentado, está recebendo aposentadoria ou algum benefício do governo?
9. Quanto vocês recebem de salário ou aposentadoria ou benefício (cada um)?

Formação pessoal e profissional

10. O Sr. Estudou? Se sim, até que série?
11. Por que o Sr. Parou de estudar?
12. Com quem o Sr. aprendeu o trabalho que exerce atualmente?
 - a. Caso tenha tido formação profissional formal, o Sr. se formou no que gostaria ou no que lhe daria chances no mercado de trabalho?
13. O Sr. gostaria de ter tido a chance de estudar um pouco mais?
14. O Sr. teve ou tem vontade de trabalhar com outro tipo de serviço? Se sim, qual? Por quê?

Inserção no mundo no mundo do trabalho

[A partir daqui, perguntar sobre o trabalho na época do afastamento laborativo e também do trabalho atual]

15. Em quais atividades já trabalhou (formal e informal)? O Sr. ficou quanto tempo em cada uma delas?
16. Onde o Sr. trabalha atualmente?
17. O Sr/a tem mais de um emprego? Se sim, qual empresa ou roça que o Sr. trabalha e qual a atividade que exerce?
 - a. Para homens, mas sobretudo, para as mulheres, indagar a jornada dupla ou tripla
18. O/A Sr./a já recebeu salário acima do mínimo em algum trabalho já exercido?
19. E em _____, o senhor trabalhava onde?
20. Quanto recebia?

21. No seu trabalho, em _____, você trabalhava quantos dias da semana e por quantas horas? E no trabalho atual?
22. No seu trabalho em _____ e no atual, o Sr. fazia ou faz hora extras?
23. Se sim, quantas horas por mês em _____ e agora?
 - a. Recebia/recebe as horas extras ou faz banco de horas?
24. O Sr. acredita que seu salário (de antes e o de agora) é o preço justo pelo trabalho ou deveria ganhar mais?
25. Seu salário é suficiente* para:

Alimentação** saudável: () S () N () AV

Habitação: () S () N () AV

Vestuário: () S () N () AV

Higiene: () S () N () AV

Transporte: () S () N () AV

Saúde: () S () N () AV

Lazer: () S () N () AV

Educação: () S () N () AV

Previdência Social: () S () N () AV

*considerando toda a família.

** itens conforme preceitua a Constituição Federal de 1988

26. Há algo que o Sr. considera importante adquirir para melhorar sua vida, que seu salário não dá para comprar?
27. O/A Sr./a tem alguma dívida com alguém ou com o banco? Qual foi o motivo desse endividamento? Há quanto tempo tenta pagar? Consegue?

Processos de trabalho

28. Para quem o Sr. trabalhava em _____ (época do adoecimento do trabalho)? Ele/ela é da região, moram aqui ou perto?
29. O que é/era plantado lá?
30. O Sr. sabe para onde e/ou para quem ele vende o que é colhido lá? Ou seja, o que é plantado lá fica para venda na região ou “vai pra fora”? [Produz para o agronegócio ou para alimentar a região?]
31. Você sabe o tamanho da terra do local onde trabalhou/trabalha?
32. Vínculo/regime de trabalho (especular!!!):
 - Contrato temporário ()
 - Safrista ()
 - Terceirizado ()
 - CLT ()
 - Estatutário ()
 - Outros () Qual?
33. Qual é o tipo de serviço que o Sr. faz lá? Faz somente um tipo de serviço ou “faz de tudo”? O que seria esse “tudo”?
34. O seu trabalho é pago por hora, por produção ou o valor é mensal e fixo?
35. Você recebe adicional noturno, de periculosidade ou insalubridade?
36. Está há quantos anos trabalhando nesta empresa atual? Quantos anos trabalhou na empresa rural da data do afastamento, em _____?

37. No local onde você trabalhou/trabalha, existia algum tipo de máquina para ajudar a produzir mais? Estas máquinas eram antigas ou novas?
38. Ter muitas máquinas facilita o trabalho, mas também pode fazer com que elas substituam o trabalho do homem e da mulher na lavoura. O que o Sr. pensa sobre isso?
39. Aqui na região, o Sr. sabe se existe bastante máquinas na produção nas roças?
40. Como é o seu ritmo de trabalho? Normal, com descansos, no seu tempo, ou acelerado para tentar agilizar a produção? E no trabalho de ____?
41. Quais os períodos de intervalo/descanso/alimentação durante o trabalho? Tem local próprio para a alimentação?
42. Vocês utilizam muitos agrotóxicos (venenos) na lavoura? Já teve alguma reação alérgica ou intoxicação por isso, ou seja, já “passou mal” depois de aplicar o veneno na lavoura?
43. O Sr. utiliza os EPIs? Eles realmente protegem do veneno?
44. O Sr. acha que no seu trabalho existe alguma coisa que possa prejudicar sua saúde? Produtos utilizados, exposição ao sol, tempo prolongado de trabalho...

Relacionamento com o patronato

45. O/A Sr./ tem contato direto com o patrão ou somente com as pessoas de confiança dele/a?
46. O Sr. tem ouvido falar em “crise” na TV, na rádio? Em tempos de crise, é difícil arrumar trabalho?
47. Seu patrão é “popular e poderoso” aqui na cidade e região, isto é, muitas pessoas o conhecem?
48. O Sr. sabe o que o seu patrão faz com todo o dinheiro que ele recebe após vender tudo o que plantou?
49. O Sr. já ouviu falar em empréstimos para produtores rurais? Sabe se seu patrão faz esse tipo de empréstimo? [explorar, perguntar do PRONAF, etc.] Se sim, para que ele pega? Para comprar máquinas ou outras coisas?

Saúde e trabalho

50. Além de ____, o Sr já precisou afastar do trabalho de novo, por questões de saúde? Quando? Por quanto tempo? Recebeu benefício do INSS?
51. Qual foi o motivo desse afastamento?
52. Já sofreu acidente de trabalho ou já teve alguma doença do trabalho? Quando? Como foi o ocorrido?
53. O Sr. apresenta algum problema de saúde atualmente? Qual? Consegue falar sobre a origem desse problema?
54. Já necessitou do INSS para benefício por incapacidade de trabalho. E do Programa de Reabilitação Profissional, o Sr. Já necessitou?
55. Se sim, atendeu às expectativas? Justifique.
56. O Sr. já ouvir dizer sobre políticas e ações voltadas para a melhoria da saúde dos trabalhadores? Se sim, sabe do que se trata?
57. O Sr. acha que o governo faz alguma coisa para tentar diminuir nº de acidentes ou doenças no trabalho? Se sim, o que por exemplo?

58. No seu emprego em _____, como reagiu seu patrão quando o Sr. precisou “encostar” pelo INSS? E no emprego atual, quando algum trabalhador precisa “encostar”, qual a reação do patrão?
59. O Sr. acha que o trabalhador que “encosta” por causa de doença ou acidente, pode correr o risco de ser mandado embora?
60. O Sr. possui quanto tempo de trabalho, desde o primeiro emprego?
61. Quanto tempo de INSS pago?
62. O que o Sr. gosta e o que não gosta no seu trabalho?
63. O Sr. acha que o trabalho pode causar doença no trabalhador?

Participação nas lutas sociais

64. O Sr. é sindicalizado?
65. Se sim, participa ativamente do sindicato?
66. Existe sede do sindicato dos trabalhadores rurais em sua cidade ou na região?
67. Qual sua opinião sobre as ações do sindicato? **[se houver sindicato na região]**
68. Você participa de movimentos coletivos em geral (associações, grupos, etc.)?

ANEXO II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa **“A SAÚDE DO TRABALHADOR NO ÂMBITO RURAL DE LAVRAS/MG E REGIÃO**: considerações a partir da Economia Política do capitalismo dependente”. Nesta pesquisa pretendemos “investigar as causas que geram o afastamento dos trabalhadores rurais de suas atividades de trabalho no âmbito da Agência de Previdência Social de Lavras/MG”. O motivo que nos leva a estudar “é a importância de se investigar as causas do adoecimento e/ou incapacidade laborativa e estudar as condições de trabalho que atinge negativamente a classe trabalhadora (inclusive em suas lutas coletivas)”. Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: O Sr. (a) deverá somente participar de uma entrevista, onde abordaremos sobre seu histórico de afastamento do trabalho, bem como sobre as condições de trabalho na empresa/fábrica/indústria/área rural em que trabalha ou trabalhava no momento do afastamento do trabalho devido a incapacidade laborativa. Embora seja pequeno, o risco apresentado em participar de tal entrevista seria a questão do sigilo e do vazamento da entrevista individual, risco este que será minimizado através de entrevista em sala fechada e exclusão da gravação de voz após a pesquisa transcrita; haverá também a possibilidade de interrupção ou cancelamento da entrevista a qualquer momento. A pesquisa contribuirá para “o conhecimento da realidade da saúde do trabalhador no município de Lavras e região, bem como fomentará discussões a respeito da estruturação de uma rede de serviços voltada à saúde do trabalhador e da trabalhadora, visando melhorias inclusive no acesso aos direitos sociais referentes ao trabalhador”. Para participar deste estudo o Sr (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito a indenização. O Sr. (a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr. (a) é atendido (a). Em caso de deslocamento por conta da entrevista, o (a) Sr. (a) será ressarcido (a) no que tange ao transporte e, se for o caso, a alimentação, mediante a apresentação de notas ou recibos. Na impossibilidade de apresentação destes, mediante declaração de próprio punho, onde conste os gastos referentes ao deslocamento e alimentação para participação da pesquisa. A pesquisadora tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. O (A) Sr (a) não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pela pesquisadora responsável, no setor de Serviço Social da Agência de Previdência Social de Lavras/MG e a outra será fornecida ao Sr. (a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. A pesquisadora tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa **“A SAÚDE DO TRABALHADOR NO ÂMBITO RURAL DE LAVRAS/MG E REGIÃO**: considerações a partir da Economia Política do capitalismo dependente”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Lavras, _____ de _____ de 2018.

Assinatura do Participante

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

Nome da Pesquisadora Responsável: Tássia de Castro Muquem
Endereço profissional: Rua Dr. Francisco Sales, 507, Centro
CEP: 37.200-000 / Lavras – MG Fone: (35) 9.9192-5885 E-mail: tassiacm@gmail.com